

O PONTO CULMINANTE DA OFENSIVA DO ESPECTÁCULO

Esta imagem foi bastante notada quando passou, em Outubro de 1967, no canal protestante da televisão holandesa. O seu director, não por acaso um antigo pregador, declarou nessa altura: «Queríamos mostrar que as mulheres nuas podem ser muito belas.» Convenhamos que a inversão espectacular da vida real atingiu assim um cume inultrapassável. Na sua crescente afoiteza, os peritos dos meios de formação de massas pretendem revelar ao gado que os contempla uma verdade, segundo julgam, que de outra maneira esta gente nunca veria; e gabam-se da contribuição dada para o progresso cultural destas multidões que eles estão convencidos de terem reduzido a uma passividade definitiva e absoluta.

ISBN 972-608-088-6



9 789726 080886

antologia • internacional situacionista

internacional situacionista

antologia

 antígona

Internacional situacionista

antologia

**internacional
situacionista**



antologia

Small, faint text at the bottom of the page, likely a publisher's or printer's mark.

internacional situacionista

antologia

organização, tradução, notas e prefácio
júlio henriques



Os fundadores da I.S. em Cosio d'Arroscia (Itália, 1957): G. Pinot-Gallizio, Piero Simondo, Elena Verrone, Michèle Bernstein, Guy Debord, Asger Jorn, Walter Olmo

edições antigona
lisboa - 1997


Internacional Situacionista

Antologia

EDITADA E COMPOSTA POR JÚLIO HENRIQUES
1997

Título	INTERNACIONAL SITUACIONISTA — ANTOLOGIA
Autores	Vários
Organização, tradução, notas e prefácio	Júlio Henriques, a partir da edição Van Gennepe, Amesterdão, 1970
Capa	Antígona
Fotocomposição	Alfanumérico
Impressão	IAG — Artes Gráficas
Data de publicação	Dezembro de 1997
Antígona	Editores Refractários Apartado 4192 1504 Lisboa Codex
Depósito legal n.º	119 277/97
ISBN	972-608-088-6

Esta edição



Este volume integra textos extraídos de uma só das revistas da I.S., a *Internationale Situationniste* (de língua francesa), de que foram publicados doze números entre Junho de 1958 e Setembro de 1969. A I.S., «boletim central editado pelas secções da Internacional Situacionista», conforme aparece nos números 1 a 8 (sem nenhuma designação específica nos n.ºs 9 a 11, e indicando no último, o 12, «revista da secção francesa»), foi sem dúvida o órgão mais importante de todo o movimento — que publicou, além desta, as seguintes revistas: *Spur*, revista da secção alemã (Munique, sete números, 1960-62); *Situationistik Revolution*, órgão central da secção escandinava (Copenhaga e Randers, três números, 1962-70); *Der Deutsche Gedanke*, órgão da I.S. para a Europa Central (Bruxelas, um número, 1963); *Situationist International*, revista da secção norte-americana (Nova Iorque, um número, 1969); *Internazionale Situazionista*, revista da secção italiana (Milão, um número, 1969).

A revista *Internationale Situationniste*, num grosso volume com cerca de 700 páginas, tem sido reeditada deste 1970; encontra-se traduzida na íntegra em alemão (1976-77) e italiano (1994), existindo também uma ampla antologia em inglês, editada em 1981 nos Estados Unidos, e uma mais pequena em grego (1997).

Os elementos que aparecem no texto entre parênteses rectos são acrescentos nossos. Todos os textos são traduzidos na íntegra, com excepção de «Técnica do golpe do mundo», de Alexander Trocchi. As fotografias, ilustrações e legendas são em geral parte integrante deles; nalguns casos, procedemos a uma reformulação gráfica desses elementos.

adoro a minha
máquina de filmar
porque adoro viver



gravo os melhores momentos da existência
ressuscito-os quando me apetece
em todo o seu esplendor

A DOMINAÇÃO DO ESPECTÁCULO SOBRE A VIDA

Esta publicidade da câmara EUMIG (Verão de 1967) evoca muito precisamente a glaciação da vida individual, que na perspectiva espectacular se inverteu: o presente é dado a viver imediatamente *como recordação*. Através desta espacialização do tempo, submetido à ordem ilusória dum presente acessível em permanência, o tempo e a vida perderam-se para os homens.

ÍNDICE

- 11 Prefácio
- 23 Questões preliminares à construção duma situação
- 27 Definições
- 28 Os situacionistas e a automatização. Jorn
- 33 Acção na Bélgica contra a Assembleia dos Críticos de Arte Internacionais
- 36 Sentido do deprecimento da arte
- 44 O cinema depois de Alain Resnais
- 49 Posições situacionistas sobre a circulação. Debord
- 51 O urbanismo unitário no fim dos anos 50
- 57 O fim da economia e a realização da arte. Jorn
- 61 Instruções para um armamento
- 65 Sobre a decomposição, mais uma vez
- 68 Defesa incondicional
- 72 Perspectivas de modificações conscientes na vida quotidiana. Debord
- 85 Geopolítica da hibernação
- 96 Comunicação prioritária
- 104 Dominação da natureza, ideologia e classes
- 122 A vanguarda da presença
- 138 All the king's men
- 145 Técnica do golpe do mundo. Trocchi
- 157 Serviço de anti-relações públicas da Internacional Situacionista
- 158 O questionário
- 165 Resposta a um inquérito do Centro de Arte Socioexperimental

- 173 O declínio e a queda da economia espectacular-mercantil. Debord
 187 As lutas de classes na Argélia
 201 De algumas questões teóricas
 sem questiúnculas nem equívocos. Vaneigem
 203 O ponto de explosão da ideologia na China. Debord
 219 Duas guerras locais
 237 Os nossos objectivos e os nossos métodos no escândalo de Estrasburgo
 252 Contribuições para rectificar a opinião do público a respeito da revolução
 nos países subdesenvolvidos. Khayati
 258 O começo duma época

ANEXO

- 317 Teses sobre a Internacional Situacionista e o seu tempo.
 Debord e Sanguinetti



Em última análise, a sobrevivência média garantida é sempre antagonica a uma busca da vida verdadeira. É isso que a seguinte fórmula enuncia muito bem: «Uma morte venturosa não está ao alcance de qualquer um.» (Na fotografia: em 1936, militares franquistas vão abater os elementos capturados duma milícia operária.)

Prefácio

A Internacional Situacionista (1957-1972) foi uma organização revolucionária *sui generis*, tanto pelas questões que suscitou como pelo seu modelo organizativo. «A I.S. só poderá ser uma Conspiração dos Iguais, um estado-maior que não quer tropas [...] Nós apenas organizamos o detonador; a livre explosão deverá subtrair-se-nos para sempre, e subtrair-se também a qualquer outro controle.» (I.S. n.º 8, 1963). Impôs-se como o pensamento do desmoralizar de um mundo, que encarou de frente em fins dos anos 50 e depois foi tornando explícito, do mesmo passo expondo o regresso da negação revolucionária ao terreno social imediato, numa altura em que por toda a parte se mantinham os profundos reveses da subversão proletária, de que a impossível revolução libertária espanhola fora o clímax. Mas a insurreição operária de Berlim, em 1953, e a revolução na Hungria, em 1956, anunciavam já os novos tempos em que a Internacional Situacionista surgia.

A I.S. resulta da unificação de três agrupamentos de artistas em dissidência com a arte: o Comité Psicogeográfico de Londres, a Internacional Letrista e o Movimento por uma Bauhaus Imaginista. Entre a sua fundação, ocorrida numa pequena aldeia de Itália, Cosio d'Arroscia, na Ligúria, e a autodissolução em Paris, apenas teve setenta membros; destes, ao longo dos anos, demitiram-se dezanove e dois criaram uma cisão (secção norte-americana, 1970); quarenta e cinco foram excluídos; Ivan Chtcheglov, iniciador das derivas

em 1953, internado num hospital psiquiátrico em França, foi «membro de longe»; restando, no fim, Jeppesen Victor Martin, da secção escandinava, Guy Debord, da secção francesa, e Gianfranco Sanguinetti, da secção italiana¹. Seja como for, a média dos participantes nas actividades permanentes oscilava entre dez a vinte pessoas, tornando estes números mais impressionante o que a I.S. pôde realizar com tão pouca gente.

A actividade do movimento divide-se em dois grandes períodos. Entre 1957 e 1965, através da crítica da arte e do urbanismo, numa visão já global da revolução da vida quotidiana a empreender, a análise situacionista é elaborada e concluída. A partir daí, trata-se para a I.S. de pôr em prática os seus meios teóricos originais, identificando as manifestações do novo proletariado — definido como o conjunto dos indivíduos sem meios para dominar a sua própria vida — e fazendo parte delas.

Mas, desde o início, a actividade da I.S. não se limitou à escrita, à *despintura* ou à subversão do cinema. A partir de 1958, com a sabotagem na Bélgica da Assembleia Geral dos Críticos de Arte, os situacionistas começaram a ensaiar uma prática pública através da criação de *escândalos*, que vêm a ocorrer na Itália (1958), com a defesa dum «sabotador de arte» inculcado como louco, nos Estados Unidos (1960), com a prisão do situacionista Alexander Trocchi, acusado como «utente de droga», na Alemanha (1961), com a proibição da *Spur*, revista da secção alemã, e a inculpação de vários dos seus redactores por «atentado aos costumes», na Dinamarca (1963-65), com iniciativas antimilitaristas e «atentados aos costumes», na França (1966), com o «escândalo de Estrasburgo», durante o qual se promoveu pela primeira vez a destruição da Universidade.

¹ A divisão da Internacional em secções só existiu até Novembro de 1962; a partir daí, a I.S. tornou-se um único centro unido. Mas a noção nunca se desfez (uma nova «secção italiana» foi criada em Julho de 1969 e as várias revistas editadas pela I.S. mantiveram a designação de origem: «revista da secção escandinava», etc.)

Movimento radicalmente crítico dos fundamentos da sociedade de classes no seu período de afirmação reformista, a acção da I.S. decorreu nos países de capitalismo avançado, onde a dialéctica das contradições sociais foi forjando a necessidade teórica e prática duma negação qualitativa, implicando a destruição do Estado e o fim do homem explicitamente reduzido a mercadoria. As regiões em que o movimento situacionista se desenvolveu foram assim (por ordem de importância) sobretudo a França, a Alemanha, a Escandinávia, a Bélgica, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos; mas também teve uma pequena base na Argélia. A classificação dos seus membros por nacionalidades mostra que a I.S. foi de facto uma organização internacional e nunca teve predominância francesa; mas os franceses, os alemães e os italianos constituíram quase metade dos efectivos situacionistas, verificando-se que a I.S. foi um movimento essencialmente europeu.

O seu programa é uma das expressões mais significativas da negação dum capitalismo já apontado para o simulacro e as «realidades virtuais», assente numa aceleração hipertécnica da produtividade, numa cada vez mais ampla internacionalização empresarial, na imbricação económico-política das empresas e do Estado, e na utilização de mais insidiosas técnicas de controle das populações, fundadas nas redes cibernéticas e na aplicação omnipresente dum novo tipo de propaganda política, a publicidade comercial. Os proprietários deste mundo em modernização tinham descoberto o segredo do seu êxito: mudar tudo, para que nada se altere.

Longe das questões politicamente arcaicas que a generalidade do esquerdismo continuava a brandir, da «independência nacional» ao «governo popular», passando pela «democratização do ensino e da cultura», a I.S. manifestava-se no âmago da alienação moderna, onde a economia, o progresso, a democracia ou a cultura surgiam como sinónimos do capitalismo, revelando ao mesmo tempo que este sistema de tirania por fim demonstrava, na sua própria acção «desenvolvimentista», já não poder desenvolver as forças produtivas, ao

em 1953, internado num hospital psiquiátrico em França, foi «membro de longe»; restando, no fim, Jeppesen Victor Martin, da secção escandinava, Guy Debord, da secção francesa, e Gianfranco Sanguinetti, da secção italiana¹. Seja como for, a média dos participantes nas actividades permanentes oscilava entre dez a vinte pessoas, tornando estes números mais impressionante o que a I.S. pôde realizar com tão pouca gente.

A actividade do movimento divide-se em dois grandes períodos. Entre 1957 e 1965, através da crítica da arte e do urbanismo, numa visão já global da revolução da vida quotidiana a empreender, a análise situacionista é elaborada e concluída. A partir daí, trata-se para a I.S. de pôr em prática os seus meios teóricos originais, identificando as manifestações do novo proletariado — definido como o conjunto dos indivíduos sem meios para dominar a sua própria vida — e fazendo parte delas.

Mas, desde o início, a actividade da I.S. não se limitou à escrita, à *despintura* ou à subversão do cinema. A partir de 1958, com a sabotagem na Bélgica da Assembleia Geral dos Críticos de Arte, os situacionistas começaram a ensaiar uma prática pública através da criação de *escândalos*, que vêm a ocorrer na Itália (1958), com a defesa dum «sabotador de arte» inculcado como louco, nos Estados Unidos (1960), com a prisão do situacionista Alexander Trocchi, acusado como «utente de droga», na Alemanha (1961), com a proibição da *Spur*, revista da secção alemã, e a inculpação de vários dos seus redactores por «atentado aos costumes», na Dinamarca (1963-65), com iniciativas antimilitaristas e «atentados aos costumes», na França (1966), com o «escândalo de Estrasburgo», durante o qual se promoveu pela primeira vez a destruição da Universidade.

¹ A divisão da Internacional em secções só existiu até Novembro de 1962; a partir daí, a I.S. tornou-se um único centro unido. Mas a noção nunca se desfez (uma nova «secção italiana» foi criada em Julho de 1969 e as várias revistas editadas pela I.S. mantiveram a designação de origem: «revista da secção escandinava», etc.)

Movimento radicalmente crítico dos fundamentos da sociedade de classes no seu período de afirmação reformista, a acção da I.S. decorreu nos países de capitalismo avançado, onde a dialéctica das contradições sociais foi forjando a necessidade teórica e prática duma negação qualitativa, implicando a destruição do Estado e o fim do homem explicitamente reduzido a mercadoria. As regiões em que o movimento situacionista se desenvolveu foram assim (por ordem de importância) sobretudo a França, a Alemanha, a Escandinávia, a Bélgica, a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos; mas também teve uma pequena base na Argélia. A classificação dos seus membros por nacionalidades mostra que a I.S. foi de facto uma organização internacional e nunca teve predominância francesa; mas os franceses, os alemães e os italianos constituíram quase metade dos efectivos situacionistas, verificando-se que a I.S. foi um movimento essencialmente europeu.

O seu programa é uma das expressões mais significativas da negação dum capitalismo já apontado para o simulacro e as «realidades virtuais», assente numa aceleração hipertécnica da produtividade, numa cada vez mais ampla internacionalização empresarial, na imbricação económico-política das empresas e do Estado, e na utilização de mais insidiosas técnicas de controle das populações, fundadas nas redes cibernéticas e na aplicação omnipresente dum novo tipo de propaganda política, a publicidade comercial. Os proprietários deste mundo em modernização tinham descoberto o segredo do seu êxito: mudar tudo, para que nada se altere.

Longe das questões politicamente arcaicas que a generalidade do esquerdismo continuava a brandir, da «independência nacional» ao «governo popular», passando pela «democratização do ensino e da cultura», a I.S. manifestava-se no âmago da alienação moderna, onde a economia, o progresso, a democracia ou a cultura surgiam como sinónimos do capitalismo, revelando ao mesmo tempo que este sistema de tirania por fim demonstrava, na sua própria acção «desenvolvimentista», já não poder desenvolver as forças produtivas, ao

tornar-se organicamente um sistema *mortífero*, assente na poluição e no desperdício cientemente organizados e numa fuga em frente para o desastre estrutural. Ao apreender esta lógica, a I.S. identificou, muitas vezes *ad hominem*, o papel exercido pela intelectualidade, de direita ou de esquerda, na alimentação e modernização do sistema económico-político como um todo, em particular a camada social a que se chama «os quadros».

Deste modo, e apesar da inegável influência que também teve em Portugal antes de 1974 e nos anos subsequentes¹, a I.S. nunca pôde aqui implantar-se, nomeadamente porque as contradições políticas portuguesas se encontravam submersas no dilema interclassista fascismo/antifascismo, muito mais atrasado do ponto de vista teórico-prático.

Uma das particularidades da I.S., porventura explicativa do facto de uma pequena organização exercer tão grande influência internacional, reside em ela ter procurado desmontar, desde o início, os fenómenos do capitalismo enquanto *civilização*, não se limitando a uma crítica da exterioridade estatal e económica. Isto distingue-a, não só do esquerdismo, marcado por um populismo decorrente da sua determinação messiânica e dirigista, mas também dos grupos «de vanguarda» que vieram a aceitar uma colaboração com as instituições para-estatais da cultura ou a resvalar para um reformismo sofisticado. As elevadas exigências de que a I.S. partiu tornaram-se visíveis na coerência dos seus propósitos — a necessária criação

¹ *Da Miséria no Meio Estudantil* surgiu em português logo no início de 1970, em Lisboa, onde em 1972 também foi editada *A Sociedade do Espectáculo*, de Debord; ainda nesse ano, em Coimbra, foi também publicado o livro de Vaneigem, *Banalidades de Base*. Depois do 25 de Abril de 1974, de autores portugueses relacionados com a teoria situacionista, são de realçar dois textos cuja lucidez contrasta com as produções da época: *A Queda do Fascismo*, de António Ferreira, Assírio & Alvim, Lisboa, 1974; e *Reflexão sobre a Estratégia da Luta das Classes em Portugal*, Anónimo do Século XX (pseudónimo de Torcato Sepúlveda), Edições Espaço, Braga, 1976.

duma nova civilização —, bem como na linguagem e nos processos que empregou para os tornar manifestos. Num texto inaugural de Debord, em 1957 (*Relatório sobre a Construção das Situações*), denota-se já uma orientação que sublinha o grau de complexidade, e ao mesmo tempo de *franqueza*, do discurso situacionista: «Nós não devemos recusar a cultura moderna, devemos apoderar-nos dela, para a negarmos.» Do mesmo modo que não se limitou a empunhar a arma da crítica contra os governantes e seus assessores, empunhando-a também contra os governados — um pouco à maneira do anarquista Albert Libertad, que no início do século publicava panfletos como o célebre *Ao Gado Eleitoral* —, a I.S. assestou as suas baterias contra um conjunto de entidades mistificadas até à medula mas tidas como neutras ou mesmo progressistas, em particular a arte, o urbanismo, o ensino e a ciência, o jornalismo, as quais pôde, com fundamentação, descrever como elementos-chave duma reprodução alargada, ideológica, da servidão que o sistema mercantil promove sistematicamente. De resto, a I.S. foi em parte herdeira de movimentos que anteriormente se notabilizaram na crítica radical da cultura do capitalismo, em especial da corrente dadaísta alemã, que neste século os inaugurou.

Politicamente anarquista, segundo o princípio de que não há melhor governo do que governo nenhum, promotora dos Conselhos Operários e da autogestão generalizada, a I.S. fundamentou-se, no entanto, numa parte da obra de Marx, nomeadamente na relativa ao feiticismo da mercadoria e à alienação central dela decorrente. Esta heterodoxia — que deverá entender-se como oposição a toda a ortodoxia ou petrificação doutrinal e não como um ecletismo sem princípios —, bem como a pretensa arrogância dos situacionistas em geral e de Debord em particular, expô-los com frequência à total incompreensão de outras correntes, anarquistas ou esquerdistas, e até a uma hostilidade baseada num absurdo espírito de concorrência — sem falar da *incompreensão* da imprensa comercial, que, tirando raras excepções, constitui por si só uma espantosa documentação sobre a indigência cultural no nosso século.

Naturalmente, a I.S. não foi um exemplo impecável da crítica do mundo; vários situacionistas não só o reconheceram como o criticaram, em especial Debord e Sanguinetti. Uma certa tendência para a megalomania manifestou-se em diversas ocasiões, sobretudo nos últimos anos, revelando uma menor inscrição nas realidades. A crise que paradoxalmente a I.S. irá atravessar, após Maio de 68, decorre duma avaliação excessiva quanto à possível irrupção de grupos autónomos radicalizados no meio operário; o número destes, contra as expectativas dos situacionistas, foi muito insuficiente para a prossecução, com a amplitude esperada, da crítica prática da economia desencadeada em 1968; o «golpe de Estrasburgo das fábricas» nunca pôde concretizar-se.

Neste capítulo, por outro lado, será necessário fazer uma distinção entre os situacionistas propriamente ditos, membros da I.S., e os muitos epígonos que depois levaram a um paroxismo formal o seu estilo, preciso e contundente, ao copiarem-no sem substância.¹

A clareza da I.S. é de facto uma das suas marcas inconfundíveis, sendo ela, aliada à perenidade das análises que tornaram a crítica situacionista uma logística mental, que mantém vivo o interesse despertado junto de quem vive por dentro a asfixia das presentes relações sociais e a infâmia que as legitima.

A autodissolução da I.S. em 1972, para a qual Debord contribuiu decisivamente, foi um expressivo episódio final da acção deste movimento, que sempre se manteve nos antípodas do proselitismo. Os situacionistas criticaram com muito a-propósito o militantismo, equiparando-o a uma actividade derivada da alienação religiosa ou do sacrifício missionário. Debord, desde 1957, proclamava ser «preciso pôr a desgraça a recuar em toda a parte», explicitando depois Vanei-

¹ No entanto, num documento interno de 1970, criticando as tendências «contemplativas» que paralisavam a actividade real da organização, reconhece-se o seguinte: «Há revolucionários que não são membros da I.S. e que fizeram muito mais para difundir a nossa teoria (e algumas vezes até para a desenvolver) do que vários "situacionistas" imobilistas; e sem rigidamente alardearem a "qualidade" de situacionistas.»

gem em 1967: «A revolução cessa de imediato ao impor-se que o indivíduo tem de se sacrificar por ela. Os que falam de revolução e de luta de classes sem se referirem explicitamente à vida quotidiana, sem compreenderem o que há de subversivo no amor e de positivo na recusa dos constrangimentos, têm um cadáver na boca.»

Depois de Maio 68, a I.S. começa a exercer um verdadeiro fascínio, especialmente junto dos sectores juvenis que os recentes anos de revolta social haviam radicalizado; o papel da organização no movimento das ocupações, visto retrospectivamente a partir de tudo o que anunciara e se concretizara, chegou mesmo a criar em seu redor uma aura mítica. Em tais condições, ser-lhe-ia fácil recrutar adeptos, não às centenas, mas aos milhares. Mas ela sempre recusara seguidores, exigindo de cada aderente uma participação em todas as actividades, teóricas e práticas. E além disso, para Debord e outros situacionistas, aquela euforia exterior não só não correspondia à situação verídica da organização (que em Novembro de 1970 a demissão nada enérgica de Vaneigem aclarara), pondo eles então a nu a *passividade activa* da maioria dos seus membros e a pretensa impecabilidade do movimento, como lhes parecia que a definição da I.S. como «estado-maior sem tropas» não podia conciliar-se com a adesão em massa de *discípulos*. Fora aliás Debord que involuntariamente despertara os problemas internos, ao anunciar, em Julho de 69, em conformidade com os princípios sobre a rotação de tarefas, que deixava de assegurar a responsabilidade legal e redactorial da revista *Internationale Situationniste*, que ele assumia desde o n.º 1. A sua decisão é aceite, visto corresponder a regras elementares da organização, mas a verdade é que um ano depois o colectivo redactorial nomeado para essa tarefa ainda não tinha conseguido preparar o n.º 13 da revista, que nunca chegou a sair. Esta situação tornava evidentes as incapacidades internas, mostrando-se inaceitável para a minoria que constitui, em Novembro de 1970, uma tendência contra a indiferença e a passividade (Debord, Riesel, Viénet), tendência esta que depois também se desagrega, ficando apenas, *para criticar a I.S.*, Sanguinetti e Debord.

É por fidelidade às exigências de sempre, por conseguinte, que a organização se dissolve, após quinze meses dum longo debate de orientação, ao fim do qual a I.S. fica reduzida, na prática, aos referidos dois membros — dando ambos um desenlace à aventura situacionista ao publicarem, em Maio de 1972, a «Circular Pública da I.S.» intitulada *A Verdadeira Cisão na Internacional*, livro onde incluem cinco documentos essenciais, entre os quais a carta de demissão de Vaneigem.

Vinte anos depois, e após a morte de Debord em 1994, por certo a figura mais citada da I.S. (para bem e para mal), a tentativa duma abordagem historiográfica deste movimento ter-se-á acentuado. Mas a acção da I.S., organizativamente concluída em 1972, mantém-se, nas projecções mais vigorosas que criou, muito para além dessa data. Os prosseguidos fenómenos resultantes da decomposição amplificada do capitalismo, sob a aparência, encenada através dos meios de formação de massas, de mais uma «nova ordem mundial», tornam-se *mais visíveis*, por antecipação, nos textos da I.S., visto esta ter descrito em seu tempo os respectivos mecanismos e não apenas as vestimentas que então envergavam. Do urbanismo concentracionário ao papel exercido pela indústria cultural com vista a uma submissão activa do cidadão-espectador, passando pela automistificação dos eleitores e outros «participantes», sem esquecer o grande circo da arte cotada na Bolsa, o desenvolvimento alucinante das guerras locais, as sinistras manipulações genéticas ou a autodestruição do trabalho, as perspectivas que a I.S. pôde elaborar, a partir de tais bases civilizacionais, constituem o diagnóstico estratégico dum corpo social a caminho da desintegração cancerizada — que a qualquer cura radical prefere manter a sua marcha cega até à instauração definitiva dum inferno na Terra.

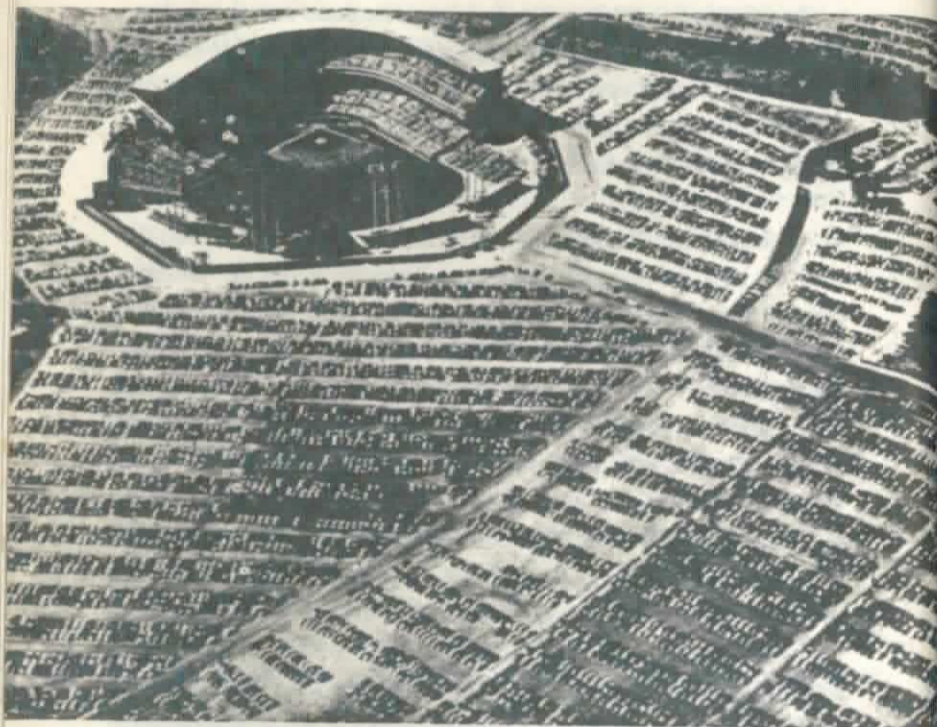
A diferença da nossa época é que esta, comparada com o período em que se descobriu *o fim do trabalho* como reivindicação prévia à criação das situações sem retrocesso, se apresenta mentalmente *mais*

subdesenvolvida, produto que é duma abrangente restauração reaccionária. A simples leitura desta colectânea o pode mostrar em contraponto. A meio duma maior abundância de mercadorias, a pobreza *das ideias* é agora mais notável — impondo-se, por isso mesmo, contribuir para inverter uma tal tendência suicida.

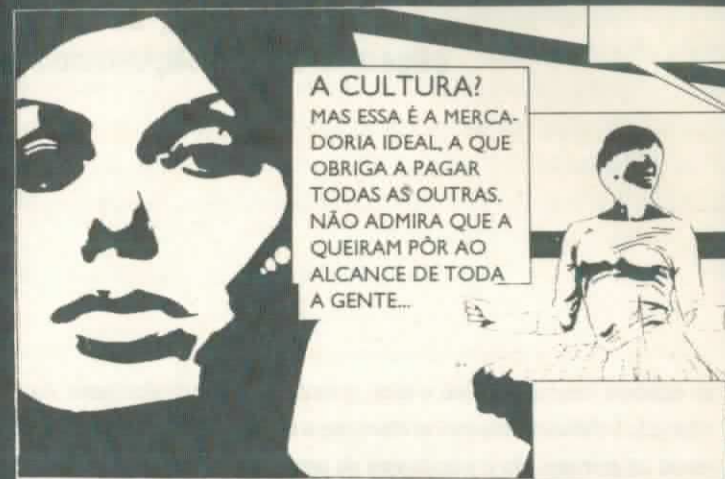
Recentemente, a nova vaga do capitalismo mundializado pôde dar-se ao luxo de criar, nos periféricos Portugais ávidos de *produtos*, eufóricas expectativas de enriquecimento das classes de baixo, graças à integração num bloco transnacional de empresas e respectivos Estados (ou vice-versa). E já a essa gesticulação de há pouco se seguem as presentes ruínas, o mesmo de sempre com tendência a piorar. É que a mercadoria contém no seu âmago a guerra de classes; e a transformação *de tudo* em mercadorias só pode intensificar a violência nas relações sociais. Quanto ao optimismo, este só existe na dimensão publicitária do espectáculo, na sua linguagem legitimadora da mercadoria como única relação social possível; porque na prática efectiva o lastro que fica é o do caos mais íntimo, alimentado pelo cinismo. Os progressos são óbvios: nos nossos dias, até um político de Estado na oposição pode ver-se obrigado a aceder a uma inteligência declarável: «A democracia é um sistema hoje reduzido a mecanismos formais que a esgotam e a levam à implosão.»¹ O espectáculo, cujo princípio reside na não intervenção, é aquilo que fala e ordena, enquanto os átomos sociais se limitam a ouvir. No empobrecimento do vivido e na fragmentação dos indivíduos em esferas cada vez mais separadas, vai-se expondo a perda de qualquer feição unitária da sociedade. Atirada para o dissolvente sorvedouro da economia mundial, a sociedade portuguesa conhece agora muitíssimo melhor o mundo que a I.S. descreveu e com rara eloquência combateu.

JÚLIO HENRIQUES

¹ Maria de Lurdes Pintassilgo, *Visão*, Lisboa, 8-1-98.



O espaço social do consumo dos lazeres. A superfície circular cinzenta que nesta fotografia vemos na parte de cima, do lado esquerdo (estádio da cidade de Milwaukee, Wisconsin, E.U.A.), está ocupada pelos 18 membros de duas equipas de beisebol. Na primeira zona restrita que a rodeia, há 43 000 espectadores. Estes, por sua vez, estão rodeados pela imensa zona de estacionamento onde se encontram os seus carros desocupados.



A CULTURA?
MAS ESSA É A MERCADORIA IDEAL, A QUE OBRIGA A PAGAR TODAS AS OUTRAS. NÃO ADMIRA QUE A QUEIRAM PÔR AO ALCANCE DE TODA A GENTE...





Questões preliminares à construção duma situação

«A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espectáculo. É fácil ver a que ponto se encontra associado à alienação do velho mundo o princípio mesmo do espectáculo: a não-intervenção. Inversamente, vemos como as mais válidas investigações revolucionárias na cultura procuraram destruir a identificação psicológica do espectador com o herói, para levarem este espectador à actividade [...] A situação é feita para ser vivida pelos seus construtores. O papel do "público", senão passivo pelo menos apenas figurativo, deverá diminuir constantemente, aumentando, em contrapartida, a porção dos que não devem ser chamados actores, mas sim, num novo sentido da expressão, pessoas vivas.» — *Relatório sobre a construção das situações*

A nossa concepção duma «situação construída» não se limita a um emprego unitário de meios artísticos que concorram para um ambiente, por maiores que possam ser a extensão espacio-temporal e o vigor deste ambiente. A situação é simultaneamente uma unidade de comportamento temporal. É feita de gestos contidos no cenário de um momento. Estes gestos resultam do cenário e de si mesmos. Produzem outras formas de cenário e outros gestos. Como será possível orientar tais forças? Não vamos contentar-nos com ensaios empíricos de meios ambientes de que, por provocação mecânica, esperaríamos surpresas. A direcção realmente experimental da actividade situacionista consiste em estabelecer, a partir de desejos mais ou menos claramente reconhecidos, um campo de actividade temporária favorável

a estes desejos. Só o seu estabelecimento pode levar à clarificação dos primitivos desejos e ao aparecimento confuso de novos desejos, cuja raiz material será precisamente a *nova realidade* constituída pelas construções situacionistas.

É pois necessário encararmos uma espécie de psicanálise com fins situacionistas, devendo cada participante nesta aventura formular desejos precisos de ambientes *para os realizar*, contrariamente aos objectivos das correntes oriundas do freudismo. Cada qual deverá procurar aquilo que ama, aquilo que o atrai (neste caso, também, ao contrário de certas tentativas da escrita moderna, a de Leiris, por exemplo, o que nos interessa não é a estrutura individual do nosso espírito nem a explicação da sua formação, é a sua aplicação possível em situações construídas). Com este método, podem recensear-se elementos constitutivos das situações a edificar, bem como *projectos para a dinâmica destes elementos*.

Uma tal investigação só tem sentido para indivíduos que actuem, na prática, com vista a uma construção de situações. Todos eles são, neste caso, espontaneamente ou de maneira consciente e organizada, *pré-situacionistas*, ou seja, indivíduos que sentiram a necessidade objectiva desta construção através duma mesma carência da cultura e das mesmas expressões da sensibilidade experimental imediatamente anterior. Aproximam-nos uma especialização e a sua pertença, nesta especialização, a uma mesma vanguarda histórica. É portanto provável que encontremos em todos um grande número de temas comuns ao desejo situacionista, que se diversificará cada vez mais ao dar-se a passagem para uma fase de actividade real.

A situação construída é forçosamente colectiva, devido à sua preparação e ao modo como se desenrola. É provável, no entanto, pelo menos durante o período das experiências iniciais, que um dado indivíduo exerça uma certa preeminência numa dada situação, sendo ele o seu encenador. A partir dum projecto de situação, estudado por uma equipa de investigadores, na qual ocorra a combinação, por exemplo, do *encontro comovedor* de algumas pessoas durante uma noite, será sem dúvida necessário fazer a distinção entre, por um lado, um direc-

tor ou encenador, encarregado de coordenar os elementos prévios de construção do cenário e também de prever certas *intervenções* nos acontecimentos (devendo este último processo ser partilhado entre vários responsáveis que ignorem mais ou menos os planos de intervenção de outrem), e, por outro lado, os agentes directos que vivam a situação, que tenham participado na criação do projecto colectivo e trabalhado na composição prática do ambiente, e alguns espectadores passivos estranhos ao trabalho de construção, os quais deverão ser *reduzidos à acção*.

Naturalmente, a relação entre o director e as «pessoas vivas» da situação criada não pode tornar-se uma relação de especializações. Trata-se apenas da subordinação momentânea de toda uma equipa de situacionistas ao responsável duma experiência isolada. Estas perspectivas, ou o seu vocabulário provisório, não devem levar a crer que se trataria duma continuação do teatro. Pirandello e Brecht mostraram a destruição do espectáculo teatral, bem como algumas reivindicações que estão para além dela. Podemos dizer que a construção das situações substituirá o teatro apenas no sentido em que a construção real da vida terá substituído cada vez mais a religião. Visivelmente, o principal domínio que vamos substituir *e realizar* é a poesia, que se queimou na vanguarda do nosso tempo e desapareceu por completo.

A realização real do indivíduo, também na experiência artística que os situacionistas descobrem, passa forçosamente pela soberania colectiva do mundo; antes dela não existem ainda indivíduos, apenas sombras percorrendo as coisas que caoticamente lhes são transmitidas por outros. Em situações ocasionais encontramos indivíduos separados que vagueiam. As suas emoções divergentes neutralizam-se, mantendo a sólida ambiência do enfado. Arruinaremos estas condições fazendo aparecer em certos pontos o sinal incendiário dum *jogo superior*.

Na nossa época, o funcionalismo,¹ que é uma expressão necessária do avanço técnico, procura eliminar inteiramente o jogo, sendo os

¹ Referência à tendência funcionalista sobretudo manifesta na arquitectura, no urbanismo e no *design*, da Bauhaus (Walter Gropius) à Escola de Chicago, passando por

partidários do *industrial design* levados a lamentar o apodrecimento da sua acção devido à tendência que o homem demonstra pelo jogo. Esta tendência, abjectamente explorada pelo comércio industrial, põe de imediato em causa os mais úteis resultados, exigindo novas apresentações. Parece-nos evidente que não se deve encorajar a permanente renovação artística dos frigoríficos. Mas o funcionalismo moralizador nada pode contra isso. A única saída progressiva consiste em libertar noutros campos, e mais amplamente, a tendência para o jogo. Antes disso, as ingénuas indignações da teoria pura do *industrial design* não poderão impedir o facto profundo, por exemplo, de o automóvel individual ser principalmente um jogo imbecil, e acessoriamente um meio de transporte. Contra todas as formas regressivas do jogo, que são o seu retorno a estádios infantis — sempre ligados às políticas de reacção —, impõe-se apoiar as formas experimentais de um jogo revolucionário.

Internationale Situationniste n.º 1, Junho de 1958



Le Corbusier e Óscar Niemeyer, pilares do funcionalismo contemporâneo. A teoria do espaço funcional desenvolvida por estes autores já servia, nos anos 70, de alibi «modernizador» ao sistema comercial imobiliário.

Definições

situação construída — Momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização colectiva dum ambiente unitário e dum jogo de acontecimentos

situacionista — Aquilo que se relaciona com a teoria ou a actividade prática dum construção das situações. O indivíduo que constrói situações. Membro da Internacional Situacionista.

situacionismo — Vocábulo sem sentido, abusivamente forjado por derivação do termo anterior. O situacionismo não existe; isso significaria uma doutrina de interpretação dos factos existentes. A noção de situacionismo é obviamente concebida pelos anti-situacionistas.

psicogeografia — Estudo dos efeitos exactos do meio geográfico, conscientemente ordenado ou não, que age directamente sobre o comportamento afectivo dos indivíduos.

psicogeográfico — Relativo à psicogeografia. Aquilo que manifesta a acção directa exercida pelo meio geográfico sobre a afectividade.

psicogeógrafo — Indivíduo que investiga e transmite as realidades psicogeográficas.

deriva — Modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica da passagem brusca através de ambientes variados. Emprega-se também, mais particularmente, para designar a duração dum exercício contínuo desta experiência.

urbanismo unitário — Teoria da utilização global das artes e técnicas que concorrem para a construção integral dum meio ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento.

desvio — Emprega-se como abreviação da seguinte fórmula: desvio de elementos estéticos pré-fabricados. Integração de produções artísticas actuais ou antigas numa construção superior do meio ambiente. Neste sentido, é impossível existir uma pintura ou uma música situacionista; o que pode ocorrer é uma utilização situacionista destes meios. Numa acepção mais básica, o desvio no interior das antigas

esferas culturais constitui um método de propaganda, testemunhando o desgaste e a perda de importância destas esferas.

cultura — Reflexo e prefiguração, em cada momento histórico, das possibilidades de organização da vida quotidiana; complexo da estética, dos sentimentos e dos costumes graças ao qual uma colectividade reage sobre a vida objectivamente determinada pela economia. (Apenas definimos este termo na perspectiva da criação dos valores, não na do seu ensino.)

decomposição — Processo através do qual as formas tradicionais da cultura se autodestruíram, sob o efeito do aparecimento de meios superiores de dominação da natureza, permitindo e exigindo construções culturais superiores. Distinguimos uma fase activa da decomposição, demolição efectiva das velhas superestruturas — que se conclui por volta de 1930 — e uma fase de repetição, que desde então domina. O atraso na passagem da decomposição às novas construções decorre do atraso que se verifica na liquidação revolucionária do capitalismo.

I. S. n.º 1, Junho de 1958



Os situacionistas e a automatização

É bastante espantoso que quase ninguém, até agora, tenha ousado levar o conceito de automatização às suas últimas consequências. O facto mostra que não há verdadeiras perspectivas. Parece-nos até que os engenheiros, os peritos e os sociólogos tentam introduzir à socapa a automatização na sociedade.

E no entanto a automatização encontra-se hoje no âmago do problema da dominação socialista exercida sobre a produção e da pree-

minência dos ócios sobre o tempo de trabalho. A questão da automatização é a que contém mais possibilidades positivas e negativas.

O objectivo do socialismo é a abundância: o maior número de bens para o maior número de pessoas, coisa que estatisticamente implica a redução até ao improvável da irrupção do imprevisto. O crescimento do número dos bens reduz o valor de cada um deles. Esta desvalorização de todos os bens humanos, até atingirem um estado de neutralidade por assim dizer perfeita, será o resultado inevitável dum desenvolvimento puramente científico do socialismo. É lamentável que muitos intelectuais não ultrapassem a ideia da reprodução mecânica, limitando-se a preparar a adaptação do homem a este futuro incolor e simetrizado. De forma que os artistas, especializados na investigação do único, hostilizam, em número crescente, o socialismo. Ao invés, os políticos do socialismo vão alimentando a suspeita que hostiliza todas as manifestações artísticas vigorosas ou originais.

Agarrados às suas posições conformistas, uns e outros mostram um certo mau humor perante a automatização, que pode pôr profundamente em causa as suas concepções económicas e culturais. A propósito da automatização, verifica-se aliás em todas as tendências de «vanguarda» um derrotismo — ou uma subestimação, pelo menos — dos elementos positivos inscritos num futuro cuja proximidade os começos da automatização bruscamente revelam. Isto ao mesmo tempo que as forças reaccionárias fazem alarde dum optimismo parvo.

Há uma anedota significativa. O ano passado, na revista *Quatrième Internationale*, relatava o militante marxista Livio Maitan que um padre italiano adiantara já a ideia duma segunda missa semanal, exigida pelo aumento dos tempos livres. Retorquia Maitan: «O erro consiste em considerar que o homem da nova sociedade será igual ao da presente sociedade, quando de facto ele terá necessidades e exigências completamente diferentes, que ainda mal podemos conceber.» O erro de Maitan reside em deixar para esse vago futuro as novas exigências que «mal pode conceber». A função dialéctica do

espírito consiste em conduzir o possível para formas desejáveis. Maitan esquece que sempre «os elementos duma sociedade nova se formaram na antiga sociedade», conforme reza o *Manifesto Comunista*. Certos elementos duma nova existência devem estar já em formação entre nós — no campo da cultura —, competindo-nos a nós servirmo-nos deles para tomarmos o debate apaixonante.

O socialismo, que tende para a mais completa libertação das energias e capacidades em cada indivíduo, será obrigado a ver na automatização uma tendência antiprogressista em si, transformada em tendência progressista unicamente pela relação que estabeleça com novos estímulos capazes de exteriorizar as energias latentes do homem. Se é verdade, como pretendem os cientistas e os técnicos, que a automatização constitui um novo meio de libertação do homem, ela tem de implicar uma superação das anteriores actividades humanas. Coisa que obriga a imaginação activa do homem a ultrapassar a realização da própria automatização. Ora onde vemos nós essas tais perspectivas capazes de tornar o homem senhor e não escravo da automatização?

Louis Salleron, no seu estudo intitulado *L'Automation*, explica que esta, «como quase sempre sucede em matéria de progresso [...] acrescenta mais do que substitui ou suprime». Ora o que é que a automatização, em si mesma, vem acrescentar às possibilidades da acção humana? Ficámos a saber que ela suprime completamente o homem no seu próprio terreno.

A crise da industrialização é uma crise de consumo e de produção. A crise de produção é mais importante do que a crise de consumo, visto esta ser condicionada pela primeira. Transposto para o plano individual, isto equivale à tese segundo a qual é mais satisfatório dar do que receber, mais interessante poder acrescentar do que suprimir. A automatização tem assim duas perspectivas opostas: retira ao indivíduo qualquer possibilidade de acrescentar seja o que for de pessoal à produção automatizada, que é uma *fixação* do progresso, e ao mesmo tempo economiza energias humanas amplamente libertas das actividades reprodutivas e não-criativas. O valor da automatização

depende pois dos projectos que a ultrapassem e que libertem novas energias humanas num plano superior.

A actividade experimental na cultura dispõe nos nossos dias deste campo incomparável. Sendo a atitude derrotista a demissão perante as possibilidades da época, sintomática das antigas vanguardas, que querem ficar, como escreve Edgar Morin, «a roer um osso do passado». Um surrealista, Benayoun, diz no n.º 2 da revista *Le Surréalisme même*, última expressão deste movimento: «A questão dos lazeres já atormenta os sociólogos [...] Deixarão de clamar por técnicos, passando a exigir palhaços, cantores, bailarinas, homens-borracha. Um dia de trabalho por seis dias de descanso: o equilíbrio entre o sério e o fútil, o ócio e o labor, corre até o risco de se ver desfeito um dia destes [...] e o “trabalhador”, na sua desocupação, ver-se-á cretinizado por uma televisão convulsionária, invasora, de ideias curtas, em busca de talentos». Este surrealista não vê que uma semana de seis dias de descanso não provocará um «desequilíbrio» entre o fútil e o sério mas sim uma *mudança de natureza* do sério e do fútil. Não espera senão equívocos, ridículas viragens ao avesso do mundo determinado que ele concebe, à imagem do surrealismo envelhecido, como uma espécie de intangível comédia revisteira. Por que razão terá de haver neste futuro uma hipertrofia das baixezas do presente? E por que razão haverá nele «falta de ideias»? Querirá isso dizer que lhe faltarão ideias surrealistas de 1924 melhoradas em 1936? É provável. Ou significa que os imitadores do surrealismo estão com falta de ideias? Bem sabemos que assim é.

Os novos ócios parecem um abismo que a sociedade actual só pensa em atafulhar, multiplicando os pseudojogos de irrisórios passatempos. Mas esses ócios são ao mesmo tempo a base sobre a qual pode edificar-se a mais grandiosa construção cultural nunca imaginada. Este objectivo está evidentemente fora do círculo de interesses dos partidários da automatização. Sabemos até que é antagónico à tendência directa da automatização. Se quisermos discutir com os engenheiros, temos de passar para o seu próprio campo de interesses.

Maldonado,¹ que dirige actualmente em Ulm a Hochschule für Gestaltung [Universidade de Artes Aplicadas], explica que o desenvolvimento da automatização está comprometido por não se ver na juventude entusiasmo nenhum para se lançar na via politécnica, com excepção dos especialistas dos próprios fins da automatização, desprovidos duma perspectiva geral sobre a cultura. Maldonado, porém, que justamente deveria mostrar esta perspectiva geral, ignora-a por completo: *a automatização só pode desenvolver-se rapidamente a partir do momento em que o seu objectivo se torne uma perspectiva contrária ao seu próprio estabelecimento, e caso se saiba realizar uma tal perspectiva geral em conformidade com o desenvolvimento da automatização.*

Maldonado propõe o contrário: estabelecer-se primeiro a automatização e depois a sua utilização. Poderíamos discutir sobre este modo operatório se o objectivo não fosse precisamente a automatização; porque esta não constitui uma acção num dado domínio capaz de provocar uma anti-acção. O que ela constitui é a neutralização de um domínio, que acabaria por neutralizar também os campos exteriores se ao mesmo tempo não fossem empreendidas acções contraditórias.

Pierre Drouin, ao falar no *Le Monde* de 5-1-57 da extensão dos hobbies como realização das virtualidades cuja utilização os trabalhadores já não podem encontrar na sua actividade profissional, conclui que em cada homem «há um criador adormecido». Esta velha banalidade tem hoje uma verdade abrasadora se a associarmos às reais possibilidades materiais da nossa época. O criador adormecido tem de despertar, podendo perfeitamente o seu estado de vigília chamar-se situacionista.

¹ O professor Thomas Maldonado. Jorn já anteriormente contestara as posições deste funcionalista: «Se Maldonado tivesse razão, se a partir de agora as acções revolucionárias no âmbito do ensino fossem impossíveis fora do contexto oficial, isso significaria que mais nenhuma revolução educativa seria possível, porque nenhum sistema é capaz de se renovar por dentro. Este ponto de vista é uma traição definitiva da tradição da antiga Bauhaus, um revoltante abandono de tudo o que foi conquistado desde Jean-Jacques Rousseau.» (*Pour la forme*, 1954-57.)

A ideia de estandardização é um esforço para reduzir e simplificar o maior número das necessidades humanas com a maior igualdade. Depende de nós que a estandardização abra ou não domínios de experiência mais interessantes do que aqueles que fecha. Segundo o resultado, poder-se-á desembocar num embrutecimento total da vida humana ou na possibilidade de descobrir em permanência novos desejos. Mas estes novos desejos não hão-de manifestar-se sozinhos, no quadro opressivo do nosso mundo. É necessária uma acção comum para os detectar, os manifestar e os realizar.

ASGER JORN

I. S., n.º 1, Junho de 1958



Acção na Bélgica contra a assembleia dos críticos de arte internacionais

A 12 de Abril [de 1958], dois dias antes da reunião em Bruxelas duma assembleia geral dos críticos de arte internacionais, os situacionistas difundiram amplamente uma mensagem dirigida a esta assembleia, assinada — em nome das secções argelina, alemã, belga, francesa, italiana e escandinava da I.S. — por Khatib, Platschek, Korun, Debord, Pinot-Gallizio e Jorn:

«O que está a fazer-se aqui parece-vos simplesmente chato. A Internacional Situacionista, no entanto, considera significativo, embora ridículo, este ajuntamento de tantos críticos de arte como atracção da Feira de Bruxelas.

Visto verificar-se que o pensamento moderno tem sido perfeitamente estagnante para a cultura desde há vinte e cinco anos; visto

toda uma época, que nada percebeu e nada mudou, ganhar consciência do seu falhanço, os seus responsáveis tendem a transformar em instituições as actividades que exercem. Pedem assim estes responsáveis que se reconheça oficialmente um conjunto social caduco de todos os pontos de vista mas ainda materialmente dominante e de que eles foram, na maioria dos casos, bons cães de guarda. A carência principal da crítica na arte moderna está em nunca ter sabido conceber a totalidade cultural, nem as condições dum movimento experimental que a ultrapassa constantemente. Neste momento, a maior dominação da natureza permite e exige que se empreguem poderes superiores de construção da vida. Nisto residem os actuais problemas; e estes intelectuais promotores de atraso, com medo da subversão geral duma certa forma de existência e das ideias que esta produziu, só podem afrontar-se irracionalmente uns com os outros, na qualidade de campeões deste ou daquele pormenor do velho mundo — dum mundo acabado cujo sentido nem sequer perceberam. Os críticos de arte reúnem-se pois para entre si trocarem migalhas da sua ignorância e das suas dúvidas. Algumas pessoas, que sabemos estarem presentemente a fazer um esforço para compreenderem e apoiarem as novas investigações, aceitaram, ao virem aqui, confundir-se numa imensa maioria de mediócras; prevenimo-las de que só poderão continuar a ter algum interesse para nós rompendo com este meio.

Sumam-se, sumam-se, críticos de arte, imbecis parciais, incoerentes e divididos! É em vão que vocês montam este espectáculo dum falso encontro. Em comum só têm um papel a desempenhar: o de alardearem, neste mercado, um dos aspectos do comércio ocidental — o vosso palavreado confuso e oco sobre uma cultura em decomposição. Pela História estão vocês depreciados. Até as vossas audácias já pertencem a um passado de que não se pode extrair coisa nenhuma.

Dispersem-se, bocados de críticos de arte, críticos de fragmentos de artes. É na Internacional Situacionista que se organiza agora a futura actividade artística unitária. Vocês já não têm patavina a declarar.

A Internacional Situacionista não vos há-de deixar lugar nenhum. Vamos condenar-vos à fome.»

Coube à nossa secção belga levar a cabo localmente a oposição necessária. Logo a 13 de Abril [de 1958], véspera da abertura dos trabalhos, quando os críticos de arte dos dois mundos, presididos pelo norte-americano Sweeney, foram acolhidos em Bruxelas, o texto da proclamação situacionista foi levado ao seu conhecimento de diversas maneiras. Foram entregues, pelo correio ou directamente, muitos exemplares a muitos críticos. A outros o texto foi telefonado, em parte ou na íntegra, através de chamadas pessoais. Um grupo forçou a entrada da Casa da Imprensa, onde os críticos foram acolhidos, para atirar panfletos por cima da assistência. Para a via pública atiraram-se ainda mais, de alguns prédios ou de cima dum carro. Pudemos deste jeito contemplar críticos de arte à cata de panfletos pelo chão, para os subtraírem à curiosidade dos transeuntes. Foram, em suma, tomadas todas as medidas para que os críticos de arte não corressem o risco de ignorar este texto. Os ditos críticos não hesitaram sequer em chamar a polícia, fazendo quanto podiam para cuidar dos negócios implicados na Exposição Universal, com vista a impedirem a reprodução na imprensa dum escrito nocivo ao prestígio daquela sua feira e das suas ideias. O nosso camarada Korun ficou sob a alçada judiciária pelo papel que teve na manifestação.

I. S. n.º 1, Junho de 1958



Sentido do depercimento da arte

A civilização burguesa, agora propagada ao conjunto do planeta e cuja superação ainda se não viu realizada nenhures, é perseguida por um fantasma: o questionamento da sua cultura, que surge aquando da dissolução moderna de todos os meios artísticos. Tendo esta dissolução começado por se manifestar no ponto de partida das forças produtivas da sociedade moderna, ou seja, na Europa e mais tarde na América do Norte, ela constitui, desde há muito, a verdade primeira do modernismo ocidental. A libertação das formas artísticas significou por toda a parte a sua redução a nada. Pode aplicar-se à expressão moderna no seu conjunto o que W. Weidlé escrevia em 1947, no n.º 2 dos *Cahiers de la Pléiade*, a propósito de *Finnegans Wake*¹: «Esta *Soma* desmedida das mais aliciadoras contorsões verbais, esta *arte poética* em dez mil lições, não é uma criação de arte: é a autópsia do seu cadáver.»

Os críticos reaccionários não deixam de assinalar, a fim de sustentarem o seu estúpido sonho dum regresso às belas maneiras do passado, que por detrás do florescimento inflacionista de novidades que só podem servir uma vez, o caminho desta libertação só ao vazio conduz. Como Émile Henriot, que no *Le Monde* (11-2-59) nota o seguinte: «A aparência, tantas e tantas vezes assinalada, que adquiriu uma certa literatura dos nossos dias, virada para a “linguagem das formas”, para uso de literatos especializados no exercício duma “literatura para literatos”, tem ela própria o seu próprio objecto, tal como existe uma pesquisa na pintura destinada a pintores que pesquisam.» Ou como Mauriac no *Express* (5-3-59): «Nem sequer os filósofos, cuja lição consiste em que o propósito do poema deva ser o silêncio,

¹ Último livro de James Joyce, cuja redacção começou em 1923 e veio a ser publicado em 1939. Assinale-se que Joyce chegou a Paris, em 1920, oriundo de Zurique, onde o dadaísmo inaugurara em 1916 uma genérica negação cultural. *Finnegans Wake* é um longo empreendimento baseado na dissolução da personalidade.

se eximem a escrever artigos para disso nos persuadirem, dando a público romances para nos provarem que se não deve contar uma história.»

Perante tais zombarias, os críticos que fizeram opção de modernismo tecem loas às belezas da dissolução, com votos de que não se apresse demasiado. Sentem-se embaraçados como Geneviève Bonnefoi, quando esta relata, sob o título «Morte ou transfiguração?», a infeliz Bienal de Paris (*Lettres Nouvelles* n.º 25). Conclui ela, melancolicamente: «Só o futuro dirá se esta “nadadização” da linguagem pictórica, muito semelhante à que no plano literário tentaram Beckett, Ionesco e os melhores jovens romancistas actuais, constitui o prelúdio duma renovação da pintura ou do seu desaparecimento enquanto arte maior da nossa época. Por falta de espaço não falarei aqui da escultura, que parece encontrar-se em completa desintegração.» Ou então, abdicando de todo e qualquer sentido do ridículo, encaram com desdém o partido do quase nada através de fórmulas dignas de passarem à história, para resumirem a indigência duma época, como Françoise Choay, que *elogiosamente* intitula assim um artigo sobre Tapiès: «Tapiès, místico do quase nada» (*France Observateur*, 30-4-59).

A atrapalhação dos críticos modernistas é completada pela atrapalhação dos artistas modernos, a quem a decomposição acelerada, em todos os sectores, impõe continuamente o exame e a explicação das suas hipóteses de trabalho. A isso se entregam numa mesma confusão, e graças, com frequência, a uma comparável imbecilidade. Pode distinguir-se assim por todo o lado, entre os criadores modernos, o sinal duma consciência traumatizada pelo naufrágio da expressão enquanto esfera autónoma e objectivo absoluto e pela lenta ocorrência de outras dimensões da actividade.

A obra fundamental duma vanguarda actual deverá residir numa tentativa de crítica geral desta actualidade; e constituir uma primeira tentativa de resposta às novas exigências.

Se o artista pôde passar, no decurso dum lento processo, do estado de truão — que gentilmente mobilava alguns ócios — ao estado da ambição profética, que levanta questões e pretende propor um sentido

para a vida, é porque, cada vez mais, a questão do emprego da vida se põe efectivamente na margem da crescente liberdade já alcançada pela nossa apropriação da natureza.

Deste modo, na prática, a pretensão do artista na sociedade burguesa evolui a par da redução a zero do seu domínio de acção real e da negação que ele passa a formular. Toda a arte moderna exprime a reivindicação revolucionária de outros ofícios, que estão para além do abandono das actuais especializações da expressão unilateral em conserva.

Os atrasos e as deformações do projecto revolucionário são na nossa época coisas conhecidas. A regressão que nele se manifestou, tornou-se mais evidente na arte. E tanto mais facilmente quanto os clássicos do marxismo não tinham desenvolvido, nesse campo, uma crítica efectiva. Numa célebre carta a Mehring, notava Engels, já no fim da sua vida: «Insistimos sobretudo, e a isso nos vimos obrigados, no modo como as noções políticas e jurídicas, bem como as restantes noções ideológicas e, em suma, as acções que brotam de tais noções, derivam todas elas dos factos económicos fundamentais. Ao fazê-lo, porém, descurámos a feição formal — o modo como tais noções surgiam — em proveito do conteúdo.» Na época em que o pensamento marxista se constituiu, o movimento formal de dissolução da arte não era, aliás, ainda aparente. Da mesma maneira se pode dizer que foi só em presença do fascismo que o movimento operário deparou praticamente com o problema de «como surgia» formalmente uma noção política. E se viu tão pouco armado para o dominar.

Os representantes dum pensamento revolucionário independente manifestam eles próprios uma certa carência quanto a assumirem um papel na investigação cultural dos nossos dias. Se encararmos as iniciativas, diferentes, em muitos aspectos, de filósofos como Henri Lefebvre¹ — nestes últimos anos — e Lucien Goldmann, veremos

¹ Henri Lefebvre (1901-91), filósofo e sociólogo, membro do P.C.F. até 1958. A sua relação com os situacionistas, via Debord e Bernstein, foi notável, apesar de ter acabado mal (ver nota p. 263); foi ele, de resto, o único intelectual «institucional» com quem

nelas o ponto comum de haverem associado muitos contributos positivos, bem como importantes chamadas à ordem sobre a verdade progressista numa altura em que a ideologia de esquerda se perde num confusãoismo cujos interesses são bem visíveis; mas veremos também, ao mesmo tempo, que se mostraram ausentes ou insuficientes em dois tipos de questões: a organização duma força política e a descoberta de meios culturais de acção. E estas questões, justamente, constituem dois elementos essenciais e inseparáveis da acção transitória que será preciso levar a cabo doravante, com vista a essa práxis enriquecida que ambos estes autores em geral nos apresentam como uma imagem exterior, inteiramente separada de nós — em vez de vinculada — pelo lento movimento do futuro.

Num artigo inédito de 1947 («Será o materialismo dialéctico uma filosofia?»), que faz parte do seu livro *Recherches dialectiques*, Goldmann analisa muito bem o resultado, no futuro, do movimento cultural que encara, ao escrever: «Tal como o Direito, a economia ou a religião, a arte, enquanto fenómeno autónomo separado dos outros domínios da vida social, será levada a desaparecer numa sociedade sem classes. Deixará provavelmente de existir uma arte separada da vida, na medida em que a própria vida terá um estilo, uma forma na qual deparará com a sua expressão adequada.» Mas Goldmann, que esboça esta perspectiva a muito longo prazo, em função das previsões globais do materialismo dialéctico, não reconhece na expressão do seu tempo a verificação do que afirma. Considera a escrita ou a arte do seu tempo em função da alternativa clássico/romântico, vendo apenas no romantismo a expressão da reificação. É certo que a des-

a I.S. aceitou relacionar-se. A sua elaboração duma crítica da vida quotidiana, a partir de 1947, estudando a passagem da vida rural à vida urbana, veio a influenciar a crítica situacionista; mas a influência da I.S. sobre Lefebvre foi recíproca. Lucien Goldmann (1913-70), de origem romena, foi assistente de Jean Piaget na Suíça, quando ali se refugiou em 1942; pensador marxista, com base no «jovem Marx» e na esteira de Lukács, interessou também os situacionistas, por adoptar (formalmente) «o ponto de vista da totalidade».

truição da linguagem, após um século de poesia, se fez seguindo a tendência da *profundidade*, romântica, reificada e pequeno-burguesa; e isso conforme o explanara Paulhan¹ no seu *Les Fleurs de Tarbes*, ao postular que o pensamento inexprimível valia mais do que a palavra. Mas a feição progressiva desta destruição, na poesia, na escrita romanesca ou nas artes plásticas, reside em ela ser, ao mesmo tempo, o testemunho de toda uma época sobre a insuficiência da expressão artística, sobre a pseudocomunicação. Reside no facto de ela ter constituído a destruição prática dos instrumentos desta pseudocomunicação, levantando a questão da invenção de instrumentos superiores.

Henri Lefebvre (em *La Somme et le reste*) acaba por perguntar «se a crise da filosofia não significará o seu deperecimento e o seu fim enquanto filosofia», esquecendo que isto esteve na base do pensamento revolucionário a partir da 11.ª das *Teses sobre Feuerbach* [de Marx]. Expôs depois uma crítica mais radical, no n.º 15 da revista *Arguments*, encarando a história humana como a travessia e o abandono sucessivos de diversas esferas: o cósmico, o maternal, o divino, e igualmente a filosofia, a economia, a política e, por fim, «a arte, que define o homem através de cintilações deslumbrantes e o humano através de instantes excepcionais, por conseguinte ainda exteriores e alienantes no esforço para se atingir a libertação.» Deparamos aqui, porém, com a ficção científica do pensamento revolucionário pregada na revista *Arguments*, tão audaciosa para abordar milénios de História como se mostra incapaz de propor uma única novidade para daqui ao fim deste século — e na actualidade, bem entendido, se vê engodada pelas piores exumações do neo-reformismo. Lefebvre vê claramente que cada domínio se desmorona ao explicitar-se, atingidas que foram as suas virtualidades e o seu imperialismo, «quando se proclamou totalidade à escala humana (e portanto esgotada). No decurso deste desenvolvimento, e só depois duma tal ilusória e excessiva proclama-

¹ Jean Paulhan (1884-1968), «eminência-sombra» das letras francesas, chefe discreto da *N.R.F. (Nouvelle Revue Française)*, verdadeira autoridade secular. O seu livro *Les Fleurs de Tarbes* é considerado um monumento analítico.

ção, a negatividade, que em si mesmo este mundo já continha desde há muito, afirma-se, desmentindo-o, corroindo-o, desmantelando-o, abatendo-o. Só uma totalidade realizada pode revelar que não é a totalidade.» Este esquema, que se aplica mais à filosofia posterior a Hegel, define perfeitamente a crise da arte moderna, como muito facilmente se verifica estudando uma das suas tendências extremas: a poesia, por exemplo, de Mallarmé ao surrealismo. Estas condições, já dominantes a partir de Baudelaire, constituem aquilo a que Paulhan chama o Terror, por ele considerado como uma crise acidental da linguagem, sem ter em conta o facto de tais condições dizerem respeito, paralelamente, a todos os outros meios de expressão artística. Mas a amplitude de tais perspectivas de Lefebvre de nada lhe serve quando escreve poemas que se apresentam datados segundo o modelo de 1925 e do mais baixo nível quanto à eficácia dessa fórmula. Quando por fim propõe uma concepção da arte moderna (o romantismo revolucionário), eis o que aconselha aos artistas: que voltem a este género de expressão — ou a outros ainda mais antigos — para exprimirem a sensação profunda da vida bem como as contradições dos homens avançados do seu tempo; quer dizer, indistintamente, as contradições do público desses artistas e as deles próprios. Lefebvre pretende ignorar que esta sensação e essas contradições foram já exprimidas por toda a arte moderna, e justamente *chegando assim à destruição da própria expressão*.

Para os revolucionários não há nenhum possível regresso ao passado. O mundo da expressão, qualquer que seja o seu conteúdo, é já caduco. É escandalosamente que ele se repete, para se manter, tanto quanto possa a sociedade dominante conseguir manter a privação e a raridade que constituem as condições anacrónicas do seu reinado. Mas a manutenção ou a subversão desta sociedade não é uma questão utópica; pelo contrário, trata-se da mais ardente questão dos nossos dias, a que domina todas as outras. Lefebvre deveria levar mais longe a reflexão a partir duma questão que expõe no mesmo artigo: «Não terá sido cada grande época da arte uma festa fúnebre em honra dum momento desaparecido?» A questão é igualmente verdadeira no plano

individual, nesse plano em que cada obra representa a festa fúnebre e comemorativa dum momento desaparecido na existência do indivíduo. As criações do futuro deverão modelar directamente a vida, criando e banalizando os «instantes excepcionais». A dificuldade deste salto em frente é avaliada por Goldmann quando observa (numa nota das *Recherches dialectiques*, p. 144): «Não dispomos de qualquer meio de acção *directa* sobre o afectivo.» Será essa justamente a tarefa dos criadores duma nova cultura: inventarem tais meios.

É necessário encontrar instrumentos operatórios intermédios entre esta práxis global em que se dissolverá um dia cada um dos aspectos da vida total duma sociedade sem classes, e a actual prática individual da vida «privada», com os seus pobres recursos artísticos ou outros. Aquilo a que chamamos *situações* a construir reside na busca duma organização dialéctica de realidades parciais passageiras, que André Frankin¹ designou como «uma planificação da existência» individual — que não exclui o acaso, devendo, pelo contrário, «reencontrá-lo» (cf. a sua *Critique du Non-Avenir*).

A *situação* é concebida como o contrário da obra de arte, que é uma tentativa de valorização absoluta — e de conservação — do instante presente. É isto a fina mercearia estética de um Malraux, a propósito do qual convém notar que os «intelectuais de esquerda» que hoje se indignam, vendo-o à testa da mais desprezível e néscia trifulhice política, o tinham antes *levado a sério* — confissão que subscreve a falência deles. Cada situação, por mais conscientemente que possa ser construída, contém a sua negação e caminha inevitavelmente para a sua alteração. No comportamento da vida individual, uma acção situacionista não assenta na ideia abstracta do progresso racionalista (à maneira de Descartes: «tornarmo-nos senhores e detentores da natureza»), mas sim numa prática da composição do meio

¹ Situacionista belga, demitiu-se em 1961, com base em divergências sobre a acção política a desenvolver na Bélgica após a grande greve de 1960-61, de carácter espontâneo, que mobilizou durante meses muitos milhares de trabalhadores e na qual alguns situacionistas estiveram envolvidos. Frankin fizera já parte da Internacional Letrista.

ambiente que nos condiciona. O construtor de situações, retomando uma expressão de Marx, «ao agir, com os seus movimentos, sobre a natureza exterior e ao transformá-la [...], transforma simultaneamente a sua própria natureza».

Uma tese de Asger Jorn, nas discussões que levaram à formação da I.S., consistia no projecto de pôr fim à separação que se deu por volta de 1930 entre os artistas de vanguarda e a esquerda revolucionária, antes aliados. Mas o fundo do problema reside nisto: depois de 1930 não voltou a haver movimento revolucionário nem vanguarda artística para dar resposta às possibilidades da época. Um novo ponto de partida, aqui e ali, deverá por certo fazer-se na unidade dos problemas e das respostas.

Os evidentes obstáculos da actualidade determinam uma certa ambiguidade do movimento situacionista como pólo de atracção para artistas prontos a fazer *outra coisa*. Tal como os proletários acampam, teoricamente, diante da nação, os situacionistas acampam frente às portas da cultura. Fazem-no, porém, sem nesta se quererem estabelecer, inscrevendo-se às avessas na arte moderna; são os organizadores da ausência duma vanguarda estética que a crítica burguesa espera e que, continuamente decepcionada, se apronta a saudar na primeira ocasião. A I.S. não faz tal coisa sem correr o risco de passar por diversas interpretações retrógradas, inclusive no seu próprio seio. Até os artistas da decomposição — por exemplo, no último mercado organizado em Veneza¹ — já falam de «situações». Os que entendem sempre tudo em termos de velharias artísticas, como mediócras fórmulas verbais destinadas a assegurar a venda de obrinhas pictóricas ainda mais mediócras, podem ver a I.S. já guindada a um certo êxito e reconhecimento; mas é por não terem percebido o lance, *ainda a empreender*, para o qual nos associámos.

Bem entendido, o deperecimento das formas artísticas, se é verdade traduzir-se na impossibilidade da sua renovação criadora, nem por isso conduz de imediato ao seu verdadeiro desaparecimento prá-

¹ Ou seja, Bienal de Veneza.

tico. Tais formas artísticas podem repetir-se com diversos matizes. Mas tudo isso revela «o tremor deste mundo», para falarmos como Hegel no prefácio à *Fenomenologia do Espírito*: «A frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o vago pressentimento do incógnito, são os sinais anunciadores de algo diferente que já está em curso».

É mais longe que devemos ir, sem nos vincularmos seja ao que for da cultura moderna e a nada, tão-pouco, da sua negação.

Não é do espectáculo do fim dum mundo que queremos ocupar-nos; do que queremos ocupar-nos é do fim do mundo do espectáculo.

I. S., n.º 3, Dezembro de 1959



O cinema depois de Alain Resnais

A «nova vaga» de realizadores que neste momento procede à renovação do cinema francês, antes de mais nada define-se pela ausência notória e completa de novidade artística, até no mero plano das intenções. Menos negativamente, caracterizam-na algumas condições económicas particulares cuja feição dominante reside sem dúvida na importância que adquiriu em França, desde há uns dez anos, uma certa crítica cinematográfica, que representa uma força complementar útil para a exploração comercial dos filmes. Estes críticos acabaram por empregar esta força directamente para uso próprio, na qualidade de autores de filmes. É isto que constitui a sua única unidade. As valorizações respeitadas, que eles aplicavam numa produção de que nada percebiam, servem doravante para as suas próprias obras, que se tornaram realizáveis por bom preço na medida justamente em que

este jogo de valorização pode substituir, num público bastante vasto, as dispendiosas atracções do *star system*. A «nova vaga» é principalmente expressão dos interesses desta camada de críticos.

Na confusão de que estes sempre viveram, como críticos e como cineastas, o filme de Alain Resnais, *Hiroshima mon amour*, passa juntamente com a famosa vaga, recolhendo o mesmo género de admiração. É fácil reconhecer a sua superioridade. Mas poucos, ao que parece, tratam de definir a sua natureza.

Resnais realizara já várias curtas metragens com enorme talento (*Nuit et Brouillard*), mas é *Hiroshima* que marca um salto qualitativo no desenvolvimento da sua obra e no do espectáculo cinematográfico mundial. Se excluirmos experiências que até aqui ficaram à margem do cinema, como certos filmes de Jean Rouch no referente ao conteúdo, ou as do grupo letrista, por volta de 1950, quanto às investigações formais (Isou, Wolman, Marco¹ — as correspondências, sobretudo do primeiro, não são curiosamente assinaladas por ninguém), *Hiroshima* surge como o filme mais original e inovador desde a época da afirmação do cinema sonoro. *Hiroshima*, sem renunciar a um domínio dos poderes da imagem, baseia-se na preeminência do som: a importância da palavra provém não só duma quantidade e até duma qualidade incomuns, mas do facto de o desenrolar do filme ser muito menos apresentado pelos gestos das personagens filmadas do que pelo seu recitativo (que chega a estabelecer soberanamente o

¹ Isidore Isou, n. em 1924 na Roménia, foi o criador em Paris, em 1947, do letrismo, tendência de vanguarda que se propunha, retomando a iconoclastia dos dadaístas e dos primeiros surrealistas, levar até ao fim a autodestruição das formas artísticas. Debord encontra os letristas em 1951, no Festival de Cannes, onde eles apresentam (vaiado) o filme de Isou, *Tratado de Baba e Eternidade*, sem imagens e com uma banda sonora constituída por poemas onomatopaicos e monólogos. Isou e o grupo letrista evoluíram depois para posições neo-artísticas, provocando isso a criação duma nova tendência, a Internacional Letrista. — Gil J Wolman realizou em 1952 *O Anticonceito*, filme com uma banda sonora não narrativa, incluindo ruídos fisiológicos, e imagem constituída por círculos pretos e brancos projectada sobre um ecrã esférico. — Marco, autor de *Manifesto por um Cinema Englobante* e outros textos cinematográficos.

sentido da imagem, como acontece no longo *travelling* pelas ruas que conclui a primeira sequência).

O público conformista sabe que é permitido admirar Resnais. Admira-o, portanto, tal como admira um Chabrol. Resnais, em diversas declarações, mostrou ter seguido uma orientação que se reflecte na investigação dum cinema baseado na autonomia do som (ao definir *Hiroshima* como uma «longa curta-metragem» comentada; ao reconhecer o seu interesse por alguns filmes de Guitry¹; ao falar da sua tendência para uma ópera cinematográfica). Todavia, a discrição pessoal e a modéstia de Resnais contribuíram para encobrir o sentido da evolução que ele representa. A crítica, deste modo, dividiu-se em reservas e louvores igualmente inadequados.

A objecção mais banal e mais falsa consiste em dissociar Resnais de Marguerite Duras, saudando o talento do realizador para deplorar o exagero literário dos diálogos. O filme é o que é graças a este emprego da linguagem, por que Resnais optou e que a sua argumentista conseguiu. Jean-François Revel, denunciando muito justamente, na revista *Arts* (26-8-59), a «revolução retrospectiva» conduzida pelo pseudomodernismo das «novas vagas», romanesco ou cinematográfico, comete o erro de nisso englobar Resnais por causa do seu comentário, «imitação de Claudel». Revel, por conseguinte, que desde há muito é apreciado pela inteligência dos seus ataques sem nunca definir aquilo que preza, mostra uma súbita fraqueza quando se trata de distinguir, na pacotilha da moda, uma novidade efectiva. Aquilo que prefere, segundo o seu artigo na *Arts*, simplesmente por causa do conteúdo simpático, é a desgraçada convenção cinematográfica de *Tripas ao Sol*, de Bernard-Aubert.

Os partidários de Resnais falam com bastante liberalidade de génio, por causa do prestigioso mistério do termo, que os dispensa de explicarem a importância objectiva de *Hiroshima*: o aparecimento,

¹ Actor e autor francês de farsas (1885-1957), também cineasta. Guitry, cujos filmes assentam no texto, no diálogo, é em geral associado a Jean Renoir e Marcel Pagnol no advento dum cinema «realista».

no cinema «comercial», do movimento de autodestruição que domina toda a arte moderna.

Os admiradores de *Hiroshima* esforçam-se por encontrar neste filme os pequenos aspectos admiráveis graças aos quais se lhe associariam. E deste modo toda a gente se põe a falar de Faulkner e da sua temporalidade. A este respeito, Agnès Varda, que não possui nada, diz-nos dever tudo a Faulkner. Na realidade, cada qual insiste na subversão do tempo, visível no filme de Resnais, para nele não ver os outros aspectos destrutivos. Da mesma maneira, fala-se de Faulkner como dum especialista, meramente accidental, da extrema fragmentação do tempo, encontrada por acaso por Resnais, para esquecer o que já acontecera ao tempo, e mais geralmente à narrativa romanesca, com Proust e Joyce. O tempo de *Hiroshima*, a confusão de *Hiroshima*, não são uma anexação do cinema pela literatura; são a sequência, no cinema, do movimento que levou toda a escrita, e antes de mais nada a poesia, para a dissolução.

Da mesma maneira que Resnais é explicado devido a talentos excepcionais, verifica-se também a tendência para o explicar com base em motivações psicológicas pessoais — ambas as coisas com um papel evidente, que não examinaremos aqui. Ouvimos assim dizer que o tema de todos os filmes de Alain Resnais é a memória, tal como o dos filmes de Hawks, por exemplo, é a amizade viril, e por aí fora. Pretende-se assim ignorar que a memória é forçosamente o tema significativo do eclodir da fase de crítica interna duma arte, do seu questionamento; a sua dissolvente contestação. A questão do sentido da memória está sempre ligada à questão do sentido duma permanência transmitida pela arte.

O mais simples acesso do cinema ao meio de expressão livre encontra-se já, ao mesmo tempo, na perspectiva da demolição deste meio. Logo que o cinema se enriquece com os poderes da arte moderna, atinge a crise global da arte moderna. Este passo em frente aproxima o cinema da sua morte, ao mesmo tempo que o aproxima da sua liberdade: ou seja, da prova da sua insuficiência.

No cinema, a reivindicação duma liberdade de expressão igual à das outras artes esconde a falência geral da expressão na recta final de todas as artes modernas. A expressão artística em nada constitui uma verdadeira *self-expression*, uma realização individual da vida. A proclamação do «filme de autor» é já caduca antes de efectivamente ter ultrapassado a pretensão e a quimera. O cinema, que virtualmente possui poderes mais fortes do que as artes tradicionais, está por demais preso a cadeias económicas e morais para alguma vez poder ser livre nas presentes condições sociais. De modo que o litígio do cinema será sempre um litígio a interpor recurso. E quando o derrube previsível das condições culturais e sociais permitir um cinema livre, muitos outros domínios da acção terão necessariamente surgido. É provável que então a liberdade do cinema seja amplamente superada e esquecida, no desenvolvimento geral dum mundo onde o espectáculo terá deixado de ser dominante. O carácter distintivo e fundamental do espectáculo moderno é a encenação da sua própria ruína. A importância do filme de Resnais, seguramente concebido fora desta perspectiva histórica, consiste em acrescentar-lhe uma nova confirmação.

I. S. n.º 3, Dezembro de 1959



Posições situacionistas sobre a circulação

1

O defeito de todos os urbanistas consiste em considerarem o automóvel individual (e os seus subprodutos, do tipo *scooter*) essencialmente como um meio de transporte. Nisto reside a principal materialização duma concepção da felicidade que o capitalismo desenvolvido tende a disseminar em toda a sociedade. O automóvel como bem soberano duma vida alienada, e inseparavelmente como produto essencial do mercado capitalista, está no centro da mesma propaganda global: diz-se este ano, correntemente, que a prosperidade económica norte-americana dependerá em breve do êxito do lema: «Dois carros por família».

2

O tempo de transporte, como muito bem viu Le Corbusier, é um sobretrabalho que reduz na mesma proporção a jornada de vida pretensamente livre.

3

Temos de passar da circulação como suplemento do trabalho à circulação como prazer.

4

Querer refazer a arquitectura em função da existência actual, maciça e parasitária, dos carros individuais, é deslocar os problemas com um grave irrealismo. É preciso refazer a arquitectura em função de todo o movimento da sociedade, criticando todos os valores passageiros, ligados a formas de relações sociais condenadas (a família, em primeiro lugar).

5

Mesmo que possa admitir-se provisoriamente, num período de transição, a divisão absoluta entre zonas de trabalho e zonas de habi-

tação, é pelo menos preciso prever uma terceira esfera: a da própria vida (a esfera da liberdade, dos ócios — a verdade da vida). Sabemos que o urbanismo unitário não tem fronteiras; que pretende constituir uma unidade total do meio ambiente humano onde as separações, do tipo trabalho/ócios, colectivos/vida privada, serão finalmente dissolvidas. Mas antes disso, a acção mínima do urbanismo unitário há-de ser o terreno de jogos alargado a todas as construções desejáveis. Este terreno terá o grau de complexidade duma cidade antiga.

6

Não se trata de combater o automóvel como um mal. É a sua extrema concentração nas cidades que acaba por negar o seu papel. O urbanismo não deverá certamente ignorar o automóvel, mas deverá ainda menos aceitá-lo como tema central, impondo-se-lhe que aposte no seu deprecimento. Seja como for, pode prever-se a sua proibição no interior de certos conjuntos novos, tal como em certas cidades antigas.

7

Os que julgam que o automóvel é eterno, não pensam, nem sequer dum ponto de vista estritamente técnico, nas outras formas de transporte futuras. Por exemplo, certos modelos de helicópteros individuais, actualmente experimentados pelo exército dos Estados Unidos, estarão provavelmente difundidos entre o público daqui a menos de vinte anos.

8

A ruptura da dialéctica do meio ambiente humano em favor dos automóveis (projecta-se a abertura de auto-estradas em Paris, levando isso à destruição de milhares de alojamentos, ao mesmo tempo que a crise da habitação se agrava sem cessar) esconde a sua irracionalidade por trás das explicações pseudopráticas. Mas a sua verdadeira necessidade prática corresponde a um estado social preciso. Os que julgam que os dados do problema são permanentes, na realidade querem acreditar na permanência da sociedade actual.

50

9

Os urbanistas revolucionários não hão-de preocupar-se apenas com a circulação das coisas e dos homens coagulados num mundo de terrenos para desfazer estas cadeias topológicas, experimentando a circulação dos homens com base na vida autêntica.

I. S. n.º 3, Dez

embro de 1959

DEBORD



O urbanismo unitário no fim dos anos 50

Em Agosto

paravam a forma de 1956, um panfleto assinado pelos grupos que preda Arte de Variação da I.S., apelando a boicotar o pretensu «Festival -se da mais co-guarda»¹ convocado para Marselha, assinalava tratar- anos representamplena selecção oficial «daquilo que dentro de vinte Com efeito, rá a imbecilidade dos anos 50».

quase exclusiva a arte moderna deste período terá sido dominada, e estagnação que mente composta, por repetições camufladas, por uma tro de operação traduz o esgotamento definitivo de todo o antigo tea- outro. Todavia, s cultural, bem como a impotência para descobrir um tempo certas fo subterraneamente, foram-se constituindo ao mesmo rças. É o que se passa com a concepção do urbanismo

¹ Encontro reali

Corbusier, para reuzado em Marselha, em Agosto de 1956, sob os auspícios de Le lonesco, Beckett, enir os artistas e escritores da vanguarda oficial (Agnès Varda, Tapiè, de Boicote, atacand.). A Internacional Letrista difundiu na ocasião um panfleto, *Ordem* baseado a sua carro «todos os escritores e artistas contemporâneos conhecidos por terem anteriores, em geraira na cópia e vulgarização reaccionária duma ou outra novidades [de fraco alcance.»

51

unitário (U.U.), apreendida desde 1953, designada pela primeira vez em finais de 1956 num panfleto distribuído em Turim durante uma manifestação dos nossos camaradas («Palavras obscuras», escrevia *La Nuova Stampa* de 11 de Dezembro, no género desta advertência: «O futuro dos vossos filhos depende disto, manifestem o vosso apoio ao urbanismo unitário!»). O urbanismo unitário é uma preocupação central da I.S.; e sejam quais forem os prazos e as dificuldades quanto à sua aplicação, o relatório inaugural da Conferência de Munique¹ constata muito justamente que com o seu aparecimento no plano da investigação e do projecto o urbanismo unitário já começou.

Os anos 50 estão prestes a acabar. Sem procurarmos prever se a sua imbecilidade na arte e no emprego da vida, dependente de causas gerais, poderá imediatamente atenuar-se ou agravar-se, é tempo de vermos em que pé se encontra o U.U. após um primeiro estágio de desenvolvimento. São vários os pontos a explicitar.

Antes de mais, o urbanismo unitário não é uma doutrina urbanística, é uma crítica do urbanismo. Do mesmo modo, a nossa presença na arte experimental é uma crítica da arte, impondo-se a investigação sociológica como uma crítica da sociologia. Nenhuma disciplina separada pode ser aceite em si mesma, avançamos para uma criação global da existência.

O urbanismo unitário distingue-se dos problemas do habitat, embora esteja destinado a englobá-los; ainda com mais razão, distingue-se das actuais trocas comerciais. Neste momento encara um terreno de experiência para o *espaço social* das cidades futuras. Não é uma reacção contra o funcionalismo [urbanístico], é a sua superação; trata-se de atingir, para além do utilitário imediato, um meio ambiente funcional apaixonante. O funcionalismo, que ainda pretende estar na vanguarda por deparar com resistências passadistas, já triunfou amplamente. As suas contribuições positivas: a adaptação a funções práticas, a inovação técnica, o conforto, a proscrição do

¹ Realizada em Abril de 1959, com a participação dos situacionistas da Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda e Itália.

ornamento acrescentado, são hoje banalidades. Mas o seu campo de aplicação, no fim de contas limitado, não conduziu o funcionalismo a uma correlativa modéstia teórica. Para justificar filosoficamente a extensão dos seus princípios renovadores a toda a organização da vida social, o funcionalismo fundiu-se, quase sem dar por isso, nas mais imóveis doutrinas conservadoras (ao mesmo tempo que ele próprio se coagulou como doutrina imóvel). Impõe-se-lhe construir atmosferas inabitáveis; construir as ruas da vida real, os cenários dum sonho desperto. A questão da construção de igrejas apresenta um critério particularmente notório. Os arquitectos funcionalistas tendem a aceitar construir igrejas, pensando — caso não sejam uns idiotas deístas — que a igreja, edifício sem função num urbanismo funcional, pode ser tratada como um livre exercício de formas plásticas. O erro deles reside em descuidarem a realidade psico-funcional da igreja. Os funcionalistas, que exprimem o utilitarismo técnico duma época, não podem sair-se bem numa só igreja, no sentido em que a catedral foi o êxito unitário duma sociedade a que temos de chamar primitiva, afundada muito mais longe do que nós na miserável pré-história da humanidade. Os arquitectos situacionistas, quanto a eles, ao procurarem criar, na própria época das técnicas que permitiram o funcionalismo, novos contextos de comportamento libertos da banalidade e de todos os velhos tabus, opõem-se absolutamente à edificação, e até à conservação, de edifícios religiosos com os quais se encontram em concorrência directa. O urbanismo unitário está objectivamente ligado aos interesses duma subversão global.

Tanto como se distingue do habitat, o urbanismo unitário diferencia-se dos problemas estéticos. Opõe-se ao espectáculo passivo, princípio da nossa cultura, na qual a organização do espectáculo se vai alargando mais escandalosamente conforme vão aumentando os meios de intervenção humana. Ao passo que nos nossos dias as próprias cidades existem como um lamentável espectáculo, um suplemento museológico para turistas passeados em autocarros de vidro, o U.U. encara o meio ambiente urbano como terreno dum jogo em participação.

O urbanismo unitário não está idealmente separado do terreno actual das cidades. Forma-se a partir da experiência deste terreno e a partir, também, das construções existentes. Devemos explorar os cenários actuais, pela afirmação dum espaço urbano lúdico cujo reconhecimento a deriva estabelece, tanto como devemos construir cenários inteiramente inéditos. Esta interpenetração (utilização da cidade presente, construção da cidade futura) implica o maneio do desvio arquitectural.

O urbanismo unitário opõe-se à fixação das cidades no tempo, levando, pelo contrário, a que se preconize a sua transformação permanente, promovendo um movimento acelerado de abandono e reconstrução da cidade no tempo, e, sendo possível, também no espaço. Pôde assim encarar-se a possibilidade de tirar partido das condições climatéricas onde já se desenvolveram duas grandes civilizações arquitectónicas — no Camboja e no sudeste do México — para construir na floresta virgem cidades moventes. Os novos bairros de uma tal cidade poderiam ser construídos cada vez mais para oeste, desbravado conforme se fosse avançando, deixando-se a parte correspondente ao Leste entregue à invasão da vegetação tropical, criando esta, por si mesma, uma passagem gradual entre a cidade moderna e a natureza selvagem. Uma cidade assim perseguida pela floresta, além da inigualável zona de deriva que por detrás dela se formaria e duma associação com a natureza mais ousada do que as tentativas de Frank Lloyd Wright, teria a vantagem duma encenação da fuga do tempo, num espaço social condenado à renovação criadora.

O urbanismo unitário, oposto à fixação das pessoas em pontos determinados duma cidade, constitui o pedestal duma civilização dos ócios e do jogo. Dever-se-á notar que na acanhada coacção do sistema económico actual, a técnica foi empregue para multiplicar os pseudojogos da passividade e da extrema fragmentação social (televisão), ao mesmo tempo que as novas formas de participação lúdica também possíveis são regulamentadas por todas as polícias: caso dos radioamadores, reduzidos a um escutismo técnico.

Sendo a experiência situacionista da deriva simultaneamente instrumento de estudo e de jogo no meio ambiente urbano, ela encontra-se, por isso mesmo, na via do urbanismo unitário. Não querer separar o teórico do prático, a propósito do U.U., é não só fazer evoluir a construção (ou as investigações sobre a construção, através de maquetas) a par do pensamento teórico, mas também, e sobretudo, não separar a directa utilização lúdica da cidade, colectivamente sentida, do urbanismo como construção. Os jogos e emoções reais nas cidades de hoje são inseparáveis dos projectos do urbanismo unitário, tal como mais tarde as suas realizações não se devem separar de jogos e emoções que hão-de brotar desta realização. As derivas que a Internacional Situacionista empreenderá na Primavera de 1960 em Amsterdão, com meios de transporte e telecomunicações bastante poderosos, são encaradas, na mesma proporção, como um estudo objectivo da cidade e como um jogo das comunicações. Com efeito, a deriva, afora os seus ensinamentos essenciais, só permite um conhecimento datado. Em poucos anos, a construção ou a demolição de casas, a deslocação das micro-sociedades e das modas, bastam para transformar a rede de atracções superficiais duma cidade; fenómeno este, de resto, muito animador na altura em que chegarmos a uma ligação dinâmica entre a deriva e a construção urbana situacionista. É óbvio que até lá o próprio meio ambiente urbano se transformará, caoticamente, ultrapassando as derivas cujas conclusões não tenham podido traduzir-se em alterações conscientes deste meio ambiente. Mas o primeiro ensinamento da deriva reside na sua própria existência em jogo.

Estamos apenas no início da civilização urbana; temos ainda de a edificar nós próprios, embora partindo de condições preexistentes. Todas as histórias que vivemos, a deriva da nossa existência, estão marcadas pela busca (ou pela falta) duma construção superior. A transformação do meio ambiente faz surgir novos estados de sentimentos, primeiro passivamente apreendidos e depois capazes de reagir construtivamente, com o crescimento da consciência. Londres foi a primeira realização urbana da revolução industrial, sendo a lite-

ratura inglesa do século XIX aquela que testemunha uma consciencialização dos problemas da atmosfera e das possibilidades qualitativamente diferentes numa grande aglomeração. A lenta evolução histórica das paixões adquire uma das suas novas direcções com o amor de Thomas de Quincey e da pobre Ann, fortuitamente separados e em busca um do outro sem nunca se encontrarem «no imenso labirinto das ruas de Londres; talvez a poucos passos um do outro...». A vida real de Thomas de Quincey no período que vai de 1804 a 1812 faz dele um precursor da deriva: «Procurando ambiciosamente encontrar a minha passagem do Noroeste, para evitar ultrapassar de novo todos os cabos e promontórios com que deparara na minha primeira viagem, entrei subitamente em labirintos de vielas [...] Teria por vezes podido pensar que era eu o primeiro a descobrir algumas destas *terrae incognitae*, duvidando que tivessem sido assinaladas nos modernos mapas de Londres.» Já em finais do século, esta sensação é tão correntemente aceite na escrita romanesca que Stevenson apresenta uma personagem que se espanta, na noite londrina, por «caminhar durante tanto tempo num cenário tão complexo sem sequer encontrar a sombra duma aventura» (*New Arabian Nights*). Os urbanistas do século XX deverão construir aventuras.

O mais simples acto situacionista há-de consistir em abolir todas as recordações da *utilização do tempo* da nossa época. Uma época que até agora tem vivido muito abaixo das suas possibilidades.

I. S. n.º 3, Dezembro de 1959



O fim da economia e a realização da arte

O tempo, para o homem, é simplesmente uma sucessão de fenómenos num ponto de observação do espaço, enquanto que o espaço é a ordem de coexistência dos fenómenos no tempo, ou o seu processo.

O tempo é a transformação só concebível sob a forma de movimento em progressão no espaço, enquanto que o espaço é o estável só concebível como participação num movimento. Nem o espaço nem o tempo possuem uma realidade, ou valor, fora da mudança, ou processo, quer dizer, fora da combinação activa espaço-tempo. A acção do espaço-tempo é o processo, sendo este processo ele próprio a transformação do tempo em espaço e a transformação do espaço em tempo.

Vemos assim que o aumento de qualidade, ou resistência contra a mudança, se deve ao aumento quantitativo. Ambos estes aumentos evoluem conjuntamente. É este desenvolvimento que constitui o objectivo do progresso socialista: o aumento da qualidade através do aumento da quantidade. E este desenvolvimento admite que o referido duplo aumento é forçosamente idêntico à diminuição do valor, à diminuição do espaço-tempo. É isso a reificação.

A grandeza que determina o valor é o espaço-tempo, instante ou acontecimento. O espaço-tempo reservado à existência da espécie humana na Terra manifesta o seu valor em acontecimentos. Não havendo acontecimentos, a História não existe. O espaço-tempo duma vida humana é a sua propriedade privada. Foi esta a grande descoberta de Marx, na perspectiva da libertação humana; mas, ao mesmo tempo, isto foi o ponto de partida dos erros dos marxistas, porque uma propriedade só se torna valor ao realizar-se, ao libertar-se, ao utilizar-se, e aquilo que torna realidade o espaço-tempo duma vida humana é a sua variabilidade. E o que torna o indivíduo um valor social é a sua variabilidade de comportamento relativamente aos outros indivíduos. Tornando-se privada esta variabilidade,

excluída da valorização social, como acontece no socialismo autoritário, o espaço-tempo do homem torna-se irrealizável. Deste modo, o carácter privado das qualidades humanas (os *hobbies*) tornou-se uma desvalorização ainda maior da vida humana do que a propriedade privada dos meios de produção, visto no determinismo socialista o inútil ser inexistente. O socialismo, em vez de abolir o carácter privado das propriedades, não fez senão aumentá-lo de modo extremo, tornando o próprio homem inútil e socialmente inexistente.

O objectivo do desenvolvimento artístico é a libertação dos valores humanos através da transformação das qualidades humanas em valores reais. E é aqui que começa a revolução artística contra o desenvolvimento socialista, a revolução artística associada ao projecto comunista...

O valor da arte, relativamente aos valores práticos, é assim um contravalor, sendo avaliado no sentido inverso destes últimos. A arte constitui o convite a um dispêndio de energia sem objectivo preciso, afora aquele com que o próprio espectador pode contribuir para essa actividade. É a prodigalidade... Imaginou-se, no entanto, que o valor da arte residia na sua duração, na sua qualidade. Julgou-se que o ouro e as pedras preciosas eram valores artísticos, que o valor artístico era uma qualidade inerente ao objecto em si. Mas a obra de arte é simplesmente a confirmação do homem como essencial fonte de valor...

A revolução capitalista foi essencialmente uma socialização do consumo. A industrialização capitalista traz à humanidade uma socialização tão profunda como a socialização proposta pelos socialistas — a dos meios de produção. A revolução socialista constitui a inteira execução da revolução capitalista. O único elemento a tirar do sistema capitalista é a poupança, porque a riqueza do consumo já foi eliminada pelos próprios capitalistas. Encontrar nos nossos dias um capitalista cujo consumo ultrapasse as mais mesquinhas exigências é coisa muito rara. A diferença entre a vida que levava um grão-senhor do século XVII e um grande capitalista da época de Rockefeller é grotesca, acentuando-se sem cessar.

A riqueza na variabilidade do consumo foi economizada pelo capitalismo, porque a mercadoria não passa dum socializado objecto de uso. É por isso que os socialistas evitam ocupar-se do objecto de uso.

A socialização do objecto de uso, que permite considerá-lo como uma mercadoria, tem três aspectos principais:

a) Só o objecto de uso de interesse comum, desejado por um número de pessoas bastante grande, pode servir como mercadoria. A mercadoria ideal é o objecto desejado por todos. Para abrir caminho à produção industrial com vista a uma tal socialização, o capitalismo precisava destruir a ideia da produção individual e artesanal, apodando-a de «formalismo».

b) Para que se possa falar de mercadoria, é necessário dispor duma quantidade de objectos exactamente similares. A indústria ocupa-se apenas dos objectos em série, que fabrica em número cada vez maior.

c) A produção capitalista é caracterizada por uma propaganda do consumo popular que atinge uma força e um volume incriveis. O reclamo em prol duma produção socialista é simplesmente a consequência lógica do reclamo em prol dum consumo socializado.

A moeda é a mercadoria completamente socializada, indicando a medida de valor comum a toda a gente...

A socialização constitui realmente um sistema edificado sobre a poupança absoluta. Vejamos o objecto de uso. Conforme observámos, o objecto de uso devém mercadoria no momento em que se torna imediatamente inútil, no instante em que o elo causal entre consumo e produção se vê anulado. Só um objecto de uso transformado em poupança, depositado, se torna mercadoria, e isto apenas no caso em que houver uma quantidade de objectos de uso em depósito. Este sistema do armazenamento, que está na raiz da mercadoria, não é eliminado pelo socialismo, bem pelo contrário: o sistema socialista baseia-se no depósito de toda a produção sem excepção, antes de ser distribuída, com o objectivo de assegurar um controle perfeito desta distribuição.

Até agora, nunca se analisou a acumulação — o depósito ou a poupança — na sua própria forma, que é a do recipiente. O depósito

faz-se em função da relação entre recipiente e conteúdo. Registámos, de início, que a substância, amiúde designada conteúdo, é simplesmente o processo; e sob a forma de conteúdo ela significa uma matéria em depósito, uma força latente. Mas sempre a considerámos a partir da sua própria forma estável. A forma dum recipiente, quanto a ela, é contrária à forma do seu conteúdo; a sua função consiste em impedir o conteúdo de entrar em processo, excepto em condições controladas e limitadas.

A forma-recipiente é assim algo muito diferente da forma da matéria em si, em que nunca há nada que não seja a forma do conteúdo; um dos termos é posto aqui em contradição absoluta com o outro. Só no domínio biológico o recipiente devém função elementar. Toda a vida biológica evoluiu, por assim dizer, opondo formas-recipientes às formas da matéria. O desenvolvimento técnico segue o mesmo caminho; e todos os sistemas de medida, de controle científico, são relacionamentos de formas objectivas com formas-recipientes.

As formas-recipientes são estabelecidas como contradição das formas medidas. A forma-recipiente normalmente esconde a forma do conteúdo, possuindo assim uma terceira forma: a da aparência. Estas três formas nunca são claramente distinguidas nas discussões sobre a forma...

O dinheiro é a medida do tempo no espaço social... O dinheiro é o meio de impor a mesma velocidade num dado espaço, que é o da sociedade. A invenção da moeda encontra-se na base do socialismo «científico», estando a destruição da moeda na base da superação do mecanismo socialista. A moeda é a obra de arte transformada em números. O comunismo realizado será a obra de arte transformada em totalidade da vida quotidiana...

É a burocracia que aparece, em toda a parte onde se manifesta (no capitalismo, no reformismo, no poder dito «comunista»), como a realização da socialização contra-revolucionária, comum, de certa maneira, aos diversos sectores rivais do mundo actual. A burocracia é a forma-recipiente da sociedade: bloqueia o processo, a revolução.

Em nome do controle da economia, a burocracia economiza incontrôladamente (para os seus próprios fins, para a conservação do existente). Tem todos os poderes, com excepção do poder de transformar as coisas. E toda a transformação se faz primeiramente contra ela...

O comunismo real será o salto da comunicação para o domínio da liberdade e dos valores. O valor artístico, contrário ao valor utilitário (habitualmente chamado material), é o valor progressivo porque constitui a valorização do próprio homem, através dum processo de provocação.

A política económica, desde Marx, mostrou as suas impotências e as suas reviravoltas. Uma hiperpolítica deverá tender à realização directa do homem.

ASGER JORN

Texto extraído do opúsculo de Jorn intitulado *Critique de l'économie politique*, editado na série «Relatórios apresentados à I.S.» (Bruxelas, Maio de 1960), reeditado na I. S. n.º 4, Junho de 1960.



Instruções para um armamento

Se algo há de irrisório em falarmos de revolução, é com certeza porque o movimento revolucionário organizado desapareceu há muito tempo dos países modernos, onde precisamente estão concentradas as possibilidades duma transformação decisiva da sociedade. Mas tudo o resto é muito mais irrisório ainda, visto tratar-se do existente e das diversas formas da sua aceitação. O termo «revolucionário» está tão desgatilhado que até já designa, como publicidade, as mínimas mudanças operadas, com pormenor, na incessantemente modificada produção mercantil, porque em lado nenhum se vêem

exprimidas as possibilidades duma *desejável* transformação central. Nos nossos dias, o projecto revolucionário comparece como réu perante a História; reprovam-lhe o facto de ter falhado, de haver contribuído com uma nova alienação. Verifica-se assim que a sociedade dominante soube defender-se, a todos os níveis da realidade, muito melhor do que previram os revolucionários. Não que ela se tenha tornado mais aceitável. O que acontece é que a revolução precisa de ser reinventada.

Isto põe um conjunto de problemas que deverão ser dominados teórica e praticamente nos próximos anos. Podemos assinalar sumariamente alguns aspectos, a respeito dos quais é urgente entendermo-nos.

Da tendência para um reagrupamento que hoje se manifesta na Europa em diversas minorias do movimento operário, só podemos reter a corrente mais radical, que antes de mais nada se identifica com base no lema dos Conselhos de Trabalhadores. Convirá não esquecer que certos elementos meramente confusionistas procuram situar-se nesta confrontação (ver o acordo há pouco estabelecido entre algumas revistas filosófico-sociológicas «de esquerda», de diversos países).

A maior dificuldade dos grupos que procuram criar uma organização revolucionária de novo tipo consiste em estabelecerem novas relações humanas no seio duma tal organização. É certo e seguro que a sociedade exerce uma pressão omnipresente contra esta tentativa. Mas se não for possível lá chegar através de métodos que pressupõem a experiência, não se poderá sair da política especializada. Na gestão duma organização, e duma sociedade, depois, realmente novas, a reivindicação duma participação de todos passa de necessidade *sine qua non* à condição dum desejo abstracto e moralizador. Os militantes, mesmo deixando de ser simples executantes das decisões dos donos do aparelho partidário, expõem-se ainda a ver-se reduzidos ao papel de espectadores daqueles que no seu seio são os mais qualificados na política, concebida como uma especialização; reconstituindo assim a relação de passividade do velho mundo.

A participação e a criatividade das pessoas dependem dum projecto colectivo que explicitamente diga respeito a todos os aspectos

do vivido. É este também o único caminho para «encolerizar o povo», fazendo aparecer o terrível contraste entre construções possíveis da vida e a sua presente miséria. Sem a crítica da vida quotidiana, a organização revolucionária não passa de um meio separado, tão convencional e tão passivo, no fim de contas, como esses aldeamentos turísticos que constituem o terreno especializado dos ócios modernos. Certos sociólogos, como Henri Raymond ao estudar Palínuro, evidenciaram o mecanismo do espectáculo, que recria nas férias, à laia de jogo, as relações da sociedade global. Mas, ingenuamente, estes sociólogos aplaudiram, por exemplo, a «multiplicidade dos contactos humanos», sem reconhecerem que o mero aumento quantitativo destes contactos faz deles coisas tão desanimadas e inautênticas como em todo o lado. Mesmo no mais anti-hierárquico e libertário grupo revolucionário, a comunicação entre as pessoas nunca fica assegurada com base no seu programa político comum. Os sociólogos são por norma partidários dum reformismo da vida quotidiana, defendendo que nesta se organize, durante o tempo de férias, uma compensação. Mas o projecto revolucionário não pode aceitar a ideia clássica do jogo limitado no espaço, no tempo e na profundidade qualitativa. O jogo revolucionário, a criação da vida, opõe-se a todas as recordações dos jogos do passado. As aldeias de férias do «Club Méditerranée», para tomarem a direcção oposta ao género de vida que as pessoas levam durante quarenta e nove semanas de trabalho, baseiam-se numa ideologia polinésica de trazer por casa, um pouco como a Revolução Francesa se exibiu com o disfarce da Roma republicana, ou como certos revolucionários dos nossos dias se vêem eles próprios e se definem em conformidade com *o papel do militante*, de estilo bolchevique ou outro. A revolução da vida quotidiana não poderá extrair a sua poesia do passado, mas apenas do futuro.

Precisamente, na crítica da ideia marxista de *extensão do tempo de lazer*, há naturalmente uma justa correcção suscitada pela experiência dos ociosos lazeres do capitalismo moderno; porque é verdade que a plena liberdade do tempo implica, antes de mais nada, a transformação do trabalho, bem como a apropriação deste trabalho com objec-

tivos e condições em tudo diferentes do trabalho forçado até hoje existente (cf. a acção dos grupos que em França publicam *Socialisme ou Barbarie*, em Inglaterra *Solidarity for Workers' Power*, na Bélgica *Alternative*). Mas a partir daí, os que sublinham inteiramente a necessidade de transformar o próprio trabalho, de o racionalizar, de nisso interessarem as pessoas, correm o risco, ao descurarem a ideia do conteúdo livre da vida (dum poder criativo materialmente equipado que se trata de desenvolver para além do clássico tempo de trabalho — também ele modificado —, bem como para além do tempo de descanso e distração), de na realidade darem cobertura a uma harmonização da produção actual, promovendo *um maior rendimento*, sem que seja posto em causa o próprio vivido da produção, a necessidade desta vida, no plano mais elementar da contestação. A livre construção de todo o espaço-tempo da vida individual é uma reivindicação que se impõe a defender, contra toda a espécie de sonhos de harmonia apresentados pelos candidatos a gestores da próxima arrumação social.

Os diferentes momentos da actividade situacionista até agora realizada só podem ser entendidos na perspectiva dum súbito surgimento da revolução, duma revolução não só cultural mas também social, cujo campo de aplicação deverá desde logo ser mais vasto do que em todas as suas tentativas anteriores. Por conseguinte, a I.S. não tem discípulos ou partidários a recrutar, tem de reunir pessoas capazes de se entregarem a esta tarefa nos próximos anos, por todos os meios e sem que os rótulos interessem. Quer isto dizer, nomeadamente, que devemos recusar, tanto como as sobrevivências dos comportamentos artísticos especializados, as sobrevivências da política especializada; e em particular o masoquismo pós-cristão, peculiar, neste terreno, a tantos intelectuais. Não pretendemos desenvolver sozinhos um novo programa revolucionário. O que afirmamos é que este programa em formação contestará um dia, na prática, a realidade dominante, e que participaremos dessa contestação. Seja lá o que for em que possamos tornar-nos individualmente, o novo movimento revolucionário não se fará sem ter em conta o que juntos buscámos; e que pode expri-

mir-se como a passagem da velha teoria da revolução permanente restrita a uma teoria da revolução permanente generalizada.

I. S. n.º 6, Agosto de 1961



Sobre a decomposição, mais uma vez

Em que pé está a produção cultural? Se confrontarmos os fenómenos dos doze últimos meses com a análise da decomposição apresentada desde há alguns anos pela I.S., essa produção confirma todos os nossos cálculos (cf. «A ausência e os que a vestem», *I.S.* 2, Dezembro de 1958). No México, o ano passado [1960], Max Aub publicou um grosso volume sobre a vida dum pintor cubista imaginário, Campalans, chegando a demonstrar a legitimidade dos seus louvores apoiado nalguns quadros, cuja importância se revelou de imediato. Em Munique, em Janeiro [de 1961], um grupo de pintores animado por Max Strack compõe e enfeita, ao mesmo tempo, a biografia, pintada com sentimento, e a exposição da obra completa dum jovem pintor *tachiste* prematuramente falecido — e também ele imaginário: Bolus Krim. A televisão e a imprensa, incluindo quase todos os semanários alemães, mostram-se arrebatadas por um génio tão representativo — até ser proclamada a mistificação, que leva alguns dos iludidos a querer processar os falsários. «Julgava já ter visto tudo», escreve em Novembro de 1960 o crítico coreográfico de *Paris-Press* a propósito de *Ao Fim da Noite*, do alemão Harry Kramer, «bailados sem tema e bailados sem figurinos, outros sem cenários, outros também sem música, e até bailados desprovidos de tudo isto ao mesmo tempo. Pois muito me enganei. Vi ontem à noite o inédito, o inespe-

rado, o unimaginável: um bailado sem coreografia. Digo bem: sem a mínima tentativa coreográfica, um bailado imóvel.» Quanto ao *Evening Standard* de 28 de Setembro do mesmo ano, este revela ao mundo Jerry Brown, um pintor de Toronto que pretende demonstrar, graças a uma teoria e uma prática pessoais, «que não há, na realidade, diferença nenhuma entre a arte e o lixo.» Em Paris, esta Primavera, uma nova galeria baseia-se já na estética torontológica, expondo os resíduos reunidos por nove criadores «novo-realistas», determinados a refazer Dadá, mas «40° acima», os quais, apesar disso, cometeram o erro de respeitar a justificação por demais legível dum sentencioso apresentador, vários graus abaixo visto nada de melhor ter topado senão pô-los «a ver o Mundo como um Quadro», chamando até a sociologia «em auxílio da consciência e do acaso» para nesciamente e mais uma vez darem de caras com isto: «emoção, sentimento, e em suma e ainda, poesia.» Ora pois! Nicki de Saint-Phalle vai felizmente mais longe, com os seus quadros-alvo pintados à carabina. No pátio do Louvre, um russo, discípulo de Gallizio,¹ executa, em Janeiro passado, um rolo de pintura com 70 metros de comprimento, podendo ser vendido a retalho. Mas põe pimenta na coisa, ajudado pelas lições de Mathieu, visto executar a obra em apenas 25 minutos, e com os pés.

Antonioni, cuja moda recente se confirma, explica em Outubro de 1960 à revista *Cinéma 60*: «Nestes últimos anos, examinámos e estudámos os sentimentos, tanto quanto possível, até à exaustão. Foi tudo o que pudemos fazer [...] Não conseguimos descobrir novos sentimentos, nem sequer entrever uma solução para este problema [...] Antes de mais nada, diria que partimos dum facto negativo: o esgotamento das técnicas e dos meios correntes.» Andarão então em busca de outros meios culturais, de novas formas de participação? Desde Março, são afixados nos corredores do metropolitano de Nova Iorque

¹ Giuseppe Pinot-Gallizio (falecido em 1964), amigo de Jorn, um dos fundadores da I.S. e criador da «pintura industrial», a metro. Foi excluído em 1960, por não ter resistido a fazer uma carreira pessoal nas galerias de arte.

cartazes especiais, cujo único fim consiste em serem garatujados por vândalos. De resto, o gangue da electrónica, pelo menos desde este Verão, apresenta em Liège uma torre dinâmico-espacial, com a altura de 52 metros, integrada no «spectáculo Forma e Luz» do habitual Nicolas Schoeffler, que desta vez disporá de «70 tratadores de luz» para projectar frescos abstractos, a cores, num ecrã gigante de 1500 metros quadrados, com música a preceito. Integrar-se-á este belo esforço, segundo espera o autor, «na vida da cidade»? Só poderemos sabê-lo quando eclodir na Bélgica o próximo movimento grevista, porque da última vez que os trabalhadores tiveram a possibilidade de se exprimir em Liège, a 6 de Janeiro, esta Torre Schoeffler ainda não existia, tendo os grevistas destruído as instalações do jornal *La Meuse*.

Tinguely, mais bem inspirado, mostrou em plena acção, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, uma máquina sabiamente aparelhada para se destruir a si mesma. Mas foi um americano, Richard Grosser, que deu a última demão, há uns anos, no protótipo duma «máquina inútil» destinada a não servir rigorosamente para nada. «Construída em alumínio, de pequeno formato, contém tubos de néon que se acendem e se apagam conforme calha.» Grosser vendeu mais de quinhentas, uma delas, segundo consta, a John Foster Dulles.

É certo que mesmo quando têm algum humor, todos estes inventores se agitam muito, dando-se ares de quem descobriu a destruição da arte, a redução de toda uma cultura à onomatopeia e ao silêncio como se se tratasse dum fenómeno desconhecido ou duma ideia nova que só estava à espera deles. Todos voltam a matar cadáveres que desenterram, num *no man's land* cultural cujo além não imaginam. Nem por isso deixam de ser, muito exactamente, os artistas actuais, embora sem verem como. Expressam com justeza o nosso tempo de velharias solenemente proclamadas novas; este tempo de incoerência planificada; de isolamento e surdez assegurados pelos meios de comunicação de massas; dum ensino universitário de formas superiores de analfabetismo; duma impostura cientificamente garantida; e dum decisivo poder técnico à disposição da debilidade mental diri-

gente. A história incompreensível que eles traduzem incompreensivelmente é mesmo este espectáculo planetário, tão burlesco como sangrento, em cujo programa tivemos oportunidade de ver, num rico semestre: Kennedy lançar os seus polícias para Cuba pra ver se o povo armado tomava espontaneamente o partido deles; as divisões de choque francesas arrancarem para um golpe de Estado e desfazerem-se sob a arremetida dum discurso televisivo; De Gaulle recorrer à política do canhão para abrir um porto de África à influência europeia; e Krutchov friamente anunciar que daqui por mais dezanove anos, quanto ao essencial, terá realizado o comunismo.

Todas estas velharias são solidárias; e todas estas irrisões se apresentam insuperáveis opondo-se-lhes um retorno a esta ou àquela forma de «seriedade» ou de nobre harmonia do passado. Esta sociedade vai tornar-se, a todos os níveis, cada vez mais penosamente ridícula, até ao momento da sua completa reconstrução revolucionária.

I. S. n.º 6, Agosto de 1961



Defesa incondicional

A crise da juventude, em todos os países modernos, tornou-se um assunto de preocupação oficial que só por si levaria o mais crédulo indivíduo a duvidar das possibilidades que a sociedade de consumo tem para integrar as pessoas. No caso-limite da constituição dos bandos de adolescentes, é fácil verificar nos mapas que estes bandos correspondem à localização das «grandes torres» de habitação, sobretudo em países relativamente retardatários como a França ou a Itália,

onde o acesso às condições de vida do capitalismo moderno, embora menos notório, tem efeitos muito nítidos ao ver-se multiplicado pelo factor particular que constitui o novo tipo de habitat. Os bandos organizam-se a partir do terreno baldio, que é o último ponto de fuga existente no «território ordenado», ponto este que podemos considerar como a representação sumária, num estádio primitivo desmuniado de tudo, das zonas não ocupadas, designadas no nosso programa de urbanismo unitário como um desvio da ideia de «buraco positivo» em física.

Mais profundamente, e mesmo sem falar do fenómeno extremo dos bandos de jovens, verifica-se o falhanço total do enquadramento da juventude pela sociedade. Felizmente, o enquadramento familiar vai desabando, juntamente com as outrora admitidas razões de viver, com o desaparecimento do mínimo de convenções comuns entre as pessoas (e, com razões de sobra, entre as gerações), partilhando ainda as gerações mais velhas fragmentos de ilusões passadas e vendo-se estas sobretudo adormecidas pela rotina do trabalho, pelas «responsabilidades» aceites, pelos hábitos resumidos ao hábito de não esperarem mais nada da vida. Podemos considerar os actuais bandos de jovens como o produto dum novo género de desmembramento das famílias em clima de paz e num elevado estatuto de consumo, se os compararmos aos bandos de crianças errantes da guerra civil russa, formados a partir da fome e da destruição física dos pais. O enquadramento político fica reduzido a quase nada, seguindo o destino das formações políticas tradicionais. Um documento sobre a juventude, redigido este ano a propósito duma Conferência Estudantil do P.S.U.,¹ constata que em França «a época em que os movimentos de jovens levavam atrás de si a massa da juventude está ultrapassada: há menos de 10% dos jovens nos movimentos e estes 10%, na sua maioria, fazem parte de organizações mais ou menos abertamente confessionais».

Com efeito, é obviamente no muito reduzido sector da juventude ainda submetido aos conformismos mais retrógrados (também os

¹ Partido Socialista Unificado, organização esquerdista.

mais coerentes), que subsistem, para os educadores de toda a espécie, as maiores possibilidades de recrutamento. Deste modo, em Inglaterra, o êxito que os clubes das «Juventudes Conservadoras» obtêm com o seu snobismo perturbou os burocratas trabalhistas, que doravante procuram organizar bailes, segundo o mesmo modelo, com a específica originalidade do *Labour*. É óbvio que as hostes de ponta do enquadramento propriamente cultural já deram o que tinham a dar: a época em que o aumento constante da escolaridade leva a maioria da juventude a aceder a uma certa dose de cultura é também a época em que esta cultura já não acredita em si mesma; já não engana nem interessa ninguém.

Esta sociedade do consumo e do tempo livre é encarada, na existência real, como sociedade do tempo vazio, como consumo do vazio. A violência que ela gerou, e que já leva a polícia de muitas cidades norte-americanas a instituir um toque de recolher para os menores de 18 anos, põe tão radicalmente em causa o uso da vida, que esta só poderá ser reconhecida, defendida e salva por um movimento revolucionário que explicitamente proponha um programa de reivindicações respeitante a este uso da vida em todos os seus aspectos.

Vai tornar-se cada vez mais difícil dissimular a temível realidade da juventude por detrás das lamentáveis equipas de actores profissionais que representam no palco da cultura a expurgada imitação desta crise, com os nomes de *beatniks*, *angry young men* ou, de modo ainda mais açucarado, *nouvelle vague*. Aquilo que há coisa de dez anos era característico duma «vanguarda», indignando tanta boa gente, por exemplo, em Saint Germain des Prés (mas nessa altura não se distinguia ainda bastante da antiga boémia artística, eram antiartistas que se expunham a ser recuperados na cultura), vê-se agora espalhado por toda a parte. *Le Journal du Dimanche* de 14 de Maio toca a finados por alma da honesta província francesa a propósito da fortuita detenção, em Melun, por uma ronda policial, de dois jovens «que transportavam, noite fechada, uma mala, bastante pesada, com várias dezenas de garrafas de vinho fino roubadas». «Os dois larápios, com efeito, confessaram que o vinho ia ser bebido numa grande “superfesta” no

apartamento, em geral devoluto, da avó de um deles. Segundo explicaram, estas *surprise-parties* aonde vinham apenas rapazes e raparigas de 15 a 18 anos, eram muito despidas. Tais reuniões eram até tão licenciosas que oito rapazes e raparigas da região de Melun que delas participavam foram inculcados por ultrage aos bons costumes, e também por roubo e cumplicidade. Foram presos um rapaz de 15 anos e uma rapariga e um rapaz de 17 anos. Os outros cinco inculcados ficaram em liberdade provisória.»

É claro que os situacionistas apoiam a recusa global do pequeno leque das condutas lícitas. A I.S. formou-se, em larga medida, a partir duma experiência muito avançada do vazio da vida quotidiana e da busca duma superação desse vazio. Não poderá desviar-se desta linha, e é por isso que todo e qualquer êxito oficial (no sentido muito amplo da palavra: qualquer êxito nos mecanismos dominantes da cultura) que venham a obter as suas teses ou algum dos seus membros deverá ser encarado como extremamente suspeito. Estando todo o aparelho da informação e das sanções em poder dos nossos inimigos, a clandestinidade do vivido, aquilo a que nas condições actuais se chama escândalo, só se torna manifesto em certos pormenores da repressão. A I.S. propõe-se lançar contra este mundo escândalos mais violentos e completos a partir da liberdade clandestina que se afirma, um pouco por toda a parte, sob o pomposo edifício social do tempo morto, apesar de todas as polícias do vazio climatizado. Sabemos qual é a sequência possível. A ordem reina e não governa.

I. S. n.º 6, Agosto de 1961



Perspectivas de modificações conscientes na vida quotidiana

Estudar a vida quotidiana seria um empreendimento perfeitamente ridículo, e desde logo condenado a nada discernir no seu objecto, se explicitamente não nos propuséssemos estudar esta vida quotidiana com vista a transformá-la.

A conferência, a exposição de certas considerações intelectuais perante um auditório, como forma extremamente banal das relações humanas num sector bastante amplo da sociedade, integra-se, também ela, na crítica da vida quotidiana.¹

Os sociólogos, por exemplo, têm uma evidente tendência para retirar da vida quotidiana, para rejeitar para esferas separadas — ditas superiores — o que lhes acontece a par e passo. É o hábito, em todas as suas formas, a começar pelo hábito de se manejarem alguns conceitos *profissionais* — produzidos pela divisão do trabalho, por conseguinte — que assim dissimula a realidade por detrás das convenções privilegiadas.

É por isso desejável mostrar, graças a uma ligeira deslocação das fórmulas correntes, que a vida quotidiana se encontra aqui mesmo. Como é óbvio, a difusão destas palavras através dum gravador não pretende ilustrar exactamente a integração das técnicas nesta vida quotidiana marginal ao mundo técnico, mas sim aproveitar a mais simples ocasião de romper com as aparências da pseudocolaboração, do diálogo artificial, que se encontram instituídas entre o conferencista, «em pessoa, ao vivo», e os seus espectadores. Esta ligeira ruptura num dado conforto pode servir para levar de imediato para o campo do questionamento da vida quotidiana (questionamento este

¹ O presente texto é a transcrição duma conferência oral, tendo sido originalmente exposto como discurso gravado, num encontro que reunia vários conferencistas. Os situacionistas recorreram a esta prática sempre que foram convidados a participar em encontros, exteriores à I.S., baseados na formalidade da conferência.

de outro modo inteiramente abstracto) a própria conferência, como tantas outras disposições da utilização do tempo ou dos objectos, disposições estas com fama de «normais», e que nem sequer se vêem; e que, no fim de contas, nos condicionam. A propósito de semelhante pormenor, tal como a propósito da vida quotidiana no seu conjunto, a modificação é sempre a condição necessária e suficiente para fazer surgir experimentalmente o objecto do nosso estudo, que sem isso continuaria a ser duvidoso; objecto este, quanto a ele, que mais deverá ser modificado do que estudado.

Disse portanto, agora mesmo, que a realidade dum conjunto observável a que poderemos chamar «vida quotidiana» pode manter-se hipotética para muita gente. Com efeito, desde que este grupo de investigação se constituiu, a sua característica mais notória não é, evidentemente, que nada tenha ainda encontrado, é, isso sim, que a contestação da própria existência da vida quotidiana nele se tenha feito ouvir logo de início; e nele se tenha até constantemente reforçado, de sessão em sessão. A maioria das intervenções que até aqui se ouviram nesta discussão emanava de pessoas nada convencidas de que a vida quotidiana existe, porque em lado nenhum deram com ela. Um grupo de investigação sobre a vida quotidiana que parta de tais bases é perfeitamente comparável a um grupo que se houvesse lançado em busca do Iéti¹ e cuja investigação, do mesmo jeito, concluisse que o Iéti não passava duma brincadeira folclórica.

Toda a gente, no entanto, reconhece que certos gestos, repetidos todos os dias, tais como abrir portas ou encher copos, são perfeitamente reais; mas estes gestos situam-se num plano tão trivial da realidade que a justo título se contesta poderem eles justificar uma nova especialização da investigação sociológica. E bastantes sociólogos parecem pouco inclinados a imaginar outros aspectos da vida quotidiana, a partir da definição proposta por Henri Lefebvre, ou seja, «aquilo que resta quando se retiram do vivido todas as actividades especializadas». Descobrimos nisto que a maior parte dos sociólogos

¹ Ser mítico, «o abominável homem das neves».

— e bem sabemos como justamente eles se sentem à vontade nas actividades especializadas, e como em geral nutrem por elas uma crença cega! —, que a maior parte dos sociólogos, como ia dizendo, reconhece em todo o lado a presença de actividades especializadas, não enxergando em lado nenhum a vida quotidiana. Para eles, a vida quotidiana está sempre noutra sítio. Na existência dos outros. Está sempre, seja como for, nas classes não-sociólogas da população. Houve alguém que disse aqui que os operários seriam interessantes como objecto de estudo, provavelmente como cobaias inoculadas com este vírus da vida quotidiana, porque os operários, por não terem acesso às actividades especializadas, só têm para viver a vida quotidiana. Esta maneira de uma pessoa se debruçar sobre o povo, em busca dum longínquo primitivismo do quotidiano, e sobretudo esta satisfação confessada sem rodeios, este orgulho ingénua de fazer parte duma cultura cuja estrepitosa falência e radical incapacidade de compreender o mundo que a produz ninguém pode pensar em dissimular, são coisas que não deixam de ser espantosas.

Há nisto a vontade manifesta de se abrigarem por detrás duma formação do pensamento que se baseou na separação de domínios parcelares artificiais, com vista a rejeitarem o conceito inútil, invulgar e incómodo, de «vida quotidiana». Semelhante conceito cinge um resíduo da realidade catalogada e classificada, resíduo este com que alguns repugnam ver-se confrontados, porque ele é ao mesmo tempo o ponto de vista da totalidade, implicando por isso a necessidade duma avaliação global, duma política. Dir-se-ia que certos intelectuais se gabam assim duma participação pessoal illusória no sector dominante da sociedade, por terem uma ou duas especializações culturais; coisa, no entanto, que os coloca na primeira fila para perceberem que o conjunto desta cultura dominante está notoriamente roído pela traça. Seja porém qual for a avaliação que se faça da coerência desta cultura, ou do seu interesse, visto em pormenor, a alienação que ela impôs aos intelectuais em questão consiste em levá-los a pensar, a partir do céu dos sociólogos, que eles, intelectuais, são totalmente exteriores à vida quotidiana das populações vulgares

ou se encontram muito acima na escala dos poderes humanos, como se não fossem, também eles, uns *pobres*.

É evidente que as actividades especializadas existem; têm até, numa dada época, uma utilização geral que convém sempre reconhecermos de forma desmistificada. A vida quotidiana não é tudo, embora se encontre em osmose com as actividades especializadas, a pontos, de certa maneira, de nunca ninguém estar fora da vida quotidiana. Mas se recorrermos à imagem fácil duma representação espacial das actividades, temos também de situar a vida quotidiana no centro de tudo. É dela que partem todos os projectos, e todas as realizações a ela voltam para adquirirem a sua verdadeira significação. A vida quotidiana é a medida de tudo: da realização, ou, melhor dizendo, da não-realização das relações humanas; da utilização do tempo vivido; das buscas da arte; da política revolucionária.

Não basta lembrar que a piedosa velha imagem científica do observador desinteressado é sempre falaciosa. Convém sublinhar o facto de a observação desinteressada ser aqui ainda menos possível do que em qualquer outra circunstância. O que constitui a dificuldade do próprio reconhecimento de um terreno da vida quotidiana não reside apenas em ele já ser o lugar de encontro duma sociologia empírica e duma elaboração conceptual, reside também em ele ser neste momento aquilo que está em jogo em toda a renovação revolucionária da cultura e da política.

A vida quotidiana não criticada significa agora o prolongamento das formas actuais, profundamente degradadas, da cultura e da política, formas estas cuja crise extremamente avançada, sobretudo nos países mais modernos, se traduz numa despolitização e num neo-analfabetismo generalizados. Em contrapartida, a crítica radical e em actos duma dada vida quotidiana pode levar a uma superação da cultura e da política no sentido tradicional, ou seja, num plano superior de intervenção sobre a vida.

Hão-de porém retorquir-me: como pode a importância desta vida quotidiana, que a meu ver é a única real, ser tão completa e imediatamente depreciada por pessoas que não têm nenhum interesse directo

em fazê-lo? E entre as quais muitas estão, sem dúvida, longe de ser inimigas duma qualquer renovação do movimento revolucionário?

Penso que é porque a vida quotidiana se encontra organizada adentro de limites duma pobreza escandalosa. E sobretudo porque esta pobreza da vida quotidiana nada tem de accidental, tratando-se, como se trata, duma pobreza imposta a todo o momento pela sujeição e pela violência duma sociedade dividida em classes; duma pobreza organizada historicamente segundo as necessidades da história da exploração.

O uso da vida quotidiana, no sentido de um consumo do tempo vivido, é comandado pelo reino da raridade: raridade do tempo livre e raridade das utilizações possíveis deste tempo livre.

Da mesma maneira que a história acelerada da nossa época é a história da acumulação e da industrialização, o atraso da vida quotidiana, a sua tendência para o imobilismo, resultam das leis e dos interesses que guiaram esta industrialização. A vida quotidiana mostra de facto, até agora, uma resistência ao histórico. Isto *sentencia antes de mais nada o histórico*, como herança e projecto duma sociedade de exploração.

A pobreza extrema da organização consciente, da criatividade das pessoas na vida quotidiana, traduz a necessidade fundamental da inconsciência e da mistificação numa sociedade exploradora, numa sociedade da alienação.

Henri Lefebvre aplicou aqui uma extensão da ideia de desenvolvimento desigual para caracterizar a vida quotidiana, deslocada mas não separada da historicidade, referindo-a como um sector atrasado. Julgo não ser excessivo qualificarmos este nível da vida quotidiana como sector colonizado. À escala da economia mundial vimos que o subdesenvolvimento e a colonização são factores em interacção. Tudo leva a crer que o mesmo acontece à escala da formação económico-social, da práxis.

A vida quotidiana, mistificada por todos os meios e controlada de modo policial, é uma espécie de reserva para os bons selvagens que fazem funcionar, sem a compreender, a sociedade moderna, com o

rápido crescimento dos seus poderes técnicos e a expansão forçada do seu mercado. A História — ou seja, a transformação do real — não é actualmente utilizável na vida quotidiana porque o homem da vida quotidiana é o produto duma história que ele não controla. É ele, obviamente, que faz esta história; mas não a faz livremente.

A sociedade moderna contém fragmentos especializados, mais ou menos intransmissíveis; e sendo assim, esta vida quotidiana onde todas as questões podem pôr-se de modo unitário, constitui naturalmente o domínio da ignorância.

Esta sociedade, através da sua produção industrial, tirou todo o sentido aos gestos do trabalho. E nenhum modelo de comportamento humano conservou no quotidiano uma verdadeira actualidade.

Esta sociedade tende a atomizar as pessoas como consumidores isolados, tende a interditar a comunicação. A vida quotidiana é assim vida privada, domínio da separação e do espectáculo.

De maneira que a vida quotidiana constitui também a esfera da demissão dos especialistas. É nesta esfera, por exemplo, que um dos raros indivíduos capazes de compreender a mais recente imagem científica do universo se pode tornar estúpido, pondo-se a avaliar longamente as teorias artísticas de Alain Robbe-Grillet ou a enviar petições ao Presidente da República com o propósito de influenciar a sua política. É a esfera do desarmamento, da confissão da incapacidade de viver.

Não se pode, portanto, caracterizar apenas o subdesenvolvimento da vida quotidiana com base na sua relativa incapacidade para integrar técnicas. Esta característica é um produto importante, mas ainda parcial, do conjunto da alienação quotidiana, que poderá ser definida como a incapacidade de inventar uma técnica de libertação do quotidiano.

E, de facto, muitas técnicas modificam mais ou menos claramente certos aspectos da vida quotidiana: os electrodomésticos, como se disse aqui, mas também o telefone, a televisão, a gravação de música em discos, as viagens aéreas popularizadas, etc. Estes elementos intervêm caoticamente, ao acaso, sem que alguém haja previsto as

respectivas conexões e consequências. Mas é óbvio que, no seu conjunto, este movimento de introdução das técnicas na vida quotidiana, sendo afinal enquadrado pela racionalidade do capitalismo moderno burocratizado, evolui no sentido duma redução da independência e da criatividade das pessoas. É o caso das novas cidades dos nossos dias, que mostram claramente a tendência totalitária da organização da vida pelo capitalismo moderno: os indivíduos isolados (em geral isolados no contexto da célula familiar) vêem neste tipo de cidade a sua vida ser reduzida à pura trivialidade do repetitivo, associada à absorção obrigatória dum espectáculo igualmente repetitivo.

É pois de crer que a censura que as pessoas exercem sobre a questão da sua própria vida quotidiana se explica pela consciência da sua insustentável miséria, e ao mesmo tempo pela sensação, talvez inconfessada mas inevitavelmente sentida mais cedo ou mais tarde, de que todas as verdadeiras possibilidades, todos os desejos que foram impedidos pelo funcionamento da vida social, residiam nisso e não em actividades ou distrações especializadas. Quer isto dizer que o conhecimento da riqueza profunda, da energia perdida na vida quotidiana, é inseparável do conhecimento da miséria da organização dominante desta vida; só a existência perceptível desta riqueza inexplorada nos leva a definir por contraste a vida quotidiana como miséria e como prisão; levando-nos logo a seguir, nesse mesmo impulso, a negar [revolucionariamente] o problema.

Nestas condições, dissimularmo-nos a questão política posta pela miséria da vida quotidiana é o mesmo que dissimularmo-nos a profundidade das reivindicações relativas à riqueza possível desta vida; reivindicações estas que deverão conduzir a um reinventar da revolução. Dever-se-á compreender que isto de uma pessoa se esquivar à política não é, a este nível, de modo nenhum contraditório com o facto de ser militante do Partido Socialista Unificado, por exemplo, ou de ler com confiança o jornal *L'Humanité*.¹

¹ Órgão central do P.C.F. Após 1968, popularizou-se em França, sob a forma do desvio, a seguinte divisa: «Para ficar a cheirar mal da boca, leia o *Humanité*.»

Tudo depende efectivamente do nível em que ousarmos pôr o seguinte problema: como é que as pessoas vivem? Como se sentem satisfeitas? E insatisfeitas? E isto sem nos deixarmos intimidar um só instante pelas diversas publicidades que visam persuadir-nos que se pode ser feliz por causa da existência de Deus, do dentífrico Colgate ou do C.N.R.S.¹

Parece-me, que esta expressão, «crítica da vida quotidiana», poderia e deveria ampliar-se também com esta inversão: a crítica que a vida quotidiana exerceria, soberanamente, sobre tudo aquilo que lhe é inutilmente exterior.

A questão da utilização dos meios técnicos, na vida quotidiana e no resto, é simplesmente uma questão política (e entre todos os meios técnicos descobertos, os obtidos são na verdade seleccionados em conformidade com os objectivos da continuidade da dominação duma classe). Quando se encara a hipótese de um futuro, tal como é admitido pela literatura de ficção científica, em que as aventuras interestelares coexistiriam com uma vida quotidiana conservada nesta terra na mesma indigência material e no mesmo moralismo arcaico, isto quer dizer, exactamente, que haveria ainda uma classe de dirigentes especializados que continuaria a ter ao seu serviço as multidões proletárias das fábricas e dos escritórios; e que as aventuras interestelares seriam inerentemente a empresa escolhida por estes dirigentes, a maneira que teriam encontrado de desenvolverem a sua economia irracional, o cúmulo da actividade especializada.

Perguntámo-nos: «A vida privada está privada de quê?» Da vida, muito simplesmente, que nela se vê cruelmente ausente. As pessoas, tanto quanto possível, estão também privadas de comunicação; e da realização de si mesmas. Conviria dizer: privadas de fazerem a sua própria história, pessoalmente. As hipóteses para se responder positivamente a esta questão sobre a natureza da privação só poderão pois

¹ Centre National de la Recherche Scientifique, instituição «de prestígio» onde decorre o encontro e onde trabalham os restantes participantes. O C.N.R.S., criado em 1939, é uma instituição nacional com autonomia financeira e sob tutela ministerial.

enunciar-se como projectos de enriquecimentos; projecto de um outro estilo de vida; e quanto a isto de um estilo.... Caso se considere que a vida quotidiana se encontra na fronteira do sector dominado e do sector não dominado da vida, sendo portanto o lugar do aleatório, dever-se-á conseguir substituir ao presente gueto uma fronteira sempre em movimento; trabalhar em permanência em prol da organização de novas oportunidades.

A questão da intensidade do vivido põe-se agora, por exemplo com a utilização dos estupefacientes, nos termos em que a sociedade da alienação é capaz de pôr qualquer questão, ou seja, como falso reconhecimento dum projecto falsificado, como fixação e apego. Convém notar também a que ponto a imagem do amor elaborada e difundida nesta sociedade se aparenta à droga. A paixão é nela de imediato reconhecida como recusa de todas as outras paixões; e além disso vê-se impedida, acabando por só se poder encontrar nas compensações do espectáculo reinante. Escreveu La Rochefoucauld: «O que nos impede, com frequência, de nos entregarmos a um único vício, é o facto de possuímos vários.» Aqui temos nós uma constatação muito positiva, se a pusermos de pé, rejeitando as conjecturas moralistas, como base dum programa de reallização das capacidades humanas.

Todos estes problemas estão na ordem do dia porque, visivelmente, o nosso tempo está dominado pelo aparecimento do projecto, exprimido pela classe operária, de abolir toda a sociedade de classes e de começar a história humana; e dominado, por isso, corolariamente, pela resistência encarnçada a este projecto, pelos desvios e reveses com que este projecto tem deparado até agora.

A crise actual da vida quotidiana inscreve-se nas novas formas da crise do capitalismo, formas estas que continuam a ser imperceptíveis para os que se obstinam a calcular o clássico prazo fixo das próximas crises cíclicas da economia.

O desaparecimento, no capitalismo desenvolvido, de todos os antigos valores, de todas as referências da antiga comunicação, e a impossibilidade de os substituir por outros, sejam eles quais forem,

antes de se terem dominado racionalmente, na vida quotidiana e no resto, as novas forças industriais que cada vez mais nos escapam, são factos que produzem não só a insatisfação quase oficial da nossa época, insatisfação esta particularmente intensa no seio da juventude, mas também o movimento de autonegação da arte. A actividade artística fora sempre a única a dar conta dos problemas clandestinos da vida quotidiana, embora de maneira velada, deformada e parcialmente ilusória. Temos agora perante os nossos olhos o testemunho duma destruição de toda a expressão artística; e este testemunho é a arte moderna.

Se considerarmos em toda a sua extensão a crise da sociedade contemporânea, não creio que seja possível continuar a encarar os ócios como uma superação do quotidiano. Admitiu-se aqui que é preciso «estudar o tempo perdido». Mas vejamos então o movimento recente desta ideia de tempo perdido. Para o capitalismo clássico, o tempo perdido é aquele que é exterior à produção, à acumulação, à poupança. A moral laica, ensinada nas escolas da burguesia, implantou esta regra de vida. Mas acontece que o capitalismo moderno, graças a uma manha inesperada, tem necessidade de aumentar o consumo, de «elevar o nível de vida» (se quisermos fazer o favor de ter em conta que esta expressão não tem rigorosamente sentido nenhum). Como ao mesmo tempo as condições da produção, parcelarizada e minutada ao extremo, se tornaram perfeitamente indefensáveis, a moral, que já se exprime na publicidade, na propaganda e em todas as formas do espectáculo dominante, admite francamente, pelo contrário, que o tempo perdido é o do trabalho, já só justificado pelos diversos graus do salário, o qual permite adquirir descanso, consumo, ócios — ou seja, uma passividade quotidiana fabricada e controlada pelo capitalismo.

Se encarmos agora o carácter artificial das necessidades do consumo que a indústria moderna cria a partir do zero e estimula sem cessar — se reconhecermos o vazio dos ócios e a impossibilidade do descanso —, podemos pôr a questão de maneira mais realista: o que é que não será tempo perdido? Por outras palavras: o desenvolvi-

mento duma sociedade da abundância deverá rematar na abundância de quê?

Em muitos aspectos, isto pode evidentemente servir como referência. Quando, por exemplo, num dos jornais onde se escancara a inconsistência do pensamento dessas pessoas chamadas intelectuais de esquerda — refiro-me ao *France-Observateur* — lemos um título a anunciar qualquer coisa como «o automóvel lança-se ao ataque do socialismo», por cima dum artigo explicando que os russos acorrem individualmente, hoje em dia, a um consumo privado dos bens à maneira americana e naturalmente começam pelos carros, não podemos impedir-nos de pensar que não era sequer indispensável ter assimilado, depois da de Hegel, toda a obra de Marx para descobrir pelo menos isto: que um socialismo que recua diante da invasão do mercado por automóveis não é em nada o socialismo por que lutou o movimento operário. De forma que não é numa qualquer preeminência da sua tática, ou do seu dogmatismo, que devemos opor-nos aos dirigentes burocráticos da Rússia, mas na base, no facto de a vida das pessoas não ter realmente mudado de sentido. E isto não significa a fatalidade obscura da vida quotidiana, destinada a manter-se reaccionária. É uma fatalidade imposta exteriormente à vida quotidiana, em todos os seus aspectos, pela esfera reaccionária dos dirigentes especializados, seja qual for o rótulo com que planifiquem a miséria.

Assim sendo, a despolitização actual de muitos ex-militantes de esquerda, o seu afastamento duma certa alienação para se meterem noutra, a da vida privada, não tem propriamente o sentido dum regresso à privatização como refúgio contra as «responsabilidades da historicidade», mas antes o dum afastamento do sector político especializado, e por isso sempre manipulado por outros; onde a única responsabilidade verdadeiramente assumida foi a de deixarem todas as responsabilidades entregues a chefes incontrolados; onde o projecto comunista foi defraudado e iludido. Da mesma maneira que não podemos opor em bloco a vida privada a uma vida pública, sem perguntar: que vida privada? que vida pública? (porque a vida pri-

vada contém os factores da sua negação e da sua superação, tal como a acção colectiva revolucionária pôde alimentar os factores da sua degenerescência), cometeríamos um erro fazendo o balanço duma alienação dos indivíduos na política revolucionária, quando de facto se tratava da alienação da própria política revolucionária. É conveniente dialectizar-se o problema da alienação, assinalar as possibilidades de alienação sempre a renascer na própria luta contra a alienação; mas sublinhemos, nesse caso, que tudo isto deve aplicar-se ao nível mais elevado da investigação (por exemplo, à filosofia da alienação no seu conjunto), e não ao nível do stalinismo, cuja explicação é desgraçadamente mais grosseira.

A civilização capitalista ainda não foi ultrapassada em lado nenhum, mas continua, em toda a parte, ela própria a produzir os seus inimigos. O movimento revolucionário, radicalizado pelos ensinamentos das anteriores derrotas e cujo programa reivindicativo deverá enriquecer-se em conformidade com os poderes práticos da sociedade moderna, poderes estes que desde já constituem virtualmente a base material que faltava às correntes ditas utópicas do socialismo — na sua próxima ascensão, na próxima tentativa de contestação total do capitalismo, saberá inventar e propor um outro emprego da vida quotidiana, apoiando-se de imediato em novas práticas quotidianas, em novos tipos de relações humanas (deixando de ignorar que qualquer conservação, no interior do movimento revolucionário, das relações que dominam na sociedade existente, reconstitui insensivelmente, com diversas variantes, esta mesma sociedade).

Da mesma maneira que outrora a burguesia, na sua fase ascendente, teve de levar a cabo uma liquidação impiedosa de tudo o que excedia a vida terrena (o Céu, a eternidade), o proletariado revolucionário — que nunca poderá, sem deixar de existir como tal, identificar-se com um passado ou com modelos — deverá largar tudo o que exceda a vida quotidiana. Ou antes, que pretende excedê-la: o espectáculo, o gesto ou a palavra «históricos», a «grandeza» dos dirigentes, o mistério das especializações, a «imortalidade» da arte e a sua importância exterior à vida. Isto é, deverá renunciar a todos os

subprodutos da eternidade que sobreviveram como armas do mundo dos dirigentes.

A revolução na vida quotidiana, desfazendo a sua actual oposição ao histórico (e a toda a espécie de mudança) criará tais condições que *o presente nelas dominará o passado* e a porção da criatividade levará sempre a melhor sobre a porção repetitiva. A feição da vida quotidiana exprimida pelos conceitos da ambiguidade — equívoco, compromisso ou abuso — deverá assim perder muita importância, em proveito dos seus contrários: a opção consciente ou a aposta.

O actual questionamento artístico da linguagem, contemporâneo desta metalingua das máquinas que não passa da linguagem burocratizada da burocracia no poder, será deste modo ultrapassado por formas superiores de comunicação. A actual noção de texto social decifrável deverá chegar a novos processos de escrita deste texto social, apontando para o que buscam hoje em dia os meus camaradas situacionistas com o urbanismo unitário e o esboço dum comportamento experimental. A produção central dum trabalho industrial inteiramente reconvertido suscitará novas configurações da vida quotidiana, uma livre criação de acontecimentos.

A crítica e a perpétua recriação da totalidade da vida quotidiana, antes de serem feitas naturalmente por todos os homens, devem ser empreendidas nas condições da presente opressão, com vista a arruinar estas condições.

Não é um movimento cultural de vanguarda, mesmo com simpatias revolucionárias, que pode levar a cabo tais coisas. Tão-pouco o poderá fazer um partido revolucionário de modelo tradicional, mesmo que atribua grande importância à crítica da cultura (entendendo neste termo o conjunto dos instrumentos artísticos ou conceptuais pelos quais uma sociedade se explica a si mesma e a si mesma apresenta objectivos de vida). Esta cultura, tal como esta política, estão gastas; é com razão que a maior parte das pessoas se desintereça por ambas. A transformação revolucionária da vida quotidiana, que não fica reservada para um vago futuro, surge-nos de imediato com o desenvolvimento do capitalismo e as suas insuportáveis exi-

gências, sendo o outro termo da alternativa uma acentuação da escra-
vatura moderna. Esta transformação há-de assinalar o fim de toda a
expressão artística unilateral, armazenada sob a forma de mercadoria,
e, ao mesmo tempo, o fim de toda a política especializada.

Vai ser esta a tarefa duma organização revolucionária de novo
tipo, mal se constitua.

G.-E. DEBORD

Texto transmitido em gravação, a 17 de Maio de 1961, no Grupo de Investigação
sobre a Vida Quotidiana, organizado por Henri Lefebvre no Centro de Estudos Socioló-
gicos do C.N.R.S. Reproduzido na *I. S.* n.º 6, Agosto de 1961.



Geopolítica da hibernação

O «equilíbrio do terror» entre dois grupos de Estados rivais, sendo o mais visível dos dados essenciais da política mundial neste momento, significa também o equilíbrio da resignação: para cada um dos antagonistas, resignação quanto à permanência do outro; e no interior das suas fronteiras, resignação das pessoas a um destino que lhes escapa tão completamente que a própria existência do planeta não é mais do que uma vantagem aleatória, suspensa à prudência e à habilidade de impenetráveis estrategos. Isso implica, decididamente, uma resignação generalizada ao existente, aos poderes coexistentes dos especialistas organizadores deste destino. Estes vêem uma vantagem suplementar num tal equilíbrio, na medida em que permite a liquidação rápida de qualquer experiência original de emancipação que sobrevenha à margem dos seus sistemas, e desde logo no actual movimento dos países subdesenvolvidos. Foi através da mesma

engrenagem de neutralização duma ameaça pela outra — seja qual for o protector que vença — que o impulso revolucionário do Congo se viu esmagado com o envio do corpo expedicionário das Nações Unidas (dois dias após o desembarque, no início de Julho de 1960, as tropas do Gana, que chegaram primeiro, serviram para destroçar a greve dos transportes em Leopoldville) e o de Cuba com a formação dum partido único (em Março de 1962, o general Lister, cujo papel na repressão da revolução espanhola é conhecido, acaba de ser nomeado chefe de Estado-Maior adjunto do exército cubano).

Os dois campos não preparam efectivamente a guerra, mas sim a conservação ilimitada deste equilíbrio, correspondente à estabilização interna do seu poder. É óbvio que isso deverá mobilizar recursos gigantescos, visto ser imperativo erguerem-se cada vez mais alto no espectáculo da guerra possível. Deste modo, Barry Commoner, presidente do comité científico encarregado pelo governo dos Estados Unidos de avaliar as destruições previstas por uma guerra termonuclear, anuncia que após uma hora desta guerra 80 milhões de norte-americanos seriam mortos, e que os outros não teriam esperança nenhuma de viver em condições normais na sequência disso. Os estados-maiores que, nos seus preparativos, já só calculam agora em *megabody* (representando esta unidade um milhão de cadáveres), admitiram a presunção de manter os seus cálculos para além do primeiro meio dia, faltando por completo a informação relativa à experiência da planificação ulterior. Segundo Nicolas Vichney no *Le Monde* de 5-1-62, uma tendência vanguardista da doutrina de defesa norte-americana já começou a considerar que «o melhor processo de dissuasão residiria na posse duma enorme bomba termonuclear enterrada no solo. O adversário atacaria, faziamos-la explodir e a Terra seria deslocada».

Os teóricos deste «sistema do Juízo Final» (*Doomsday System*) descobriram por certo a arma absoluta da submissão; pela primeira vez traduziram em poderes técnicos precisos a rejeição da História. Mas a lógica rigorosa destes doutrinários só corresponde a um aspecto da necessidade contraditória da sociedade da alienação, cujo

projecto indissolúvel consiste em impedir a vida das pessoas, organizando, do mesmo passo, a sua sobrevivência (cf. a oposição dos conceitos de vida e sobrevivência descritos por Vaneigem nas *Banalidades de Base*). De forma que o *Doomsday System*, pelo desprezo que mostra por uma sobrevivência que continua a ser a condição indispensável da exploração presente e futura do trabalho humano, só pode ter o papel de *ultima ratio* das burocracias reinantes; só pode, paradoxalmente, ser o garante da seriedade destas burocracias. Em geral, porém, o espectáculo da guerra futura, para ser plenamente eficaz, tem desde já de modelar o estado de paz que conhecemos, servir as suas exigências fundamentais.

A este respeito, o desenvolvimento extraordinário dos abrigos antiatómicos em 1961 constitui certamente a viragem decisiva da guerra fria, um salto qualitativo cuja imensa importância se verá mais tarde no processo de formação duma sociedade totalitária cibernizada à escala planetária. Este movimento começou nos Estados Unidos, onde Kennedy, em Janeiro passado, na sua «Mensagem sobre o Estado da União», já se via em condições de garantir ao Congresso: «O primeiro programa sério de abrigos da defesa civil está a ser executado, com a identificação, a marcação das posições



Publicidade
a abrigos
antiatómicos
nos E.U.A.

exactas e a reserva de cinquenta milhões de sítios; solicito a vossa aprovação do apoio dado pelas autoridades federais à construção de abrigos antiatómicos nas escolas, nos hospitais e instalações semelhantes.» Esta organização estatal da sobrevivência propagou-se rapidamente, mais ou menos em segredo, aos outros países importantes dos dois campos. A Alemanha Federal, por exemplo, começou por se preocupar com a sobrevivência do chanceler Adenauer e da sua equipa, levando a divulgação das realizações feitas neste domínio ao sequestro da revista *Quick*, de Munique. A Suécia e a Suíça encontram-se no estágio da instalação de abrigos colectivos escavados nas montanhas, onde os operários, metidos debaixo da terra com as suas fábricas, poderão continuar a produzir sem descanso até à apoteose do *Doomsday System*. Mas a base da política de defesa civil está nos Estados Unidos, onde um grande número de florescentes empresas, tais como a Peace O'Mind Shelter Company, no Texas, a American Survival Products Corporation, no Maryland, a Fox Hole Shelter Inc., na Califórnia, ou a Bee Safe Manufacturing Company, no Ohio, asseguram a publicidade e a instalação dum sem-número de abrigos individuais, ou seja, edificados como propriedade privada para a nova organização da sobrevivência de cada família. É sabido que está a desenvolver-se à volta desta moda uma nova interpretação da moral religiosa, opinando certos eclesiásticos que o dever consistirá claramente em recusar o acesso de tais abrigos aos amigos ou aos desconhecidos, mesmo devendo isso ser feito à mão armada, com vista a garantir a salvação exclusiva da família em questão. Na realidade, a moral devia aqui adaptar-se para ajudar a levar à sua perfeição este terrorismo da conformidade, subjacente em toda a publicidade do capitalismo moderno. Já era dificilmente sustentável, perante a família e os vizinhos, uma pessoa não ter determinado modelo de automóvel que determinado nível de salário permite adquirir a prestações (reconhecível nas urbanizações de tipo norte-americano, visto a localização do habitat se fazer justamente em função deste nível salarial). E menos fácil há-de ser que cada qual não garanta aos seus familiares o estatuto de sobrevivência acessível na conjuntura do mercado.

Considerava-se em geral, nos Estados Unidos, desde 1955, que uma saturação relativa da procura de «bens duráveis» levava à insuficiência do estímulo que o consumo deve fornecer à expansão económica. Podemos certamente compreender assim a voga dos acessórios de toda a espécie, que representam uma excrescência muito maleável do sector dos bens semiduráveis. Mas a importância do abrigo surge plenamente nesta perspectiva do relançamento necessário da expansão. Com a implantação dos abrigos e os seus previsíveis prolongamentos, tudo, debaixo de terra, se apresenta para ser feito de novo. As possibilidades de equipamento do habitat deverão ser reconsideradas; e agora a dobrar. Trata-se, efectivamente, da instalação de um *novo produto durável*, numa nova dimensão. Estes investimentos subterrâneos, em estratos até agora deixados em pousio pela sociedade da abundância, introduzem eles próprios um relançamento económico no respeitante aos bens semiduráveis já utilizados à superfície, tais como o incremento repentino das conservas alimentares, visto cada abrigo necessitar dum armazenamento com a máxima abundância; ou os novos acessórios específicos, tais como os sacos em matéria plástica para conterem os corpos das pessoas que deverão morrer no abrigo, permanecendo ali, naturalmente, com os sobreviventes.

É sem dúvida fácil apercebermo-nos de que estes abrigos individuais já espalhados por toda a parte nunca são eficazes — devido a negligências técnicas tão grosseiras como, por exemplo, a falta de autonomia no aprovisionamento de oxigénio; e que os mais aperfeiçoados abrigos colectivos apenas teriam uma margem muito reduzida de sobrevivência caso a guerra termonuclear fosse de facto desencadeada. Mas, como em todas as chantagens, a protecção não passa aqui de um pretexto. A verdadeira utilização dos abrigos reside na avaliação — e ao mesmo tempo no reforço — da docilidade das pessoas; e na manipulação desta docilidade num sentido favorável à sociedade dominante. Os abrigos, como criação de um novo género consumível na sociedade da abundância, provam, mais do que qualquer outro dos produtos precedentes, que é possível pôr-se os homens a trabalhar para suprirem necessidades altamente artificiais; as quais,

com toda a certeza, «se mantêm necessidades sem nunca terem sido desejos» (cf. *Preliminares* de 20 de Julho de 1960)¹ nem correrem o risco de alguma vez o serem. A força desta sociedade, o seu temível génio automático, pode avaliar-se neste caso extremo: se um belo dia ela brutalmente declarasse impor uma existência de tal modo vazia e desesperadora que a melhor solução seria as pessoas enforcarem-se, ainda assim conseguiria abrir um negócio salutar e rendível com base na produção de cordas uniformizadas. Mas em toda a sua riqueza capitalista o conceito de sobrevivência significa um *suicídio diferido* até ao esgotamento, uma renúncia à vida *executada todos os dias*. A rede dos abrigos — que não se destinam a servir na guerra, mas sim de imediato — esboça a imagem, ainda indignada e caricatural, da existência efectiva num capitalismo burocrático levado à perfeição. Um neocristianismo vem nisto substituir o seu ideal de renúncia, uma nova humildade conciliável com o novo impulso da economia. O mundo dos abrigos a si mesmo se reconhece como um *vale de lágrimas de ar condicionado*. A coligação de todos os gestores e de todos os seus sacerdotes de variadas espécies poderá concordar com base numa palavra de ordem unitária: o poder da catalepsia mais o sobreconsumo.

A sobrevivência enquanto oposto da vida, sendo embora tão raramente plesbicitada de modo tão claro como pelos compradores de abrigos de 1961, verifica-se em todos os aspectos da luta contra a alienação; na antiga concepção da arte, que sobretudo sublinhava a sobrevivência graças à obra, como confissão de renúncia à vida, como desculpa e consolação (sobretudo desde a época burguesa da estética, substituto laico do além religioso). E outro tanto no estádio mais irredutível da necessidade, nos apertos da sobrevivência alimentar ou do habitat, com a «chantagem à utilidade» que o *Programa Elementar* do urbanismo unitário denuncia (*I.S.* n.º 6), eliminando

¹ Alusão ao texto de G. Debord e P. Canjuers, *Preliminares pour une définition de l'unité du programme révolutionnaire*, Paris, 1960, tentativa duma plataforma comum entre a I.S. e o colectivo da revista *Socialisme ou Barbarie*.

qualquer crítica humana sobre o meio ambiente «com o simples argumento de cada qual precisar dum tecto».

O novo habitat que vai adquirindo forma nas novas urbanizações citadinas não está realmente separado da arquitectura dos abrigos; nesta apenas representa um grau inferior. E embora a sua aliança seja restrita e a passagem de um à outra se preveja sem solução de continuidade, o primeiro exemplo em França é um bloco de prédios construído em Nice cujo subsolo está já adaptado às funções de abrigo antiatómico destinado à multidão dos moradores. A organização concentracionária da superfície é o estado normal duma sociedade em formação cujo resumo subterrâneo representa o excesso patológico. Esta doença revela melhor o esquema desta saúde. O urbanismo do desespero, à superfície, está em vias de se tornar rapidamente dominante, não só nos centros de povoamento dos Estados Unidos mas também nos de países muito mais atrasados da Europa ou até, por exemplo, na Argélia do período neocolonialista proclamado a seguir ao «Plano de Constantina». Em finais de 1961, a primeira versão do plano nacional de reordenamento do território francês — cuja formulação foi depois atenuada — lamentava, no capítulo sobre a região parisiense, a «obstinação em morar no interior da capital duma população inactiva», ao mesmo tempo que os seus redactores, especialistas encartados da felicidade e do possível, assinalavam que esta dita população «poderia mais agradavelmente alojar-se fora de Paris». Pediam assim, por conseguinte, que se eliminasse esta penosa irracionalidade, legalizando «a dissuasão sistemática quanto à permanência destas pessoas inactivas» em Paris.

Tendo em conta que a única actividade válida consiste obviamente na dissuasão sistemática dos cálculos dos gestores que fazem funcionar semelhante sociedade, até à sua completa eliminação, e que eles pensam nisso muito mais constantemente do que a multidão anestesiada dos executantes, os planificadores estabelecem as suas próprias defesas em todos os reordenamentos modernos do território. A planificação dos abrigos para a população, sob a forma normal de um tecto ou sob a forma «da abundância» dum túmulo familiar para habitação

preventiva, na realidade tem de servir para abrigar o poder dos planificadores. Os dirigentes que controlam a máxima conservação e isolamento dos seus súbditos sabem deste modo entrincheirar-se eles próprios com objectivos estratégicos. Os Haussmann do século xx já não precisam de utilizar as suas forças de repressão com base num enquadramento militar das antigas aglomerações urbanas. Ao mesmo tempo que dispersam a população, num vasto raio de acção, graças a novas urbanizações que constituem este enquadramento *em estado puro* (onde a inferioridade das massas desarmadas e privadas de meios de comunicação se vê claramente agravada perante as forças cada vez mais técnicas das polícias), edificam *capitais fora de alcance* onde a burocracia dirigente, para maior segurança, poderá constituir a totalidade da população.

Podemos realçar, em diversos estádios de desenvolvimento destas cidades-governo: a «zona militar» de Tirana, bairro separado da cidade e defendido pelo exército, onde estão concentradas as moradias dos dirigentes da Albânia, o edifício do Comité Central, bem como os estabelecimentos escolares e sanitários, os armazéns e as distrações para este escol que vive em autarcia. A cidade administrativa do Rocher Noir, construída num ano para servir de capital à Argélia, ao verificar-se que as autoridades francesas se tinham tornado incapazes de se manterem numa grande cidade, em condições normais; esta, pela sua função, corresponde exactamente à «zona militar» de Tirana, mas foi edificada em campo raso. Com Brasília, por fim, temos o exemplo mais alto: a cidade construída no meio dum vasto deserto, cuja inauguração coincidiu precisamente com a exoneração do presidente Quadros¹ pelos seus militares e com os preâmbulos duma guerra civil no Brasil que só

¹ Jânio da Silva Quadros (n. 1917). Presidente da República em Outubro de 1960, empossado em 1961, renunciou às funções em Agosto desse ano, no contexto das tradições duma classe dominante incapaz de adaptar-se a um poder político resultante do sistema eleitoral. Em Abril de 1964, com a implantação da ditadura militar, Jânio Quadros teve os seus direitos políticos suspensos. Brasília, inaugurada a 21 de Abril de 1960, durante a presidência anterior, a de Juscelino Kubitschek, teve associado à sua concepção um dos arquitectos mais representativos do funcionalismo, o brasileiro Óscar Niemeyer.

por um triz não deu cabo dos estuques ainda frescos da capital burocrática; a qual, ao mesmo tempo, como se sabe, representa a vitória exemplar da arquitectura funcional.

Estando as coisas nisto, vemos muitos especialistas começarem a denunciar um grande número de absurdezias inquietantes. Mas é por não terem percebido a racionalidade central (racionalidade dum delírio coerente) que determina estes aparentes absurdos parciais, para os quais as suas próprias actividades forçosamente contribuem. A sua denúncia do absurdo só pode pois ser absurda nas formas que reveste e nos meios de que se dota. Que pensar, por exemplo, dos novecentos professores de todas as universidades e institutos de investigação das regiões de Nova Iorque e Boston que solenemente se dirigiram, a 30 de Dezembro de 1961, no *New York Herald Tribune*, ao presidente Kennedy e ao governador Rockfeller — dias antes de o primeiro se gabar de ter seleccionado, para começar, cinquenta milhões de abrigos — para os convencerem do carácter nefasto do desenvolvimento duma «defesa civil»? Que pensar da horda pululante dos sociólogos, juizes, arquitectos, polícias, psicólogos, pedagogos, higienistas, psiquiatras e jornalistas que se encontram constantemente em congressos, comissões e colóquios de toda a laia, todos eles em busca duma solução urgente para *humanizarem* as novas urbanizações feitas de torres de betão? A humanização destas novas urbanizações é uma mistificação tão ridícula como a humanização da guerra atómica, e pelas mesmas razões. Os abrigos trazem com eles, não a guerra mas sim a ameaça de guerra, na sua «dimensão humana» no sentido do que define o homem no capitalismo moderno: o seu dever de consumidor. Este inquérito sobre a humanização visa meramente o estabelecimento comum das mentiras mais eficazes para rechazar a resistência das pessoas. Visto o tédio e a total ausência de vida social caracterizarem as novas grandes urbanizações periféricas de forma tão imediata e tangível como o frio caracteriza Verkoiansk¹, certas

¹ Cidade da Sibéria Oriental, situada numa das regiões mais frias da Terra; as temperaturas negativas chegam ali a rondar os 70° C.

revistas femininas chegam a organizar nas novas periferias reportagens dedicadas à última moda, fotografando os manequins nessas zonas e fazendo por lá entrevistas a pessoas satisfeitas. Como o poder embrutecedor do cenário se pode avaliar pelo desenvolvimento intelectual das crianças, sublinha-se a sua desagradável hereditariedade de mal alojados do pauperismo clássico. A última teoria reformista deposita as suas esperanças numa espécie de centro cultural — sem empregar, todavia, esta expressão, para não deitar a fugir esses mal alojados. Nos planos do Sindicato dos Arquitectos do Sena, o Clube Bar pré-fabricado, que há-de humanizar por toda a parte a sua obra, apresenta-se (cf. *Le Monde* de 22-12-61) como uma «célula plástica» de forma cúbica (28 x 18 x 4 metros), incluindo «um elemento estável: o bar sem álcool onde também estarão à venda tabaco e jornais; o resto poderá ficar reservado a diferentes actividades artesanais de bricolagem [...] O Clube Bar tem de tornar-se uma montra, com todo o carácter de sedução que isso autoriza. É a razão pela qual a concepção estética e a qualidade dos materiais serão cuidadosamente estudadas, para projectarem o máximo efeito, tanto de noite como de dia. O jogo de luzes deverá *informar* sobre a vida do Clube Bar».

Aqui temos pois, e apresentado em termos profundamente reveladores, o achado que «poderá facilitar a integração social ao nível da qual se há-de forjar a alma duma pequena urbanização». A ausência de álcool será pouco notada: é sabido que em França a juventude dos bandos nem sequer precisa, hoje em dia, de recorrer ao álcool para espatifar tudo. Os blusões negros parecem ter acabado com a tradição francesa do alcoolismo popular, ao mesmo tempo que o papel do álcool continua a ser tão importante no *hooliganismo* [desordens de rufias] dos países de Leste; e ainda não chegaram, como a juventude estadunidense, ao uso da marijuana ou de estupefacientes mais fortes. Apesar de empenhados numa tal passagem sem efeito, entre os excitantes de dois estádios históricos distintos, nem por isso deixam de manifestar uma nítida violência, justamente como resposta a este mundo que descrevemos e à horrível perspectiva de nele ocuparem uma posição qualquer. Pondo de parte o factor da revolta, o projecto

dos architectos sindicalizados é coerente: os seus clubes de vidro pretendem ser um instrumento de controle suplementar da existência nesta *alta vigilância* da produção e do consumo que constitui a famosa integração levada por diante. O recurso, candidamente confessado, à estética da montra, vê-se iluminado na perfeição pela teoria do espectáculo: nestes bares desalcoolizados, os consumidores tornam-se eles próprios espectaculares, tal como o devem ser os objectos de consumo, por não terem outra atracção. O homem perfeitamente reificado tem o seu lugar na montra, como imagem desejável da reificação.

O defeito interno do sistema consiste em não poder reificar perfeitamente os homens; precisa de os pôr a agir e de obter a sua participação, porque sem isso a produção da reificação, e o seu consumo, não iriam mais além. O sistema reinante, por conseguinte, combate a História; luta com a sua própria história, que é simultaneamente a história do seu reforço e a da sua contestação.

Hoje, e apesar de certas aparências, quando *mais do que nunca* (após um século de lutas e a liquidação, entre as duas guerras, pelos sectores dirigentes tradicionais ou de novo tipo, de todo o movimento operário clássico que representava a força da contestação geral) o mundo dominante *se apresenta como definitivo*, com base no enriquecimento e na extensão infinita dum modelo insubstituível, a compreensão só pode alicerçar-se na contestação. E esta contestação só tem verdade e realismo como contestação da totalidade.

É isso que explica a assombrosa falta de ideias visível em todos os actos da cultura, da política, da organização da vida e do resto, sendo a fraqueza dos construtores modernistas de cidades funcionais apenas um exemplo particularmente notório. Os especialistas inteligentes apenas têm a inteligência de agir como especialistas; daí o medroso conformismo e a falta fundamental de imaginação que os levam a aceitar ser esta ou aquela produção útil, boa, necessária. Na realidade, a raiz da *falta de imaginação* reinante só é apreensível acedendo-se à *imaginação da falta*; ou seja, concebendo-se o que na vida moderna está ausente, interdito e escondido — e que apesar disso é possível.

Isto não constitui uma teoria desligada do modo como as pessoas encaram a vida; trata-se, pelo contrário, de uma realidade existente na cabeça das pessoas mas ainda sem ligações com a teoria. Aqueles que ao levarem bastante longe «a coabitação com o negativo», no sentido hegeliano, reconhecerem explicitamente esta falta como a sua força principal e o seu programa, farão surgir o único *projecto positivo* que pode derrubar as paredes do sono; e as normas da sobrevivência; e as bombas do juízo final; e as megatoneladas da arquitectura.

I. S. n.º 7, Abril de 1962



Comunicação prioritária

A questão do poder está tão bem escondida, nas teorias sociológicas e culturais, que os peritos podem encher milhares de páginas sobre a comunicação ou os meios de comunicação de massas na sociedade moderna, sem nunca notarem que a comunicação de que falam se faz em sentido único, não tendo os *consumidores de comunicação* nada a responder. Há na pretensa comunicação uma rigorosa divisão de tarefas, que afinal faz coincidir a mais geral divisão entre organizadores e consumidores do tempo da sociedade industrial (tempo este que integra e dá forma ao conjunto constituído pelo trabalho e pelos ócios). Quem não se sinta, *a este nível*, incomodado pela tirania exercida sobre a sua própria vida, nada entende na sociedade actual; ficando por isso perfeitamente qualificado para escovar todos os seus artísticos frescos sociológicos. Todos quantos se inquietam ou se maravilham ante esta cultura de massas que, através dos *mass media* unificados planetariamente, cultiva as massas e ao

mesmo tempo «massifica» a «alta cultura», esquecem-se apenas de que a cultura, mesmo alta, está agora enterrada nos museus, incluindo as suas manifestações de revolta e de autodestruição. E que as massas — de que afinal todos fazemos parte — são mantidas fora da vida (da participação na vida), fora da acção livre: *subsistentes*, inseridas na moda do espectáculo. A lei actual é que toda a gente consuma a maior quantidade possível de nada; incluindo até o respeitável nada da velha cultura perfeitamente separada da sua significação original (o cretinismo progressista há-de sempre enternecer-se vendo o teatro de Racine televisionado ou os Iacutes¹ a ler Balzac: justamente porque não encara outro progresso humano a não ser este).

A noção, quão reveladora, de bombardeamento de informações, deverá ser compreendida no seu sentido mais amplo. A população encontra-se hoje submetida em permanência a um bombardeamento de imbecilidades que de maneira nenhuma depende dos *mass media*. Nada seria mais falso, mais digno da esquerda antediluviana, do que imaginar estes *mass media* em concorrência com outras esferas da vida social moderna onde os problemas reais das pessoas seriam postos com seriedade. A Universidade, as Igrejas, as convenções da política tradicional ou a arquitectura emitem também, para as ondas do confusãoismo, uma grande quantidade de incoerentes trivialidades que tenderão, caótica mas imperativamente, a modelar todas as atitudes da vida quotidiana (como devem as pessoas vestir-se, quem devem encontrar, como deverão contentar-se com tais coisas). Um qualquer sociólogo da «comunicação», para quem a acadiana afirmação de infalível efeito consistirá em opor a alienação do empregado dos *mass media* à satisfação do artista, que, quanto a ele, se identifica com a sua obra e graças a ela se justifica, não fará senão alardear sistematicamente a sua eufórica incapacidade de conceber a própria alienação artística.

¹ Alusão ao povo iacute, da Sibéria Oriental, pertencente ao ramo turco da família etnolinguística altaica. A Iacútia, criada em Abril de 1922, foi uma das repúblicas socialistas soviéticas. É aqui referido como um contrastante exemplo de exotismo.

A teoria da informação começa logo por ignorar o principal poder da linguagem, que consiste em combater-se a si mesma e superar-se no seu plano poético. Só uma escrita que atinja o vazio, a perfeita neutralidade do conteúdo e da forma, poderá agir em função duma experiência matemática (como a «literatura potencial», último ponto da longa página branca escrita por Queneau). Apesar das soberbas hipóteses duma «poética informacional» (Abraham Moles) e da enternecedora confiança dos seus contrasensos a respeito de Schwitters ou Tzara, a única linguagem que os técnicos da linguagem poderão compreender é a *técnica*. Ignoram aquilo que avalia tudo isso.

Considerada em toda a sua riqueza, a partir da práxis humana como um todo e não a partir do movimento acelerado das operações bancárias graças à utilização de cartões especiais, a comunicação só existe na acção comum. Os mais notórios exageros da incompreensão estão assim ligados aos excessos da não-intervenção. Não há exemplo mais claro do que a longa e deplorável história da esquerda francesa perante a insurreição popular da Argélia. A prova de que a antiga política se extinguiu, ficou patente em França não só pela abstenção da quase totalidade dos trabalhadores, mas mais ainda, sem dúvida, pela tolice política da minoria decidida a agir; deste modo, as ilusões de militantes de extrema-esquerda a respeito da «frente popular» podem ser qualificadas como ilusões de segundo grau, antes de mais nada porque a fórmula era rigorosamente impraticável neste período, e depois porque provara amplamente, desde 1936, a que ponto era uma arma contra-revolucionária particularmente segura. Tendo as mistificações das velhas organizações políticas revelado nessa altura a sua derrocada, nem por isso surgiu nenhuma política nova. Com efeito, o problema argelino revelava-se como um dos arcaísmos franceses, na medida em que a principal tendência em França aspira à situação do capitalismo moderno. Os fenómenos ainda não oficiais, «selvagens», de decepção e recusa que acompanham esta evolução, em nada se viam ligados à luta dos subdesenvolvidos argelinos. Para quem não apreende no futuro a realidade duma contestação radical

comum, a comunidade de interesses em aparência tão diferentes já só se baseia hoje no imperativo das lembranças (coisa que fazia — e, mais amiúde, deveria ter feito — o antigo movimento operário para apoiar os explorados das colónias). De modo que certos reflexos que também se tornaram arcaicos, e portanto abstractos, constituíam a única solidariedade concebida: esperar que esta eterna e mitológica esquerda francesa P.C.-P.S.U.-S.F.I.O., mais o G.P.R.A.¹ se comportassem (tendo em conta as suas diversas «asneiras» ou «traições») como duas secções da III Internacional.

Tudo o que ocorreu desde 1920 parece todavia mostrar que uma crítica fundamental destas soluções é inevitável em toda a parte, impondo-se do lado argelino, forçosamente, pela sua actual luta armada. A solidariedade internacionalista, se não se degradar em moralismo de cristãos esquerdistas, só pode ser uma solidariedade entre os revolucionários de ambos os países. Isto, obviamente, pressupõe que os haja em França; e que na Argélia se distingam os seus interesses no futuro próximo, quando a actual frente nacional se vir perante a opção a tomar quanto à natureza do seu poder.

As pessoas que procuraram levar a cabo uma acção de vanguarda em França, neste período, viram-se divididas entre, por um lado, o receio de se separarem totalmente das antigas comunidades políticas (cujo avançado estado de glaciação no entanto conheciam) ou pelo menos da sua linguagem; e, por outro lado, um certo desdém pela emoção real de certos sectores (os estudantes, por exemplo, motivados pela luta contra o extremismo colonialista), por causa da complacência desses sectores perante toda uma antologia dos arcaísmos políticos (unidade de acção contra o fascismo, etc.).

¹ Governo Provisório da República Argelina, criado em Setembro de 1958, resultante da guerra anticolonial desencadeada na Argélia a 1 de Novembro de 1954. A S.F.I.O. (Secção Francesa da Internacional Operária), velha organização reformista criada em 1905 com o nome de Partido Socialista, ficou historicamente ligada às duas outras organizações citadas, o P.C.F. e o P.S.U. (Partido Socialista Unificado), que nela tiveram origem.

Nenhum grupo soube aproveitar esta oportunidade, de maneira exemplar, ligando o *programa máximo* da revolta virtual da sociedade capitalista a um programa máximo da actual revolta dos colonizados. Naturalmente, isto explica-se pela fraqueza de tais grupos; uma tal debilidade, porém, nunca deverá ser considerada como uma desculpa, mas, muito pelo contrário, como um defeito de funcionamento e de rigor. É inconcebível que uma organização capaz de representar a contestação vivida pelas pessoas, e que sabe falar-lhes disso, se mantenha débil, mesmo sendo duramente reprimida.

A completa separação dos trabalhadores de França e da Argélia, separação esta, convém compreendê-lo, que não se situava principalmente no espaço, *mas sim no tempo*, levou a um tal delírio da informação, mesmo «de esquerda», que um dia depois do 8 de Fevereiro, quando a polícia matou oito manifestantes franceses, os jornais falavam dos recontros mais sangrentos verificados em Paris desde 1934, esquecendo-se por completo que menos de quatro meses antes os manifestantes argelinos de 18 de Outubro tinham sido massacrados em Paris às dezenas.¹ Ou que um «Comité Antifascista do Bairro de Saint Germain des Prés», em Março, escrevera num cartaz «O povo francês e o povo argelino impuseram a negociação...» sem o dito Comité morrer fulminado pelo ridículo de enumerar por esta ordem as duas forças citadas.

No momento em que a realidade da comunicação se encontra tão profundamente podre, não é de admirar que se desenvolva em sociologia o estudo mineralógico das comunicações petrificadas. Nem que na arte a canalha neodadaísta redescubra a importância do movimento Dadá como positividade formal a explorar *ainda*, depois de tantas outras correntes modernistas dele sacarem o que puderam logo

¹ A 8-2-62, numa manifestação em Paris contra a O.A.S. (Organização do Exército Secreto, fracção terrorista francesa da Argélia), foram mortos oito manifestantes. Nas jornadas de luta de 17 a 20 de Outubro de 1961, organizadas por trabalhadores argelinos em Paris, a polícia, no dia 18, procedeu a uma repressão ferocíssima, abatendo várias dezenas de manifestantes.

nos anos 20. Esforça-se esta gente por pôr no esquecimento quanto o dadaísmo autêntico foi o da Alemanha e a que ponto esteve associado à ascensão da revolução alemã após o armistício de 1918. A necessidade duma tal ligação não mudou para quem hoje contribui com uma posição cultural nova. Impõe-se simplesmente descobrir esta novidade *simultaneamente* na arte e na política.

A simples anticomunicação pedida hoje de empréstimo ao dadaísmo pelos mais reaccionários defensores das mentiras estabelecidas é coisa sem valor numa época em que a urgência consiste em criar, ao nível mais simples e ao mais complexo da prática, uma nova comunicação. A sequência mais digna do dadaísmo, a sua legítima sucessão, deverá ser reconhecida no Congo do Verão de 1960. A revolta espontânea dum povo mantido na infância (mais do que em todas as restantes áreas) soube imediatamente, logo que a racionalidade da sua exploração foi abalada — uma exploração ainda mais estrangeira do que noutros sítios —, desviar a linguagem exterior dos donos e senhores, tomando-a poesia e modo de acção. É necessário empreender, respeitosa, o estudo da expressão dos congueses neste período, para nela reconhecermos — além do papel do poeta Lumumba¹ — a grandeza e eficácia da única comunicação possível, que melhor ou pior acompanha a intervenção sobre os acontecimentos, ou seja, a transformação do mundo.

¹ Patrice Lumumba (1925-1961), revolucionário congues de inspiração marxista, eleito, em 1960, chefe do primeiro governo pós-independência do Congo (actual Zaire). O seu nome ficou associado à maior revolta camponesa desse período, com fortes tendências milenaristas e libertárias, que eclode já depois da independência. Este movimento, animado pelo verbo de Lumumba e opondo-se ao regime já corrupto dos novos dirigentes africanos, reclama «uma nova independência». Kasavubu, o Presidente da República, orquestra então um golpe de Estado e entrega Lumumba aos mercenários belgas que defendem os secessionistas da província do Catanga. Lumumba é assassinado em Janeiro de 1961, em circunstâncias nunca elucidadas. O seu nome, reduzido depois a ícone, na qualidade de «herói nacional», será obscenamente explorado pelo sinistro Mobutu, que se instala no poder em 1965 estribado no exército e num «governo de técnicos».

Embora o público seja fortemente incitado a pensar o contrário, e não só pelos meios de massas — a coerência da acção dos congueses, enquanto a sua vanguarda não foi abatida, e a excelente utilização que fizeram dos raros meios que detinham, contrastam precisamente com a incoerência fundamental da organização social de todos os países desenvolvidos e com a perigosa incapacidade que revelam para empregarem de modo aceitável os seus poderes técnicos. Sartre, tão representativo da sua desvairada geração, no sentido em que conseguiu ser, por si só, lorpa de *todas* as mistificações por que optaram os seus contemporâneos, responde agora sem rodeios, numa nota do n.º 2 da revista *Médiations*, sustentando que não se pode falar duma linguagem artística dissolvida correspondente a um tempo de dissolução, pois «a época constrói mais do que destrói». A balança do merceeiro inclina-se para o mais pesado, mas fá-lo a partir duma confusão entre construir e produzir. O que Sartre enxerga é que há hoje nos mares uma mais forte tonelagem de navios do que antes da guerra, apesar dos bombardeamentos; que há mais prédios e mais automóveis apesar dos incêndios e dos acidentes. Até há mais livros, visto Sartre ter sobrevivido. E no entanto, as razões que esta sociedade tinha para viver, destruíram-se. As variantes, apresentando transformações artificiais, não duram mais tempo que um chefe da polícia, indo logo juntar-se à dissolução geral do antigo mundo. O único trabalho útil está para ser feito: reconstruir a sociedade e a vida noutras bases. As diversas neofilosofias das pessoas que reinaram tanto tempo no deserto do pensamento pretensamente moderno e progressista não conheciam estas bases. Os seus grandes vultos não irão sequer parar ao museu, porque esse será um período excessivamente oco para os museus. Pareciam-se todos, eram os mesmos produtos da imensa derrota do movimento de emancipação humana nos primeiros trinta e tal anos deste século. Todos aceitaram esta derrota, sendo isso que os define exhaustivamente. Mas os especialistas do erro hão-de defender até ao fim a sua especialização. Embora estes dinossauros da pseudo-explicação, agora que o clima está a mudar, não tenham mais nada

com que dar ao dente. O sono da razão dialéctica engendrava monstros.

Todas as ideias unilaterais sobre a comunicação eram obviamente as ideias da comunicação unilateral. Correspondiam à visão do mundo e aos interesses da sociologia, da velha arte ou dos estados-maiores da direcção política. É tudo isto que vai mudar. Nós conhecemos agora «a incompatibilidade do nosso programa, enquanto expressão, com os meios de expressão e de recepção disponíveis» (Kotányi).¹ Trata-se, ao mesmo tempo, de ver o que pode servir à comunicação e para que pode servir a comunicação. As formas de comunicação existentes, e a sua presente crise, compreendem-se e justificam-se apenas na perspectiva da sua superação. Não deveremos mostrar pela arte ou pela escrita um respeito tão grande que nos leve a querer abandoná-los totalmente. Nem deveremos mostrar tal respeito pela história da arte ou da filosofia modernas que nos leve a desejar prosseguir-las como se nada fosse. O nosso juízo é desengañado porque é *histórico*. Para nós, por conseguinte, toda a utilização dos modos de comunicação permitidos deverá constituir e não constituir a recusa desta comunicação: uma comunicação que contenha a sua recusa; uma recusa que contenha a comunicação, ou seja, a transposição desta recusa em projecto positivo. Tudo isso deverá levar a algum lado. A comunicação irá agora conter *a sua própria crítica*.

I. S. n.º 7, Abril de 1962



¹ Alusão ao situacionista Attila Kotányi, húngaro exilado, excluído da I.S. em 1963.

Dominação da natureza, ideologia e classes

A apropriação da natureza pelos homens é exactamente a aventura em que *estamos metidos*. É uma aventura indiscutível; mas só sobre ela e a partir dela podemos discutir. O que está sempre em questão, no centro do pensamento e da acção modernos, é o emprego possível do sector dominado da natureza. A hipótese de conjunto relativa a este emprego determina as opções nos cruzamentos que todo e qualquer momento do processo apresenta; determina também o ritmo e a duração duma expansão produtiva em cada sector. A ausência duma hipótese de conjunto, ou seja, o monopólio duma única hipótese não teorizada, correspondente ao produto automático do crescimento cego do poder actual, constitui o vazio que desde há quarenta anos é o quinhão do pensamento contemporâneo.

A acumulação da produção e de capacidades técnicas sempre superiores avança ainda mais depressa do que na previsão do comunismo do século XIX. Mas nem por isso deixámos de ficar no estádio da pré-história, que agora é uma pré-história com sobreequipamento. Aquilo em que um século de tentativas revolucionárias falhou, foi em não ter racionalizado e tornado apaixonante a vida humana (o projecto duma sociedade sem classes não foi ainda realizado). Entrámos num incremento de meios materiais sem fim, mas que continua ao serviço de interesses fundamentalmente estáticos; continuando, por isso mesmo, ao serviço de valores cuja morte antiga é de notoriedade pública. O espírito dos mortos pesa imenso sobre a tecnologia dos vivos. A planificação económica que reina em toda a parte é demente, não tanto devido à sua obsessão escolar dum enriquecimento organizado dos anos que não-de vir, mas justamente devido ao sangue podre do passado que já circula, por si mesmo, nessa planificação — incessantemente atirado de novo para diante, a cada pulsação artificial deste «coração dum mundo sem coração».

A libertação material é um preâmbulo à libertação da história humana, e só assim pode ser ajuizada. A noção do nível de desenvol-

vimento mínimo que se impõe atingir desde já, aqui e ali, depende justamente do projecto de libertação por que se optou, e portanto de quem fez essa opção: as massas autónomas ou os especialistas no poder. Os que adoptam as ideias de determinada categoria de organizadores sobre o indispensável, poderão ficar livres de qualquer privação no respeito aos objectos que os organizadores em questão não-de optar por produzir; mas nunca ficarão, com toda a certeza, livres dos próprios organizadores. As formas mais modernas e mais inesperadas da hierarquia serão sempre um dispendioso *remake* do velho mundo da passividade, da impotência e da escravatura, seja qual for a força material que abstractamente a sociedade possua; representará sempre o oposto da soberania que os homens exercem sobre aquilo que os rodeia e sobre a sua história.

Pelo facto de a dominação da natureza na sociedade actual se apresentar como uma alienação constantemente agravada e como a única grande causa ideológica para justificar esta alienação social, ela é criticada de maneira unilateral, sem dialéctica nem suficiente compreensão histórica, por alguns dos grupos de vanguarda que neste momento se encontram a meio caminho entre a antiga concepção degradada e mistificada do movimento operário, que eles superaram, e a próxima forma de contestação global, que ainda está à nossa frente (ver, por exemplo, na revista *Socialisme ou Barbarie*, as teorias muito significativas de Cardan e outros). Opondo-se estes grupos, com toda a razão, à reificação cada vez mais perfeita do trabalho humano e ao seu corolário moderno (o consumo passivo de ócios manipulados pela classe dominante), acabam por sustentar, mais ou menos inconscientemente, uma espécie de nostalgia do trabalho nas suas formas antigas e das relações realmente «humanas» que puderam expandir-se em sociedades de outrora ou até em fases menos desenvolvidas da sociedade industrial. Isto concorda, de resto, com a intenção de se obter um melhor rendimento da produção existente, abolindo-se nela, em simultâneo, o desperdício e a desumanidade que caracterizam a indústria moderna (cf., a este propósito, o artigo «Instruções para um armamento», p. 61). Estas concepções abandonam

...o essencial do projecto revolucionário, que radica na supressão do trabalho em sentido corrente (e igualmente na supressão do proletariado) e em todas as justificações do trabalho obsoleto. Não se pode compreender a frase do *Manifesto Comunista* que diz que «a burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário» descurando a possibilidade, aberta pela dominação da natureza, do desaparecimento do trabalho em proveito de um novo tipo de actividade livre; e descurando, ao mesmo tempo, o papel exercido pela burguesia na «dissolução das velhas ideias» — ou seja, seguindo a desgraçada propensão do movimento operário clássico para se definir positivamente em termos de «ideologia revolucionária».

Vaneigem expõe nas *Banalidades de Base* o movimento de dissolução do pensamento sagrado e a sua inferior substituição, pela ideologia, nas funções de analgésico, hipnótico e calmante. A ideologia, tal como aconteceu com a penicilina, ao mesmo tempo que foi disseminada cada vez mais maciçamente, tornou-se cada vez menos operante, sendo necessário aumentar sem parança as doses e a propagação; basta pensar nos vários excessos do nazismo ou na propaganda consumista dos nossos dias. Podemos considerar que desde o desaparecimento da sociedade feudal as classes dominantes estão cada vez mais mal servidas pelas suas próprias ideologias, no sentido em que estas — enquanto pensamentos petrificados — lhes serviram de armas universais para a tomada do poder e agora apresentam contradições no seu reino particular. Aquilo que na ideologia era mentira inconsciente (deter-se em conclusões parciais), torna-se mentira sistemática quando alguns dos interesses que ela mascarava passam a estar no poder e dispõem duma policia para os proteger. O exemplo mais moderno é também o mais evidente: foi pelo desvio operado na ideologia do movimento operário que a burocracia constituiu o seu poder na Rússia. Todas as tentativas de modernização duma ideologia — aberrantes como o fascismo ou consequentes como a ideologia do consumo espectacular no capitalismo desenvolvido — promovem sempre a conservação do presente, ele próprio dominado pelo passado. Um reformismo da ideologia, num sentido



As máquinas idílicas

Em Maio de 1962 foi difundida a imagem dum protótipo americano que serve para transcrever directamente as palavras num teclado de máquina de escrever. A felicidade da publicidade desta invenção reside naturalmente na ideia da secretária: doravante basta-lhe olhar para a máquina a escrever a. Sem examinarmos aqui as reais incidências económicas desta moderna imagem do trabalho das secretárias, convém notarmos a que ponto semelhante m traduz um sonho básico da sociedade actual (os devaneios dominantes dum época são os devaneios da classe dominante). É a expectativa de da produção da evolução social em que a contemplação passiva das máquinas passiva dução passaria a articular-se, sem ruptura sensível, com a contemplação das máquinas do consumo. Num nirvana tecnicizado do puro consumo este «fazer» do tempo, tudo o que haveria a fazer consistiria em ver fazer; e sendo máquina «fazer» apenas o das máquinas, seria para sempre o dos proprietários de e abusar as (apagando-se cada vez mais a propriedade jurídica — direito de usar ar — em proveito do poder dos programadores competentes e paternais).

assim o ponto central do projecto revolucionário, que radica na supressão do trabalho em sentido corrente (e igualmente na supressão do proletariado) e em todas as justificações do trabalho obsoleto. Não se pode compreender a frase do *Manifesto Comunista* que diz que «a burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário» descurando a possibilidade, aberta pela dominação da natureza, do desaparecimento do trabalho em proveito de um *novo tipo de actividade livre*; e descurando, ao mesmo tempo, o papel exercido pela burguesia na «dissolução das velhas ideias» — ou seja, seguindo a desgraçada propensão do movimento operário clássico para se definir positivamente em termos de «ideologia revolucionária».

Vaneigem expõe nas *Banalidades de Base* o movimento de dissolução do pensamento sagrado e a sua inferior substituição, pela ideologia, nas funções de analgésico, hipnótico e calmante. A ideologia, tal como aconteceu com a penicilina, ao mesmo tempo que foi disseminada cada vez mais maciçamente, tornou-se cada vez menos operante, sendo necessário aumentar sem parança as doses e a apresentação; basta pensar nos vários excessos do nazismo ou na propaganda consumista dos nossos dias. Podemos considerar que desde o desaparecimento da sociedade feudal as classes dominantes estão cada vez mais mal servidas pelas suas próprias ideologias, no sentido em que estas — enquanto pensamentos críticos petrificados — lhes serviram de armas universais para a tomada do poder e agora apresentam contradições no seu reino particular. Aquilo que na ideologia era mentira inconsciente (deter-se em conclusões parciais), torna-se mentira sistemática quando alguns dos interesses que ela mascarava passam a estar no poder e dispõem duma polícia para os proteger. O exemplo mais moderno é também o mais evidente: foi pelo desvio operado na ideologia do movimento operário que a burocracia constituiu o seu poder na Rússia. Todas as tentativas de modernização duma ideologia — aberrantes como o fascismo ou consequentes como a ideologia do consumo espectacular no capitalismo desenvolvido — promovem sempre a conservação do presente, ele próprio dominado pelo passado. Um reformismo da ideologia, num sentido



As máquinas idílicas

Em Maio de 1962 foi difundida a imagem dum protótipo americano que serve para transcreever directamente as palavras num teclado de máquina de escrever. A *human touch* da publicidade desta invenção reside naturalmente na felicidade da secretária: doravante basta-lhe olhar para a máquina a escrever sozinha. Sem examinarmos aqui as reais incidências económicas desta modernização do trabalho das secretárias, convém notarmos a que ponto semelhante imagem traduz um sonho básico da sociedade actual (os devaneios dominantes duma época são os devaneios da classe dominante). É a expectativa de um momento da evolução social em que a contemplação passiva das máquinas da produção passaria a articular-se, sem ruptura sensível, com a contemplação passiva das máquinas do consumo. Num nirvana tecnicizado do puro consumo passivo do tempo, tudo o que haveria a fazer consistiria em *ver fazer*; e sendo este «fazer» apenas o das máquinas, seria para sempre o dos proprietários de máquinas (apagando-se cada vez mais a propriedade jurídica — direito de usar e abusar — em proveito do poder dos programadores competentes e paternos).

hostil à sociedade estabelecida, nunca terá eficácia porque nunca disporá dos meios de absorção forçada graças aos quais esta sociedade dispõe ainda duma utilização eficaz da ideologia. O pensamento revolucionário apoia forçosamente a crítica impiedosa das ideologias, incluindo nestas, bem entendido, o ideologismo especial da «morte das ideologias», cujo título é já uma confissão, visto as ideologias terem sempre sido pensamento morto e congratulando-se apenas a empírica ideologia em questão com a derrota dum rival invejado.

A dominação da natureza contém a seguinte questão: «dominá-la para fazer o quê?» Mas esta interrogação sobre a práxis vence forçosamente esta dominação, tem de a incluir. Rejeita apenas a resposta mais grosseira: «para proceder como antes, com maior obstrução de produtos», à dominação reificadora que desde a origem está contida na economia capitalista, mas que pode «por si mesma produzir os seus coveiros». É preciso pôr em dia a contradição entre a positividade da transformação da natureza, o grande projecto da burguesia, e a sua recuperação mesquinha pelo poder hierarquizado, que em todas as variantes actuais segue o modelo único da «civilização» burguesa. Na sua forma massificada, o modelo burguês «socializou-se» na actividade dum pequeno-burguês compósito capaz de acumular todas as capacidades de embrutecimento* das velhas classes pobres e todos os sinais de riqueza (também eles massificados) que assinalam a pertença à classe dominante.

Os burocratas de Leste aderem forçosamente a este modelo, bastando-lhes produzir mais para que a polícia sirva menos para manter o seu próprio esquema do sumiço da luta de classes. O capitalismo moderno proclama alto e bom som um objectivo similar. Mas todos cavalgam o mesmo tigre: um mundo em rápida transformação onde eles aspiram à dose de imobilidade útil à perpetuação de uma ou outra cor do poder hierárquico.

A rede crítica do presente é coerente, mas também o é a rede da apologia. A coerência da apologia só parece menos visível porque tem de mentir ou valorizar arbitrariamente a propósito de muitos pormenores e cambiantes do modelo reinante, em oposição a outros.

Ao renunciar-se porém a todas as variantes da apologia, penetra-se de imediato na crítica, que não possui esta má consciência subjectiva porque não colabora com nenhuma força dominante do presente. Quem admitir que uma burocracia hierarquizada possa ser um poder revolucionário, admitindo igualmente como um bem e um prazer o turismo de massas tal como é universalmente organizado pela sociedade do espectáculo, bem pode empreender as viagens de Sartre pela China ou seja por onde for. Os seus erros, parvoíces e mentiras não poderão enganar ninguém. Naturalmente, cada qual se inclina para aquilo que aprecia; e há viajantes ainda mais detestáveis, pagos em moeda ainda mais sonante, capazes de se porem ao serviço de Tchombé no Catanga¹. As testemunhas intelectuais da esquerda, que tão prontamente vão aonde as convidam, testemunham principalmente o abandono dum pensamento que desde há décadas renunciou à sua própria liberdade para oscilar entre padrões em conflito. Os pensadores que admiram as realizações actuais do Ocidente ou do Leste, caindo em todas as esparrelas do espectáculo, nunca tinham, por conseguinte, pensado em coisa nenhuma, constatação esta que só pode surpreender quem os tenha lido. Obviamente, a sociedade de que eles são o espelho pede-nos que admiremos os seus admiradores. Em muitos sítios, até, é-lhes fácil escolher o jogo de espelhos (aquilo a que chamaram «compromisso»), escolhendo com arrependimento ou sem ele a embalagem e o rótulo da sociedade estabelecida que os inspira.

Os homens alienados têm todos os dias acesso — habituam-nos a isso, mostrando-lhes essas coisas — a novos êxitos que muito bem

¹ Alusão a Moisés Tchombé e aos seus cúmplices europeus. No contexto da independência do Congo, em 1960, Tchombé, primeiro-ministro do Catanga, a «provincia do cobre», organiza um movimento secessionista, conluiado com as empresas mineradoras belgas, permitindo a intervenção de forças da O.N.U. e de pára-quadistas belgas (a quem será entregue Lumumba, depois assassinado). Defensor no Congo dos interesses neocolonialistas, Tchombé, após ter sido nomeado primeiro-ministro do país, desencadeia o combate às forças revolucionárias, com a ajuda de mercenários, forças belgas e o apoio logístico norte-americano.

dispensariam. O que não significa que tais etapas do desenvolvimento material sejam desinteressantes ou nocivas. Essas novas coisas podem de facto ser utilizadas na vida real, mas apenas *juntamente com tudo o resto*. As vitórias actuais são obra de vedetas-especialistas. Gagarine mostra que se pode *sobreviver* mais longe no espaço, em condições cada vez mais desfavoráveis. Mas precisamente quando todo esse esforço médico e bioquímico permite que o homem sobreviva mais longe no tempo, uma tal extensão estatística da sobrevivência em nada se associa a um melhoramento qualitativo da vida humana. Podemos sobreviver mais longe e mais tempo, mas nunca viver mais. Não nos compete, portanto, festejar estas vitórias, compete-nos assegurar a vitória da festa, cujas infinitas possibilidades no quotidiano estes avanços dos homens desencadeiam.

Trata-se de reconhecer a natureza como «adversário válido». É preciso que o jogo contra ela desenvolvido se mostre apaixonante, que os pontos marcados nesse jogo nos digam respeito directamente. A dominação (passageira, movediça) do nosso meio ambiente e do tempo reside, por exemplo, na construção dum momento da vida. A expansão da humanidade no cosmos, numa polarização inversa da construção (pós-artística) da vida individual — embora sempre estreitamente ligada a este outro pólo do possível —, é o exemplo dum tipo de empreendimento onde ocorrem em conflito a actual pequenez das competições militares de especialistas e a grandeza objectiva do projecto. A aventura cósmica será alargada, e por conseguinte aberta a uma participação muito diferente da dos cobaias-especialistas, *tanto mais depressa* e longe quanto neste planeta a derrocada deste avaro reino dos especialistas tenha aberto as portas duma imensa criatividade respeitante *a tudo*; criatividade presentemente congelada e desconhecida, capaz todavia de levar a uma progressão geométrica em todos os problemas humanos, em vez do actual crescimento cumulativo reservado a um sector arbitrário da produção industrial. O velho esquema da contradição entre forças produtivas e relações de produção tem obviamente de deixar de ser entendido como uma automática condenação a curto prazo da produ-

ção capitalista, segundo a qual esta estagnaria, tornando-se incapaz de prosseguir o seu desenvolvimento. Esta contradição, porém, deverá interpretar-se como a condenação (cuja execução falta tentar, com as armas que se impuserem) do desenvolvimento simultaneamente mesquinho e perigoso que a auto-regulação desta produção dirige — mesquinho e perigoso perante o grandioso *desenvolvimento possível* que se baseasse na presente infra-estrutura económica.

Todas as questões abertamente postas na sociedade actual implicam de imediato certas respostas. Nunca são levantadas questões que levem a outra coisa que não seja este tipo obrigatório de resposta. Limitando-nos nós à evidência de que esta tradição moderna consiste justamente em inovar, fechamos os olhos a uma outra evidência: não se trata de inovar em todo o lado. Na época em que a ideologia ainda podia acreditar no seu papel, dizia Saint-Just: «em tempo de inovações é perigoso tudo o que não for novo». Os numerosos sucessores de Deus que organizam a actual sociedade do espectáculo sabem agora muito bem que limites se devem pôr às questões que vão longe demais. O depercimento da filosofia e das artes também se agarra a este interdito. Na sua feição revolucionária, o pensamento e a arte modernas reivindicaram, com maior ou menor exactidão, uma práxis ainda ausente que seria o campo mínimo do seu desenvolvimento. O resto vai tecendo rendilhados sobre as questões oficiais, ou elaborando a questão vã da controvérsia pura (especialidade da revista *Arguments*).

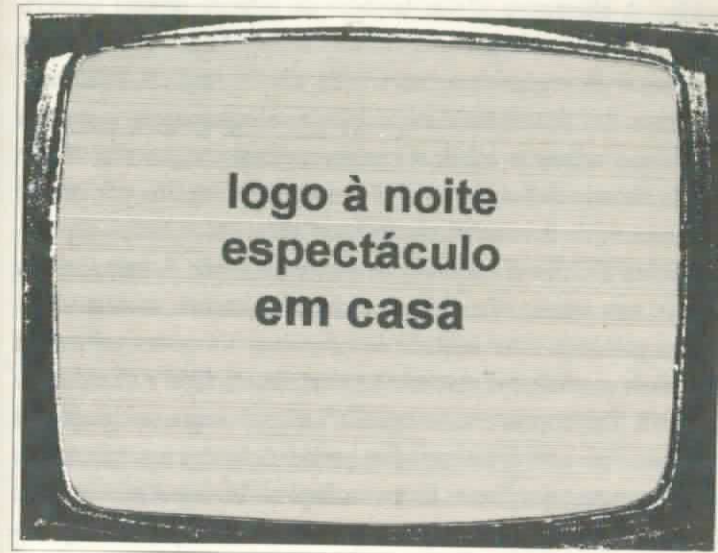
Há muitos quartos ideológicos na Casa do Pai, ou seja, na velha sociedade, cujas referências fixas se perderam mas cuja lei se mantém intacta (apesar da inexistência de Deus, nada é permitido). Nela têm direito de cidadania todos os modernismos que possam servir para combater o moderno. O bando de pantomineiros da inacreditável revista *Planète*, que tanto impressiona os professores primários, encarna uma demagogia insólita que se aproveita da ausência gigantesca da contestação e da imaginação revolucionária, pelo menos nas suas manifestações intelectuais, quase há meio século (e dos múltiplos obstáculos que em toda a parte se opõem ao seu ressurgimento nos nossos dias). Jogando ao mesmo tempo com a evidência de que

a ciência e a tecnologia evoluem com uma celeridade cada vez maior, sem que se saiba para onde, a *Planète* arenga o bom povo para lhe dar a saber que doravante é preciso mudar tudo — admitindo ao mesmo tempo como um elemento imutável os 99% da vida que nesta nossa época se vive efectivamente. Podem assim tais arautos tirar vantagem duma vertiginosa novidade de feirantes para imperturbavelmente reintroduzirem as inépcias retrógradas que mal se aguentam nos confins provincianos. As drogas da ideologia hão-de acabar a sua história numa apoteose de estupidez de que nem o próprio Pauwels¹ faz ideia, apesar do esforço que nisso põe.

As variedades actuais de ideologia fluida — relativamente ao sólido sistema mítico do passado — exercem um papel crescente à medida que os dirigentes especializados têm de planificar cada vez mais todos os aspectos duma produção e dum consumo crescentes. O valor de uso, apesar de tudo indispensável mas que já tendia a tomar-se apenas implícito, a partir da predominância duma economia que produz para o mercado, é doravante explicitamente manipulado (criado artificialmente) pelos planificadores do mercado moderno. Jacques Ellul, no seu livro *Propagandes* (Colin, 1962), ao descrever a unidade das diversas formas de condicionamento, tem o mérito de mostrar que esta publicidade-propaganda não é uma simples excrescência doente que seria possível proibir, visto ela representar ao mesmo tempo o remédio destinado a uma sociedade globalmente doente, remédio este que permite suportar o mal, agravando-o. As pessoas são em larga medida cúmplices da propaganda e do espectáculo reinante, porque só os poderão rejeitar contestando a sociedade por inteiro. A única actividade importante do pensamento, hoje em dia, deverá andar à volta desta reorganização da força teórica e material do movimento da contestação.

A alternativa não reside apenas numa opção entre a vida verdadeira e a sobrevivência, que só tem a perder as suas modernizadas

¹ Louis Pauwels, um dos mentores da revista *Planète*, autor de *O Despertar dos Mágicos*.



O céu do espectáculo e o desejo

«Um Centro Europeu dos Ócios vai ser criado em Estrasburgo para investigar as condições duma melhor utilização dos tempos livres [...] Um longo estudo foi já dedicado à televisão, a qual, segundo os delegados, oferece novas possibilidades de ócio no seio da família, com a condição de a família dominar esta nova técnica graças a uma utilização razoável.» — *Le Monde*, 25-4-62

«Feuerbach parte da exteriorização religiosa como facto, do desdobramento do mundo em mundo religioso e mundo profano [...] Mas o facto de o fundamento profano se destacar de si mesmo, estabelecendo nas nuvens um império independente, só pode explicar-se, por sua vez, pelo facto de este fundamento profano ter falta de coesão e estar em contradição consigo mesmo. É necessário, portanto, que este fundamento seja compreendido em si mesmo na sua contradição e que, ao mesmo tempo, seja revolucionado na prática. Por exemplo, depois de a família terrestre ter sido identificada como o mistério da sagrada família, impõe-se que a primeira seja também destruída em teoria e na prática.» — Marx (1845)

cadeias. A alternativa põe-se também do lado da própria sobrevivência, com os problemas incessantemente agravados que os donos e senhores da exclusiva sobrevivência não conseguem solucionar. Os riscos dos armamentos atômicos, da sobrepopulação planetária e do atraso crescente colado à miséria material em que sobrevive a grande maioria da humanidade, são motivos de angústia oficiais até na imprensa de massas. Exemplo banal entre todos, numa reportagem sobre a China (*Le Monde*, Setembro de 1962), Robert Guillain escreve sem ironia: «Os dirigentes chineses parecem reconhecer de novo o problema e ter vontade de o resolver. Vêmo-los voltarem à ideia dum controle dos nascimentos, tentado em 1956 e abandonado em 1958. Foi lançada uma campanha nacional contra os casamentos precoces e em prol duma mais lata periodização dos nascimentos no seio das novas famílias.» Estas oscilações dos especialistas, logo seguidas de instruções imperativas, desmascaram tão completamente a realidade do interesse que eles têm na libertação do povo como as perturbações de consciência e as conversões dos príncipes do século XVI (*cujus regio, ejus religio*) puderam desmascarar a natureza do seu interesse pelo arsenal mítico do cristianismo. Uma linha mais à frente, o mesmo jornalista adianta que «a U.R.S.S. não apoia a China porque as suas disponibilidades são agora dedicadas à conquista do espaço, fantasticamente dispendiosa.» Os operários russos, para fixarem o teor destas «disponibilidades» excedentárias do seu trabalho ou a sua atribuição à Lua e não à China, tiveram tanto direito a dizer o que pensavam como os agricultores chineses para optarem por ter ou não ter filhos. A epopeia dos dirigentes modernos, em luta com a vida real que são levados a tomar completamente a seu cargo, teve a sua melhor tradução escrita no ciclo de Ubu¹. A única matéria-prima que a nossa época experimental ainda não experimentou é a liberdade de pensar e a liberdade dos comportamentos.

¹ Alusão às obras teatrais *Rei Ubu*, etc., de Alfred Jarry (1873-1907), remetendo para o grotesco da «seriedade».

Nos vastos centros comerciais da ideologia, do espectáculo, da planificação e dos alibis da planificação, os intelectuais especializados têm de conservar o seu *job* e a sua secção respectiva — referimo-nos aos que participam na própria produção da cultura, camada esta a não confundir com a crescente massa de «trabalhadores intelectuais» que vai vendo as suas condições de trabalho e de vida aproximarem-se cada vez mais claramente do trabalho dos operários e dos empregados, à medida que este também vai evoluindo segundo os princípios da indústria moderna. Destes intelectuais especializados, há-os para todos os gostos, como um Roberto Guiducci mostrando logo como é legível ao escrever (sobre «A difícil busca duma nova política», na *Arguments* n.º 25-26) que o atraso existente «deixa-nos hoje entre a estupidez de vivermos no meio das ruínas de instituições mortas e a faculdade de apenas exprimirmos propostas ainda muito dificilmente realizáveis». Que irá ele, por conseguinte, propor? Ficamos a perceber que é coisa de muito fácil realização. Após ter conseguido comparar numa mesma frase Hegel e Engels a Djanov e Stálin, propõe-nos que concordemos que «estão igualmente roídas pelo tempo as tendências para se reconsiderar a impaciência romântica do jovem Marx, as exegeses atormentadas de Gramsci...». Aqui temos nós um homem com ar de ter visto e entendido tudo; mas se realmente tivesse sabido ler Hegel e Gramsci, isso via-se logo, e ele não o vê! Quanto a nós, poderíamos lê-lo como um livro aberto, no seu passado e no seu artigo. Mas deve ter passado bons tempos respeitando Djanov e Togliatti. Um belo dia, tal como os outros fantoches da *Arguments*, independentemente do seu Partido Comunista de origem, pôs tudo em questão. Mas se nem todos tinham as mãos sujas, a verdade é que todos andavam com o espírito ensebado. O nosso homem teve pois, também ele, de dedicar umas quantas semanas a «reexaminar» o jovem Marx. Mas, no fim de contas, se fora capaz de compreender Marx e o tempo em que vivemos, como quereríamos nós que ele não tivesse compreendido Djanov imediatamente? Em suma, há séculos que ele e outros reexaminaram o pensamento revolucionário, de forma que esse momento já lhe parece ter

sido «roído pelo tempo». E no entanto, reexaminaria ele fosse o que fosse há coisa de dez anos? É muito improvável. Podemos pois declarar que se trata dum homem que reexamina mais depressa do que a História, por nunca estar com a História. E a sua exemplar nulidade não precisará de vir a ser reexaminada por ninguém.

Ao mesmo tempo, uma parte da intelectualidade elabora a nova contestação, começa a conceber a crítica real da nossa época, esboça actos que resultam disso. No espectáculo, que constitui a sua fábrica, luta contra as cadências e a própria finalidade da produção. Forjou os seus próprios críticos e sabotadores. Junta-se ao novo *lumpen* (do capitalismo do consumo), que antes de mais nada exprime a recusa dos bens que o actual trabalho permite adquirir. Começa assim a recusar as condições de concorrência individuais, e portanto de servilismo, em que a intelectualidade criativa é conservada; o movimento da arte moderna pode ser considerado como uma *desqualificação* permanente da força de trabalho intelectual pelos criadores (ao mesmo tempo que o conjunto dos trabalhadores, na medida em que aceitam a estratégia hierárquica da classe dirigente, podem entrar em concorrência por categorias).

A tarefa que agora vai realizar a intelectualidade revolucionária é imensa, se se afastar, livre de compromissos, do longo período terminal em que «o sono da razão dialéctica engendrava monstros». O novo mundo que é preciso entender é simultaneamente o dos poderes materiais que se multiplicam sem utilização e o dos actos espontâneos da contestação vivida pelas pessoas sem perspectiva. Pelo contrário, do antigo utopismo, em que teorias manchadas de arbitrário avançavam para além de toda e qualquer prática possível (mas apesar de tudo com alguns frutos), há agora, em toda a problemática da modernidade, *uma quantidade de práticas novas em busca da sua própria teoria*.

Não poderá existir um «partido intelectual», como sonham alguns, porque a intelectualidade que poderia ser reconhecida neste corporativismo seria justamente a reflexão em conformidade com a lei dos Srs. Guiducci, Morin, Nadeau. A intelectualidade com patente,

enquanto corpo separado e especializado — mesmo que vote à esquerda, que interessa isso? —, satisfeita, em última análise, ou mesmo claramente satisfeita com a sua mediocre insatisfação literária, é, pelo contrário, o sector social mais espontaneamente contra-situacionista. Esta camada intelectual que age como um público de antecessora, que aprecia representativamente o consumo que a pouco e pouco será proposto a todos os trabalhadores dos países desenvolvidos, temos nós de a enojar ante os seus valores e preferências (o mobiliário dito moderno ou os escritos de Queneau). A sua vergonha há-de tomar-se um sentimento revolucionário.

Convém distinguir, na intelectualidade, as tendências para a submissão e as tendências para a recusa do emprego proposto. E logo, por todos os meios, lançar a espada entre estas duas fracções para que a sua oposição total clarifique a vizinhança da próxima guerra social. A tendência carreirista, que fundamentalmente exprime a condição de qualquer serviço intelectual numa sociedade de classes, leva esta camada, conforme nota Harold Rosenberg na *Tradição do Novo*, a dissertar sobre a sua alienação sem acto de oposição, por lhe terem atribuído uma alienação confortável. Entretanto, ao penetrar toda a sociedade moderna nesta passagem para o conforto e, do mesmo passo, ao infectar-se este conforto com um tédio e uma angústia cada vez maiores, a prática da sabotagem pode difundir-se no seio da intelectualidade. Deste modo, a partir da arte moderna — da poesia — e da sua superação, daquilo que a arte moderna procurou e *prometeu*, a partir da clarificação, por assim dizer, que ela soube introduzir nos valores e nas regras do comportamento quotidiano, veremos agora ressurgir a teoria revolucionária criada na primeira metade do século XIX a partir da filosofia (da reflexão crítica sobre a filosofia, da crise e da morte da filosofia).

Os valores vivos da criação intelectual e artística são negados, tanto quanto possível, por todo o modo de existência da intelectualidade submissa, que ao mesmo tempo pretende ornamentar a sua posição social graças ao parentesco da mão esquerda com esta criação de «valores». A intelectualidade com emprego, que sente esta

contradição, procura corrigir-se com a exaltação ambígua daquilo a que se chamou a boémia artística. A boémia é reconhecida pela criadagem da reificação como o momento do uso qualitativo da vida quotidiana, uso este excluído em todas as restantes instâncias; como o momento da riqueza na extrema pobreza, etc. Mas o conto de fadas, na sua versão oficial, apresenta sempre um fim moralizador: este momento do qualitativo puro na pobreza deverá ter o seu desfecho na «riqueza» corrente. Os artistas pobres, durante este período de tempo, terão produzido obras-primas não valorizadas pelo mercado. Mas vêem-se salvos (o seu jogo com o qualitativo é desculpado e torna-se até edificante) porque o seu trabalho, que nesse momento não era tanto um subproduto da sua actividade real, irá depois ver-se extremamente valorizado. Ainda assim, os homens vivos da anti-reificação produziram também *a sua dose de mercadoria*. Deste modo, com a boémia, a burguesia praticou o seu darwinismo, aplaudindo os valores seleccionados que entram no seu paraíso quantitativo. É um dever registarmos o seguinte facto como coisa puramente accidental: raramente os homens que tiveram em mãos os produtos no estádio da criação são os mesmos no estádio da mercadoria lucrativa.

A degradação acelerada da ideologia cultural introduziu uma crise permanente nesta valorização intelectual e artística, crise de que o dadaísmo assinalou o estoíro à luz do dia. Um duplo movimento, muito aparente, caracteriza este fim de cultura: por um lado, a difusão de falsas novidades automaticamente extraídas com nova apresentação por mecanismos espectaculares autónomos; por outro lado, a recusa pública e a sabotagem desferidas por indivíduos que manifestamente se encontravam entre os mais dotados para a renovação duma produção cultural «de qualidade»: Arthur Cravan é como que o protótipo destes homens cuja passagem foi assinalada na zona mais radioactiva do desastre cultural e não deixaram nenhuma espécie de mercadorias ou memórias. A conjugação destas duas influências desmoralizadoras vai tornando mais espesso o mal-estar no seio da intelectualidade.

A partir do dadaísmo, e apesar de a cultura dominante ter podido recuperar uma espécie de arte dadaísta, já não é nada evidente que a

rebelião artística seja sempre recuperável em obras consumíveis pela geração seguinte. E ao mesmo tempo que uma imitação da maneira pós-dadaísta, graças à mais fácil ambição sem escrúpulos existente no interior do espectáculo, pode hoje produzir quaisquer objectos culturais vendáveis, há em diversos países do capitalismo moderno núcleos duma boémia não artística, congregada com base na noção do fim ou da ausência da arte, e que explicitamente já não visa uma qualquer produção artística. A insatisfação tenderá a radicalizar-se no seu seio, com o progresso da tese segundo a qual «a arte do futuro» (expressão esta imprópria, visto parecer dispor do futuro nos enquadramentos especializados do presente) já não poderá valorizar-se como mercadoria, por a vermos inteiramente suspensa da transformação global da nossa utilização do espaço, dos sentimentos e do tempo. Todas as experiências reais de pensamento e comportamento livres que conseguem esboçar-se nestas condições evoluem sem dúvida no nosso sentido, rumo à organização teórica da contestação.

A nosso ver, o papel dos teóricos, indispensável mas não dominante, consiste em fornecer meios de conhecimento e instrumentos conceptuais que traduzam com clareza — ou com maior clareza e coerência — a crise e os desejos latentes tal como são vividos pelas pessoas, ou seja, pelo novo proletariado desta «nova pobreza» que se impõe nomear e descrever.

Assistimos, na nossa época, a uma *redistribuição das cartas na luta de classes*; não assistimos, com toda a evidência, ao desaparecimento das classes nem à sua exacta continuação segundo o antigo esquema. Da mesma maneira que não assistimos a uma superação das nações, mas sim a um *New Deal* do nacionalismo adentro do dispositivo das supranacionalidades: dois blocos mundiais eles próprios compostos de zonas supranacionais mais ou menos centrífugas, tais como a Europa ou a movediça China; no interior dos domínios nacionais assim enquadrados podem ocorrer, a diversos níveis, modificações e reconstituições, desde a Coreia à Valónia.

Segundo a realidade que actualmente se vai esboçando, podemos considerar como proletários as pessoas que não têm nenhuma possi-

bilidade de modificar o espaço-tempo social que a sociedade lhes outorga para consumo (nos diversos graus da abundância e da promoção permitidas). Os dirigentes são os indivíduos que organizam este espaço-tempo, ou têm uma margem de opção pessoal (decorrente até, por exemplo, da assinalável sobrevivência de antigas formas da propriedade privada). Um movimento revolucionário será aquele que transforme radicalmente a organização deste espaço-tempo e a própria maneira de doravante se decidir a sua reorganização permanente (e não um movimento que altere apenas a forma jurídica da propriedade ou a origem social dos dirigentes).

Nos nossos dias, por toda a parte, a imensa maioria já consome o odioso e desesperador espaço-tempo social que uma ínfima minoria «produz» (convém precisar que esta minoria apenas produz, literalmente, esta organização, ao passo que o «consumo» do espaço-tempo, no sentido em que o entendemos aqui, engloba toda a produção corrente, na qual obviamente se enraíza a alienação do consumo e da vida em geral). Tendo em conta o dispêndio humano que as classes dirigentes do passado sabiam fazer da escassa parte de mais-valia arrancada a uma produção social estática, com base numa penúria geral, podemos dizer que os indivíduos desta minoria dirigente perderam eles próprios a sua «dominação», nos nossos dias. São apenas consumidores de poder, mas do próprio poder da organização demente da sobrevivência. E é apenas com vista a consumirem esse poder que eles organizam tão miseravelmente esta sobrevivência. O possuidor da natureza, o dirigente, vê-se dissolvido na mesquinhez do uso do seu poder (o escândalo quantitativo). O domínio da natureza sem essa dissolução asseguraria o pleno emprego: não de todos os trabalhadores, mas de todas as forças da sociedade, de todas as possibilidades criativas de cada qual para si mesmo e para o diálogo. Onde páram então os donos e senhores? Na outra extremidade deste sistema absurdo. No pólo da recusa. Os donos e senhores vêm do negativo, são portadores do princípio anti-hierárquico.

A separação aqui traçada entre os que organizam o espaço-tempo (bem como os agentes directamente ao seu serviço) e os que têm de

suportar esta organização, visa polarizar claramente a complexidade sabiamente tecida das hierarquias de funções e salários, sugerindo que todas as gradações são insensíveis e que já quase não há verdadeiros proprietários nas duas extremidades duma linha curva social que entretanto se tornou extremamente plástica. Ficando assim esta divisão estabelecida, as outras diferenças de estatuto deverão desde logo ser consideradas como secundárias. Em contrapartida, toda a gente sabe que um intelectual, da mesma maneira que um operário «revolucionário profissional», se expõe a cair a qualquer momento na integração; neste ou naquele lugar desta ou daquela família no campo dos *zombies* dirigentes (que não é nada harmonioso ou monolítico). Até à altura em que a vida verdadeira não existir para todos, o «sal da terra» será sempre enosso. Os teóricos da nova contestação não poderão pactuar com o poder ou constituírem eles próprios um poder separado sem com isso deixarem imediatamente de existir como tais (passando outros, nessa circunstância, a representar a teoria). Quer isto dizer que a intelectualidade revolucionária só poderá realizar o seu projecto suprimindo-se; que o «partido da inteligência» só pode efectivamente existir enquanto partido que a si mesmo se supera e cuja vitória constitui ao mesmo tempo a sua perda.

I. S. n.º 8, Janeiro de 1963



A vanguarda da presença

No n.º 4 de *Médiations*, Lucien Goldmann, que há pouco se tornou um crítico especializado na vanguarda cultural, fala duma «vanguarda da ausência», aquela que exprime na arte é na escrita uma certa recusa da reificação dominante na sociedade moderna — mas que, segundo ele, só isso exprime. Goldmann reconhece, quarenta e cinco anos depois do fenómeno ter ocorrido, o papel negativo que a cultura de vanguarda exerce no nosso século; mas, estranhamente, vê tal coisa entre os seus contemporâneos e os seus amigos. Sob a máscara de dadaístas ressuscitados, deparamos assim, nada mais nada menos, com Ionesco, Beckett, Sarraute, Adamov e Duras, sem esquecer o Robbe-Grillet que Marienbada. A alegre pequena equipa, na sua totalidade, volta portanto a interpretar em farsa a tragédia da matança das formas artísticas. Sarraute! quem podia imaginá-lo? Adamov! a quem teria isto passado pela cabeça? Goldmann, espectador generoso, com gravidade comenta o que enxerga: «A maior parte dos grandes escritores de vanguarda exprime sobretudo, não valores realizados ou realizáveis, mas sim a ausência, a impossibilidade de formular ou apreender valores aceitáveis em nome dos quais pudessem criticar a sociedade.» Ora, justamente, isto é falso, como logo se verá se pusermos de lado os actores do romance cómico de Goldmann e examinarmos a realidade histórica do dadaísmo alemão ou do surrealismo entre as duas guerras. Goldmann parece ignorá-los literalmente — o que não deixa de ser curioso. Julgará ele que uma pessoa pode com legitimidade contestar por completo a interpretação histórica exposta no seu *Le Dieu Caché*, assinalando, ao mesmo tempo, que não leu Pascal nem Racine porque o século XVII é complexo e já constitui empreitada bastante ler as obras completas de Cotin?¹ Não estamos a ver, tendo Goldmann um conhecimento pelo

¹ Abade Charles Cotin (1604-1682), autor «preciosista» de poesias galantes e panfletos mordazes.

menos sumário do original, como poderá sentir uma tal frescura diante do disfarce. O próprio vocabulário se adapta mal ao assunto. Fala de «grandes escritores» de vanguarda, quando a vanguarda justamente pôs esta noção, há muito tempo, num ridículo definitivo. Mais adiante, ao evocar os divertimentos de bom gosto que Planchon¹ lindamente monta com as peças e os pedaços duma tradição teatral concluída, Goldmann, nisso farejando também um certo vanguardismo, declara todavia não verificar neles «uma criação literária da mesma importância, centrada na presença dos valores humanistas e do devir histórico». A notável quantidade de importância nula que indelevelmente pertence à vanguarda goldmaniana deixa assim Planchon em maus lençóis. Mas é verdade que Goldmann fala de criação literária. Poderá ele não saber que a rejeição da literatura e a própria destruição da escrita foi a primeira tendência dos vinte ou trinta anos das pesquisas de vanguarda feitas na Europa, que os seus farsistas espectaculares só vêem pelo lado errado do binóculo, explorando-a com uma parcimónia de gente com rendimentos a prazo? A vanguarda da real autodestruição da arte traduzira de modo inseparável a ausência e a presença possível duma vida totalmente diferente. Deverá acaso cair na mistificação do humanismo quem não deseje seguir na pegada de Adamov, nesta ausência que lhe fica tão bem que até está em vias de se tornar proprietário dela?

Sejamos mais sérios do que Goldmann. Interroga-se ele, no mesmo artigo, sobre se existirão na presente sociedade, neste capitalismo moderno a consolidar-se e a desenvolver-se tão deploravelmente como vemos, «forças sociais bastante poderosas para provocarem a sua superação, ou pelo menos orientadas com vista a essa superação.» Esta questão, com efeito, é muito importante. Tentaremos responder pela afirmativa e com provas. Em todo o caso, o estudo

¹ Roger Planchon, actor e encenador, um dos mais célebres homens do teatro em França a partir de 1950. Além de obras de Adamov ou de clássicos a quem deu novo vigor, encenou também várias peças de Brecht, um dos raros artistas contemporâneos que os situacionistas apreciavam.

justamente desmistificado dos *reais* movimentos de vanguarda artísticos ou políticos pode fornecer elementos de apreciação bem raros na obra de Ionesco ou de Garaudy. O *visível* social da sociedade do espectáculo está mais afastado do que nunca da realidade social. Até a sua arte de vanguarda e o seu pensamento questionador se vêem doravante maquiados sob as luzes deste visível. Aqueles que se mantêm fora desta cena varrida pelas sonoridades e os holofotes do presente, que tanto surpreende Goldmann, estão precisamente, como por enquanto os situacionistas, na vanguarda da presença. Aquilo a que Goldmann chama a vanguarda da ausência não é senão a *ausência da vanguarda*. Altivamente afirmamos que de todas estas pretensões e gesticulações nada ficará na problemática efectiva e na história desta época. Neste ponto, como nos demais, *daqui por cem anos se há-de ver se nos enganámos*.

A vanguarda goldmanista e o seu absentismo já andam aliás atrasados (com excepção de Robbe-Grillet, que na roleta do espectáculo vanguardista aposta em todos os números). A última tendência consiste na integração, na integração de várias artes entre si, e em integrar a todo o custo o espectador. Antes de mais, desde *Marienbad*, que se tornou a referência jornalística obrigatória, não têm conta as obras que só podem existir «graças à participação do espectador, estando cada qual destinado a senti-la de modo diferente.» (Jacques Siclier, *Le Monde* de 28-11-62, a propósito dum qualquer bailado televisivo.) Marc Saporta acaba de publicar um romance-baralho de cartas que o leitor tem de baralhar antes da leitura; e assim se participa. Depois a gente integra: uma música experimental que o visitante poderá ouvir diante de cerâmicas (exposição parisiense de Starzewski). Isto vai da música de Stockhausen, cuja partitura se torna «móvel» conforme o intérprete, a um filme abstracto do alemão Kirchgässer (Instituto de Música Contemporânea de Darmstadt). Temos também a integração de Nicolas Schöffer e da empresa Philips num clima audiovisual (a «parede-criação»). Temos, em suma, por essa Europa fora, mil integrações que se vão interintegrando, por todo o lado, nas bienais que se tornam verdadeiros Himalaias da

integração. Na mesma revista *Médiations* convém aliás assinalar a integração dum novo ofício: a crítica em prosa «abstracta» da obra abstracta, corrente desde há quinze anos nos catálogos de pintura e na qual Michel Tapiè conseguiu maravilhas, surge agora na literatura com Jean Ricardou, que simplesmente transpõe a sábia e infantil explicação de textos introduzindo-lhe um melhoramento: comenta, pintando negro sobre negro, as páginas muito pouco legíveis e voluntariamente pobres de conteúdo do novo romance puro, numa informal linguagem crítica digna do modelo quanto a conteúdo e legibilidade. Pode assim integrar-se o que se quiser no «novo realismo»: trinta colheres das de chá, cem mil garrafas, um milhão de suíços; e nisto reside a sua força. A nova figuração quer integrar o passado, o presente e o futuro da pintura em tudo o que pague bem, verdadeiro seguro contra todos os riscos para os amantes da arte abstracta e, ao mesmo tempo, para os da arte figurativa.

Sendo a cultura o que é, não se podem senão integrar dissoluções umas nas outras. E estas dissoluções, a bem dizer, são elas próprias repetições invariáveis, que ninguém deseja assinalar, de algo mais antigo (o romance-jogo de cartas de Saporta é a repetição do poema-jogo de cartas de Paul Nougé,¹ *Le jeu des mots et du hasard*, anterior a 1930, reeditado há alguns anos. Poderíamos multiplicar estes exemplos). Quanto à integração do espectador nestas lindas coisas, ela constitui uma imagem mais pobre da sua integração nas novas cidades, na densidade territorial de televisores, na empresa que o emprega. Tem o mesmo plano que esta última, mas com muitíssimo menos força e muitíssimo menos cobaias. As velhas formas da arte da neodecomposição estão agora, em si mesmas, longe do centro das

¹ Paul Nougé (1895-1967). Figura destacada da mais contestatária tendência surrealista europeia, a belga, com Marcel Mariën e uma pléiade de «experimentadores», Nougé foi um dos fundadores, em 1919, da secção belga da Internacional Comunista. Recusando os jogos, a seu ver pueris, da «escrita automática», lança-se desde 1924 em acções e escritos amiúde na fronteira da legalidade. Foi um dos mais activos fazedores da admirável revista *Les Lèvres nues*, na qual colaboraram vários membros da Internacional Letrista, incluindo Debord.

lutas em prol do domínio da cultura moderna. A mudança de terreno cultural não é apenas a tese da vanguarda revolucionária na cultura, é desgraçadamente também o projecto inverso, já em larga medida realizado, dos dirigentes actuais. Convirá todavia assinalarmos à parte os especialistas do movimento «cinético». Estes querem apenas integrar o tempo na arte. Tiveram azar, porque o programa da nossa época consiste justamente em dissolver a arte no tempo vivido.

Em vários pontos, certos investigadores, para ficarem com uma especialização menos atravancada, começam já a aventurar-se para além destas integrações apressadas e das suas justificações sumárias. Há técnicos, como Le Parc, que pretendem reformar o espectáculo, conforme consta num panfleto do «Grupo de Investigação da Arte Visual», de Setembro de 1962. Pensa este grupo que se pode fazer evoluir o espectador passivo, tornando-o «espectador-estimulado» ou até «espectador-intérprete», sempre, porém, no quadro das velharias



Marcar encontro, mas onde?

Enquanto na estação de Saint-Lazare as pessoas continuam a esperar umas pelas outras, a procurarem-se ou a perderem-se na sala de espera dos Passos Perdidos, o aeródromo de Orly acaba de instalar um «ponto de encontro» muito definido que irá suprimir todas as incertezas. É uma enorme esfera metálica, suspensa no meio do vestibulo do rés-do-chão e rodeada por uma inscrição luminosa que a proclama «lugar de encontro», eliminando assim qualquer hesitação. — *Elle*, 31-8-62

especializadas, que dariam coisas deste género: «uma espécie de esculturas para serem lutadas, danças para serem pintadas, quadros para praticar esgrima». No máximo, Le Parc atreve-se a utilizar algumas fórmulas para-situacionistas: «Admitindo claramente o fim da situação tradicional do espectador passivo, contorna-se a ideia de espectáculo...». Esta é porém uma ideia que será melhor não se contornar, mas sim avaliá-la no preciso lugar que ocupa na sociedade. A futilidade das esperanças de Le Parc a respeito daquele seu espectador que o há-de regozijar ao atingir «a participação real (manipulação de elementos)» — ah pois! e os artistas visuais, bem entendido, terão ali à mão, já prontos, esses tais elementos — dará um resultado mais sólido quando, no fim do texto, ele estende a mão à «noção de programação», ou seja, aos cibernéticos do poder. Há-os que vão muito mais longe (cf. *France-Observateur* de 27-12-1962); é o caso de um tal «Serviço de Investigação da R.T.F. [Rádio Televisão Francesa]», serviço este que se deu ao luxo de «criar uma situação» (no dia 21 de Dezembro próximo passado), organizando uma conferência na UNESCO com a participação dos famosos extraterrestres que dirigem a revista *Planète*.

É de tal ordem a dialéctica da História que a vitória da Internacional Situacionista no domínio teórico já obriga os seus adversários a *disfarçarem-se* de situacionistas. A partir de agora, temos contra nós duas tendências na luta infiltrada: os que se proclamam situacionistas sem terem ideia nenhuma do que isto seja (caso das variedades do nashismo)¹, e os que, pelo contrário, se decidem a

¹ *Nashismo* foi um termo forjado pela I.S. a partir de um situacionista excluído em 1962, o dinamarquês Jørgen Nash, que, com outros ex-situacionistas escandinavos, pretendia «a continuação da arte “modernista” actual», segundo uma orientação «que apenas ambiciona renovar a arte no plano imediato, em total contradição com a teoria situacionista, que sustenta já não ser possível contribuir com qualquer renovação fundamental para a tradicional arte separada, sem as outras transformações necessárias, sem a reconstrução livre da sociedade global» (*I.S.* n.º 8, pp. 24-25). Este diferendo essencial esteve na base de outras exclusões, em especial as de oito membros da secção alemã da I.S., todos eles artistas, em Fevereiro de 1962.

adoptar algumas ideias sem os situacionistas e sem nomearem a I.S. A crescente probabilidade de se verificarem algumas das nossas teses, dentre as mais simples e menos recentes, leva bastante gente a adoptar boa parte de uma ou outra em seu próprio nome e sem dizer de onde isso vem. Bem entendido, não se trata aqui duma questão de antecedentes a reconhecer, de celebridades pessoais meritórias, etc. Se interessa assinalar esta tendência, é apenas para a denunciar num único ponto crucial: estas pessoas, ao exporem um novo problema, fazem-no para o banalizarem, após terem feito tudo para o rechaçarem, dele extirpando a violência e a sua ligação à subversão geral, tornando-o inofensivo a pontos de o reduzirem a um mero enunciado universitário, ou coisa pior. É com este objectivo que se torna necessário, para essas pessoas, esconderem a I.S.

É este o caso da revista *Architecture d'aujourd'hui*, que por fim dedica um número (Junho-Julho de 1962) a uma selecção de «arquitecturas fantásticas», entre as quais certas tentativas antigas e actuais que podem de facto ser muito interessantes — mas de cuja aplicação interessante só a I.S. detém a chave. Com os pinta-monos da *Architecture d'aujourd'hui* tais tentativas só servem para enfeitar as muralhas da passividade. O director dessa revista, por exemplo, na sua actividade pessoal de artista, se assim podemos dizer, tentou quase todos os géneros dos escultores que estão na moda, imitando-os tão bem que até engana, coisa que parece ter-lhe atribuído uma confirmada autoridade no que tange à plástica do condicionamento. Se gente desta se lembra agora que se impõe melhorar o cenário, é porque age, como fazem todos os reformistas, para impedir uma pressão mais forte, antecipando-se-lhe. Estes responsáveis de agora bem querem pensar em reformar o cenário, mas sem tocarem na vida que as pessoas levam dentro dele. E medrosamente lá vão chamando «sistema» às investigações empreendidas a este propósito, com vista a ficarem abrigados duma qualquer conclusão a que se possa chegar. Não é por acaso que neste citado número levam pouco em conta o subproduto «técnico» do urbanismo unitário que teve de sair da I.S.

em 1960.¹ Até esta subteoria levada ao cúmulo do empobrecimento se apresenta incómoda demais para o ecletismo dos convertidos do velho funcionalismo. Quanto a nós, porém, não defendemos sistema nenhum, e vemos melhor do que ninguém, a todos os níveis, o sistema que eles próprios defendem e os defende a eles ao mutilá-los tanto. O que nós defendemos é a destruição de semelhante sistema.

Devemos fazer a mesma objecção às pessoas que começam desde há seis ou dez meses a repensar, nas páginas de certas revistas, a questão dos ócios, ou as novas relações humanas que se impõem no seio da futura organização revolucionária. Nisso tudo, o que é que falta? A experiência real, o oxigénio da crítica impiedosa do existente, a totalidade. O ponto de vista situacionista torna-se agora indispensável como o fermento, sem o qual a massa, fraca demais, acaba por nunca levedar; e esta massa reside nos melhores temas levantados pela I.S. desde há alguns anos. Os indivíduos inteiramente talhados pelo tédio da vida e do pensamento dominantes só podem aplaudir os lazeres do tédio. Os que nunca puderam apreender o presente nem o possível do movimento revolucionário só podem andar em busca duma pedra filosofal psicotécnica. Dessa que poderá retransmutar os trabalhadores modernos, despolitizados, em militantes fiéis de organizações de esquerda, reproduzindo estas tão perfeitamente o modelo da sociedade estabelecida que bem poderiam empregar, como uma fábrica, uns quantos psicossociólogos para olearem um pouco os seus microgrupos. Os métodos da sociometria e do psicodrama não hão-de levar ninguém muito longe na construção das situações.

Conforme a participação se vai tornando menos possível, os engenheiros de segunda classe da arte modernista reclamam a participação de toda a gente; e reclamam-na como coisa que lhes é devida a eles. Apresentam esta factura com os prospectos do modo de usar,

¹ Alusão provável ao ex-situacionista Constant Nieuwenhuis, membro da secção holandesa, que se demitiu da I.S. em 1960, criticado como tecnocrata do urbanismo. Constant, pintor e arquitecto, foi um dos mentores do grupo COBRA (1948-51), com Asger Jorn, participando posteriormente no movimento PROVO holandês.



Marilyn Monroe, 5 de Agosto de 1962: a especialização do espectáculo de massas constitui, na sociedade do espectáculo, o epicentro da separação e da não-comunicação.

enquanto regra do jogo já explícita, como se esta participação não tivesse sido sempre a regra implícita duma arte em que ela existia efectivamente (nos limites de classe e de profundidade que sempre enquadraram qualquer arte). Instam-nos, com insolência, a «intervir» num espectáculo e numa arte que nos dizem respeito *tão pouco!* Por detrás do lado cómico desta mendicidade gloriosa, ficam as esferas sinistras da alta polícia da sociedade do espectáculo, que organiza «a participação em qualquer coisa em que é impossível participar» — trabalho ou lazeres da vida privada — (cf. «Programa Elementar do Secretariado de Urbanismo Unitário», p. 1). Convirá por certo rever a esta luz a aparente ingenuidade do citado texto de Le Parc, no seu tão estranho irrealismo a propósito do público que ele pretende «estimular». Segundo escreve, «poder-se-á até, nesta violenta vontade de participação dos espectadores, chegar à não realização, à não contemplação, à não acção. Sendo então possível imaginar, por exemplo,

uma dezena de espectadores não-acção na mais completa obscuridade, imóveis, sem dizer nada». Ao serem postas em semelhante posição, acontece todavia que as pessoas gritam muito alto, como felizmente puderam verificá-lo todos quantos participaram na acção real da vanguarda negativa, que nunca foi, como julga Goldmann, vanguarda da ausência pura, mas sempre *encenação do escândalo que é a ausência*, apelando a uma presença desejada, suscitando «a provocação com vista ao jogo que é a presença humana» («Manifesto», *L.S.* n.º 4). Os alunozinhos do «Grupo de Investigação da Arte Visual» têm uma ideia tão metafísica dum público abstracto que não hão-de topá-lo, seguramente, no terreno da arte — pois com uma incrível impudência, todas estas tendências postulam um público totalmente embrutecido e capaz duma seriedade tão enfadonha como a que os especialistas mostram com as suas maquinetas. Em contrapartida, porém, esse público está a constituir-se *no plano da sociedade global*. É a «multidão solitária» da sociedade do espectáculo, e aqui Le Parc já não está tão à frente da realidade como julga; na organização desta alienação, não há seguramente nenhum espectador que possa mostrar-se puramente passivo, visto a sua própria passividade ser organizada; esses tais «espectadores-estimulados» de Le Parc encontram-se já por todo o lado.

Verificamos cada vez mais que a ideia de construção de situações é central na nossa época. A sua imagem inversa, a sua simetria escravista, aparece em todo o condicionamento moderno. Os primeiros psicossociólogos — diz Max Pagès que nestes últimos vinte anos não surgiram mais de uns cinquenta — vão multiplicar-se rapidamente; começam já a saber manipular algumas situações *evidentes*, ainda grosseiras, tal como o é também a permanente situação colectiva devidamente calculada para os moradores de Sarcelles¹. Os artis-

¹ Sarcelles, cidade da periferia norte da zona metropolitana parisiense, a uns 15 km do centro de Paris. Foi uma das primeiras, em França, a ser submetida ao tratamento de choque da modernização urbana: concentração de muitos milhares de pessoas em prédios de muitos andares, de construção rápida e deficiente, num contexto organizado de isola-



Sarcelles

tas que se situam neste campo para salvarem uma especialização de decoradores da maquinaria cibernética, não escondem que dão os primeiros passos na manipulação da integração. Mas do lado da negação artística, rebelde a esta integração, ninguém poderá aproximar-se do terreno minado que é a situação sem se expor a ver-se recuperado, a não ser que os interessados se situem nas posições duma nova contestação coerente em todos os aspectos. Antes de mais no aspecto político, onde nenhuma futura organização revolucionária poderá seriamente conceber-se sem várias qualidades «situacionistas».

Referimo-nos à recuperação do jogo livre, quando este fica isolado no terreno exclusivo da dissolução artística vivida. Na Primavera de 1962, a imprensa começou a relatar a prática do *happening* entre a vanguarda artística nova-iorquina. É uma espécie de espectáculo dissolvido ao máximo, uma improvisação de gestos, de feição dadaísta, por pessoas que se encontram juntas num sítio fechado. A droga, o álcool e o erotismo desempenham nisso o seu papel. Os gestos dos «actores»

mento social, nomeadamente devido às grandes distâncias a percorrer entre o local de trabalho e o emprego. A população destas novas *cités* teve origem no novo proletariado, incluindo o de origem estrangeira com dificuldades de aculturação. O carácter hostil destas novas zonas habitacionais tornou-as a breve trecho o centro da delinquência juvenil, assentes como estão numa violência impossível de desalojar. A situação, desde os anos 60, apenas se tem desenvolvido.

enteiam uma mistura de poesia, pintura, dança e jazz. Podemos considerar esta forma de encontro social como um caso-limite do velho espectáculo artístico, cujos restos são assim atirados para uma vala comum; como uma tentativa de renovação, neste caso por demais atravancada com estética, da vulgar *surprise-party* ou da orgia clássica. Não é até difícil perceber que na busca ingénua de «algo que aconteça», na ausência de espectadores separados e na vontade de inovação, por mínima que seja, no interior do tão pobre registo das relações humanas, o *happening* constitui, no isolamento, a tentativa de construção duma situação *com base na miséria* (miséria material, miséria dos encontros, miséria herdada do espectáculo artístico, miséria da filosofia exacta que muito tem de «ideologizar» a realidade destes momentos). Pelo contrário, as situações que a I.S. definiu só podem ser construídas com base na riqueza, material e espiritual. Significa isto que o esboço duma construção das situações deve constituir o jogo e a seriedade da vanguarda revolucionária, não podendo tal coisa existir para pessoas que em certos aspectos se resignam à passividade política, ao desespero metafísico e até a uma dolorida pura ausência de criatividade artística. A construção das situações é simultaneamente o objectivo supremo e a primeira maquete duma sociedade onde hão-de dominar comportamentos livres e experimentais. Mas o *happening* não tardou muito a ser importado para a Europa (para Paris, em Dezembro [de 1962], na Galeria Raymond Cordier) e a ser totalmente virado do avesso pelos seus imitadores franceses, obtendo assim um monte de espectadores quietos num ambiente de baile da Escola de Belas Artes, como pura e simples publicidade à inauguração mundana dumas coisinhas surrelizantes.

Aquilo que é construído com base na miséria será sempre recuperado pela miséria ambiente, e por isso há-se servir aos garantes da miséria. A I.S. evitou no início de 1960 (cf. «Die Welt als Labyrinth», na I.S. n.º 4) a armadilha em que se transformara a proposta do Stedelijk Museum de construir um cenário que serviria de pretexto a uma série de derivas em Amesterdão e a alguns projectos de urbanismo unitário para esta cidade. Era visível que o labirinto cujo plano

a I.S. impusera seria reduzido, com uma série de limites e fiscalizações, a algo que não passaria duma manifestação da tradicional arte de vanguarda. Anulámos por isso o acordo. Este museu vanguardista parece ter ficado inconsolável durante muito tempo, visto realizar por fim em 1962 o «seu» labirinto, mais singelamente entregue ao grupo do «novo realismo», que lá ajuntou algo de muito fotogénico «com dadá a peito», como dizia Tzara nos bons tempos que lá vão.

Se acedêssemos às pessoas que nos instam a expor projectos de pormenor utilizáveis e convincentes — mas por que deveríamos nós convencê-las a elas? — e lhes fornecêssemos tais projectos, das duas uma: ou os virariam logo contra nós, como provas provadas do nosso utopismo, ou provocariam de imediato a sua difusão adoçada. Por isso lhes dizemos: podem com certeza solicitar projectos de pormenor a quase todos os outros — são vocês que se convencem de que muitos poderiam ser satisfatórios —, mas justamente *não a nós*; a nossa tese é que não ocorrerá nenhuma fundamental renovação cultural no pormenor, mas apenas na totalidade. Estamos evidentemente muito bem colocados para inventar, uns anos antes dos demais, todos os truques possíveis da extrema decomposição cultural presente. Como tais truques só são utilizáveis no espectáculo dos nossos inimigos, guardamos na gaveta algumas curtas notas sobre o assunto. Passado algum tempo, muitos desses truques são inteiramente achados outra vez, de espontâneo modo, e lançados, com grande alarido, por Fulano ou Sicrano. Mas truques desses têm-los nós em grande número, ainda não «apanhados pela História». Alguns poderão nunca o ser. Isto nem sequer é um jogo, é antes uma verificação experimental.

Pensamos que a arte moderna, em toda a parte onde se mostrou realmente crítica e inovadora graças às próprias condições do seu aparecimento, cumpriu bem o seu papel, que foi grande; pensamos também que ela continua a ser, apesar da especulação exercida sobre os seus produtos, detestada pelos inimigos da liberdade. Basta vermos o medo que neste momento inspira aos dirigentes da destalinização homeopática o mais ínfimo sinal do regresso da arte moderna aos seus Estados, onde a tinham posto no olvido. Denunciam-na como

um rombo na ideologia e confessam que o monopólio da manipulação desta ideologia é a todos os níveis vital para o seu poder. Mas nem por isso as pessoas que no Ocidente prosperam sobre os prolongamentos respeitosa e as reanimações artificiais do antigo jogo cultural bloqueado deixam de ser inimigas da arte moderna. Quanto a nós, somos os seus legatários universais.

Somos contra a forma convencional da cultura, mesmo na sua condição mais moderna; não, evidentemente, preferindo-lhe a ignorância, o bom senso pequeno-burguês do comerciante ou o neoprimativismo. Há uma atitude anticultural que constitui a corrente dum impossível retorno aos velhos mitos. Somos pela cultura, bem entendido, contra uma tal corrente. Situamo-nos do outro lado da cultura. Não antes dela, mas *depois*. Dizemos que é preciso *realizá-la*, superando-a como esfera separada; não só como domínio reservado a especialistas, mas sobretudo como domínio duma produção especializada que afecta directamente a construção da vida — incluindo a vida pessoal dos seus próprios especialistas.

Não somos completamente desprovidos de humor; mas este humor é dum género algo novo. Se se trata de escolher sumariamente uma atitude a propósito das nossas teses, sem entrar em finuras ou numa ou noutra compreensão mais subtil dos matizes, o mais simples e mais correcto consistirá em levarem-nos, com total seriedade, à letra.

Como vamos nós atirar para a falência a cultura dominante? De duas maneiras: primeiro, gradualmente, e a seguir bruscamente. Propomo-nos utilizar de modo não artístico conceitos de origem artística. Partimos duma exigência artística, que não se parecia com nenhum estetismo antigo por justamente representar a exigência da arte moderna revolucionária nos seus melhores momentos. Introduzimos esta exigência na vida, uma exigência por isso mesmo virada para a política revolucionária, ou melhor, para a sua ausência e para a obtenção de explicações sobre a sua ausência. A política revolucionária total que disso decorre, confirmada pelos mais altos momentos da efectiva luta revolucionária dos últimos cem anos, volta assim ao primeiro tempo deste projecto (uma vontade de vida directa), mas

sem que haja nisto arte ou política como formas independentes, nem o reconhecimento de qualquer outro domínio separado. A contestação e a reconstrução do mundo só vivem na indivisão de um tal projecto, em que a luta cultural, no sentido convencional, é apenas o pretexto e a cobertura para um trabalho mais profundo.

É fácil estabelecer uma lista interminável dos problemas a solucionar em prioridade; uma lista das dificuldades; ou até de algumas entristecedoras impossibilidades a curto prazo. É provável, por exemplo, que a grande popularidade que teve entre os situacionistas o projecto dum escândalo, de grande amplitude, na sede parisiense da UNESCO, seja antes de mais nada testemunho da vontade, latente na I.S., de encontrar um *terreno de intervenção* concreto, onde uma actividade situacionista surgisse abertamente como tal, em positivo, como uma espécie de construção do acontecimento a acompanhar aqui a tomada de posição retumbante contra o centro mundial da cultura burocratizada. Complementares a esta feição das coisas, as perspectivas sustentadas por Alexander Trocchi, antes e agora, sobre a clandestinidade parcial da acção situacionista, podem levar-nos a aumentar a nossa liberdade de intervenção. Na medida em que, como escreve Vaneigem, «até certo ponto não podemos evitar dar-nos a conhecer de maneira espectacular», estas novas formas de clandestinidade serão sem dúvida úteis para lutar contra a nossa própria imagem espectacular, que os nossos inimigos e os nossos seguidores caídos em desgraça já andam a forjar. Como qualquer prestígio que pode constituir-se no mundo (e embora o nosso «prestígio» seja muito particular), começamos a desencadear as forças funestas da submissão *a nós mesmos*. Para nunca cedermos a estas forças, precisamos de inventar as defesas adequadas, que no passado muito pouco foram estudadas. Um outro motivo de preocupação da acção situacionista reside sem dúvida na espécie de especialização que forçosamente constitui, numa sociedade com um pensamento e uma prática altamente especializados, a tarefa de manter a base da não especialização que tudo abarque, lançando-nos sem hesitar à tarefa de envergar as cores da totalidade. Um outro, ainda, é a obrigação de encarmos os

indivíduos em função da nossa acção e da deles; de desfazer encontros com vários dos que, na sua vida privada, — referência inaceitável — seriam agradáveis. Porque a contestação do existente, ao encerrar também a vida quotidiana, traduz-se naturalmente em lutas *na* vida quotidiana. A lista destas dificuldades, dizemos nós, é longa, mas os argumentos que disso resultam continuam a ser extremamente débeis; na encruzilhada desta época, vemos muito bem a outra face da alternativa do pensamento, quer dizer, a submissão incondicional em todos os aspectos. Baseámos a nossa causa em *quase nada*: na insatisfação e no desejo, irreductíveis no tocante à vida.

A I.S. está ainda longe de ter criado situações, mas já criou situacionistas, o que é muito. Esta libertada força de contestação, além das suas primeiras aplicações directas, mostra não ser impossível uma tal libertação. De maneira que daqui a pouco, em diversas matérias, se há-de ver o trabalho.

I. S. n.º 8, Janeiro de 1963



«Crítica da Separação»

«Não tenha a parvoíce, disse ela, de querer salvar o mundo, você não pode fazer nada. Esta conspiração não é de âmbito terreno, nem sequer do sistema solar. Nós somos os peões de um jogo que as pessoas das estrelas estão a jogar.» — A. E. Van Vogt, *O Mundo dos Não-A*

All the king's men

O problema da linguagem está no centro de todas as lutas em prol da abolição ou da conservação da alienação presente; é inseparável de todo o terreno destas lutas. Vivemos na linguagem como no ar corrompido. Contrariamente ao que julgamos as pessoas espirituosas, as palavras não jogam. Não fazem amor, como cria Breton, a não ser em sonhos. As palavras *trabalham*, por conta da organização dominante da existência. E todavia não estão robotizadas; para desgraça dos teóricos da informação, as palavras não são em si mesmas «informacionistas»; há nelas forças que se manifestam, forças estas que podem frustrar os cálculos. As palavras coexistem com o poder numa relação análoga àquela que os proletários (tanto em sentido clássico como no sentido moderno do termo) podem sustentar com o poder. Empregues *quase* o tempo todo, utilizadas a tempo inteiro, com inteiro sentido e inteiro sem-sentido, as palavras continuam a ser, de certa maneira, radicalmente alheias.

O poder apenas fornece o falso bilhete de identidade das palavras; impõe-lhes uma licença de passagem, determina o seu lugar na produção (onde algumas visivelmente fazem horas extraordinárias); atribui-lhes, por assim dizer, uma folha de salário. Devemos reconhecer a seriedade do Humpty-Dumpty de Lewis Carroll, ao considerar, quanto a isso de uma pessoa decidir sobre o emprego das palavras, que toda a questão reside em «saber quem será o dono» delas; nisso e em mais nada. E ele, patrão de vistas largas, afirma que paga a dobrar àquelas que emprega muito. Devemos pois entender assim o fenómeno da *insubmissão das palavras*, a sua fuga, a sua resistência aberta, que se manifesta em toda a escrita moderna (de Baudelaire aos dadaístas e a Joyce) como sintoma da crise revolucionária global que se regista na sociedade.

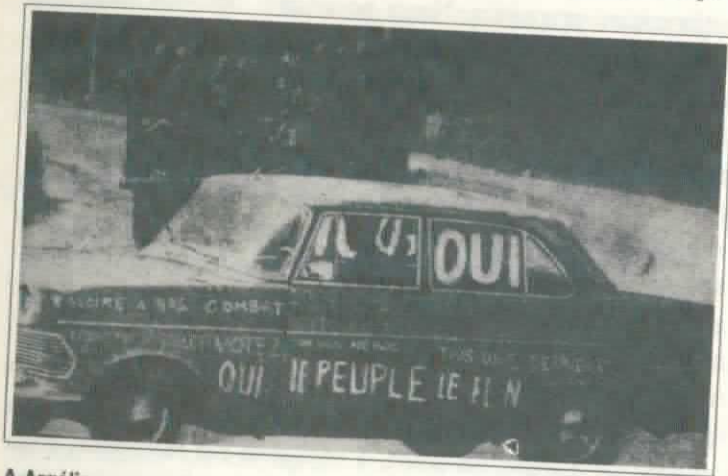
Sob o domínio do poder, a linguagem designa sempre algo que não é o vivido autêntico. É precisamente nisso que reside a possibilidade duma contestação completa. A confusão tornou-se de tal ordem, na

organização da linguagem, que a comunicação imposta pelo poder se desvenda como uma impostura e um logro. Em vão um embrião de poder cibernético tentará pôr a linguagem na dependência das máquinas que controla, de maneira a que a informação se torne a única comunicação possível. Mesmo neste terreno, manifestam-se resistências, podendo nós considerar a música electrónica como uma tentativa, obviamente ambígua e limitada, para combater a relação de dominação, desviando as máquinas em proveito da linguagem. Mas a oposição é muito mais geral, muito mais radical. Denuncia toda a «comunicação» unilateral, tanto na velha arte como no informacionismo moderno. Apela a uma comunicação que arruine todo e qualquer poder separado. Onde de facto houver comunicação, deixará de haver Estado.

O poder vive de recepção. Não cria nada, só recupera. Se ele criasse o sentido das palavras, não haveria poesia, haveria apenas «informação» pragmática. Nunca poderíamos opor-nos adentro da linguagem e toda a recusa seria exterior a esta, seria puramente letrista. Ora o que é a poesia senão o momento revolucionário da linguagem, e como tal não separável dos momentos revolucionários da História, bem como da história da vida pessoal?

O embargo do poder sobre a linguagem é assimilável ao embargo que exerce sobre a totalidade. Só a linguagem que tenha perdido qualquer referência imediata à totalidade pode fundamentar a informação. A informação é a poesia do poder (a contrapoesia da manutenção da ordem); é a falsificação mediatizada do que existe. Inversamente, a poesia deve ser compreendida como comunicação imediata no real e modificação imediata deste real. A sua linguagem só pode ser a linguagem liberta, a linguagem que reconquista a sua riqueza e, desfazendo os seus signos, ao mesmo tempo reconquista as palavras, a música, os gritos, os gestos, a pintura, a matemática, os factos. A poesia depende pois do maior grau de riqueza em que, num determinado estágio da formação económico-social, a vida pode ser vivida e transformada. Torna-se assim inútil precisar que esta relação da poesia com a sua base material na sociedade não constitui uma subordinação unilateral, mas sim uma interacção.

Reencontrar a poesia pode associar-se intimamente ao reinventar da revolução, como o provam tão claramente certas fases das revoluções mexicana, cubana ou conguesa. Entre os períodos revolucionários durante os quais as massas acedem à poesia através da acção, podemos pensar que os círculos da aventura poética continuam a ser os únicos lugares onde subsiste a totalidade da revolução, como a virtualidade irrealizada mas próxima, sombra duma personagem ausente. De modo que aquilo a que chamamos aventura poética é difícil, perigoso, e seja como for *nunca garantido* (na realidade, trata-se da soma dos comportamentos *quase impossíveis* numa dada época). Só podemos ter a certeza daquilo que já não é a aventura poética duma época, da sua falsa poesia reconhecida e autorizada. Deste modo, depois de o surrealismo, no tempo do assalto que lançou contra a ordem opressora da cultura e do quotidiano, ter podido jus-



A Argélia e a escrita

«A escrita é precisamente o compromisso entre uma liberdade e uma recordação, é a liberdade soberana que só é liberdade no gesto da opção e já o não é na sua durabilidade. Posso sem dúvida escolher hoje para mim esta ou aquela escrita, e afirmar neste gesto a minha liberdade, aspirar a uma frescura ou a uma tradição; já não posso é desenvolvê-la numa duração sem a pouco e pouco me tornar prisioneiro das palavras de outrem e até das minhas.» — Roland Barthes, *O Grau Zero da Escrita*

tamente definir o seu armamento numa «poesia se preciso for sem poemas», trata-se agora para a I.S. duma poesia *necessariamente* sem poemas. E tudo o que dizemos da poesia em nada diz respeito aos atrasados reacionários duma neoversificação, ainda que alinhada sobre os menos velhos dos modernismos formais. O programa da poesia realizada consiste exactamente em criar ao mesmo tempo (e inseparavelmente) acontecimentos e a sua linguagem.

Todas as linguagens fechadas — as dos grupos informais da juventude; as que as vanguardas actuais, no momento em que se buscam e definem, elaboram para sua utilização interna; as que, outrora, e transmitidas em objectiva produção poética para o exterior, puderam chamar-se *trobar clus* ou *dolce stil nuovo* — têm como fim e resultado efectivo a transparência imediata duma certa comunicação, do reconhecimento recíproco, do acordo. Mas tais tentativas são expressão de agrupamentos restritos, a vários títulos isolados. Os acontecimentos que estes puderam preparar, as festas que entre si puderam organizar, tiveram sempre de permanecer nos mais estreitos limites. Um dos problemas revolucionários consiste em federar estas espécies de soviets, de *conselhos da comunicação*, a fim de inaugurar por toda a parte uma comunicação directa, que já não precise de recorrer à rede da comunicação do adversário (ou seja, à linguagem do poder) e possa assim transformar o mundo segundo o seu desejo.

Não se trata de pôr a poesia ao serviço da revolução, trata-se de pôr a revolução ao serviço da poesia. Só assim a revolução não trai o seu projecto. Não iremos reeditar o erro dos surrealistas, que se puseram ao seu serviço quando justamente já não havia revolução nenhuma. Ligado à lembrança duma revolução parcial rapidamente abatida, o surrealismo tornou-se também rapidamente um reformismo do espectáculo, a crítica duma certa forma do espectáculo reinante empreendida no interior da organização dominante deste mesmo espectáculo. Os surrealistas parecem ter descurado o facto de o poder impor, para qualquer melhoramento ou modernização interna do espectáculo, a sua própria leitura, uma descodificação com o código de que ele é detentor.

Qualquer revolução nasceu na poesia, começou por ser desencadeada pela força da poesia. Este fenómeno escapou e continua a escapar aos teóricos da revolução — é certo que ninguém pode compreendê-lo se continuar a agarrar-se à velha concepção da revolução ou da poesia —, mas foi em geral sentido pelos contra-revolucionários. Porque a poesia, onde quer que exista, mete-lhes medo; para se livrarem dela, excitam-se com vários exorcismos, do auto-de-fê à investigação estilística pura. O momento da poesia real, que «tem o tempo todo à sua frente», pretende de cada vez reorientar, segundo os seus próprios fins, o conjunto do mundo e o futuro todo. Enquanto durar, as suas reivindicações não podem entrar em compromissos. Põe em jogo as dívidas da História que não foram pagas. Fourier e Pancho Villa, Lautréamont e os dinamiteiros das Astúrias — cujos sucessores inventam agora novas formas de greve —, os marinheiros de Cronstadt ou de Kiel, e todos quantos, por esse mundo fora, conosco e sem nós, se preparam para lutar em prol da longa revolução, são também os emissários da nova poesia.

A poesia é cada vez mais claramente, enquanto lugar vago, a antimatéria da sociedade de consumo, porque não é uma matéria consumível (segundo os critérios modernos do objecto consumível: o equivalente duma massa passiva de consumidores isolados). A poesia não é nada ao ser citada, só pode ser *desviada*, posta de novo em jogo. Se assim não for, o conhecimento da velha poesia não passa dum exercício universitário, decorrente das funções globais do pensamento universitário. E a história da poesia será apenas, em tal caso, uma fuga diante da poesia da História, se neste vocábulo tivermos presente, não a história espectacular dos dirigentes, mas sim a da vida quotidiana e do seu alargamento possível; a história de cada vida individual, da sua realização.

Não devemos permitir nenhum equívoco sobre o papel dos «conservadores» da poesia antiga, dos que aumentam a sua difusão à medida que o Estado, por razões muitíssimo diferentes, vai fazendo desaparecer o analfabetismo. Estas pessoas representam tão-só um caso particular entre os conservadores de toda a arte dos museus.



Beleza da sociologia

É este o retrato-tipo da «mulher ideal», exposto no *France-Soir* de 31 de Agosto de 1962 a partir de dez pormenores tidos como os mais belos do mundo, extraídos de dez mulheres célebres. Esta vedeta de síntese fornece-nos um eloquente exemplo do que pode dar a ditadura totalitária do fragmento, aqui oposta ao jogo dialéctico do rosto. Este rosto resultante do sonho cibernético é modelado pelas técnicas da informação moderna, que são realmente eficazes como repressão, controle, classificação e manutenção da ordem (o retrato-tipo provou os seus méritos na investigação policial). É obviamente no oposto *dos meios e objectivos* desta informação que existem o conhecimento, a poesia, a nossa apropriação possível do mundo. A sociologia da beleza vale o mesmo que a sociologia industrial ou a sociologia da vida urbana, e pelas mesmas razões: é um resumo mistificado e mistificador do parcial, que esconde os conjuntos e o seu movimento. Mas o exacto moralismo científico da sociologia, inserido, sem sequer pensar nisso, na sociedade do espectáculo, determina também para cada qual, ao mesmo tempo que a beleza, o seu emprego. A sua nova tradução do *Hic Rhodus, hic salta* pode ler-se assim: «Aqui está a beleza, aqui tu consomes!»

Uma grande massa de poesia é normalmente conservada no mundo. Mas em lado nenhum se vêem os sítios, os momentos, as pessoas para a reviverem, para entre si a porem a comunicar, para fazerem uso

dela. Tendo nós portanto como certo que isto só pode ser realizado através do desvio; que a compreensão da antiga poesia tanto mudou perdendo ou adquirindo conhecimentos; e que a antiga poesia, sendo posta perante acontecimentos particulares, pode efectivamente ser reencontrada, isso confere-lhe um sentido que em grande medida é novo. Mas, sobretudo, uma situação em que a poesia é possível não poderá vir restaurar nenhum falhanço poético do passado (sendo este falhanço aquilo que resta, invertido, na história da poesia como êxito e monumento poético). Essa situação encaminha-se naturalmente para a comunicação e para as possibilidades de soberania *da própria poesia da comunicação*.

Estritamente contemporâneos da arqueologia poética que restitui selecções de poesia antiga recitadas em disco por especialistas, para o público do novo analfabetismo constituído pelo espectáculo moderno, os informacionistas tomaram de empreitada combater todas as «redundâncias» da liberdade com vista a *simplesmente transmitirem ordens*. Os pensadores da automatização visam de modo explícito um pensamento teórico automático, por fixação e eliminação das variáveis que ocorrem na vida e na linguagem. Mas vão ter que roer muito osso! As máquinas de tradução, por exemplo, que começam a assegurar a uniformização planetária da informação e ao mesmo tempo a revisão informacionista da antiga cultura, estão submetidas aos seus programas preestabelecidos, aos quais tem de escapar toda e qualquer nova acepção de uma palavra, bem como as suas passadas ambivalências dialécticas. Assim, a vida da linguagem — associada a cada novo avanço da compreensão-teórica: «As ideias melhoram. E disso faz parte o sentido das palavras.» — vê-se expulsa do espaço mecânico da informação oficial, mas, ao mesmo tempo, o pensamento livre pode organizar-se com vista a uma clandestinidade incontrollável pelas técnicas da polícia informacionista. A busca de sinais indiscutíveis e de classificação binária instantânea, visto ir tão claramente no sentido do poder existente, há-de ser alvo da mesma crítica. Até nas suas formulações delirantes os pensadores informacionistas se comportam como grosseiros precursores de patentes do futuro por que optaram, sendo isto jus-

tamente que modela as forças dominantes da sociedade actual: o reforço do Estado cibernético. São eles os homens inteiramente dedicados a todos os senhores feudais do feudalismo tecnológico que agora se consolida. Nas suas piadas não há inocência, são os bobos do rei.

A alternativa entre o informacionismo e a poesia já não diz respeito à poesia do passado; da mesma maneira que nenhuma variante daquilo em que se tornou o movimento revolucionário clássico pode agora, seja onde for, ser tida em conta para uma alternativa real à organização dominante da vida. É da mesma avaliação que extraímos a denúncia dum desaparecimento total da poesia nas antigas formas em que pôde ser produzida e consumida, bem como o anúncio do seu retorno com formas inesperadas e operantes. A nossa época já não tem de *escrever instruções poéticas*, tem de as executar.

I. S. n.º 8, Janeiro de 1963



Técnica do golpe do mundo

«E se neste tempo ainda existe qualquer coisa de infernal e verdadeiramente maldito, é isso de as pessoas perderem artisticamente tempo com formas, em vez de estarem, como supliciados a arder, esbracejando na fogueira.» — Antonin Artaud, *O Teatro e o Seu Duplo*

A revolta é impopular, e é fácil perceber porquê. Mal nós a definimos, provocamos logo as medidas aptas a contê-la. O homem prudente evita definir-se como revoltado, coisa que pode significar a sua sentença de morte. De resto, isso é limitar-se.

Não desejamos apoderar-nos do Estado, como Trotski e Lênin; o que queremos é apoderar-nos do mundo, passagem esta necessariamente mais complexa, mais geral e também mais gradual, menos espectacular. Os nossos métodos hão-de variar conforme os factos empíricos com que formos deparando aqui e agora, algures e mais tarde.

A revolta política não tem nem deve continuar a ter resultados, no sentido, precisamente, em que tende a apoderar-se do nível dominante do processo político. Nos pântanos estagnados da nossa civilização, é um anacronismo. E como, ao mesmo tempo, o mundo está à beira da destruição, não podemos permitir-nos ficar à espera de seguidores. Nem de entrarmos com eles em querelas.

O *golpe do mundo* deverá ser, no sentido mais amplo, cultural. Com os seus mil técnicos, Trotski apoderou-se dos viadutos, das pontes, das comunicações telefónicas e das fontes de energia. Os polícias, vítimas das convenções, contribuíram para o seu brilhante empreendimento ficando de atalaia aos velhos homens, no Kremlin. Estes não tiveram imaginação bastante para perceber a que ponto a sua simples presença na sede tradicional do governo era incongruente e um engano. E a História foi apanhá-los de flanco. Trotski tinha as estações do caminho de ferro e as geradoras, acabando o «governo» por ser *lock-outado* da História pela sua própria polícia.

Por isso mesmo, a revolta cultural deve tomar conta das redes da expressão e das geradoras do espírito. É necessário que a inteligência se torne consciente de si mesma, que entenda perfeitamente o seu próprio poder e, avançando para além das suas funções obsoletas, ouse exercê-lo à escala da totalidade. A História não vai derrubar os governos nacionais; vai apanhá-los de flanco. A revolta cultural é a escora indispensável, a infra-estrutura arrebatada duma nova ordem das coisas.

Aquilo que se impõe conquistar não tem dimensões físicas nem uma relação com o cromatismo das estações do ano. Não é um porto, uma capital, uma ilha, não é um istmo visível do alto de um qualquer pico do Darién. Serão também, como é óbvio, todas estas coisas, tudo

quanto existe, mas apenas de passagem e inevitavelmente. O que temos a conquistar — e dirijo-me a esse milhão (digamos) de pessoas, aqui e ali, susceptíveis de entender precisamente aquilo de que falo, a esse tal milhão de «técnicos» potenciais —, o que temos para conquistar são as nossas próprias pessoas. Aquilo que precisa de acontecer, agora, hoje e amanhã, nesses centros experimentais desigualmente repartidos mas vitais, é uma desmistificação. No tempo presente, no que amiúde é designado como a época das massas, adquirimos sem dificuldade o hábito de encárar a História e a evolução como forças que evoluem de modo implacável, inteiramente fora do nosso domínio. O indivíduo sente profundamente a sua impotência ao conceber a imensidade das forças em presença. Mas nós, as pessoas criativas em todos os domínios, devemos desfazer-nos desta atitude paralisadora, tomando o pulso à evolução humana e assumindo o domínio de nós mesmos. Devemos rejeitar a ficção convencional da «imutável natureza humana». Na realidade não existe nenhuma permanência deste tipo, seja onde for. O que existe é um devir. Esta acção de domínio do presente possível por uma vanguarda, constitui apenas, obviamente, o combate que antecede um desenvolvimento mais universal, e nós sabemos que o partido da inteligência, como nos primórdios desta revista foi formulado, «só poderá realizar o seu projecto suprimindo-se [...] só pode efectivamente existir como partido que a si mesmo se supera.»

Organização, controle, revolução: cada unidade deste milhão a quem falo sentir-se-á bastante intimidada perante tais conceitos, achando quase impossível, perturbada, identificar-se com um grupo, chame-se ele como se chamar. É a norma. Mas é ao mesmo tempo o que explica esta impotência contínua da inteligência ante os acontecimentos de que ninguém pode ser considerado responsável: a torrente aberta de desastres sangrentos, o desenlace natural deste complexo de movimentos, em sua maioria inconscientes e incontroláveis, que constituíram a história dos homens. Sem organização concertada, a acção é impossível, a energia dos indivíduos e dos grupos restritos dissipa-se num sem-número de pequenos gestos de reivindicações

incoerentes... Um manifesto aqui, acolá uma greve de fome. Tais protestos, além disso, baseiam-se comumente no pressuposto de que o comportamento social é racional, sendo isso a marca da sua futilidade. Visto a transformação dever ser feita deliberadamente, impõe-se que os homens, duma maneira ou doutra, coordenem a sua acção no contexto social. A nosso ver existe já um núcleo de homens capazes de impor uma ideia nova e fecunda, caso eles próprios se lancem a isto de modo gradual e experimental. O mundo espera deles que deitem mãos à obra.

Já rejeitámos a perspectiva dum ataque a descoberto. O espírito não pode afrontar a força brutal em campo aberto. A questão reside antes em percebermos claramente e sem preconceitos as forças que se exercem no mundo e de cuja interacção eclodirá o futuro; e então, calmamente, sem indignação, graças a uma espécie de jiu-jitsu espiritual que nos pertence em virtude da nossa inteligência, pormo-nos a modificar, corrigir, comprometer, desviar, corromper, corroer, contornar; mostrando-nos, com essa acção, os inspiradores daquilo a que podemos chamar a insurreição invisível. Esta insurreição há-de atingir a massa dos homens; mas só o fará se os atingir, não como uma coisa por que votaram nas eleições ou pela qual combateram oficialmente, mas como uma mudança do tempo: vendo-se dentro dela, levados pela própria situação a recriarem conscientemente tudo a partir desta situação, constituindo uma história interior e exterior que é por fim a sua própria história.

É óbvio que não existe, em princípio, penúria da produção no mundo moderno. A penúria reside na distribuição, presentemente ordenada (desordenada), segundo os critérios do sistema económico dominante nesta ou naquela área. Trata-se, à escala global, dum problema administrativo, que nunca será resolvido antes de desaparecerem os antagonismos políticos e económicos existentes. No entanto, tornou-se já evidente que os problemas de distribuição seriam mais racionalmente dominados à escala global por um organismo internacional. Tais organizações, actualmente do tipo das Nações Unidas ou da UNESCO, já substituíram os diversos governos nacionais nalgumas

destas funções (alimentação, medicina, etc.). Não é preciso ter grande imaginação para ver numa transferência deste tipo o começo do fim do Estado nacional, caso estes organismos não fossem constituídos pelos próprios agentes dos Estados; deveríamos agir o melhor possível com vista a acelerar este processo.

Por enquanto, o nosso milhão de anónimos pode concentrar-se na questão dos «ócios». Uma grande parte daquilo a que com pompa se chama «delinquência juvenil» é simplesmente a resposta inarticulada da juventude, incapaz de se adaptar aos seus lazeres. A violência que a isso se associa é uma consequência directa da alienação do homem a si mesmo, tal como a modelou a Revolução Industrial. O homem esqueceu como se joga. Se pensarmos nas tarefas sem alma atribuídas a cada indivíduo no meio ambiente industrial; se pensarmos nisso e no facto de a educação se ter tornado cada vez mais tecnológica, não passando, para o homem comum, dum meio de se preparar para obter um trabalho, não podemos ficar surpreendidos. Este homem vê-se perdido. Quase o aterroriza um ócio maior. Preferiria fazer horas extraordinárias. Daí a sua hostilidade perante a automatização — coisa que no mundo capitalista tão-pouco poderá espantar-nos. Com a sua criatividade atrofiada, fica completamente virado para o exterior. Tem de ser distraído. As mesmas formas que lhe dominam a vida no trabalho são transferidas para os ócios, que se tornam cada vez mais mecanizados. É por isso que ele se vê equipado com máquinas, para lutar contra o ócio que as máquinas lhe destinaram.

E de que dispomos nós que seja capaz de compensar tudo isto, capaz de aliviar o desgaste e os obstáculos psíquicos desta época tecnológica? Dispomos, numa palavra, da *distracção*. Quando o nosso «homem», após a jornada de trabalho, crispado e moído, volta da cadeia de montagem para aquilo a que se chama, sem a mais leve ironia, «tempo livre», a que se vê ele confrontado? No autocarro, a caminho de casa, lê um jornal idêntico ao jornal da véspera, idêntico no sentido em que é uma nova mistura dos mesmos elementos: quatro homicídios, treze desastres, dois golpes de Estado e algo muito parecido com uma abominação. E a menos que seja um homem verdadei-

ramente excepcional, um dentre o nosso milhão de «técnicos potenciais», o prazer por procuração que obtém ao chafurdar em toda esta violência e desordem obscurece-lhe o facto de nada de novo existir em todas estas «notícias»; e de o abuso diário que disso faz o não conduzir a um alargamento da sua consciência da realidade, mas sim a um perigoso estreitamento dela, a uma espécie de processo mental com mais pontos comuns com o salivar dos cães de Pavlov do que com as subtilezas da inteligência humana.

O homem contemporâneo tem necessidade de ser distraído. A sua participação activa é quase inexistente. A arte, seja ela qual for, é um assunto em que a maioria raramente pensa, um assunto quase irrisório a respeito do qual até se orgulha por vezes de mostrar uma atitude de invencível ignorância. Este deplorável estado de coisas é inconscientemente sustentado pela obstinada estupidez, tão segura de si mesma, das nossas instituições culturais. Os museus têm mais ou menos os mesmos horários que as igrejas, o mesmo cheiro a sacrário e o mesmo silêncio. E além disso alardeiam, com arrogância, um snobismo em oposição espiritual directa aos homens vivos cujas obras ali ficam encerradas. Que têm esses corredores calados a ver com Rembrandt, e a tabuleta «Proibido Fumar» com Van Gogh? Fora do museu, o homem da rua está de todo separado da influência naturalmente tónica da arte pelo sistema do comércio elegante, o qual, acessorariamente mas em função de imperativos económicos, exerce uma influência maior do que em geral se admite no aparecimento e na instalação de pretensas «formas de arte». A arte não pode ter significação vital numa civilização que ergue uma barreira entre a vida e a arte, coleccionando produtos artísticos como despojos de antepassados a venerar. A arte deve formar o vivido. Quanto a nós, o que concebemos é uma situação em que a vida seja continuamente renovada pela arte, uma situação construída pelo imaginário e pela paixão com vista a incitar cada pessoa a responder a isso criativamente. Trata-se de dar a todas as acções, sejam elas quais forem, um comportamento criativo. Concebemos, sem dúvida, essa situação. Mas somos nós, agora, que devemos criá-la. Porque ela não existe.

Perante esta perspectiva, nada poderá mostrar um mais agudo contraste do que as condições actuais. A arte anestesia os vivos. Estamos metidos num condicionamento em que a vida se vê continuamente desvitalizada pela arte, onde tudo é apresentado falsamente, com as feições do sensacional e da compra, com vista a inspirar a cada indivíduo a necessidade de responder de maneira passiva e tradicional, de dar a tudo isso e a toda a hora um consentimento banal e automático. Para o homem médio, desencorajado e inquieto, incapaz de concentração, uma obra artística só pode ser assinalada se for posta em competição na esfera do espectáculo. Nada deverá conter que em princípio revele uma ruptura com o familiar, uma surpresa. O público deve poder identificar-se facilmente e sem reservas com o protagonista, enfiar-se no sofá das montanhas russas emocionais e renunciar à mais ínfima capacidade própria. O que nele se instala é a possessão, na forma mais prosaica da cegueira e da demissão do sentido crítico. Tanto quanto eu saiba, foi Brecht o primeiro a chamar a atenção para o perigo deste estilo de apresentação, que tudo faz para provocar no público o estado de possessão em prejuízo duma análise pessoal. Foi para contrariar esta confusa tendência do público moderno para se identificar com aquilo que lhe mostram que ele formulou a teoria da distanciação na encenação e na interpretação teatral, método este calculado para inspirar uma espécie de participação mais activa e crítica. Infelizmente, a teoria de Brecht não pôde exercer nenhum efeito sobre as distrações populares. Os *zombies* permanecem; e o espectáculo vai-se tornando mais espectacular. Adaptando livremente um epigrama dos meus amigos, direi que, «se não queremos assistir ao espectáculo do fim do mundo, temos de agir com vista ao fim do mundo do espectáculo» (cf. «O sentido do deprecimento da arte»).

Aquilo que merece ser designado como sério em arte só atinge hoje a cultura popular através da moda, da indústria e da publicidade; desde há anos, o «sério» foi assim infectado pela trivialidade associada a tais empresas. Quanto ao resto, a literatura e a arte coexistem com a cultura popular mecanizada e, excepto num ou noutro filme

ocasional, exercem muito pouco efeito sobre ela. Só no jazz, que possui a espontaneidade e a vitalidade decorrentes da vizinhança com os seus primórdios, podemos reconhecer uma arte que jorra naturalmente dum ambiente criativo e que é mais ou menos popular. Com a desgraçada ressalva de que quanto mais puro for, menos popular se torna. Outras formas abastardadas são vistas como coisa autêntica. Na Inglaterra, por exemplo, há uma absurda admiração pelo *trad*, uma nova mistura da música límpida, simples e repetitiva que se fez em Nova Orleães no início dos anos 20, cobrindo este *trad* quase inteiramente com a sua sombra a tradição viva da era iniciada por Charlie Parker.

Desde há muitos anos, os melhores artistas e os espíritos de qualidade têm deplorado o abismo que se foi criando entre a arte e a vida. As mesmas pessoas, em geral revoltadas durante a juventude, tornam-se inofensivas ao aproximarem-se da «idade madura», graças ao chamado «sucesso». O indivíduo vê-se privado de poder. É inevitável. E o artista sente profundamente a sua própria impotência. Fazem-no falhar, é amaldiçoado. Tal como nos escritos de Kafka, um medonho sentido da alienação impregna a sua obra. Dadá desencadeou sem dúvida, no fim da primeira guerra mundial, o ataque mais isento de compromissos contra a cultura convencional. Mas os usuais mecanismos de defesa puseram-se logo em campo e os produtos da «antiarte» viram-se cerimoniosamente encaixilhados e pendurados ao lado da «Escola de Atenas»; Dadá foi submetido à castração dos ficheiros e a breve trecho sepultado em segurança nos manuais de História, exactamente como qualquer outra escola artística. E o facto é que, tendo embora Tristan Tzara *et alii* podido denunciar com justiça o cancro da política, tendo eles conseguido lançar os projectores da sátira para cima das hipocrisias a varrer, nem por isso puderam adiantar uma solução criativa capaz de conduzir à substituição da ordem social existente. Que poderíamos nós fazer depois de termos pintado um bigode na Gioconda? E tendo mesmo desejado que Gêngis-Cã transformasse o Louvre em cavalariças, de que nos valia tal coisa?

Num ensaio recente («The Secret Reins», n.º 102 da revista *Encounter*, Março de 1962), Arnold Wesker,¹ precisamente interessado pelo fosso entre a arte e a cultura popular, bem como pelas possibilidades de novos contactos, alude à grande greve que em 1919 foi uma ameaça e a um discurso de Lloyd George. A greve poderia ter abatido o governo. Declarou nessa altura o primeiro-ministro: «Vós ides vencer-nos. Mas, se o conseguirdes, acaso pesastes as consequências desse acto? A greve será um desafio ao governo deste país, e caso alcance um êxito efectivo, lançar-nos-á para uma crise constitucional da máxima importância. Porque, se uma força se ergue no interior do Estado, mais forte do que o próprio Estado, ela deverá em tal caso declarar-se pronta a assumir as funções do Estado. Ou faz isso ou recua, submetendo-se à autoridade do Estado. Cavalheiros, terão os senhores considerado isto? E tendo-o feito, estais prontos?»

Como sabemos, os grevistas não estavam prontos. Comenta o Sr. Wesker: «O vento mudou por completo, muitas pessoas tentaram a sorte fora do protesto, e algures há uma multidão de Lloyd George a gozar de contentes com a feição que os seus negócios tomaram [...] Todo o protesto é permitido, até se lhe dão ouvidos benevolentes, por saber que a força — económica e cultural — assenta nos mesmos lugares obscuros e bem defendidos, constituindo ao mesmo tempo este secreto conhecimento o verdadeiro desespero do artista e do intelectual. Estamos paralisados por este conhecimento; cada um de nós protesta com tanta frequência que todo o panorama cultural — em especial à esquerda — é feito de respeitoso receio e ineficácia. Estou convencido de que foi este secreto conhecimento que em grande medida justificou o declínio das actividades culturais nos anos 30. Ninguém sabia de facto o que fazer com os filisteus. Eram todopoderosos, amigáveis e sedutores. O micróbio entrou, introduzindo-se da maneira mais insuspeitável; e este mesmo micróbio há-de cau-

¹ Dramaturgo inglês, n. em 1932. As suas peças (*A Cozinha; Batatas Fritas Com Tudo*) denunciam as relações de autoridade e o embrutecimento das classes no «mundo da abundância»

sar, começa já a causar, o declínio do nosso novo sobressalto cultural. A menos que seja concebido um novo sistema graças ao qual, nós que não somos partidários do deixa-andar, possamos apoderar-nos, um a um, dos comandos escondidos.»

Apesar de ter achado a análise do Sr. Wesker decepcionante na sua conclusão, ela confirmou-me que na Inglaterra, como por toda a parte, há grupos de pessoas preocupadas com este problema. Conforme vimos, a estrutura político-económica da sociedade ocidental é de tal ordem que os movimentos da inteligência criativa se vêem captados pelas engrenagens do poder. Não só este movimento da inteligência se vê interdito na realização das suas inovações, como também só pode entrar na partida graças a forças (interesses particulares) que lhe são antipáticas por natureza. O «Centro 42» do Sr. Wesker é uma tentativa prática com vista a modificar esta relação de forças.

Gostaria de dizer uma vez por todas que não tenho nenhum desacordo fundamental com Arnold Wesker. A minha única crítica do seu projecto (e reconheço aliás que dele apenas tenho um conhecimento muito vago) diz respeito ao seu carácter limitado e nacional, que se reflecte no fundo histórico. O Sr. Wesker toma a produção de Osborne, em 1956, com *Look Back in Anger* por exemplo, pelo primeiro marco do «nosso novo sobressalto cultural». A grave falta de perspectiva histórica, a insularidade das suas perspectivas, são características que reforçam, segundo receio, uma espécie de filosofia de bazar religioso que parece subentender todo o projecto. Não podemos pensar que a arte compensa como os trabalhos manuais. Arnold Wesker reclama uma tradição «que não seja obrigada a passar pelo êxito financeiro para poder continuar». E assim se viu levado a procurar o patrocínio dos sindicatos, e assim começou a organizar uma série de festivais culturais sob os auspícios dos sindicatos. Embora eu nada tenha contra esses festivais, a urgência do diagnóstico original do Sr. Wesker pusera-me na expectativa de propostas de acção de um nível mais fundamental. Um tal programa não irá por certo levar-nos muito longe no respeitante à conquista daquilo a que ele se refere tão

certeira: os «comandos escondidos». Não julgo mostrar-me prudente em excesso adiantando que algo de muito menos trivial que um apelo à espiritualidade pública deste ou daquele grupo será um imperativo da vasta subversão que temos em mente.

Contudo, numa passagem do que não deixa de ser um ensaio interessante, o Sr. Wesker cita o Sr. Raymond Williams. Ignoro infelizmente quem é o Sr. Williams e de que obra é extraída a citação. Pergunto-me apenas como pode o Sr. Wesker citar a frase seguinte e passar logo a outra coisa em busca de protectores: «A questão não reside em saber quem há-de proteger as artes, mas que formas são possíveis em que os próprios artistas dominarão os seus meios de expressão, de maneira a que tenham relações com uma comunidade e não com um mercado ou um patrão.»

Seria temerário, bem entendido, pretender compreender o Sr. Williams com base numa afirmação tão breve. Direi simplesmente que para mim e para os meus associados na Europa e nos Estados Unidos as palavras-chave da frase atrás citada são estas: «os próprios artistas dominarão os seus meios de expressão». Quando tiverem alcançado este domínio, a sua «relação com uma comunidade» tornar-se-á um problema com todo o sentido, quer dizer, um problema susceptível de ser formulado e resolvido a um nível criativo e inteligente. É por isso que nós próprios devemos sem tardar ocupar-nos da questão de saber como poderemos apoderar-nos por dentro do edifício social que exerce este controle. O nosso primeiro gesto deverá consistir em *eliminar os negociantes de arte*.

No início destas reflexões, dizia eu que os nossos métodos variariam conforme os factos empíricos com que fôssemos deparando aqui e ali, algures e mais tarde. Aludia assim à tentativa, de natureza essencialmente táctica, de cada uma das nossas actividades em relação com a conjuntura dada, e também à composição internacional daquilo a que podemos chamar a nova base cultural. Obviamente, todas as nossas operações devem estar adaptadas à sociedade onde ocorrem. Os métodos utilizáveis em Londres podem ser um suicídio ou apenas pouco práticos em Moscovo ou Pequim. As tácticas des-

tinam-se sempre a um tempo e a um lugar determinados; nunca são políticas, em sentido restrito. Além disso, estas reflexões devem elas mesmas ser vistas como um acto da nova base, um documento programático que, ao ocupar-se na sua maior parte do que ainda está por vir, aguarda o baptismo do fogo.

Como começar? Num momento escolhido, numa casa de campo (um moinho, uma abadia, uma igreja ou um castelo), não muito longe da cidade de Londres, fomentaremos uma espécie de *jam session* cultural; a partir daí se desenvolverá o protótipo da nossa *universidade espontânea*.

O edifício de base ficará a coberto, a boa distância no interior das suas próprias terras, de preferência à beira dum rio. Deverá ser bastante vasto para que um grupo-piloto (astronautas do espaço interior) possa ele próprio *situar-se* neste edifício — orgasmo e génio, e os seus instrumentos e máquinas do sonho, e aparelhos delirantes e seus acessórios —, com dependências para os ateliês, bastante grandes para a implantação duma indústria ligeira; devendo todo o lugar convir à arquitectura liberta e a um eventual desenvolvimento *urbano*. Sublinho esta palavra porque nunca será demais insistir no facto de «a arte integral, de que tanto se falou, só poder realizar-se ao nível do urbanismo» (Debord, *Relatório sobre a construção das situações*). Por volta de 1920, Diaghilev, Picasso, Stravinski e Nijinski agiam em comum para criarem um bailado. Certamente não excederá a credibilidade imaginarmos um grupo mais amplo dos nossos contemporâneos agindo em conjunto para criarem uma cidade. Encaramos tudo isso como um laboratório do vivido para a criação (e a valorização) de *situações* conscientes. Naturalmente, não é apenas o meio ambiente que está em questão — plástico, submetido à mudança —, são também os homens.

Convém desde já dizer que este rápido esboço da nossa *action university* (universidade da práxis) não resulta de vagas meditações. Antes de mais, abundam os paralelos históricos de passadas situações, fortuitas ou controladas, em que certas características são manifestamente adaptáveis àquilo que precisamente constitui o nosso pro-

jecto. Além disso, durante os últimos dez anos, já levámos a cabo experiências bastantes em sentido preparatório; estamos prontos para a acção. [...]

ALEXANDER TROCCHI

I. S. n.º 8, Janeiro de 1963



Serviço de anti-relações públicas da Internacional Situacionista

VOCÊ ESTÁ DE ACORDO COM A I.S.!

VOCÊ QUER ADERIR À I.S.!

Se assim é, pedimos-lhe um pequeno trabalho prévio, para verificar objectivamente (em seu próprio interesse e no nosso) a sua abordagem real dos nossos problemas, bem como a sua capacidade de participação integral no nosso empreendimento (*a I.S. não quer discípulos*):

1. Escolha você mesmo, nas teses publicadas pela I.S., uma questão que considere importante, desenvolvendo alguns argumentos e resultados possíveis. (O mínimo é uma página dactilografada; quanto a limites, não se impõe nenhum.)

2. Escolha você mesmo, nos textos publicados pela I.S., um ponto criticável, e destrua essa posição. (Mesmas condições.)

N.B. — Isto não é um jogo arbitrário. A I.S. procede assim correntemente, para reexaminar e superar as suas próprias bases. Você pode

abordar um ponto já criticado. Mas pode também iniciar a justa crítica duma posição que nós tenhamos posto em causa de modo insuficiente. Se for bem feita, a sua crítica será sempre justa; e talvez até se torne uma útil novidade!

I. S. n.º 8, Janeiro de 1963



O questionário

1. Que significa a palavra «situacionista»?

Este termo define uma actividade que pretende fazer as situações, e não reconhecê-las como valor explicativo ou de outra índole. E isto a todos os níveis da prática social e da história individual. Substituímos a passividade existencial pela construção dos momentos da vida, a dúvida pela afirmação lúdica. Os filósofos e os artistas limitaram-se até hoje a interpretar as situações; trata-se agora de transformar. Visto o homem ser o produto das situações por que isto o indivíduo ser definido pela sua situação, ele quer ter o poder de criar situações dignas do seu desejo. Nesta perspectiva, devem fundir-se e realizar-se a poesia (a comunicação como resultado positivo duma linguagem em situação), a apropriação da natureza e uma completa libertação social. O nosso tempo vai substituir a fronteira fixa das situações extremadas, que a fenomenologia complacientemente se limitou a descrever, pela criação prática das situações; vai continuamente deslocar esta fronteira graças ao movimento da história da nossa realização. Nós queremos uma fenómeno-práxis. Não duvidamos de que isto será a banalidade primeira do movimento de libertação

possível no nosso tempo. Que se trata de pôr em situação? A diferentes níveis, pode ser este planeta, a época (uma civilização, no sentido de Burckhardt, por exemplo) ou um momento da vida individual. Toca a entoar a música! Os valores da cultura passada e as esperanças de realizar a razão na História não têm outra sequência possível. O resto decompõe-se. O termo situacionista, no sentido da I.S., é exactamente o contrário daquilo a que se chama actualmente em português um «situacionista», quer dizer, um partidário da situação existente, um salazarista, neste caso.

2. É a Internacional Situacionista um movimento político?

A expressão «movimento político» significa hoje em dia a actividade especializada dos chefes de grupos e partidos, que da passividade organizada dos militantes extraem a força opressora do seu futuro poder. A I.S. não quer ter nada em comum com o poder hierarquizado, seja de que forma for. A I.S., por conseguinte, não é um movimento político nem uma sociologia da mistificação política. A I.S. propõe-se ser o mais elevado grau da consciência revolucionária internacional. É por isso que procura clarificar e coordenar os gestos de recusa e os sinais de criatividade que definem os novos contornos do proletariado, a vontade irreductível de emancipação. Centrada na espontaneidade das massas, uma tal actividade é incontestavelmente política, a menos que se negue essa qualidade aos próprios agitadores. Conforme vão surgindo novas correntes radicais, quer seja no Japão (a ala extremista do movimento Zengakuren¹), no Congo ou na clandestinidade espanhola, a I.S. concede-lhes um apoio crítico, tratando por isso de as ajudar na prática. Porém, contra todos os «pro-

¹ A Zengakuren (Confederação Nacional das Associações Estudantis do Japão), criada em 1948, passou rapidamente da condição de sindicato estudantil à acção política, amiúde violenta, por influência do P.C. Japonês. Nos anos 60, com a radicalização das lutas, a Zengakuren passa a ficar sob a influência da extrema-esquerda, que desencadeia vigorosas batalhas de rua numa estratégia de afrontamento com o Estado. A I.S. chegou a ter contactos pessoais com uma facção da Zengakuren (em 1963, em Paris), mas parece ter avaliado mal a sua radicalidade política.

gramas de transição» da política especializada, a I.S. tem como referência uma revolução permanente da vida quotidiana.

3. *É a I.S. um movimento artístico?*

Uma grande parte da crítica situacionista sobre a sociedade de consumo consiste em mostrar a que ponto os artistas contemporâneos, ao abandonarem a riqueza de superação contida, e até pesquiada, no período de 1910 a 1925, se condenaram, na sua maioria, a fazer arte como quem faz negócios. Os movimentos artísticos, depois disso, são apenas as consequências imaginárias duma explosão que nunca chegou a dar-se, que ameaçava e continua a ameaçar as estruturas da sociedade. A consciência de semelhante abandono e das suas implicações contraditórias (o vazio e a vontade dum regresso à violência inicial) faz da I.S. o único movimento capaz de responder ao projecto do artista autêntico, englobando a sobrevivência da arte na arte de viver. Nós somos artistas simplesmente por já não sermos artistas; o que nós pretendemos é realizar a arte.

4. *É a I.S. uma manifestação niilista?*

A I.S. rejeita o papel que já querem atribuir-lhe no espectáculo da decomposição. O que está para além do niilismo passa pela decomposição do espectáculo; e é a isto que a I.S. entende dedicar-se. Tudo o que se elabora e constrói fora desta perspectiva não precisa da I.S. para cair por si mesmo; mas também é verdade que na sociedade de consumo, por toda a parte, os baldios do desabamento espontâneo oferecem aos novos valores um campo de experiências de que a I.S. não pode prescindir. Só queremos construir sobre as ruínas do espectáculo. Por outro lado, a previsão, perfeitamente fundamentada, duma destruição total, obriga a construir apenas à luz da totalidade.

5. *São as posições situacionistas utópicas?*

A realidade ultrapassa a utopia. Entre a riqueza das possibilidades técnicas actuais e a pobreza da sua utilização pelos dirigentes de toda a espécie, já não é preciso lançar uma ponte imaginária. Queremos

pôr o equipamento material à disposição da criatividade de todos, como por toda a parte as massas se esforçam por fazer no momento da revolução. É um problema de coordenação, ou de tática, como se queira. Tudo aquilo de que tratamos é realizável, tanto imediatamente como a curto prazo, bastando para isso que se comecem a pôr em prática os nossos métodos de investigação e de actividade.

6. *Acham necessário chamarem-se assim, «situacionistas»?*

Na ordem existente, em que a coisa toma o lugar do homem, qualquer rótulo é comprometedor. Este que escolhemos, todavia, contém a sua própria crítica, mesmo sumária, visto opor-se ao de «situacionismo», que os outros fazem por nos atribuir. Um tal rótulo, de resto, deverá desaparecer quando cada um de nós for situacionista por inteiro, e já não proletário em luta pelo fim do proletariado. De imediato, por mais irrisório que um rótulo se apresente, este por que optámos tem o mérito de estabelecer o contraste entre a antiga incoerência e uma exigência nova. Aquilo que desde há algumas décadas mais tem faltado à inteligência, é precisamente este gume definidor do contraste.

7. *Qual é a originalidade dos situacionistas, como grupo delimitado?*

Parece-nos que três pontos notáveis justificam a importância que a nós mesmos atribuímos como grupo organizado de teóricos e experimentadores. Primeiro, empreendemos, pela primeira vez, dum ponto de vista revolucionário, uma nova crítica coerente desta sociedade que se está a desenvolver *actualmente*; esta crítica encontra-se inserida em profundidade na cultura e na arte deste tempo e detém as suas chaves (trabalho este, evidentemente, muito longe de ser concluído). Em segundo lugar, praticamos a ruptura completa e definitiva com todos os que nos obrigam a romper com eles, e fazêmo-lo *em cadeia*. Trata-se de algo precioso numa época em que as diversas espécies de resignação subtilmente se imbricam e se tornam solidárias. Em terceiro lugar, inauguramos um novo estilo de relações com os nossos «partidários»: recusamos totalmente ter discípulos. Só nos

interessa a participação de cada qual ao mais alto nível, e largar no mundo pessoas autónomas.

8. *Por que razão não se fala da I.S.?*

Fala-se dela muito amiúde, entre os detentores especializados do pensamento moderno em liquefacção; mas é verdade que a seu respeito pouco se escreve. No sentido mais geral, é por rejeitarmos a noção de «situacionismo», que seria a única categoria susceptível de nos introduzir no espectáculo reinante, integrando-nos nele contra nós mesmos, sob a forma duma doutrina congelada, sob a forma de ideologia na acepção de Marx. É natural que o espectáculo, que nós rejeitamos, nos rejeite. Fala-se mais facilmente dos situacionistas enquanto indivíduos, para tentar separá-los da contestação global, sem a qual, de resto, eles não seriam sequer indivíduos «interessantes». Fala-se dos situacionistas *logo que deixam de o ser* (as variedades rivais de «marxismo», em vários países, possuem como única celebridade comum o facto de pretenderem, mentindo, ter uma qualquer relação com a I.S.). Os cães de guarda do espectáculo retomam, sem o dizer, fragmentos da teoria situacionista, para a virarem contra nós. Inspiram-se nela, como é natural, na sua luta em prol da sobrevivência do espectáculo. Precisam portanto de esconder a fonte, ou seja, a coerência de tais «ideias». Não é apenas por vaidade de plagiadores. Além disso, muitos intelectuais hesitantes não ousam falar abertamente da I.S., porque fazê-lo implica minimamente tomar partido: dizer com clareza aquilo que se rejeita, em contraponto do que se aceita. Crêem muitos, mas nisso se enganam, que fingir por enquanto ignorância os há-de mais tarde livrar de responsabilidades.

9. *Que apoio prestam ao movimento revolucionário?*

Desgraçadamente, é coisa que não existe. É certo que a sociedade tem contradições, e que vai mudando. E que além disso, de maneira aliás sempre nova, ela torna possível e necessária uma actividade revolucionária agora inexistente ou ainda não existente como movimento organizado. Não se trata pois de «apoiar» um tal movimento,

mas de o constituir: de o definir e, inseparavelmente, de o pôr à prova. Dizer que não há movimento revolucionário é o primeiro gesto, indispensável, a favor desse movimento. O resto não passa dum remendo irrisório do passado.

10. *Vocês são marxistas?*

Tanto quanto Marx, quando dizia: «Eu não sou marxista».

11. *Há ou não uma relação entre as vossas teorias e o vosso modo de vida real?*

As nossas teorias não são outra coisa senão a teoria da nossa vida real, bem como das possibilidades nela experimentadas ou apreendidas. Por mais parcelares que sejam, até ver, os campos de actividade disponíveis, comportamo-nos neles o melhor possível. Tratamos o inimigo como inimigo, é um primeiro passo que recomendamos a toda a gente como aprendizagem acelerada do pensamento. Por outro lado, é óbvio que apoiamos incondicionalmente todas as formas da liberdade de costumes, tudo aquilo a que a canalha burguesa ou burocrática chama deboche. Naturalmente, está fora de questão prepararmos a revolução da vida quotidiana com base no ascetismo.

12. *Estão os situacionistas na vanguarda da sociedade dos lazeres?*

A sociedade dos lazeres é uma aparência que encobre completamente um certo tipo de produção-consumo do espaço-tempo social. Reduzindo-se o trabalho produtivo propriamente dito, o exército de reserva da vida industrial vai trabalhar para o consumo. Toda a gente é sucessivamente operário e matéria-prima na indústria das férias, dos lazeres, do espectáculo. O trabalho existente é o alfa e o ómega da vida existente. A organização do consumo, mais a organização dos lazeres, tem de equilibrar exactamente a organização do trabalho. O «tempo livre» é uma medida irónica no decorrer dum tempo pré-fabricado. Rigorosamente, *deste* trabalho só pode resultar *este* lazer, tanto para a elite ociosa — na realidade, cada vez mais semi-ociosa — como para as massas que acedem aos ócios momentâneos. Não há

barreira de humbo que possa isolar uma fracção de tempo, ou o tempo completo duma fracção da sociedade, da radioactividade que o trabalho alienado dissemina; quanto mais não seja no sentido em que é este que modela a totalidade dos produtos e da vida social, desta maneira e de nenhuma outra.

13. *Quem é que vos financia?*

Só podemos ser financiados, de forma extremamente precária, pelo nosso próprio emprego na economia cultural da época. Este emprego encontra-se submetido à seguinte contradição: possuímos tais capacidades criativas que podemos seguramente «ter êxito» em tudo; mostramos uma exigência tão rigorosa de independência e de perfeita coerência entre o nosso projecto e cada uma das nossas actuais realizações (cf. a nossa definição duma produção artística anti-situacionista) que somos quase totalmente inaceitáveis para a organização dominante da cultura, mesmo em questões muito secundárias. O estado dos nossos recursos decorre desta componente. Ver, a propósito, o que escrevemos no n.º 8 desta revista sobre «os capitais que nunca hão-de faltar às empresas nashistas» e, inversamente, *as nossas condições*.

14. *Quantos são vocês?*

Um pouco mais do que o núcleo inicial de guerrilha na Sierra Maestra, mas com menos armas. Um pouco menos que os delegados que estiveram em Londres em 1864, para fundar a Associação Internacional dos Trabalhadores, mas com um programa mais coerente. Tão firmes como os gregos das Termópilas («Viandante, vai dizer a Lacedemónia...»), mas com melhor futuro.

15. *Que valor podem vocês atribuir a um questionário? A este, por exemplo?*

Trata-se manifestamente duma forma artificial de diálogo, que hoje se torna obsessiva com todas as psicotécnicas da integração no espectáculo (a passividade alegremente assumida com o disfarce

grosseiro de «participação», de actividade fingida). Mas, quanto a nós, podemos perfeitamente sustentar posições exactas a partir duma interrogação incoerente, reificada. Na realidade, estas posições não «respondem», no sentido em que não remetem para as questões mas as recambiam. São respostas dadas de tal maneira que deveriam *transformar as questões*. O verdadeiro diálogo poderia assim começar depois destas respostas. No presente questionário, todas as questões são *falsas*; e no entanto as nossas respostas são verdadeiras.

I. S. n.º 9, Agosto de 1964



Resposta a um inquérito do Centro de Arte Socioexperimental

1. Por que razão não se sente o povo motivado pela arte? Por que razão continua a arte a ser privilégio de certas camadas cultas da classe burguesa?

A importância do tema do presente inquérito do Centro de Arte Socioexperimental e o limitado espaço atribuído às respostas obrigam a um certo esquematismo. A posição dos situacionistas sobre estes assuntos foi exposta com maior exactidão nas revistas da I.S. (*Internationale Situationniste*, *Der Deutsche Gedanke*, *Situationistisk Revolution*) e no catálogo publicado por ocasião da manifestação «Destruição do R.S.G. 6», ocorrida em Junho passado na Dinamarca¹.

¹ Em Junho de 1963, a I.S. organiza na Dinamarca, sob a direcção de J.V. Martin e com base nos processos do desvio, uma exposição-manifestação intitulada «Destruição do R.S.G. 6», difundindo o panfleto inglês clandestino («Danger! Official Secret R.S.G. 6») que divulgara a localização e os planos do abrigo antiatómico regional n.º 6 do governo

O povo, ou seja, as classes não dominantes, não pode legitimamente sentir-se sensibilizado seja pelo que for que ocorra na cultura ou na organização da vida social, visto estas serem constituídas fora da sua participação e do seu controle; pode até, de modo deliberado, manifestar-se contra essa participação ou esse controle. O povo só ilusoriamente pode sentir-se implicado nos subprodutos especialmente destinados ao seu consumo, isto é, em todas as formas de publicidade e propaganda espectaculars a favor de modelos de comportamento e produtos disponíveis.

Disto não se deve todavia deduzir que a arte subsiste meramente como «privilégio» da classe burguesa. No passado, todas as classes dominantes tiveram a sua arte — pelas mesmas razões que uma sociedade sem classes a não há-de ter, superada como nela se verá a prática artística. Mas são de tal ordem as condições históricas do nosso tempo, condições estas justamente ligadas à superação dum limiar no processo de apropriação da natureza pelo homem e, nessa medida, ao projecto concreto duma sociedade sem classes, que a grande arte nele foi, forçosamente, revolucionária. Aquilo a que se chamou arte moderna, das suas origens no século XIX ao seu florescimento no primeiro quartel do século XX, foi uma arte *contra* a burguesia. A crise actual da arte está associada à crise do movimento operário a partir da falência da Revolução Russa e da modernização do capitalismo.

Aquilo que hoje constitui o discutível «privilégio» da nova camada de trabalhadores intelectuais, que prolifera com o desenvolvimento do «sector terciário» da economia, é não só uma continuação *artificial* da arte moderna (formais repetições fastidiosas enfarpeladas de forma publicitária, exteriores à contestação origi-

britânico; na Inglaterra, esta denúncia fora o ponto de partida duma «invasão» dos estados-maiores secretos isolados em zonas rurais e da sabotagem telefónica dos centros de segurança militar britânicos. O cenário de *Destruição do R.S.G. 6* incluía a reconstrução dum abrigo antiatómico e uma exposição de «cartografias termonucleares» da 3.ª guerra mundial, de Martin e Michèle Bernstein.

nal) mas também um consumo canino de peças e pedaços de antigas culturas, exteriores a todo o significado dessas culturas (de que Malraux, em «teoria», foi o vendedor mais cómico, e cuja ostentação o mesmo vendedor agora concretiza nas suas «Casas da Cultura»¹). Este «sector terciário» encontra-se estreitamente ligado ao do *espectáculo* social: uma tal camada intelectual (cujas necessidades de formação e emprego simultaneamente explicam o incremento quantitativo e a degradação do ensino) é ao mesmo tempo a mais directa produtora do espectáculo e a consumidora da sua parte propriamente cultural.

Duas correntes representam, a nosso ver, o actual consumo cultural proposto a este público de trabalhadores intelectuais alienados. Por um lado, as tentativas como as do «Grupo de Pesquisa da Arte Visual» orientam-se claramente no sentido da integração da população no sistema socioeconómico reinante, conforme a organizam, neste momento, o urbanismo policial e os pensadores do controle cibernético; com efeito, é através duma verdadeira imitação burlesca das teses revolucionárias sobre o fim da passividade do espectador separado e a *construção das situações* que essa «Arte Visual» pretende pôr o espectador a participar na sua própria miséria; levando aliás a falta de dialéctica ao cúmulo de o «emancipar», prescrevendo-lhe que é «proibido não participar» (como rezava um panfleto distribuído na III Bienal de Paris).

Por outro lado, o «novo realismo», ao retomar grande parte da forma (mas não do espírito) dadaísta, constitui uma arte *apologética* do caixote do lixo. Deste jeito, é ele que se inscreve na margem de pseudoliberalidade que uma civilização do acessório e do desperdício pode oferecer a si mesma.

¹ O nome de André Malraux (1901-1976), durante dez anos ministro (de De Gaulle) dos Assuntos Culturais, ficou associado à renovação dos «Centros da Juventude e da Cultura», estrutura *ocupacional* local, exterior ao ensino, criada no pós-guerra, ao promover neles exposições de arte. As actividades nestes centros «progressistas», com o seu cortejo de mistificações correntes, estavam obviamente sob controle oficial.

Mas a importância destes artistas continua a ser muito secundária, até em comparação com a publicidade comercial. Deste modo, paradoxalmente, o «realismo socialista» de Leste, que em nada é uma arte, exerce apesar disso uma função social mais decisiva. Isto porque no Leste o poder mantém-se vendendo sobretudo a ideologia (ou seja, justificações mistificadoras) e no Ocidente vendendo bens de consumo. O facto de a burocracia não ter podido constituir a sua própria arte, adoptando formalmente, pelo contrário, e apesar da falta de eficácia que prejudica esta receita, a visão pseudo-artística dos conformistas pequeno-burgueses do século passado, confirma assim a impossibilidade actual de uma arte como «privilegio» da classe dominante.

Toda a arte, porém, é social pelo facto de se encontrar implantada numa sociedade, sendo por assim dizer a contragosto que se apresenta às condições dominantes, por um lado, e à sua negação, por outro. Momentos da contestação de outrora sobrevivem *de modo fragmentário*, perdendo assim o seu valor artístico (ou pós-artístico) na exacta medida em que perdem o centro da contestação. E ao perderem-no, perdem a referência à globalidade de actos pós-artísticos (de revolta e livre reconstrução da vida) que já existem no mundo e tendem a substituir a arte. É então que esta contestação fragmentária, ao recuar, se vira para a estética, congelando-se numa estética imediatamente envelhecida e inoperante, *num mundo onde é tarde demais para a estética*, como aconteceu com o surrealismo. Outras correntes representam tipicamente o misticismo burguês degradado (a arte como substituto da religião). Tais correntes reproduzem — mas apenas na quimera solitária e na pretensão idealista — as forças que oficial e praticamente dominam a presente vida social: a não comunicação, o simulado, o gosto frenético pela renovação em si, pela substituição rápida dos acessórios arbitrários e sem interesse; como o letrismo, a propósito do qual podemos escrever que «Isou, produto duma época de arte inconsumível, suprimiu a própria ideia do seu consumo» propondo «a primeira arte do solipsismo» (LS. n.º 4).

Concluindo, a própria multiplicação de pretensas correntes artísticas que nada distingue umas das outras, constitui a bem dizer uma

aplicação dos princípios da venda moderna do mesmo produto através de marcas rivais.

2. Como pode a arte ser realmente «social»?

O tempo da arte já passou. Trata-se agora de *realizar* a arte, de construir efectivamente, a todos os níveis da vida, aquilo que antes só pôde ser ilusão ou memória artística, sonhadas e conservadas unilateralmente. *Só suprimindo-a* se pode realizar a arte. Impõe-se todavia objectar ao estado presente da sociedade, que suprime a arte substituindo-a pelo automatismo dum espectáculo ainda mais hierárquico e passivo, que *só realizando-a* se poderá realmente suprimir a arte.

A sociedade política onde vive favorece ou desfavorece a sua função social de artista?

Esta sociedade suprimiu aquilo a que vocês chamam função social do artista.

Caso se trate da função do empregado no *espectáculo* reinante, é óbvio que os bons empregos se multiplicam com o próprio espectáculo. Mas os situacionistas não estão de modo algum dispostos a integrarem-se nele.

Caso, pelo contrário, se considere que se trata de *herdar a antiga arte* por meio de novos tipos de actividade — a começar pela contestação da totalidade social —, é natural que a sociedade em questão contrarie uma tal prática.

3. Pensa que a sua estética seria outra se se situasse noutras realidades sociais, políticas e económicas?

Com certeza. Realizando-se as nossas perspectivas, a estética (tal como a sua negação) seria ultrapassada.

Se actualmente estivéssemos num país subdesenvolvido ou submetido a condições arcaicas de dominação (colonização, ditadura de tipo franquista), reconheceríamos a necessidade duma certa participação possível dos artistas, enquanto tais, nas lutas populares, e portanto a necessidade duma comunicação, não inteiramente artificial mas feita

numa base mais antiga, ou seja, assente na velha função social do artista, ainda efectiva durante certo tempo, tendo em conta o atraso geral (social e cultural) do ambiente em questão.

Se a nossa tendência se constituísse num país governado pela burocracia dita socialista, onde é sistematicamente organizada a falta de informação sobre as experiências, culturais ou de outra índole, que nos últimos cinquenta anos ocorreram nos países industriais avançados, aderiríamos com certeza à exigência mínima de difusão da verdade, incluindo a verdade sobre a presente arte ocidental. Apesar da inevitável ambiguidade desta reivindicação, visto a história da arte moderna ser livre e até famosa no Ocidente, mas profundamente falsificada, e a sua importação para o Leste favorecer, antes de mais, os Ievtchuchenkos¹ de serviço, ou seja, uma modernização da arte oficial.

4. *Participa ou não na política? Porquê?*

Participamos, mas só numa: agindo, com diversas outras forças no mundo, em prol da ligação e da organização teórica e prática dum novo movimento revolucionário.

Todas as considerações que aqui fazemos constituem as nossas inseparáveis razões de avançar para além dos reveses da antiga política especializada.

5. *Parece-lhe necessária uma união dos artistas? Que objectivos seriam os dessa união?*

As uniões de artistas são abundantes, desprovidas de princípios ou arbitrariamente fundadas a partir dum qualquer extravagante delírio, na qualidade de sindicato de apoio mútuo, de circuito fechado de garantias elogiosas ou de arrivismo colectivo. Os trabalhos que em

¹ Evgueni Ievtchuchenko (n. em 1933), poeta russo da época do chamado «degelo» pós-Stálin; começou a publicar poemas políticos em 1957. Foi um dos raros autores russos autorizado a fazer digressões no estrangeiro, inclusive em Portugal, e nessa medida pôde ser visto como «embaixador» itinerante do regime.

qualquer ocasião se proclamam «de conjunto» estão na moda, e até fazem figura de vedeta nas deploráveis bienais de Paris, para desviarem a atenção dos problemas efectivos da superação da arte. Encaramos todas estas uniões com igual desprezo, não aceitamos ter nenhum contacto com este meio.

Quanto a uma associação coerente e disciplinada, com vista à realização dum programa comum, pensamos que ela é possível a partir das bases da Internacional Situacionista, com a condição de os participantes serem severamente seleccionados, para todos terem génio, e de deixarem, por assim dizer, de ser artistas, de se considerarem como artistas segundo a antiga acepção da palavra.

Podemos aliás perguntar-nos se os situacionistas serão artistas, mesmo de vanguarda. Não só porque este reconhecimento é quase inteiramente contestado no mundo cultural, pelo menos a partir do momento em que o conjunto do programa situacionista está em jogo, mas também porque os seus interesses certamente excedem o velho campo da arte. Mas no plano socioeconómico esta nossa qualidade de artistas é ainda mais discutível. Muitos situacionistas vivem quase só de expedientes, que vão da investigação histórica ao póquer, são empregados de bar ou apresentadores de marionetas. É até um facto assinalável, entre os 28 membros da Internacional Situacionista que até agora tivemos de excluir, saber que 23 figuravam entre os situacionistas que tinham uma actividade artística notória e com crescente êxito económico nesta actividade, sendo reconhecidos como artistas apesar da sua adesão à I.S.; mas nessa altura tinham tendência para dar cauções aos nossos inimigos — que desejam inventar um «situacionismo» para se livrarem de nós, integrando-nos no espectáculo como uma qualquer estética do fim do mundo; agindo assim, ainda queriam ficar na I.S., e isto era inadmissível. O valor estatístico destes números parece incontestável.

É evidente que outros «objectivos» duma eventual união dos artistas nos são indiferentes, pelo facto de os considerarmos inteiramente caducos.



Vitória do Bando de Bonnot

6. *Que relações estabelece entre a obra que aqui expõe e as suas declarações?*

A obra anexa não pode obviamente representar uma «arte situacionista». Nas presentes condições culturais, muito claramente anti-situacionistas, recorremos a «uma comunicação que contém a sua própria crítica», experimentada em todos os suportes acessíveis, do cinema à escrita, e que teorizamos com o nome de *desvio*. Pelo facto de o Centro de Arte Sócioexperimental ter limitado o seu inquérito às artes plásticas, escolhemos, entre as muitas possibilidades que o *desvio* oferece à agitação, o antiquadro de Michèle Bernstein, *Vitória do Bando de Bonnot*. Faz parte duma série, que inclui nomeadamente a «Vitória da Comuna de Paris», a «Vitória da Grande Insurreição Camponesa de 1358», a «Vitória dos Republicanos Espanhóis», a «Vitória dos Conselhos Operários em Budapeste», e muitas outras vitórias. Estas pinturas propõem-se negar a *pop art* (caracterizada material e «ideologicamente» pela *indiferença* e pela satisfação taciurna), integrando exclusivamente objectos seleccionados na catego-

ria do *brinquedo*, e tornando-os significantes tão grosseiramente quanto possível. Esta série retoma assim, de certa maneira, a pintura de batalhas, corrigindo, no sentido que nos convém, a história das revoltas, que ainda não acabou. Cremos que é pela aparência dum *novo irrealismo* que deverá encetar-se sempre um reinício da transformação do mundo. Esperamos que tanto as nossas manifestações de zombaria como as de seriedade contribuam para esclarecer a nossa posição sobre as relações actuais entre a arte e a sociedade.

6 de Dezembro de 1963

Pela Internacional Situacionista,

J. V. MARTIN, J. STRIJBOSCH, R. VANEIGEM, R. VIÉNET

I. S. n.º 9, Agosto de 1964

O declínio e a queda da economia espectacular-mercantil

Entre os dias 13 e 16 de Agosto de 1965, a população negra de Los Angeles sublevou-se. Um incidente que opôs a polícia de viação e alguns transeuntes acabou por se transformar em duas jornadas de tumultos espontâneos. Os crescentes reforços das forças da ordem não conseguiram voltar a dominar a rua. Ao terceiro dia, os pretos armaram-se, pilhando as lojas de armeiros acessíveis, conseguindo disparar contra os helicópteros da polícia. Milhares de soldados e polícias — o peso militar duma divisão de infantaria, apoiada por tanques — tiveram de ser atirados para a luta, com vista a cercarem a revolta no bairro de Watts e a reconquistarem-no, depois, através de muitos combates de rua durante vários dias. Os insurrectos procede-

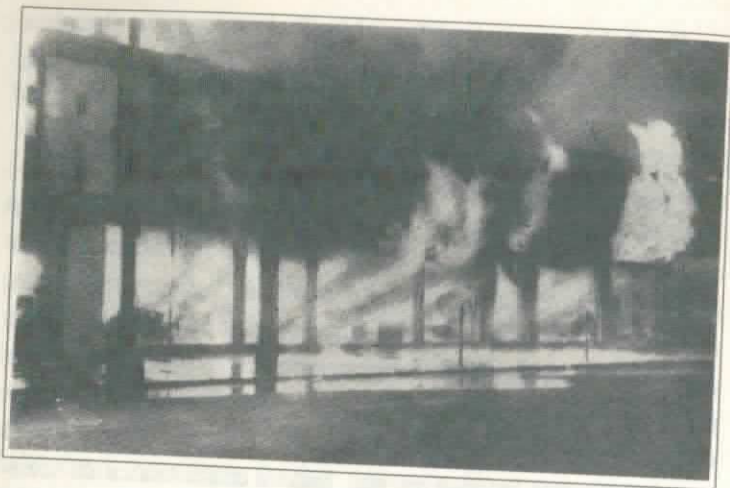
ram a uma pilhagem generalizada dos armazéns e puseram-lhes fogo. Segundo números oficiais, terá havido 32 mortos, dos quais 27 pretos, mais de 800 feridos e 3000 pessoas presas.

As reacções, vindas de todos os lados, tiveram a clareza que o acontecimento revolucionário, por ser ele próprio uma clarificação em actos dos problemas existentes, tem sempre o condão de conferir aos diversos matizes de pensamento dos seus adversários. O chefe da polícia, William Parker, recusou qualquer mediação proposta pelas grandes organizações negras, afirmando justamente que «estes revoltosos não têm chefes». E como os negros já não tinham chefes, deu-se em cada um dos campos o momento da verdade. Que esperava um destes chefes agora no desemprego, Roy Wilkins, secretário-geral da National Association for the Advancement of Colored People? Declarava que os motins «deviam ser reprimidos, empregando toda a força necessária». Quanto ao cardeal de Los Angeles, McIntyre, que protestava tão energicamente, não protestava contra a violência da repressão, como poderia parecer astuto que o fizesse em época de *aggiornamento* da influência da Igreja católica romana; protestava, na urgência, contra «uma revolta premeditada para destruir os direitos do vizinho, o respeito pela lei e a manutenção da ordem», apelava os católicos a oporem-se à pilhagem, a «estas violências sem justificação aparente». E todos quantos eram capazes de enxergar as «justificações aparentes» da raiva dos negros de Los Angeles, mas não conseguiam ver a justificação real, todos esses pensadores e «responsáveis» da esquerda mundial e do nada que esta é, lamentaram a irresponsabilidade, a desordem, a pilhagem e, sobretudo, o facto de logo de início ter ocorrido a pilhagem dos armazéns que continham *o álcool e as armas*; bem como os 2000 focos de incêndio enumerados, graças aos quais os petroleiros de Watts iluminaram a batalha e aquela sua festa. Quem terá então assumido a defesa dos insurrectos de Los Angeles, nos termos que estes mereciam? — Vamos nós fazê-lo. Deixemos os economistas carpir sobre os 27 milhões de dólares perdidos, os urbanistas sobre um dos seus mais belos *supermarkets* que se desfez em fumo e McIntyre sobre o seu xerife adjunto abatido

na refrega; deixemos os sociólogos lamentarem-se sobre o absurdo e a ebriedade desta revolta. Compete a uma publicação revolucionária, não só dar razão aos revoltosos de Los Angeles, mas também contribuir para *lhes fornecer as suas razões*, expondo teoricamente a verdade cuja indagação se exprime na acção prática desta revolta.

Na *Mensagem* publicada em Argel em Julho de 1965, após o golpe de Estado de Boumedienne, os situacionistas, que expunham aos argelinos e aos revolucionários do mundo inteiro, *como um todo*, as condições na Argélia e no resto do mundo, assinalavam entre os seus exemplos o movimento dos negros norte-americanos, o qual, «se puder afirmar-se de modo consequente», há-de desvendar as condições do capitalismo mais avançado. Cinco semanas depois, esta consequência manifestou-se na rua. Tanto a crítica teórica da sociedade moderna, no que esta tem de mais novo, como a sua crítica em actos existem já; ainda separadas mas semelhantemente dirigidas para as mesmas realidades, falando da mesma coisa. Ambas estas críticas se explicam de modo complementar; sendo cada uma delas inexplicável sem a outra. A teoria da sobrevivência e do espectáculo vê-se clarificada e registada nestes actos que são incompreensíveis para a falsa consciência norte-americana. E um dia destes, por seu turno, há-de clarificar tais actos.

Até agora, as manifestações dos negros pelos «direitos cívicos» tinham sido mantidas pelos seus chefes numa legalidade que tolerava as piores violências das forças da ordem e dos racistas, como aconteceu em Março passado [1965] no Alabama, quando da marcha sobre Montgomery; e mesmo depois deste escândalo, uma discreta colaboração entre o governo federal, o governador Wallace e o pastor Luther King levava a marcha de Selma, a 10 de Março, a recuar perante a primeira intimação, com dignidade e rezas. O afrontamento que a multidão dos manifestantes esperava nessa ocasião não passou do espectáculo dum afrontamento possível. Ao mesmo tempo, a violência atingira o limite ridículo da coragem demonstrada pela multidão: expor-se aos golpes do inimigo levando depois a grandeza moral a poupar-lhe a necessidade de empregar de novo a força. Mas a



CRÍTICA DO URBANISMO

(Supermercado em Los Angeles, Agosto de 1965)

«A América debruçou-se logo sobre esta nova chaga. Desde há meses, sociólogos, políticos, psicólogos, economistas e peritos de toda a espécie sondaram a profundidade desta ferida ... Não se trata exactamente dum "bairro", mas duma planura desesperadamente extensa e monótona ... "A América de um só andar", todo ele em extensão; aquilo que uma paisagem americana pode ter de mais taciturno, com as suas casas de telhado liso, as lojas que vendem a mesma coisa, os vendedores de "hamburgers", as bombas de gasolina, tudo isto degradado pela pobreza e a imundície ... A circulação automóvel é ali menos densa que nas outras áreas, mas a dos peões pouco mais densa é, de tal modo as casas parecem dispersas e as distâncias desanimadoras ... Ao passarem brancos por ali, todos os olhares se pregam neles, olhares em que se lê, senão ódio, pelo menos sarcasmo ("Cá temos mais uns inquiridores e sociólogos à cata de explicações, em vez de virem proporem-nos trabalho", é o que se ouve dizer com frequência...). Quanto à habitação, materialmente poderá sem dúvida ser melhorada, mas não vemos como se poderão impedir os brancos de fugir em massa dum bairro, mal alguns negros se mudam para lá. Estes últimos hão-de continuar a sentir-se entregues a si mesmos, sobretudo nesta desmedida cidade que é Los Angeles, sem centro, onde não existe sequer a multidão onde uma pessoa pode incorporar-se, onde os brancos só entrevêm os seus semelhantes pelo pára-brisas dos carros... Quando o pastor Martin Luther King, dias depois, discursou em Watts, apelando os seus irmãos

questão de base é que o movimento dos direitos cívicos só estava a pôr, com meios legais, problemas legais. É lógico apelar legalmente para a lei. O que é irracional é pedinchar legalmente perante uma ilegalidade óbvia, como se esta fosse uma coisa sem sentido que se dissolveria ao ser apontada a dedo. É evidente que a ilegalidade de superfície, afrontosamente visível, ainda aplicada aos negros em muitos estados norte-americanos, tem as suas raízes numa contradição económico-social que está fora da alçada das leis existentes e que nenhuma futura lei *jurídica* pode desfazer, contra as leis mais fundamentais da sociedade onde os negros americanos ousam por fim pedir para viver. O que acontece é que estes aspiram à subversão total desta sociedade; a isso ou a nada. E o problema da subversão necessária põe-se por si mesmo mal os negros deitam mão aos meios subversivos; ora a passagem a estes meios surge na sua vida quotidiana como a coisa simultaneamente mais accidental e mais objectivamente justificada. Já não se trata da crise do estatuto dos negros nos Estados Unidos; trata-se da crise do estatuto dos Estados Unidos, crise esta que começou por irromper entre a população negra. Em Los Angeles não ocorreu nenhum conflito *racial*; os negros não atacaram os brancos que lhes apareciam à frente, atacavam apenas os polícias brancos; da mesma maneira, a comunidade negra em luta não incluiu os proprietários negros de armazéns, nem sequer os automobilistas negros. O próprio Luther King teve de admitir que os limites da sua especialidade haviam sido ultrapassados, ao declarar em Paris, em Outubro [de 1965], que aqueles «não eram motins de raça, mas de classe».

A revolta de Los Angeles é uma revolta contra a mercadoria, contra o mundo da mercadoria e do trabalhador-consumidor *hierarquicamente* submetido às medidas impostas pela mercadoria. Os negros de Los Angeles, tal como os bandos de jovens delinquentes de todos os

negros a "darem-se as mãos", alguém na multidão gritou: "Para arder!" A certa distância de Watts, é reconfortante ver, em bairros ditos de "classe média", negros da nova burguesia aparando a relva, em redor de residências de grande conforto.» — Michel Tatu, *Le Monde*, 3-11-65

Países avançados, mas mais radicalmente por se tratar duma classe globalmente sem futuro, duma parte do proletariado que não pode acreditar em grandes oportunidades de promoção e integração, tomam à letra a propaganda do capitalismo moderno, a sua publicidade da abundância. Querem já todos os objectos mostrados e abstractamente disponíveis, porque querem utilizá-los. Recusam assim o valor de troca, a realidade mercantil que constitui o seu molde, a sua motivação e o seu fim principal, e que tudo seleccionou previamente. Graças ao roubo e ao facto de poderem oferecer presentes, voltam a deferrar com uma utilização que de imediato desmente a racionalidade opressora da mercadoria, evidenciando o carácter arbitrário, não necessário, das relações que esta instaura e do seu próprio fabrico. A Pilhagem do bairro de Watts tornou manifesta a mais sumária realização do princípio bastardo que diz «A cada qual segundo as suas falsas necessidades», ou seja, segundo as necessidades determinadas e produzidas pelo sistema económico que a pilhagem precisamente rejeita. Mas porque esta abundância é levada à letra, encontrada de imediato, e já não indefinidamente procurada na corrida do trabalho alienado e do aumento das necessidades sociais diferidas, os verdadeiros desejos exprimem-se logo na festa, na afirmação lúdica, no *potlatch* da destruição. O homem que destrói as mercadorias demonstra a sua superioridade humana sobre as mercadorias. Não fica prisioneiro das formas arbitrárias revestidas pela imagem da sua necessidade. A passagem do consumo à *consumação* concretizou-se nas chamadas de Watts. Os grandes frigoríficos roubados por pessoas que não tinham electricidade em casa ou estavam com ela cortada é a melhor imagem da mentira da abundância, feita verdade *em jogo*. A produção mercantil, mal deixa de ser comprada, torna-se criticável e modificável em todas as suas formas particulares. Só quando é paga pelo dinheiro, como signo de um grau hierárquico na sobrevivência, se vê respeitada como um feitiço admirável.

A sociedade da abundância tem na pilhagem uma resposta *natural*; mas a sua abundância não é natural nem humana, é uma abundância de mercadorias. E a pilhagem, ao fazer instantaneamente desabar a

mercadoria enquanto tal, mostra também a *ultima ratio* da mercadoria: a força, a polícia e os demais destacamentos especializados que têm no Estado o monopólio da violência armada. O que é um polícia? É o servidor activo da mercadoria, é o homem totalmente submetido à mercadoria, graças à acção do qual um certo produto do trabalho humano permanece uma mercadoria cuja vontade mágica consiste em ser paga, e não simples frigoríficos ou espingardas, coisas cegas, passivas, insensíveis, entregues ao primeiro que as queira utilizar. Por detrás da indignidade visível no facto de dependerem da polícia, os negros rejeitam a indignidade visível no facto de dependerem das mercadorias. A juventude sem futuro mercantil de Watts optou por uma outra *qualidade* do presente, e a verdade deste presente mostrou-se irrefutável, ao ponto de arrastar toda a população, as mulheres, as crianças e até os sociólogos ali presentes. Uma jovem socióloga negra deste bairro, Bobbi Hollon, declarava em Outubro [de 1965] ao *Herald Tribune*: «As pessoas, antes disto, tinham vergonha de dizer que vinham de Watts. Diziam-no entre dentes. Agora declaram-no com orgulho. Rapazes que andavam sempre de camisa aberta até à cintura e que teriam dado cabo duma pessoa num abrir e fechar de olhos, estavam aqui mobilizados, todos os dias, a partir das sete da manhã. Organizavam a distribuição da comida. É evidente que a tinham pilhado [...] Já cheira mal toda essa conversa fiada cristã utilizada contra os negros. Mesmo que estas pessoas pilhassem os armazéns durante dez anos, não conseguiriam reaver nem metade do dinheiro que esses armazéns lhes roubaram nas compras [...] Eu cá não passo duma miúda negra.» Bobbi Hollon, depois de decidir nunca mais lavar o sangue que durante os motins lhe sujou as sapatilhas, diz que «agora o mundo inteiro tem os olhos postos no bairro de Watts».

Como fazem os homens a História, a partir das condições preestabelecidas para disso os dissuadirem? Os negros de Los Angeles auferem melhores salários que no resto dos Estados Unidos, mas estão ainda mais *separados* que nos outros lugares da riqueza máxima precisamente alardeada na Califórnia. Hollywood, o pólo do

espectáculo mundial, situa-se na sua vizinhança imediata. Prometem-lhes que não-de aceder, com paciência, à prosperidade americana, mas eles bem vêem que esta prosperidade não é uma esfera estável, é uma escada sem fim. Quanto mais sobem, mais se afastam do cimo, por partirem com desvantagem e se verem com inferiores qualificações, sendo por isso mais numerosos entre os desempregados; e, em suma, pelo facto de a hierarquia que os esmaga não ser apenas a do poder de compra enquanto pura matéria económica: trata-se duma inferioridade essencial que lhes é imposta na vida quotidiana pelos costumes e os preconceitos duma sociedade onde todo o poder humano está alinhado pelo poder de compra. Da mesma maneira que a riqueza humana dos negros americanos é odiável e considerada criminosa, a riqueza em dinheiro não os pode tornar inteiramente aceitáveis na alienação norte-americana; dum negro, a riqueza individual fará apenas um negro rico, porque os negros no seu conjunto devem *representar a pobreza* duma sociedade de riqueza hierarquizada. Todos os observadores, em Watts, ouviram o grito apelando ao reconhecimento universal do sentido que o motim adquiriu: «Isto é a revolução dos negros e queremos que o mundo o saiba!» *FREEDOM NOW* é o santo e a senha de todas as revoluções da História; pela primeira vez, porém, não é a miséria que se trata de dominar segundo novas leis, é a abundância material. Dominar a abundância não consiste apenas, por conseguinte, em modificar a sua distribuição, mas em *redefinir todas as orientações*, tanto as superficiais como as profundas. É o primeiro passo duma luta imensa, de um alcance infinito.

Os negros não estão isolados na sua luta porque *uma nova consciência proletária* (a consciência de em nada a pessoa dominar a sua actividade e a sua vida) começa a surgir nos Estados Unidos entre camadas sociais que recusam o capitalismo moderno e, por isso, se lhes assemelham. A primeira fase da luta dos negros foi justamente o sinal duma contestação que se alarga. Em Dezembro de 1964, os estudantes de Berkeley, reprimidos pela sua participação no movimento dos direitos cívicos, acabaram por entrar em greve, pondo em causa o funcionamento desta «multiversidade» da Califórnia e ao

mesmo tempo toda a organização da sociedade norte-americana, sintetizada no papel passivo que nela lhes está destinado. E logo são descobertas na juventude estudantil as orgias da bebida ou da droga e a dissolução da moral sexual que antes se denunciavam nos negros. Esta geração de estudantes inventou desde então uma primeira forma de luta contra o espectáculo dominante, o *teach in*, e esta forma foi retomada a 20 de Outubro [de 1965] na Grã-Bretanha, na universidade de Edimburgo, a propósito da crise da Rodésia¹. Esta forma, evidentemente primitiva e impura, é *o momento da discussão dos problemas* que recusa limitar-se no tempo (academicamente); que procura ir até ao fim, sendo este fim, naturalmente, a actividade prática. Em Outubro [de 1965], dezenas de milhares de manifestantes irrompem pelas ruas, em Nova Iorque e em Berkeley, contra a guerra do Vietname, associando-se aos protestos dos amotinados de Watts: «Saíam do nosso bairro e do Vietname!» Os brancos que se radicalizam passam para além da famosa fronteira da legalidade: são dadas «aulas» para aprender a cometer fraudes nos exames de apuramento militar (*Le Monde*, 19-10-65), incendiavam-se cadernetas militares perante as câmaras da televisão. Na sociedade da abundância exprime-se o nojo por esta abundância e *pelo preço que ela custa*. O espectáculo vê-se conspurcado pela actividade autónoma duma

¹ No contexto da descolonização em África, iniciada em finais dos anos 50, a Zâmbia e o Malauí, integrados, com a Rodésia, numa federação de colónias britânicas, opõem-se com êxito aos objectivos dos colonos brancos, que pretendiam perpetuar a sua dominação, e tornam-se independentes, ao mesmo tempo que o A.N.C. (Congresso Nacional Africano) intensifica na Rodésia a mesma luta. Mas o governo colonial de Ian Smith, em fins de Outubro de 1965, decreta o «estado de emergência», com vista a salvaguardar ali a supremacia branca, e após um referendo que é um mero plebiscito, proclama unilateralmente a independência, a 11 de Novembro, contra todas as advertências do governo trabalhista inglês, promotor duma transferência gradual do poder para a maioria negra. Contra o novo regime racista será oficialmente lançado um boicote pela O.N.U., que a África do Sul e Portugal não aceitam e a que as potências ocidentais, na prática, se furtam. Naquela altura havia na Rodésia 250 mil brancos e 4 milhões de negros; este país só em 1980 retomará o nome do antigo reino africano que existia muito antes de ali chegarem europeus: Zimbabué.

camada social avançada que nega os seus valores. O proletariado clássico, exactamente na medida em que pudera ser provisoriamente integrado no sistema capitalista, não integrara os negros (vários sindicatos de Los Angeles não admitiram os negros até 1959); mas agora os negros são o pólo de unificação para todos os que rejeitam a lógica desta integração no capitalismo, são o *nec plus ultra* de qualquer integração prometida. E o conforto nunca será bastante confortável para satisfazer os que procuram aquilo que não se encontra no mercado, aquilo que o mercado precisamente elimina. O nível atingido pela tecnologia dos mais privilegiados torna-se uma ofensa, mais fácil de exprimir do que a ofensa essencial da reificação. A revolta de Los Angeles é a primeira da História a poder justificar-se acusando a falta de ar condicionado durante uma vaga de calor.

Os negros têm nos Estados Unidos o seu próprio espectáculo, a sua imprensa, as suas revistas e as suas vedetas, e assim o reconhecem e o vomitam como espectáculo falacioso, como expressão da sua indignidade, por o verem *minoritário*, simples apêndice dum espectáculo geral. Reconhecem que este espectáculo do seu consumo desejável é uma colónia do dos brancos, vendo mais depressa a mentira de todo o espectáculo económico-cultural. Querendo efectivamente e



A integração em quê?

desde já participar na abundância, que é o valor oficial de todo o americano, reclamam a *realização* igualitária do espectáculo da vida quotidiana na América, pedem que se ponham à prova os valores semicelestes-semiterrestres deste espectáculo. Está porém na essência do espectáculo não ser realizável de imediato nem igualitariamente, *mesmo entre os brancos* (os negros, justamente, exercem a perfeita função de caução espectacular desta desigualdade estimulante na corrida à abundância). Quando os negros exigem tomar à letra o espectáculo capitalista, estão já a rejeitar o próprio espectáculo. O espectáculo é uma droga para escravos. Não quer ser tomado à letra, quer ser seguido com um ínfimo grau de atraso (deixando de haver atraso, surge a mistificação). De facto, nos Estados Unidos, os brancos são hoje os escravos da mercadoria e os negros os seus negadores. Os negros querem *mais do que os brancos*: é este o nó górdio dum problema insolúvel, ou apenas solúvel com a dissolução desta sociedade branca. Por isso, e desde logo, os brancos que desejam sair da sua própria escravidão têm de se associar à revolta dos negros, não como afirmação de cor, obviamente, mas como recusa universal da mercadoria e, em suma, do Estado. A diferenciação económica e psicológica dos negros relativamente aos brancos permite-lhes ver o que é o consumidor branco, tornando-se o justo desprezo que sentem pelo branco um desprezo por todo o consumidor passivo. Os brancos que também rejeitam este papel só terão êxito unindo cada vez mais a sua luta à dos negros, descobrindo eles próprios estas lutas e apoiando até ao fim as suas razões coerentes. Se a sua confluência se separasse perante a radicalização da luta, desenvolver-se-ia um nacionalismo negro, condenando cada uma das partes ao afrontamento segundo os mais velhos modelos da sociedade dominante. Uma série de extermínios recíprocos é o outro termo da presente alternativa, quando a resignação não puder durar mais tempo.

Os tentames dum nacionalismo negro, separatista ou pró-africano, são sonhos que não podem dar resposta à opressão real. Os negros norte-americanos não têm pátria. Estão nos Estados Unidos *em casa*

e alienados, como os outros americanos, com a diferença de terem consciência dessa alienação. Não constituem o sector atrasado da sociedade estadunidense, são, pelo contrário, o seu sector mais avançado. São o negativo em acção, «o lado perigoso que produz o movimento propulsor da História ao constituir a luta» (*Miséria da Filosofia*). Não há para isso África que valha.

Os negros norte-americanos são produto da indústria moderna, tal como a electrónica, a publicidade e o ciclôtrão. Têm as condições respectivas. São os homens que o paraíso espectacular simultaneamente deve integrar e expulsar, de modo que a seu propósito se evidencia por completo o antagonismo entre o espectáculo e a actividade dos homens. O espectáculo é *universal* como a mercadoria. Mas estando o mundo da mercadoria alicerçado numa oposição de classes, a própria mercadoria é hierárquica. A obrigação que a mercadoria tem (e por isso o espectáculo que *informa* o mundo da mercadoria) de ser ao mesmo tempo universal e hierárquica, resulta numa hierarquização universal. Entretanto, pelo facto de esta hierarquização ter de manter-se *inconfessada*, ela traduz-se em valorizações hierárquicas inconfessáveis, porque *irracionais*, no mundo da *racionalização desprovida de razão*. É esta hierarquização que cria *racismos* por todo o lado: a Inglaterra trabalhista acaba por restringir a imigração das pessoas «de cor», os países industrialmente avançados da Europa voltam a ser racistas importando da zona mediterrânica o seu subproletariado ou explorando cá dentro os seus colonizados. Quanto à Rússia, continua anti-semita porque nunca deixou de ser uma sociedade hierárquica, onde o trabalho tem de ser vendido como mercadoria. Com a mercadoria, a hierarquia recompõe-se sempre, adquirindo novas formas e ampliando-se, quer seja entre o dirigente do movimento operário e os trabalhadores ou entre os possuidores de dois modelos de automóvel artificialmente distintos. É a tara original da racionalidade mercantil, a doença da razão burguesa, doença hereditária na burocracia. Mas o revoltante absurdo de certas hierarquias, e o facto de toda a força do mundo da mercadoria saltar cega e automaticamente em sua

defesa, leva-nos a ver, logo que começa a prática negativa, o carácter absurdo de toda a hierarquia.

O mundo racional produzido pela Revolução Industrial libertou racionalmente os indivíduos dos seus limites locais e nacionais, ligando-os mundialmente; mas o seu contra-senso reside em separá-los de novo, segundo uma lógica invisível que se exprime em ideias dementes, em valorizações absurdas. A estranheza cerca por todo o lado o homem que se tornou estranho ao seu mundo. O bárbaro já não se encontra nos confins da Terra, está aqui, feito *bárbaro* precisamente por causa da sua participação forçada no mesmo consumo hierarquizado. O humanismo que cobre tudo isto é o contrário do homem, a negação da sua actividade e do seu desejo; é o humanismo da mercadoria, a benevolência da mercadoria para com o homem que ela parasita. Para quem reduz os homens a objectos, os objectos parecem ter todas as qualidades humanas, transformando-se as manifestações humanas reais em inconsciência. «Começaram a comportar-se como um bando de macacos num jardim zoológico», pôde assim declarar William Parker, chefe do humanismo em Los Angeles.

Quando o «estado de insurreição» foi proclamado pelas autoridades da Califórnia, as companhias de seguros lembraram que não cobrem tais riscos; ou seja, os riscos que ultrapassem este sistema da sobrevivência. Os negros norte-americanos não estão, como um todo, ameaçados na sua sobrevivência — pelo menos se ficarem quietos — e o capitalismo tornou-se suficientemente concentrado e imbricado na organização estatal para poder, como pode, distribuir «ajudas» aos mais pobres. Mas pelo simples facto de estarem *atrás* na melhoria da sobrevivência socialmente organizada, os negros põem o problema da vida, e é a vida aquilo que eles reivindicam. Os negros não têm nada para segurar que lhes pertença; têm é de destruir todas as formas de segurança e de seguros privados até hoje conhecidas. Eles surgem, com efeito, tal como são: inimigos irreconciliáveis, não da grande maioria dos americanos, mas do modo de vida alienado de toda a sociedade moderna — o país industrialmente mais avançado apenas

nos mostra o caminho que por todo o lado há-de ser seguido, caso o sistema não seja derrubado.

Alguns dos extremistas do nacionalismo negro, para demonstrar que não podem aceitar menos do que um Estado separado, adiantaram o argumento segundo o qual a sociedade norte-americana, mesmo se um dia lhes reconhecer toda a igualdade cívica e económica, nunca poderá, no plano individual, chegar a admitir o casamento inter-racial. *Impõe-se, por isso mesmo, que seja esta sociedade americana a desaparecer*, nos Estados Unidos e no mundo inteiro. O fim de todo o preconceito racial, tal como o fim de tantos outros preconceitos ligados às inibições em matéria de liberdade sexual, estará evidentemente para além do próprio «casamento», para além da *família burguesa*, muito abalada entre os negros americanos, que tanto reina na Rússia como nos Estados Unidos enquanto modelo de relação hierárquica e de estabilidade dum *poder herdado* (dinheiro ou posição sócio-estatal). Diz-se correntemente, desde há tempos, desta juventude norte-americana que após trinta anos de silêncio irrompe como força de contestação, que ela encontrou a sua guerra de Espanha na revolta dos negros. É preciso que desta vez os seus «batalhões Lincoln» compreendam todo o sentido da luta em que se empenham e a apoiem completamente no que ela tem de universal. Os «excessos» de Los Angeles não são nenhum erro político dos negros, exactamente como a resistência armada do POUM em Barcelona, em Maio de 1937, não foi nenhuma traição à guerra antifranquista. Uma revolta contra o espectáculo situa-se no plano da *totalidade* — mesmo que eclodisse apenas no distrito de Watts — porque é o protesto do homem contra uma existência desumana; porque é encetada no plano do *único indivíduo real* e porque a comunidade, de que o indivíduo revoltado se encontra separado, é a *verídica natureza social* do homem, a natureza humana: a superação positiva do espectáculo.

[GUY DEBORD]

Brochura em inglês, editada em Nova Iorque, sem nome de autor, em Dezembro de 1965. Texto publicado depois na *I. S.* n.º 10, Março de 1966, não assinado.

As lutas de classes na Argélia

Poder-se-ia pensar que o novo regime argelino estabeleceu como sua única tarefa confirmar a análise sumária que a I.S. dele fez, logo a seguir ao seu *putsch* inaugural, na *Mensagem aos Revolucionários* que então publicámos em Argel.¹ Todo o conteúdo do boumedienismo consiste em liquidar a autogestão, sendo esta a sua actividade real; a qual começa logo quando o Estado, graças ao aparato da força militar que constituía a sua única cristalização, concluída com Ben Bella e o seu único organismo sólido, *proclama a sua independência* ante a sociedade argelina.

Os outros projectos do Estado, a reorganização tecnocrática da economia, a extensão social e jurídica da base do seu poder, ultrapassam as capacidades da classe dirigente actual nas condições reais do país. A multidão dos indecisos, que não tinham sido inimigos de Ben Bella mas acabaram por ser todos quantos ele decepcionou, ou seja, os que ficaram na expectativa para avaliar o novo regime a partir dos seus actos, podem ver que finalmente este regime nada realiza excepto o acto com que constitui a ditadura autónoma do Estado, que é ao mesmo tempo a sua declaração de guerra à autogestão. Até mesmo acusações exactas a Ben Bella, ou abatê-lo *publicamente*, são coisas que parecem estar acima das suas forças. A única coisa que resta do «socialismo» professado na Argélia é justamente este núcleo do *socialismo invertido*, este produto da reacção geral ocorrida no próprio movimento operário que a derrota da Revolução Russa legou como modelo positivo ao resto do mundo, incluindo a Argélia de Ben Bella: *a contraverdade policial do poder*. Deste modo, o inimigo político não é condenado devido às suas posições reais, mas com base no contrário do que ele foi; ou então dissolvem-no de súbito num silêncio organizado, a partir do qual nunca existiu, nem para o tribunal nem para o historiador. É por isso que Boumedienne, desde sem-

¹ Em Julho de 1965, em árabe e francês.

pre um dos principais responsáveis pelo facto de a autogestão argelina não passar dum caricatura do que deveria ser, lhe chama oficialmente «caricatura» com vista a reorganizá-la autoritariamente. Em nome dum essência da autogestão ideologicamente garantida pelo Estado, Boumedienne rejeita as esboçadas manifestações reais de autogestão.

A mesma inversão da realidade determina a crítica boumedienista do passado. Aquilo que se condena em Ben Bella, ou seja, o que este fez e levou ao extremo, é precisamente o que ele não fez, o que mal fingira querer empreender: a libertação das mulheres ou o apoio efectivo às lutas de emancipação em África, por exemplo. A base das mentiras do regime actual a respeito do passado constitui a sua unidade profunda com o passado. Na Argélia, a classe dominante não mudou, reforça-se. Censura Ben Bella por ter feito mal aquilo que apenas *simulou*, um revolucionarismo que ela agora quer deixar de simular. A classe dominante argelina, antes e depois do 19 de Junho¹, é uma burocracia em formação. Prossegue a sua constituição mudando parcialmente o modo de repartição política do poder. Certas camadas desta burocracia (militar e tecnocrática) ganham ascendente sobre outras (política e sindical). As condições fundamentais continuam a ser, por um lado, a fraqueza da burguesia nacional, por outro a pressão de massas camponesas e operárias na miséria, dentre as quais uma parte, quando da fuga da antiga classe dominante (europeia), conquistou o sector autogerido. A fusão da burguesia argelina e da burocracia na posse do Estado é mais fácil com as novas camadas

¹ Em 19 de Junho de 1965, um golpe de Estado do «Conselho Revolucionário», dirigido pelo coronel Huari Boumedienne, depõe Ahmed Ben Bella, um dos chefes históricos do movimento independentista argelino, eleito Presidente da República no processo subsequente à proclamação da independência da Argélia em Julho de 1962. Mostra eloquente das intestinas rivalidades que se instalam desde o início no regime, Boumedienne era o «delfim» de Ben Bella, tendo-o este nomeado vice-presidente do Conselho. Preso em lugar secreto, Ben Bella nunca será julgado, e só acabou por ser libertado em Outubro de 1980, após múltiplas diligências feitas por apoiantes seus junto da O.N.U.

dominantes que Boumedienne exprime, e além disso esta evolução adapta-se melhor à região do mercado mundial capitalista a que a Argélia se encontra ligada. Ademais, as camadas burocráticas dominantes com Ben Bella eram menos capazes dum luta aberta contra as exigências das massas. Ben Bella e o *equilíbrio* social instável, resultado provisório da luta contra a França e os colonos, somem-se ambos. No momento em que se viram suplantadas, as camadas burocráticas antes predominantes (dirigentes da Federação da F.L.N. da Grande Argel, União Geral dos Trabalhadores Argelinos) hesitaram, mas logo depois juntaram-se, porque a sua solidariedade com o conjunto da burocracia estatal prevalecia, como é óbvio, relativamente aos elos que tinham com a massa dos trabalhadores. O sindicato dos trabalhadores da terra, cujo congresso, seis meses antes, adoptara as teses mais radicais sobre a autogestão, foi o primeiro a juntar-se-lhes.

Entre as forças burocráticas coladas ao poder com Ben Bella, duas camadas, simultaneamente inimigas e aparentadas, tinham um estatuto particular: o Partido Comunista Argelino e os esquerdistas estrangeiros que se tinham posto ao serviço do Estado argelino, os chamados «pés vermelhos». Eram mais aspirantes ao poder que outra coisa. Parente pobre do poder mas de olho na herança, a extrema-esquerda da burocracia tinha *junto de Ben Bella* um título de representação das massas; o seu mandato não provinha das massas, mas sim de Ben Bella. Sonhava substituir um dia, em regime de monopólio, e também contra as massas, este poder que Ben Bella partilhava ainda com todas as fracções. Como a pessoa de Ben Bella era o seu único acesso ao poder actual e a sua principal promessa de futuro, bem como a sua única garantia de tolerância (o seu Soekarno)¹, a extrema-esquerda burocrática manifestou-se em sua defesa, mas de modo vago. Da mesma maneira que ela assediava respeitosamente o Estado, colocou-se no terreno do Estado para se opor à modificação desfavorável da relação de forças no aparelho de Estado. Ainda aqui,

¹ Alusão a Akmed J Sukarno (1901-1970), fundador do moderno Estado indonésio, e à sua acção política ambivalente.

a crítica boumedienista destes elementos, globalmente qualificados como estrangeiros, em nome duma especificidade argelina do socialismo, é inteiramente falsa. Longe de «fazerem teoria pela teoria» (*El Moudjahid* de 22-9-65), os pés vermelhos representavam uma mistura gasta de completa nulidade teórica e de tendências contra-revolucionárias inconscientes ou cientemente dissimuladas. Longe de pretenderem «experimentar» aventurosamente na Argélia utopias extraordinárias, tudo quanto possuíam de seu eram erros ou imposturas que já tinham mil vezes *dado provas como tais*. As melhores ideias revolucionárias dos pés vermelhos não eram inadaptações por virem de *muito longe*, eram-no por serem repetidas *tarde demais*. Não é uma questão de geografia, é uma questão de História.

Ainda mais à parte, e mais radical, na extrema-esquerda do poder benbelista, Mohamed Harbi era o pensador da autogestão, mas só o era graças ao Príncipe, nas secretarias do poder. Harbi atingira o



«Irmãos, 63 comités de gestão incubiram-me de dizer apenas isto:
1.º — 63 quintas não recebem pagamentos desde há dois meses. Há operários que dormem ao relento. Há quadros que possuem dez casas.
2.º — 63 comités de gestão incubiram-me de dizer que ainda somos colonizados pelos burgueses.» — Intervenção de Ben Dahud Mohamed, delegado de Sahída, no Congresso dos Trabalhadores da Terra. (Ben Aknum, Dezembro de 1964.)

ponto mais alto do pensamento revolucionário argelino, a *ideia* da autogestão, mas de maneira nenhuma a sua prática consequente. Compreendeu bem a noção, mas não chegou a entender o ser. Paradoxalmente, Harbi era o teórico *governamental* da autogestão, ou antes, o seu poeta da corte; superior à prática, mais do que pensar a autogestão, cantava-a. *O Estado da autogestão*, um monstro lógico, tinha assim em Harbi a sua má consciência e o seu luxo. Os tanques de Boumedienne nas ruas significaram uma racionalização do Estado, que doravante quer livrar-se dos irrisórios paradoxos do equilíbrio benbelista e de qualquer má consciência, para pura e simplesmente *ser um Estado*. Foi então que se viu que Harbi, desarmado profeta da autogestão, não encarara *a defesa da autogestão por si mesma*, no seu próprio terreno, mas apenas pela *mediação* de Ben Bella. Mas se Harbi só contava com Ben Bella para defender a autogestão, com quem contaria ele para defender Ben Bella? O pensador da autogestão era protegido por Ben Bella, mas quem protegeria o seu protector? Imaginava que Ben Bella, encarnação do Estado, seria universalmente aceite na Argélia, quando ele próprio, Harbi, só aceitava o seu «lado positivo» (o reconhecimento formal da autogestão). O processo real evoluiu portanto pelo lado ruim; porque as forças que sustentavam o raciocínio inverso acerca de Ben Bella tinham maior capacidade de intervenção. Ben Bella não constituía a resolução das contradições argelinas, era a sua cobertura provisória. A História mostrou o equívoco de Harbi e de todos os que pensavam como ele. Precisam agora de radicalizar as suas concepções, caso queiram combater eficazmente a ditadura boumedienista, *realizando* a autogestão.

A queda de Ben Bella é uma data na derrocada das ilusões mundiais acerca da versão «subdesenvolvida» do pseudosocialismo. Fidel Castro é a sua última vedeta, mas também ele, que legitimamente fundamentava a inutilidade das eleições no facto de o povo estar armado, exige que todas as armas sejam entregues, recuperando-as a sua polícia (Agência Reuter, 14-8-65). E já se vai embora o seu lugar-tenente¹, sem

¹ Alusão à saída de Cuba de Ernesto Che Guevara.

que se dê uma única explicação às massas a quem estes homens tinham pedido uma cega confiança pessoal. Ao mesmo tempo, os argelinos que na sua terra fazem a experiência da fragilidade do socialismo benbelista, descobrem, ao mesmo tempo, o que valia a solicitude pela sua causa do pretensu «campo socialista»: os *Estados* chinês, russo, cubano, e Nasser como brinde, cumulam naturalmente com amabilidades o regime de Boumedienne. As revoluções nios países subdesenvolvidos não-de sempre abortar lastimosamente enquanto admitirem, exaltando-o em prol de si mesmas, um modelo existente de poder socialista, visto estes modelos existentes serem *todos* manifestas imposturas. A fragmentada versão oficial russo-chinesa e a versão «subdesenvolvida» deste socialismo admiram-se reciprocamente, atribuindo umas às outras certificados de garantia, umas às outras garantindo o mesmo fim. *O subdesenvolvimento da teoria revolucionária*, no mundo inteiro, é o primeiro subdesenvolvimento de que agora se impõe sair.

As lutas internas da burocracia argelina, durante a guerra e no período de 1962-1965, tornaram-se lutas de clãs, rivalidades pessoais, inexplicáveis divergências entre líderes, obscuras alterações de alianças. Ora isto era a filiação directa das condições que reinavam, antes ainda da insurreição, em torno de Messali Hadj.¹ Não só toda e qualquer teoria primava pela ausência como até a ideologia era sumária

¹ Messali Hadj (1898-1974), operário e estudante na Sorbonne, foi um dos primeiros e mais célebres combatentes pela causa da independência da Argélia, desde 1925, data em que criou, em Paris, uma organização proletária, a E.N.A. (Estrela Norte-Africana), de inspiração comunista. Muitas vezes preso, na Argélia e em França (chegou a ser condenado, pelo regime de Vichy, a 16 anos de trabalhos forçados), editará jornais por vezes de grande tiragem, organizando sucessivos partidos políticos. Quando da criação da F.L.N., em Novembro de 1954, cujos membros, em sua maioria, haviam adquirido experiência política com ele, a sua influência começa a baixar, em parte devido ao autoritarismo de que este precursor dava provas (os seus seguidores chamavam-lhe «El Zaïm», o Único) e que o levava a tentar infiltrar as outras organizações, criando um clima de desconfiança e de sanguinárias rivalidades (caso das atrocidades entre o F.L.N. e o M.N.A., Movimento Nacional Argelino, o último partido que Messali criou, em finais de 1954, publicando um órgão clandestino, *A Voz do Povo*, que se manteve até 1962). A partir desta data, Hadj retirou-se na região parisiense, onde faleceu.

e confusa, mantendo-se tudo à superfície da vida política do país, nas nuvens em que se move o Estado. A partir do 19 de Junho [de 1965] começa um outro período, o do confronto entre a classe dominante e os trabalhadores, sendo isto o movimento real que suscita as condições e a necessidade duma teoria. Depois de 9 de Julho, uma reunião de delegados de 2500 empresas autogeridas, realizada em Argel sob a presidência do ministro da Indústria, Bumaza, expunha claramente a este ministro que a autogestão é um princípio intocável, articulando um conjunto de críticas todas elas respeitantes ao papel do Estado como limitador do princípio autogestionário. Os delegados «puseram em causa a multiplicidade das tutelas (governos civis, ministérios, partido) e denunciaram o não pagamento das dívidas do Estado e o peso da fiscalidade; alguns delegados evocaram também o problema dos despedimentos, as exigências “draconianas” dos fornecedores estrangeiros e também o papel paralisador da alfândega.» (*Le Monde*, 10-7-65).

Estes delegados sabiam do que falavam. Com efeito, na declaração inaugural de 19 de Junho, onde a palavra «autogestão» não figurava, o poder preparava já o «saneamento» da situação económica através do reforço do controle estatal e da formação acelerada dos «quadros». Para isso tomara várias medidas: obrigar ao rápido pagamento, em regime de venda a prestações, de todos os alojamentos indevidamente ocupados (mais de cem mil), recuperar o dinheiro «roubado ao Estado» nas empresas autogeridas, opor-se ao desgaste do material mal conservado, regularizar todos os sequestros de bens ilegais feitos pelas massas após a saída dos franceses. E desde então, apesar de a autogestão ser justamente a melhor forma de ultrapassar o paralisador respeito pela propriedade (pessoal ou estatal) que tanto prejudicou o movimento operário, os trabalhadores do sector autogerido (que aguardam há meses os seus salários em atraso) são constantemente censurados por roubarem uma grande parte da sua própria produção. O objectivo mais urgente do Estado argelino, que já tem um número suficiente de soldados e polícias, consiste agora em formar 20 mil contabilistas por ano.

A luta central, surda e aberta, desencadeou-se de imediato entre os representantes da classe dominante e os trabalhadores a respeito, precisamente, do problema da autogestão. As declarações «tranquilizadoras» de Bumaza ou de Boumedienne não enganavam ninguém. O «mal-estar sindical», que o jornal *Le Monde* evocava a 3 de Outubro, é um eufemismo que designa a resistência do único bastião da revolução socialista na Argélia — o sector autogerido — contra as últimas operações da hegemonia burocrático-burguesa. Os próprios dirigentes sindicais não podiam manter o silêncio; estavam em causa o seu estatuto oficial, como representantes dos trabalhadores junto do Estado, e o seu estatuto social, como esquerda da classe dirigente. Os artigos de *Révolution et Travail* do mês de Setembro, onde se misturavam as reivindicações reais dos trabalhadores («Através da nossa miséria é a autogestão que vemos humilhada») e a crescente inquietação dos dirigentes sindicais («acordo quanto às análises feitas na declaração do 19 de Junho», mas denúncia dos tecnocratas e economistas), reflectem exactamente esta situação em que uma série de lutas, verticais ou horizontais, se sobrepõem. A cada vez mais pesada insistência sobre «a anarquia económica», que deverá sempre traduzir-se por autogestão, as medidas jurídicas, de que os jornais falam menos, contra o sector autogerido (obrigar as empresas autogeridas a pagar o imposto em atraso) e a restituição da fábrica Norcolor ao seu antigo proprietário, mostram a estes dirigentes «trabalhistas» que em breve já não terão lugar no aparelho dominante. Os novos pretendentes estão à porta: a «corrida dos elementos duvidosos para o poder», com que *Révolution et Travail* se indigna, traduz um resvalar para a direita. Os tecnoburocratas e os militares não podem ter apenas como aliados os representantes da velha burguesia tradicional. No momento em que os oficiais, à maneira dos exércitos sul-americanos, acedem ao estatuto burguês (toda a gente sabe dos seus BMW comprados e desalfandegados com 30% de desconto), uma multidão de burgueses argelinos, seguindo a pista do patrão da Norcolor, voltam para casa aguardando que lhes sejam entregues as propriedades de que se apoderaram, «em condições perfeitamente ilegais, pessoas pouco escri-

pulosas» (Bumaza). O rápido aumento dos preços dos produtos alimentares vem juntar-se a todas estas provocações. Os trabalhadores, conscientes deste processo, resistem *onde quer que se encontrem*: as repetidas greves nas fábricas Renault, as greves das Messageries¹, dos telefones, dos empregados de seguros ou as manifestações dos operários com salários em atraso das distantes campinas de Mitidja, constituem, no seu conjunto, o esboço dum movimento de protesto que, caso venha a mostrar-se decidido, poderá varrer o regime actual.

Incapazes de dominar um só dos seus problemas, os dirigentes reagem com permanentes colóquios motivados pelo temor, com a tortura todos os dias praticada nas suas prisões, com denúncias do «abandalhamento dos costumes». *El Moudjahid* (7-12-65) ataca «o sentimentalismo erótico duma jovem geração sem empenho político» e o justo ponto de vista de todos quantos «tentam rejeitar uma religião vista como freio ao prazer e uma emancipação encarada unicamente como gozo, considerando o contributo da civilização árabe como um retrocesso». É o mesmo tom que o poder emprega, em Washington e em Moscovo, para lamentar que deixou de ter confiança na juventude. Meses depois, o novo regime rivaliza com Ben Bella na mais ridícula manifestação do seu islamismo: a proibição do álcool.

A presente oposição à ditadura boumediénista é dupla: por um lado, os trabalhadores defendem-se nas empresas (autogeridas ou não), sendo eles a contestação real implicada nos factos. Por outro lado, os esquerdistas das instâncias directivas da F.L.N. tentam reformar um aparelho político revolucionário. A primeira tentativa da Organização de Resistência Popular, dirigida por Zahuane e apoiada pelos stalinistas franceses, só se manifestou, passadas seis semanas, com uma declaração oca que não analisava o poder actual nem os meios de se lhe opor. O seu segundo apelo foi dirigido à polícia argelina, com cujo apoio revolucionário contava. Mas o cálculo saiu

¹ Empresas de transportes de produtos e pessoas, bem como de distribuição de publicações.

furado, porque antes de finais de Setembro esta polícia já tinha prendido Zahuane e desmantelado a sua primeira rede clandestina (o próprio Harbi fora detido logo em Agosto). A O.R.P. prossegue a sua actividade, começando a obter quotas dos operários argelinos em França, «a favor de Ben Bela», e congregando a maioria dos dirigentes estudantis. O objectivo deste aparelho político reside na ulterior ligação do aparelho clandestino ou emigrado com a luta dos trabalhadores argelinos, contando com uma próxima crise económico-política na Argélia. Nesta perspectiva leninista, irá apresentar-se, com ou sem a bandeira de Ben Bella, como solução para substituir o poder boumedienista.

Que coisa irá, todavia, impedir a constituição dum aparelho de tipo bolchevique por que anseiam tantos militantes? O tempo passado desde Lênin — o falhanço de Lênin —, a contínua e visível degradação do leninismo, que se traduz, de imediato, no facto de estes esquerdistas se misturarem e se oporem em cambiantes de toda a espécie: kruchtchevo-brejnevistas, pró-chineses, subglottistas, stalinistas puros e semipuros, todos os matizes trotskistas, etc. Todos evitarão — e serão forçados a evitar — responder sem rodeios sobre o problema essencial da natureza do «socialismo» (ou seja, do poder de classe) na Rússia e na China, e por consequência também na Argélia. Aquilo que constitui a sua principal fraqueza durante a luta pelo poder é também a principal garantia do papel contra-revolucionário que não-de exercer no caso de chegarem ao poder. Estes esquerdistas apresentam-se como a sequência da personalizada confusão política do período anterior, mas a verdade é que a efectiva luta de classes na Argélia já encerrou esse período. As dúvidas que tinham a respeito de Ben Bella estavam enredadas nas dúvidas que tinham a respeito do mundo (e do socialismo), e mantêm-se depois de Ben Bella. Não dizem tudo o que sabem, e não sabem tudo o que dizem. A sua base social e a sua perspectiva social reside no sector burocrático desfavorecido pela mudança de prato do poder, que quer reapoderar-se do lugar que tinha. Vendo que já não podem esperar controlar o poder, viram-se para o povo, para controlar a oposição

que este manifesta. Burocratas nostálgicos ou burocratas em pleno sonho, pretendem opor «o povo» a Boumedienne, quando Boumedienne já mostrou às massas a oposição real que existe entre o burocrata de Estado e o trabalhador. Mas a pior miséria do seu bolchevismo reside numa clamorosa diferença: o partido bolchevique não sabia que poder burocrático ia instituir, ao passo que eles já puderam ver, no mundo e no seu próprio país, o poder burocrático por cuja restauração, mais ou menos aperfeiçoada, agora se batem. As massas, se tiverem a palavra, não hão-de optar por esta burocracia corrigida, cujos aspectos essenciais já tiveram oportunidade de verificar. Os intelectuais argelinos que não aderem ao poder podem ainda optar pela participação neste aparelho ou pela descoberta duma ligação directa com o movimento autónomo das massas. Mas todo o peso da pequena-burguesia argelina (comerciantes, pequenos funcionários, etc.) preferirá lançar-se em socorro da nova burocracia tecnocrático-militar do que a favor dos esquerdistas burocráticos.

A única via do socialismo, na Argélia e em toda a parte, passa por «um pacto ofensivo e defensivo com a verdade», segundo as palavras dum intelectual húngaro em 1956. A *Mensagem* da I.S. foi entendida na Argélia onde quer que tenha sido lida. Porque onde existam condições práticas revolucionárias nenhuma teoria é muito difícil. Observava uma testemunha da Comuna de Paris, Villiers de l'Isle-Adam: «Pela primeira vez, ouvimos os operários permutar as suas apreciações sobre problemas que até então só os filósofos tinham abordado.» A realização da filosofia, a crítica e a livre reconstrução de todos os valores e comportamentos impostos pela vida social alienada, constituem precisamente o programa maximalista da *autogestão generalizada*. Em contrapartida, dizem-nos certos militantes esquerdistas do aparelho que estas teses são justas, mas que ainda não se pode dizer tudo às massas. Os que razoam com esta perspectiva nunca vêem chegar o tempo em que se pode «dizer tudo às massas», agindo, na realidade, para que ele nunca chegue. Impõe-se dizer às massas *o que elas fazem*. Os pensadores especializados da revolução são os especialistas da sua falsa consciência, os que depois se apercebem que

fizeram o contrário do que julgavam fazer. Este problema é aqui agravado pelas dificuldades próprias aos países subdesenvolvidos e pela fraqueza permanente da teoria no movimento argelino. Todavia, a camada propriamente burocrática é ínfima na oposição actual, embora constitua, pela sua própria existência como « direcção profissional », uma *forma* cujo peso se impõe, determinando o conteúdo. A alienação política está sempre associada ao Estado. A autogestão não tem nada a esperar dos *bolcheviques ressuscitados*.

A autogestão tem de ser simultaneamente o meio e o fim da luta actual. Ela não é apenas o que está em jogo na luta, é também a sua forma adequada. Ela própria é o seu instrumento. É para si mesma a matéria sobre a qual opera, é a sua própria pressuposição, tendo por isso de reconhecer totalmente a sua própria verdade. O poder de Estado formula o projecto, contraditório e ridículo, de « reorganizar a autogestão »; mas é a autogestão, pelo contrário, que tem de *organizar-se como poder* ou então desaparecer.

A autogestão é a tendência mais moderna e mais importante surgida na luta do movimento argelino, sendo também o que nele há de menos acanhadamente argelino. O seu sentido é universal. Ao contrário da *caricatura jugoslava* que Boumedienne quer pôr em prática, e que não passa dum instrumento semidescentralizado do controle estatal (« Precisamos de descentralizar », confessa literalmente Boumedienne no *Le Monde* de 10-11-65, « para melhor controlarmos as empresas autogeridas »), dum nível inferior da administração central, ao contrário do mutualismo proudhoniano de 1848 que tentava organizar-se à margem da propriedade privada, a autogestão real, revolucionária, só pode ser conquistada abolindo pelas armas os títulos de propriedade existentes. O seu revés em Turim, em 1920, foi o prelúdio à dominação armada exercida pelo fascismo. As bases duma produção autogerida na Argélia formaram-se espontaneamente, como na Espanha de 1936 ou como em Paris, em 1871, nas oficinas abandonadas pelos versalheses, de onde os proprietários foram obrigados a desaparecer na sequência da sua derrota política; essas bases formaram-se sempre nos *bens*

disponíveis, são as férias da propriedade e da opressão, o domingo da vida alienada.

Esta autogestão, pelo simples facto de existir, ameaça toda a organização hierárquica da sociedade. Deverá destruir todo o domínio exterior porque todas as forças exteriores de domínio nunca hão-de assinar a paz com ela enquanto realidade viva, mas na melhor das hipóteses com o seu nome, com o seu cadáver embalsamado. Onde houver autogestão não pode haver exército, nem polícia, nem Estado.

A autogestão generalizada, « alargada a toda a produção e a todos os aspectos da vida social », significa o fim do desemprego que atinge dois milhões de argelinos, mas significa também o fim da velha sociedade em todos os seus aspectos, a abolição de todas as suas escravidões espirituais e materiais, a abolição dos seus senhores e donos. A autogestão, no seu esboço actual, só pode ser controlada por cima porque aceita excluir, abaixo dela, as camadas maioritárias dos trabalhadores que nisso não participam, ou os sem trabalho; e porque tolera, nas suas próprias empresas, a formação de camadas dominantes de « directores » ou profissionais da gestão, oriundos da base ou destacados pelo poder estatal. Os directores são o vírus estatal no interior daquilo que tende a negar o Estado, são um compromisso; mas o tempo do compromisso já passou, tanto para o poder do Estado como para o poder real dos trabalhadores argelinos.

A autogestão radical, a única que pode durar e vencer, rejeita toda a hierarquia em si mesma e no exterior; rejeita igualmente, pela sua prática, *qualquer separação hierárquica das mulheres* (separação escravista declaradamente admitida pela teoria de Proudhon e pela realidade obsoleta da Argélia islâmica). Os comités de gestão, bem como todo e qualquer delegado das federações de empresas autogeridas, devem ser revogáveis a todo o momento pela base, incluindo esta base, como é óbvio, a totalidade dos trabalhadores, sem distinção entre permanentes e sazonais.

O único programa dos elementos socialistas argelinos consiste na defesa do sector autogerido, não só como ele é mas como deverá vir a ser. Esta defesa, por conseguinte, deverá opor ao saneamento

levado a cabo pelo poder um outro saneamento da autogestão: o exercido pela sua base, contra aquilo que a nega no interior. Só da autogestão mantida e radicalizada pode partir o assalto revolucionário ao regime existente. Ao avançar o programa da autogestão dos trabalhadores, ampliada quantitativa e qualitativamente, pede-se a todos os trabalhadores que assumam directamente a causa da autogestão como a sua própria causa. Ao exigirem não apenas a defesa mas a extensão da autogestão, a dissolução de qualquer actividade especializada que não decorra da autogestão, os revolucionários argelinos podem mostrar que esta defesa não é só da responsabilidade dos trabalhadores do sector *provisoriamente autogerido*, mas sim de todos os trabalhadores, enquanto único modo de libertação definitiva. Mostram assim que lutam por uma libertação geral e não pela sua própria dominação futura como especialistas da revolução; que a vitória do «seu partido» deverá igualmente ser o seu fim enquanto partido.

O primeiro passo a dar deverá incidir na ligação dos delegados da autogestão, entre eles e entre os comités de empresa que hão-de preparar a autogestão nos sectores privado e estatal; na transmissão e publicação de todas as informações sobre as lutas dos trabalhadores e as formas de organização autónoma que nelas surgem; na extensão e generalização destas formas como única via de contestação profunda. Ao mesmo tempo, com base nas mesmas relações e em publicações clandestinas, é preciso desenvolver a teoria da autogestão e as suas exigências, no próprio sector autogerido e perante as massas da Argélia e do mundo. A autogestão deverá tornar-se a solução única para os mistérios do poder na Argélia, *sabendo que ela é esta solução*.

L. S. n.º 10, Março de 1966



De algumas questões teóricas sem questiúnculas nem equívocos

É preciso impedir que seja tratado pela especulação o que pode sê-lo pela teoria radical. Conforme a análise situacionista da realidade vai estimulando a realização prática do nosso projecto, o alcance duma tal exigência tende a aumentar.

O conhecimento é inseparável do uso que dele se faz. A agitação que as nossas evidências teóricas começam a fomentar, em diversos graus, em *todos* os sectores do velho mundo, vai encarregar-se de aperfeiçoar e corrigir o apropriado emprego que façamos das ideias e das coisas; é por isso que nós somos, na sociedade da abundância previsível, os únicos que a abundância não atemoriza.

O modo de usar nunca é problemático. Os especialistas da questiúncula — de *Socialisme ou Barbarie à Planète* — tratam apenas de dissimular a quem aproveita a sua ideologia da confusão. Os situacionistas agem na perspectiva inversa. Só levantam as questões a que pode responder a vontade de subversão do maior número de gente. Trata-se de dar a esta vontade a sua máxima eficácia.

Os pontos a considerar, enumerados a seguir numa lista sumária e a título de exemplo, terão o interesse de esclarecer o valor revolucionário de quem deles tratar e, por conseguinte, a importância que deve ser-lhes atribuída nas lutas actuais.

Crítica da economia política — Crítica das ciências humanas — Crítica da psicanálise (em especial Freud, Reich, Marcuse) — Dialéctica da decomposição e da superação na realização da arte e da filosofia — A semiologia, contribuição para o estudo dum sistema ideológico — A natureza e as suas ideologias — O papel do lúdico na História — História das teorias e teorias da História — Nietzsche e o fim da filosofia — Kierkegaard e o fim da teologia — Marx e Sade — Os estruturalistas.

A crise romântica — O preciosismo — O barroco — As linguagens artísticas — A arte e a criatividade quotidiana — Crítica do dadaísmo — Crítica do surrealismo — Perspectiva pictural e sociedade — A arte autoparódica — Mallarmé, Joyce e Malévitch — Lautréamont — As artes primitivas — Da poesia.

A revolução mexicana (Villa e Zapata) — A revolução espanhola — Astúrias 1934 — A insurreição de Viena — A guerra dos camponeses (1525) — A revolução spartakista — A revolução congoleza — As revoltas camponesas em França em 1358 e depois — As revoluções desconhecidas — A revolução inglesa — Os movimentos comunistas — Os *Enragés* — A Fronda — A canção revolucionária (estudo e antologia) — Cronstadt — Bolchevismo e Trotskismo — A Igreja e as heresias — Os socialismos — Socialismo e subdesenvolvimento — A cibernética e o poder — O Estado — As origens do Islão — Teses sobre a anarquia — Teses para uma solução final do problema cristão — O mundo dos especialistas — Da democracia — As Internacionais — Da insurreição — Problemas e teoria da autogestão — Partidos e sindicatos — Da organização dos movimentos revolucionários — Crítica do Direito Civil e do Direito Penal — As sociedades não industrializadas — Teses sobre a utopia — Louvor de Charles Fourier — Os conselhos operários — O fascismo e o pensamento mágico.

Do repetitivo na vida quotidiana — Os sonhos e o onirismo — Tratado das paixões — Os momentos e a construção das situações — O urbanismo e a construção popular — Manual do desvio subversivo — Aventura individual e aventura colectiva — Intersubjectividade e coerência nos grupos revolucionários — Jogo e vida quotidiana — Os devaneios individuais — Sobre a liberdade de amar — Estudos preliminares à construção duma base — A loucura e os estados incomuns.

RAOUL VANEIGEM

I. S. n.º 10, Março de 1966

O ponto de explosão da ideologia na China

A dissolução da associação internacional das burocracias totalitárias é hoje um facto consumado. Retomando os termos da *Mensagem* publicada pelos situacionistas em Argel em Julho de 1965, ficou patente o irreversível «desmoronamento da imagem revolucionária» que a «impostura burocrática» opunha ao conjunto da sociedade capitalista como pseudonegação e efectivo sustentáculo; patente, antes de mais, no terreno em que o capitalismo oficial tinha o maior interesse em apoiar a mentira do seu adversário: no confronto global entre a burguesia e o pretenso «campo socialista». Apesar de todas as tentativas cosméticas, *aquilo que já não era socialista deixou até de ser um campo*. O esboroamento do monolitismo stalinista manifesta-se desde já na coexistência dumas vinte «linhas» independentes, da Roménia a Cuba, da Itália ao bloco dos partidos vietnamita-coreano-japonês. A Rússia, que foi incapaz de organizar este ano uma conferência comum de todos os partidos *européus*, prefere esquecer a época em que Moscovo reinava sobre a Komintern.¹ Deste modo, o *Izvestia*, em Setembro de 1966, estigmatizava os dirigentes chineses por estes atirarem para um descrédito «sem precedentes» as ideias «marxistas-leninistas», deplorando virtuosamente este género de confronto «em que uma troca de opiniões e experiências revolucionárias é substituída por injúrias. Os que optam por esta via conferem à sua própria experiência um valor absoluto, dando provas, na interpretação da teoria marxista-leninista, dum espírito dogmático e sectário. Uma tal atitude está necessariamente ligada à ingerência nos assuntos internos dos partidos irmãos...» A polémica russo-chinesa, na qual cada uma das potências é levada a imputar ao adversário todos os crimes antiproletários, terá o seu desfecho, tanto dum lado como do

¹ Síglá, em russo, de *Kommunisticheskii Internatsional* (Internacional Comunista), nome atribuído pelos dirigentes russos à III Internacional. A KOMINTERN foi dissolvida em 1943 e substituída em 1947 pela KOMINFORM.

outro, no facto de ser obrigada a nunca mencionar o *defeito real* que o poder de classe da burocracia representa, numa visão bastante prosaica: aquilo que não passou duma inexplicável miragem revolucionária, voltou, por falta de outra realidade, ao seu velho ponto de partida. A simplicidade deste regresso às fontes foi perfeitamente exposta em Fevereiro [de 1966] em Nova Deli, quando a embaixada da China qualificou Brejnev e Kossiguine como «novos tsares do Kremlin», ao mesmo tempo que o governo indiano, aliado antichinês desta Moscovia, revelava que «os actuais senhores da China envergaram o manto imperial dos manchus». Um mês depois, este argumento contra a nova dinastia chinesa tornou-se ainda mais refinado, em Moscovo, pela voz de Voznessenski, o poeta modernista de Estado, que «pressente Kutchum» e as suas hordas e só pode contar com «a Rússia eterna» para opor uma muralha aos mongóis que ameaçam montar as suas tendas entre «as pedras preciosas do Louvre». A acelerada decomposição da ideologia burocrática, tão evidente nos países onde o stalinismo se apoderou do poder como nos outros — onde perdeu qualquer oportunidade de dele se apoderar —, tinha naturalmente de começar pelo capítulo do internacionalismo, mas isto não passa do *início* duma dissolução geral sem remédio. O internacionalismo só podia ser pertença da burocracia como proclamação ilusória ao serviço dos seus interesses reais, como mais uma justificação *ideológica*, visto a sociedade burocrática ser justamente o *mundo invertido* da comunidade proletária. A burocracia é essencialmente um poder estabelecido com base na posse estatal da nação, devendo obedecer à lógica da sua própria realidade segundo os interesses particulares impostos pelo nível de desenvolvimento do país que ela possui. A sua idade heróica sumiu-se com os abençoados tempos ideológicos do «socialismo num só país», que Stálin, prudentemente, mantivera ao destruir as revoluções na China ou em Espanha, de 1927 a 1937. A autónoma revolução burocrática na China — como acontecera pouco antes na Jugoslávia — introduzia na unidade do mundo burocrático um gérmen de dissolução que a desconjuntou em menos de vinte anos. O processo geral de decomposição da ideologia

burocrática atinge neste momento o seu estágio supremo no país onde, devido ao atraso geral da economia, a subsistente pretensão ideológica revolucionária tinha também de ser levada ao máximo, ou seja, no país onde esta ideologia era mais necessária — a China.

A crise que na China foi evoluindo de modo cada vez mais amplo, desde a Primavera de 1966, constitui um fenómeno sem precedentes na sociedade burocrática. É certo que a classe dominante do capitalismo burocrático de Estado, ao exercer normalmente o terror sobre a maioria explorada, se tem visto amiúde dilacerada, na Rússia ou na Europa de Leste, em afrontamentos e ajustes de contas decorrentes das dificuldades objectivas com que depara, bem como do estilo subjectivamente delirante que o poder totalmente impostor é levado a envergar. Mas a burocracia sempre se saneou *a partir de cima*, pelo facto de o seu modo de apropriação da economia a obrigar a ser centralizada, devendo extrair de si mesma a garantia hierárquica de qualquer participação na sua apropriação colectiva do excedente produto social. O topo da burocracia tem de manter-se fixo, visto nele se basear toda a legitimidade do sistema. Tem de manter entre si as suas dissensões (foi essa a prática constante desde o tempo de Lênin e Trotski); e podendo embora os homens ser liquidados ou substituídos no seio da burocracia, a função, quanto a ela, tem de ser mantida na mesma invariável majestade. A repressão sem explicações e sem réplica pode depois descer normalmente a cada andar do aparelho vertical, como simples complemento do que foi *instantaneamente* decidido no topo. Béria,¹ primeiro tem de ser morto; só depois será julgado; nessa altura já se pode perseguir a sua facção, ou qualquer pessoa, porque o poder que liquida, ao liquidar define a seu bel-prazer a facção, definindo-se ele próprio, no mesmo gesto, como

¹ Lavrenti Pavlovitch Béria (1899-1953), todo-poderoso chefe da polícia stalinista, foi durante muitos anos braço direito de Stálin. Como ministro do Interior, entre 1943-45, distinguiu-se pela brutalidade, vindo depois a subir os escalões da forte hierarquia «soviética» até chegar a vice-presidente da Defesa em 1944 e a marechal da U.R.S.S. em 1945. Béria acabou por ser executado, após a morte de Stálin em 1953, na sequência dum processo obscuro típico dos que ele próprio instaurara.

poder. Nada disto existiu na China, onde a permanência dos adversários proclamados, apesar do fantástico aumento dos lanços na luta pela totalidade do poder, mostra com evidência *que a classe dominante se partiu em duas.*

Um acidente social de tamanha envergadura não pode obviamente ser explicado, à maneira anedótica dos observadores burgueses, pelas dissensões relativas a uma estratégia exterior; é aliás notório que a burocracia chinesa suporta pacificamente a afronta que constitui, à sua porta, o esmagamento do Vietname. Tão-pouco querelas pessoais sucessórias teriam suscitado tais manobras. Quando certos dirigentes são censurados por terem «afastado Mao Tsé-tung do poder» desde o fim dos anos 50, tudo leva a crer que se trata dum destes crimes retrospectivos correntemente fabricados pelos saneamentos burocráticos — Trotski que dirige a guerra civil por ordem do imperador do Japão, Zinoviev secundando Lênin para satisfazer o Império Britânico, etc. Quem tivesse afastado do poder um personagem tão poderoso como Mao, nunca poderia dormir enquanto Mao pudesse voltar. Por conseguinte, Mao teria sido morto nesse dia sem que nada impedisse os seus sucessores de atribuírem essa morte, por exemplo, a Krutchev. Se é verdade que os governantes e polemistas dos Estados burocráticos percebem muito melhor a crise chinesa, nem por isso as suas declarações são mais sérias, visto eles temerem, ao falarem da China, revelar coisas demais a respeito de si mesmos. São afinal os restos esquerdistas dos países ocidentais, sempre voluntários a lorpas de todas as propagandas com bafio subleninista, os únicos aptos a enganarem-se mais grosseiramente, avaliando com cómica seriedade o papel na sociedade chinesa dos vestígios do juro atribuído aos capitalistas que aderiram ao regime, ou procurando saber, nesta enorme pendência, que líder representará o esquerdismo ou a autonomia operária. Os mais estúpidos acreditaram haver algo de «cultural» neste negócio, pelo menos até Janeiro [de 1966], quando a imprensa maoísta lhes pregou a partida de confessar que se tratava, «desde o início, dum luta pelo poder». O único debate sério consiste em examinarmos por que razão e como pôde a classe dominante dividir-se



Retrato da alienação

Esta multidão chinesa, disposta de tal maneira que compõe um retrato em trama de Mao Tsé-tung, pode ser considerada um caso extremo de *espectacular concentrado* do poder estatal (cf. *I.S.* n.º 10), aquele que «na zona subdesenvolvida ... congrega na ideologia e, em casos-limite, num único homem, tudo o que há de *admirável* ... e se deve aplaudir e consumir passivamente». Aqui, a fusão do espectador e da imagem a contemplar parece ter atingido a sua perfeição policial. Foi ao julgar útil, tempos depois, ir ainda para além deste grau de concentração, que a burocracia chinesa fez estoirar a máquina.

em dois campos hostis, ficando toda a investigação a este respeito vedada aos que não admitem que a burocracia é uma classe dominante ou que ignoram a especificidade desta classe, reduzindo-a às condições clássicas do poder burguês.

Sobre o *porquê* da ruptura no interior da burocracia, apenas podemos asseverar tratar-se dum questão de tal modo importante que pôs em jogo a própria dominação da classe reinante, *visto que, para lhes darem resposta, ambas as partes, inabalavelmente obstinadas, nem sequer recearam arriscar aquilo que constitui o poder comum da sua classe, pondo em perigo todas as condições respeitantes à sua admi-*

nistração da sociedade. A classe dominante, por conseguinte, já devia saber que não podia governar como antes. É evidente que este conflito diz respeito à gestão da *economia*. É evidente que o descalabro das sucessivas políticas económicas da burocracia constitui a causa da extrema acuidade do conflito. O falhanço da política intitulada «O Grande Salto em Frente» — resultante sobretudo da resistência do campesinato — não só encerrou a perspectiva duma descolagem ultravoluntarista da produção industrial como provocou, forçosamente, uma desorganização desastrosa e durável. O próprio incremento da produção agrícola, desde 1958, parece ser muito baixo, mantendo-se a taxa de crescimento da população superior à das subsistências. Já é menos fácil dizer sobre que opções económicas precisas se dividiu a classe dirigente. É provável que uma tendência (incluindo a maioria do aparelho partidário, dos responsáveis dos sindicatos e dos economistas) quisesse prosseguir ou incrementar, de modo mais ou menos assinalável, a produção dos bens de consumo e apoiar com estímulos económicos o esforço dos trabalhadores, implicando esta política certas concessões aos camponeses e sobretudo aos operários, mas provocando também, ao mesmo tempo, o aumento dum consumo hierarquicamente diferenciado numa ampla base da burocracia. A outra tendência (incluindo Mao e uma grande parte dos quadros superiores do exército) pretendia sem dúvida uma aceleração, fosse a que preço fosse, do esforço com vista a industrializar o país, um recurso ainda mais extremo à *energia ideológica* e ao terror, a superexploração ilimitada dos trabalhadores e talvez o sacrifício «igualitário», no consumo, duma camada importante da burocracia inferior. As duas posições são de igual modo orientadas para a manutenção da dominação absoluta da burocracia, sendo ambas calculadas em função da necessidade de impedir as lutas de classes que ameaçam esta dominação. Em todo o caso, tanto a urgência como o carácter vital desta opção eram para todos tão evidentes que os dois campos se viram imediatamente na necessidade de correr o risco dum agravamento das condições em que se encontravam colocados devido à desordem da sua própria divisão. É muito possível que a obstinação

de ambas as partes se justifique pelo facto de não haver solução correcta para os insuperáveis problemas da burocracia chinesa; de as duas opções em confronto serem por igual inaplicáveis; e de se impor, por isso mesmo, uma opção.

Para sabermos *como* pôde uma divisão no topo da burocracia ir-se propagando, de degrau em degrau, aos níveis hierárquicos inferiores, repetindo-se em todos os andares afrontamentos oriundos do aparelho partidário e do Estado, até essa divisão se espalhar entre as massas, será sem dúvida necessário termos em conta que subsistia na China o velho modelo de administração baseado em províncias tendentes a uma semiautonomia. A denúncia dos «reinos independentes», feita em Janeiro [de 1967] pelos maoístas de Pequim, evoca nitidamente este facto, confirmado pela evolução dos tumultos nos últimos meses. É muito possível que o fenómeno da autonomia regional do poder burocrático, que durante a contra-revolução russa só se manifestou ligeiramente e apenas de modo episódico, em torno da organização de Léninegrado, tenha deparado na China burocrática com bases múltiplas e sólidas, traduzindo-se na possibilidade duma coexistência, no governo central, de clientelas e clãs detentores, em propriedade directa, de regiões inteiras do poder burocrático, podendo assim estabelecer compromissos entre si. O poder burocrático na China não teve origem num movimento operário, mas sim no enquadramento militar dos camponeses, ao longo duma guerra que durou vinte e dois anos. O exército manteve-se estreitamente ligado ao partido, cujos dirigentes foram todos eles chefes militares, continuando a ser, para o partido, a principal escola de selecção das massas camponesas que educa. Além disso, segundo parece, a administração local instalada em 1949 ficou grandemente tributária das zonas de passagem dos diferentes destacamentos militares, que se deslocavam do Norte para o Sul deixando sempre no seu sulco homens a eles ligados pela origem regional (ou até familiar; factor de consolidação das cliques burocráticas que a propaganda contra Liu Chao-chi e outros clarificou plenamente). Tais bases locais dum poder semiautónomo criado na administração burocrática, teriam, por conseguinte,

podido formar-se na China graças à combinação das estruturas organizativas do exército conquistador e das forças produtivas que este era levado a controlar na região conquistada.

Quando a tendência de Mao começou a ofensiva pública contra as sólidas posições dos seus adversários, pondo em marcha os estudantes e as crianças recrutadas nas escolas, ela não visava, de imediato, nenhuma espécie de transformação «cultural» ou «civilizadora» das massas trabalhadoras, já extremamente apertadas pela coleira ideológica do regime. As tolices contra Beethoven ou a arte Ming, tal como as invectivas contra as posições ainda ocupadas ou já conquistadas por uma burguesia chinesa manifestamente aniquilada enquanto tal, só eram apresentadas para entreter a malta com diversões — não sem calcular que este esquerdismo sumário podia ter um certo eco entre os oprimidos, com razões de sobra para pensarem que na China ainda existem diversos obstáculos ao advento duma sociedade sem classes. O objectivo principal da operação consistia em alardear na rua, ao serviço desta tendência, a *ideologia do regime*, por definição maoísta. Não podendo os próprios adversários ser outra coisa senão maoístas, com o desencadear desta ruim querela viam-se de chofre em incómoda posição. Por isso as suas insuficientes «autocríticas» devem na realidade exprimir a determinação de manterem os postos que controlam. Podemos pois qualificar a primeira fase da luta como um afrontamento dos *proprietários oficiais da ideologia* contra a maioria dos *proprietários do aparelho* da economia e do Estado. No entanto, a burocracia, para manter a sua apropriação colectiva da sociedade, tem tanta necessidade da ideologia como do aparelho administrativo e repressivo; de modo que a aventura duma tal separação era extremamente arriscada se não desse resultados a curto prazo. É sabido que a maioria do aparelho resistiu obstinadamente, e Liu Chao-chi em pessoa, apesar da sua posição crítica em Pequim. Depois da sua primeira tentativa para bloquear a agitação maoísta nas universidades, onde os «grupos de trabalho» tinham adoptado uma posição diametralmente oposta, esta agitação estendeu-se às ruas de todas

as grandes cidades, começando a atacar em toda a parte, com jornais murais e a acção directa, os responsáveis que lhe iam apondo — não excluindo isto os erros e os excessos de zelo. Mas estes responsáveis organizaram a resistência em todo o lado onde lhes foi possível fazê-lo. Os primeiros confrontos entre operários e «guardas vermelhos» devem ter sido conduzidos pelos *activistas* do partido nas fábricas, à disposição dos barões locais do aparelho partidário. E a breve trecho, os operários, exasperados pelos excessos dos guardas vermelhos, começaram a intervir por si mesmos. Em todos os casos onde os maoístas falaram de «alargar a revolução cultural» às fábricas e depois às zonas rurais, aparentaram *optar* por uma *evolução* que, durante todo o Outono de 1966, lhes escapara, e na realidade ocorrera apesar dos seus planos. A queda da produção industrial, a desorganização dos transportes, da irrigação, da administração estatal até ao nível dos ministérios (apesar dos esforços de Chu En-lai), as ameaças que pesaram sobre as colheitas do Outono e da Primavera, a interrupção completa do ensino durante mais de um ano — particularmente grave num país subdesenvolvido —, tudo isso foi o resultado inevitável duma luta cuja extensão unicamente se deveu à resistência da parte da burocracia no poder que os maoístas tratavam de submeter.

Os maoístas, cuja experiência política não se encontra ligada às lutas no meio urbano, tiveram ocasião de verificar o preceito de Maquiavel: «Livremo-nos de provocar qualquer sedição numa cidade gabando-nos de poder suspendê-la ou dirigi-la à vontade» (*Histórias Florentinas*). Após alguns meses de pseudo-revolução pseudocultural, foi a luta de classes real que irrompeu na China, começando os operários e os camponeses a agir por si mesmos. Os operários não podem ignorar o que para eles significa a perspectiva maoísta; os camponeses, que vêem ameaçadas as suas leiras individuais, começaram em várias províncias a repartir entre si as terras e o material das «comunas populares» (não passando estas da nova vestimenta ideológica das unidades administrativas preexistentes, em geral correspondentes aos antigos cantões). As greves dos caminhos de ferro, a

greve geral de Xangai — designada, como em Budapeste,¹ arma privilegiada dos capitalistas —, as greves da grande aglomeração industrial de Vu-Han, de Cantão, de Hu-Pei, dos metalúrgicos e operários do têxtil em Tchongking, os ataques dos camponeses de Sechuan e de Fu-Kien, acabaram em Janeiro [de 1967] por pôr a China à beira do caos. Ao mesmo tempo, na esteira dos operários organizados em «guardas púrpuras», em Kuang-Si, a partir de Setembro de 1966, para combaterem os guardas vermelhos, e depois dos motins antimaoístas de Nanquim, constituíram-se «exércitos» em diversas províncias, como o «Exército do 1.º de Agosto» em Kuang-Tong. O exército nacional viu-se obrigado a intervir em toda a parte, em Fevereiro e Março [de 1967], para dominar os trabalhadores, dirigir a produção através do «controle militar» das fábricas, e até, apoiado então pela milícia, para controlar o trabalho nos campos. As lutas dos operários para manterem ou aumentarem os salários, na famosa tendência para um «economicismo» amaldiçoado pelos senhores de Pequim, chegaram a ser aceites e até encorajadas por certos quadros locais do aparelho, na sua resistência aos rivais maoístas. Mas é óbvio que a luta era conduzida por uma corrente irresistível da base operária: a dissolução autoritária, em Março [de 1967], das «associações profissionais», formadas após a primeira dissolução dos sindicatos do regime cuja burocracia escapava à linha maoísta, mostra-o muito bem. Em Xangai, o *Jiefang Ribao* condenava, em Março, «a tendência feudal destas associações, formadas, não numa base de classe (leia-se: a qualidade que define esta base de classe é puro monopólio do poder maoísta), mas por ofícios, e cujos objectivos de luta são os interesses parciais e imediatos dos operários que exercem estes ofícios». Uma tal defesa dos verdadeiros possuidores dos interesses gerais e permanentes da colectividade fora também nitidamente exprimida, a 11 de Fevereiro, numa directiva do Conselho de Estado e da Comissão Militar do Comité Central:

¹ Durante a revolução proletária de 1956, o primeiro mais vasto movimento de crítica armada da burocracia stalinista, três anos depois da insurreição operária de Berlim.

«Todos os elementos que se apoderaram de armas ou as roubaram, devem ser presos.»

Na altura em que a resolução deste conflito — que evidentemente provocou dezenas de milhares de mortos, opondo entre si grandes unidades militares com todo o seu equipamento, e até navios de guerra — fica entregue ao exército chinês, este encontra-se também dividido. Tem de assegurar a continuidade e a intensificação da produção, quando nem sequer já pode assegurar a unidade do poder na China — além disso, a sua intervenção directa contra o campesinato, tendo em conta o seu recrutamento essencialmente camponês, teria imensos riscos. A trégua que os maoístas tentaram obter em Março-Abril, declarando que todo o pessoal do partido é recuperável com excepção dum «punhado» de traidores e que a principal ameaça é doravante «o anarquismo», significa, mais do que a inquietação perante a dificuldade de pôr um freio à exaltação ocorrida no seio da juventude na sequência da experiência dos guardas vermelhos, a inquietação essencial de a própria classe dirigente ter chegado à beira da dissolução. O partido, bem como a administração central e provincial, encontram-se neste momento em decomposição. Trata-se pois de «restabelecer a disciplina no trabalho». «O princípio da exclusão e da destituição de todos os quadros tem de ser condenado sem reservas», declara em Março o *Bandeira Vermelha*. Já em Fevereiro o notava o *Nova China*: «Vocês esmagam todos os responsáveis [...] mas quando se apoderam dum organismo, que vos fica entre as mãos além de uma sala vazia e uns carimbos?» As reabilitações e os novos compromissos sucedem-se portanto num ver se te avias. A causa suprema é a própria sobrevivência da burocracia, e esta tem de pôr em segundo plano, como simples meios, as diversas opções políticas das facções rivais.

A partir da Primavera de 1967, pode dizer-se que o movimento da «revolução cultural» atingiu um falhanço desastroso, sendo este falhanço por certo o mais impressionante na longa série de reveses do poder burocrático na China. Apesar do custo extraordinário da operação, nenhum dos seus objectivos foi atingido. A burocracia encon-

tra-se mais dividida que nunca. Qualquer novo poder instalado nas regiões controladas pelos maoístas se cinde por sua vez: «a tripla aliança revolucionária» entre o exército, os guardas vermelhos e o partido continua a decompor-se, quer devido aos antagonismos entre estas três forças (o partido, sobretudo, mantém-se de fora, ou só entra para sabotar a dita aliança), quer devido aos antagonismos cada vez mais fortes no interior de cada uma destas forças. Parece tão difícil colar de novo o aparelho como construir um outro. E, sobretudo, *pelo menos duas terças partes da China não são controladas, em qualquer instância, pelo poder de Pequim.*

Ao lado dos comités governamentais dos partidários de Liu Chao-chi e dos movimentos de luta operária que continuam a afirmar-se, são já os *Senhores da Guerra* que reaparecem com o uniforme de generais «comunistas» independentes, tratando directamente com o poder central e levando a cabo a sua própria política, especialmente nas regiões periféricas. O general Chang Kuo-hua, senhor do Tibete em Fevereiro [de 1967], depois de combates de rua em Lassa emprega os blindados contra os maoístas. Três divisões maoístas são enviadas para «esmagar os revisionistas». Segundo parece, só o conseguem moderadamente, porque Chang Kuo-hua continua a controlar a região em Abril. Este, no 1.º de Maio, é recebido em Pequim, levando as conversações a um compromisso, visto ficar encarregado de organizar um comité revolucionário para governar o Sechuan, onde, a partir de Abril, uma «aliança revolucionária», influenciada por um tal general Hung, tomara o poder e prendera os maoístas; desde então, em Junho, os membros duma comuna popular tinham-se apoderado de armas, atacando os militares. Na Mongólia Interior o exército pronunciou-se contra Mao logo em Fevereiro, sob a direcção de Liu Chiang, comissário político adjunto. O mesmo aconteceu em Ho-Pei, em Hunan, na Manchúria. Em Kan-Su, em Maio, o general Chao lung-chi realizou com êxito um golpe antimaoísta. O Sinqião, onde se encontram as instalações atómicas, foi neutralizado de comum acordo em Março, sob a autoridade do general Uang En-mao; o mesmo, todavia, tem fama de ali ter atacado os «revolucionários

maoístas» em Junho. A região de Ho-Pei fica em Julho nas mãos do general Chen Tsai-tao, comandante do distrito de Vu-Han, um dos mais antigos centros industriais da China. No velho estilo do «incidente de Sião», manda prender ali dois dos principais dirigentes de Pequim vindos negociar com ele; o primeiro-ministro tem de deslocar-se lá, sendo depois anunciado como uma «vitória» o facto de ter obtido a restituição dos seus emissários. Ao mesmo tempo, 2400 fábricas e minas parecem estar paralisadas nesta província, na sequência do levantamento armado de 50 mil operários e camponeses. De resto, verifica-se no início do Verão que o conflito prossegue por todo o lado: em Junho, «operários conservadores» de Hu-nan atacaram uma fábrica têxtil com bombas incendiárias; em Julho, a bacia mineira de Fu-Shun e os trabalhadores do petróleo em Tahsing estão em greve, os mineiros de Kiang-Si perseguem os maoístas, apela-se à luta contra o «exército industrial de Chekiang» descrito como uma «organização terrorista antimarxista», os camponeses ameaçam avançar sobre Nanquim e Xangai, há lutas de rua em Cantão e Chongking, os estudantes de Kueiang atacam o exército e apoderam-se de dirigentes maoístas. E o governo, que decidiu proibir as violências «nas regiões controladas pelas autoridades centrais», mesmo ali parece ter muito trabalho. Na impossibilidade de suspenderem a agitação, suspendem *as informações*, expulsando a maior parte dos raros residentes estrangeiros.

Mas em princípios de Agosto a divisão no exército tornou-se tão perigosa que até as publicações oficiais de Pequim revelam que os partidários de Liu pretendem «pôr de pé, no seio do exército, um reino independente reaccionário burguês» e (*Diário do Povo* de 5 de Agosto) que «os ataques contra a ditadura do proletariado na China vieram não só dos escalões superiores mas também dos escalões inferiores». Pequim acaba por confessar que pelo menos uma terça parte do exército se pronunciou contra o governo central e que até uma grande parte da velha China das dezoito províncias lhe escapou. As sequências imediatas do incidente de Vuhan parecem ter sido muito graves; uma intervenção dos pára-quedistas de Pequim, apoiada por

seis navios de guerra ao longo do Iangtsé, desde Xangai, foi derrotada após uma encarniçada batalha; por outro lado, armas dos arsenais de Vuhan terão sido enviadas aos antimaoístas de Chongking. Além disso, convém notar que as tropas de Vuhan pertenciam ao grupo de exércitos sob a autoridade directa de Lin Piao, o único considerado seguro. Por volta de meados de Agosto, as lutas armadas generalizam-se a tal ponto que o governo maoísta acaba por reprovar oficialmente esta espécie de continuação da política com meios que se voltam contra ele; e assegura preferir ganhar limitando-se a uma «luta pela pena». Simultaneamente, anuncia a distribuição de armas às massas nas «zonas seguras». Mas onde haverá tais zonas? Em Xangai, apresentada desde há meses como uma das raras cidadelas maoístas, ocorrem novos combates. Militares de Shantung incitam os camponeses à revolta. A direcção da força aérea é denunciada como inimiga do regime. E como no tempo de Sun Yat-Sen, Cantão, ao mesmo tempo que o 47.º exército se movimenta para ali restabelecer a ordem, destaca-se como pólo da revolta, sendo a ponta de lança os operários dos caminhos de ferro e dos transportes urbanos: os prisioneiros políticos são libertados, armas destinadas ao Vietname são interceptadas em navios ancorados no porto, são enforcadas nas ruas pessoas em número indeterminado. A China enterra-se assim lentamente numa guerra civil confusa, que constitui, em simultâneo, o confronto entre diversas regiões do poder burocrático-estatal esboroadado e o confronto das reivindicações operárias e camponesas com as condições de exploração que em toda a parte as dilaceradas direcções burocráticas têm de manter.

Por se terem mostrado, com o êxito que podemos ver, os campeões da ideologia absoluta, os maoístas têm recolhido até agora estima e aprovação, com a mais fantástica intensidade, entre a intelectualidade ocidental que nunca deixa de salivar ante tais estímulos. K.S. Karol, no *Nouvel Observateur* de 15 de Fevereiro [de 1967], lembrava doutamente aos maoístas o seu esquecimento de que «os verdadeiros stalinistas não são aliados potenciais da China, são os seus mais irredutíveis inimigos: para eles, a revolução cultural, com as suas tendên-

cias antiburocráticas, evoca o trotskismo...» Houve aliás muitos trotskistas que se reconheceram nessa «revolução cultural», a si mesmos fazendo assim justiça! *Le Monde*, o jornal mais declaradamente maoísta publicado fora da China, anunciou dia após dia o êxito iminente do Sr. Mao Tsé-tung, devendo este por fim tomar o poder que desde há dezoito anos se lhe atribuía. Os sinólogos, quase todos stalino-cristãos, — uma mescla espalhada por todo o lado, mas nisto principalmente — envergaram de novo a alma chinesa para testemunharem a legitimidade do novo Confúcio. O que sempre houve de burlesco na atitude dos intelectuais burgueses da esquerda moderadamente stalinófila deparou agora com a mais bela ocasião de se expandir ante as máximas realizações chinesas, do género: esta revolução «cultural» irá durar talvez uns 1000 ou 10 000 anos. O *Pequeno Livro Vermelho* conseguiu por fim «sinisar o marxismo». «O ruído dos homens recitando as citações com voz forte e clara estende-se a todas as unidades do exército». «A seca nada tem de assustador, o pensamento de Mao Tsé-tung é a nossa chuva fecundante». «O chefe do Estado foi considerado responsável [...] por não ter previsto a mudança repentina de atitude do marechal Chang Kai-chek, quando este dirigiu o seu exército contra as tropas comunistas» (*Le Monde* de 4-4-67; trata-se do golpe de 1927, que toda a gente, na China, tinha podido prever, mas que foi preciso aguardar passivamente para obedecer às ordens de Stálin). Um coral vem cantar o hino intitulado: *Cem milhões de pessoas pegam em armas para criticar o sinistro livro do Auto-aperfeiçoamento* (obrinha outrora oficial de Liu Chao-chi). A lista é infundável, podemos interrompê-la aqui com este engenhoso conceito do *Diário do Povo* de 31 de Julho [de 1967]: «A situação da revolução cultural proletária na China é excelente, mas a luta de classes torna-se mais difícil».

Após tanto barulho, as conclusões históricas a extrair deste período são simples. Avance agora a China para onde avançar, a imagem do último poder burocrático-revolucionário desfez-se em estilhas. O desabar interno acrescenta-se aos incessantes desmoronamentos da sua política externa: aniquilação do stalinismo indonésio,

ruptura com o stalinismo japonês, destruição do Vietname pelos Estados Unidos e, para acabar, proclamação em Pequim, em Julho, de que a «insurreição» de Naxalbari, dias antes da sua dispersão pela primeira operação de polícia, era o início da revolução camponesa maoísta em toda a Índia: ao sustentar esta extravagância, Pequim rompeu com a maioria dos seus próprios partidários indianos, ou seja, com o último grande partido burocrático que lhe era fiel. O que está inscrito agora na crise interna da China é o seu falhanço na industrialização do país e na sua apresentação como modelo aos países subdesenvolvidos. A ideologia levada ao seu grau absoluto acaba por *estostrar*. A sua utilização absoluta é também o seu zero absoluto: é a noite em que todas as vacas ideológicas são negras. No momento em que, na mais total confusão, os burocratas combatem entre si em nome do mesmo dogma e denunciam por toda a parte «os burgueses abrigados atrás da bandeira vermelha», o próprio *duplo pensar* se desdobrou. É o alegre fim das mentiras ideológicas, a sua condenação à morte no ridículo. Não foi a China que produziu este ridículo, foi o nosso mundo. Dissemos no n.º da *I.S.* publicado em Agosto de 1961 [n.º 6] que este mundo se iria tornar «a todos os níveis cada vez mais penosamente ridículo, até ao momento da sua completa reconstrução revolucionária». Está agora à vista o que este mundo é. A nova época da crítica proletária saberá que não tem mais nada a poupar que seja seu, e que todo o conforto ideológico existente lhe terá sido arrancado na vergonha e no pavor. Ao descobrir que está desaposada dos falsos bens do seu mundo embusteiro, tem de compreender que é ela a decidida negação da sociedade mundial como totalidade; e também na China o saberá. É o desmembramento mundial da *internacional burocrática* que neste momento se reproduz à escala chinesa, na fragmentação do poder em províncias independentes. A China reencontra assim o seu passado, que volta a atribuir-lhe as reais tarefas revolucionárias do movimento outrora vencido. O momento em que, segundo parece, «Mao recomeça em 1967 o que fazia em 1927» (*Le Monde* de 17-2-67) é também o momento em que, pela primeira vez desde 1927, a intervenção das massas operárias e camponesas se

desencadeou em todo o país. Por mais difícil que sejam a apreensão e a aplicação dos seus objectivos autónomos, algo acabou na total dominação que os trabalhadores chineses suportavam. O *Mandato do Céu proletário* extinguiu-se.¹

[GUY DEBORD]

Texto publicado em opúsculo em 1967, depois incluído na *I.S.* n.º 10, Outubro de 1967, não assinado.



Duas guerras locais

A guerra israelo-árabe foi uma farsa representada pela história moderna perante a presunção de esquerda, que comungava no grande espectáculo do seu protesto contra a guerra do Vietname. A má consciência, que via na F.N.L. o campeão da «revolução socialista» contra o imperialismo americano, não pôde senão enredar-se e afundar-se nas suas insuperáveis contradições quando se tratou de optar por Israel ou Nasser²; através das suas polémicas burlescas, nem por isso

¹ Alusão à fórmula chinesa *tianming*, «mandato celeste». Segundo a moral confuciana, esta fórmula exprime a ideia de que os imperadores obtinham do Céu o direito de governar; mas significa também que o próprio Céu lhes pode retirar esse desígnio, caso os seus actos não correspondam à rectidão e à generosidade.

² Gamal Abdel Nasser (1918-1970), o mais influente político de Estado do Egipto moderno, assente num populismo pragmático e autocrático, no pan-arabismo e na cooperação com a U.R.S.S. A derrota militar na guerra com o Estado de Israel, em Junho de 1967, a que aqui se alude, levando à ocupação de uma quinta parte do território egípcio, foi uma rude provação na carreira de Nasser, que passará a apoiar a organização de resistência palestina Al Fatah.

deixou de proclamar que um ou outro tinha toda a razão e até que esta ou aquela das suas perspectivas era revolucionária.

Isto porque, ao emigrar para as zonas subdesenvolvidas, a luta revolucionária era objecto duma dupla alienação: por um lado, a esquerda impotente perante um capitalismo sobredesenvolvido que ela de modo algum pode combater, e, por outro, a das massas laboriosas dos países colonizados, que herdaram uns restos duma revolução desfigurada e tiveram de suportar os seus defeitos. A ausência de movimento revolucionário na Europa reduziu a esquerda à sua mais simples expressão: uma massa de espectadores que se extasiam sempre que os explorados das colónias empunham as armas contra os seus donos e senhores, não podendo impedir-se de ver nisso o *nec plus ultra* da Revolução. Da mesma maneira que a ausência da vida política do proletariado enquanto classe por si (e a nosso ver o proletariado é revolucionário ou não é nada) permitiu a esta esquerda tomar-se o *cavaleiro da virtude* num mundo sem virtude. Mas quando ela se lamenta, queixando-se da «ordem do mundo» como coisa em conflito com as suas boas intenções e mantém as suas pobres aspirações ante esta ordem, na realidade mostra-se afeiçoada a ele como à sua própria essência; e caso esta ordem lhe seja arrebatada e ela própria dela se exclua, com isso perde *tudo*. A esquerda europeia mostra-se tão pobre que, tal como o viajante no deserto aspira a uma simples gota de água, ela parece aspirar ao mero reconforto duma objecção abstracta. Pela facilidade com que se satisfaz, pode avaliar-se a amplitude da sua indigência. É estranha à História, tanto como o proletariado é estranho a este mundo; a má consciência é o seu estado natural, o espectáculo é o seu elemento, sendo o afrontamento aparente dos sistemas a sua referência universal: sempre e onde houver conflito, é o bem a combater o mal, a «Revolução Absoluta» contra a «Reacção Absoluta».

A adesão da consciência espectadora às causas *estranhas* continua a ser irracional, atolando-se os seus protestos virtuosos nos meandros da culpabilidade. A maior parte dos Comitês Vietname,

em França, desfizeram-se durante a «Guerra dos Seis Dias», e nos Estados Unidos uma parte dos grupos de resistência à guerra contra o Vietname passaram também pela sua *hora da verdade*. «Não podemos ser ao mesmo tempo pelos vietnamitas e contra os judeus ameaçados de extermínio», exclamam uns. «Quem é que pode lutar contra os americanos no Vietname, apoiando os seus aliados sionistas agressores?», retorquem os outros, lançando-se todos nestas bizantinas discussões... Sartre não se saiu dessa. Na realidade, aquilo que toda esta gente condena são coisas que ela não combate efectivamente; e o que ela aprova, são coisas que não conhece. A sua oposição à guerra do Vietname confunde-se quase sempre com o apoio incondicional ao VIETCONG, mas é sempre para todos de carácter espectacular. Os que se opunham de facto ao fascismo espanhol iam combatê-lo. Ainda não se viu nenhum destes opositores de agora ir lutar contra o «imperialismo yanque». Todo um mostruário de tapetes voadores se apresenta à escolha dos consumidores da participação ilusória: o nacionalismo stalinogaulista contra o Americano (a visita de Humphrey foi a única ocasião em que o P.C.F. manifestou com os fiéis que lhe restam); a venda do *Correio do Vietname* ou das brochuras publicitárias do Estado de Ho Chi Minh; e finalmente as manifestações pacifistas. Nem os Provos (antes da sua dissolução) nem os estudantes de Berlim souberam ultrapassar o quadro estreito da «acção» anti-imperialista.

A oposição à guerra nos Estados Unidos é desde o início mais séria, por ter defronte o inimigo real. No entanto, para uma parte da juventude ela significa a sua identificação *mecânica* com os inimigos aparentes dos seus inimigos reais; situação que acentua a confusão duma classe operária já submetida aos piores embrutecimentos e mistificações, contribuindo ainda para a manter neste estado de espírito «reaccionário» que serve de argumento contra ela.

Mais importante, a nosso ver, é a crítica de Guevara, por estar enraizada em lutas autênticas, embora peque por defeito. O Che é seguramente um dos últimos leninistas consequentes da nossa época.

Porém, qual Epiménidas,¹ parece ter dormido durante este último meio século para acreditar que ainda existe um «campo progressista» e que este se mostra estranhamente «enfraquecido». Este burocrático e simpático revolucionário só vê assim no imperialismo o estágio supremo do capitalismo, em luta contra uma sociedade que é socialista apesar de ter alguns defeitos.

A deficiência da U.R.S.S., vergonhosamente reconhecida, parece cada vez mais «natural». Quanto à China, segundo uma declaração oficial mantém-se «pronta a aceitar todos os sacrifícios nacionais para apoiar o Vietname do Norte contra os Estados Unidos (já que não apoia os operários de Hong-Kong) e constitui a mais sólida e segura *retaguarda* do povo vietnamita em luta contra o imperialismo». Ninguém duvida, com efeito, que ao ser morto o último vietnamita, a China burocrática de Mao estará intacta. (Segundo o *Izvestia*, a China e os E.U.A. teriam estabelecido um acordo de não intervenção recíproca.)

Nem a consciência maniqueísta da esquerda virtuosa nem a burocracia são capazes de ver a unidade profunda do mundo actual. A dialéctica é o seu inimigo comum. A crítica revolucionária, quanto a ela, começa para além do bem e do mal; assenta raízes na História e tem como terreno a totalidade do mundo existente. De maneira alguma pode aplaudir um *Estado* beligerante ou apoiar a burocracia dum Estado explorador em formação. Antes de mais nada, impõe-se-lhe desvendar a *verdade* dos conflitos actuais, ligando-os à sua história, e desmascarar os inconfessados objectivos das forças *oficialmente* em luta. A arma da crítica serve como prelúdio à crítica das armas.

A coexistência pacífica das imposturas burguesa e burocrática acabou por prevalecer sobre a mentira dos seus afrontamentos; o

¹ Alusão a Epiménidas de Cnossos (século VI?), «homem divino» da Grécia arcaica, perito em rituais antigos, xamã que legou oráculos, poesias religiosas e épicas. A alusão refere-se à lenda que lhe atribui mais de cinquenta anos de *dormition* numa caverna das montanhas consagradas ao Zeus de Creta.

equilíbrio o terror desfez-se em Cuba em 1962 com a debandada russa. Desde então, o imperialismo americano é senhor incontestado do mundo. E só o pode ser pela agressão, porque não tem possibilidade nenhuma de seduzir os deserdados, mais facilmente virados para o modelo russo-chinês. O capitalismo de Estado é a tendência natural das sociedades colonizadas, onde o Estado se constitui em geral antes das classes — no sentido histórico do termo. A eliminação total dos seus capitais e das suas mercadorias no mercado mundial é justamente a ameaça mortal que pesa sobre a classe possidente norte-americana e sobre a sua economia de livre empresa; e é também a explicação da sua fúria agressiva.

Desde a grande crise de 1929, a intervenção do Estado é cada vez mais notória nos mecanismos do mercado; a economia já não pode funcionar regularmente sem as despesas maciças do Estado, principal «consumidor» de toda a produção não comercial (sobretudo da indústria de armamento). Coisa que o não impede de se manter em crise e de ter sempre necessidade da expansão do seu sector público à custa do seu sector privado. Uma lógica implacável arrasta o sistema para um capitalismo cada vez mais controlado pelo Estado, engendrando graves conflitos sociais.

A profunda crise do sistema norte-americano reside na sua incapacidade de produzir lucros à escala social e de modo suficiente. Tem por isso de obter, *no exterior*, o que não pode fazer em casa, ou seja, aumentar a massa dos lucros proporcionalmente à massa dos capitais existentes. A classe possidente, que também possui mais ou menos o Estado, conta com as suas empresas imperialistas para realizar este sonho demente. Para esta classe, o capitalismo de Estado significa a morte, tanto como o *comunismo*; razão pela qual ela é por essência incapaz de ver qualquer diferença entre ambas estas coisas.

O funcionamento artificial da economia monopolista como «economia de guerra» assegura à política da classe dirigente, por enquanto, o apoio benevolente dos operários, graças ao pleno emprego e a uma abundância espectacular: «Actualmente, a proporção da mão-de-obra destinada a tarefas respeitantes à defesa nacional

representa 5,2% da mão-de-obra americana total, contra 3,9% há dois anos [...]. O número dos empregos civis no domínio da defesa nacional passou, em dois anos, de 3 000 000 a cerca de 4 100 000» (*Le Monde* de 17-9-67). Entretanto, o capitalismo de mercado sente obscuramente que ao estender o seu controle territorial atingirá uma expansão acelerada capaz de contrabalançar as exigências sempre crescentes da produção não lucrativa. A defesa encarniçada das regiões do mundo «livre» onde os seus interesses são amiúde mínimos (em 1959, os investimentos americanos no Vietname do Sul não ultrapassavam os 50 milhões de dólares), corresponde a uma estratégia que a longo prazo pensa poder transformar as despesas militares em simples gastos de funcionamento, assegurando aos Estados Unidos não só um mercado mas também o controle monopolístico dos meios de produção da maior parte do globo.

Tudo, porém, contraria este projecto. Por um lado, as contradições internas do capitalismo privado: há interesses particulares que se opõem a este interesse geral da classe possidente no seu conjunto, tais como os dos grupos que enriquecem a curto prazo com encomendas do Estado (à cabeça dos quais se encontram os fabricantes de armas), ou as empresas monopolistas que a despeito da aversão investem em países subdesenvolvidos, onde a produtividade é muito baixa apesar da mão-de-obra barata, em vez de o fazerem na parte avançada do mundo — e sobretudo na Europa, sempre mais rendível que a saturada América do Norte. Este projecto, por outro lado, opõe-se aos interesses imediatos das massas deserdadas, cujo primeiro impulso consiste forçosamente na eliminação das suas camadas exploradoras — as únicas que podem assegurar aos E.U.A. uma qualquer infiltração.

Segundo Rostow, especialista do «crescimento» no Departamento de Estado, o Vietname, por ora, é apenas o campo experimental desta vasta estratégia — a multiplicar-se — que, para assegurar a sua paz exploradora, tem de começar por uma guerra de destruição — guerra esta pouco destinada a ver-se concluída. A agressividade do imperialismo americano não corresponde portanto à aberração dum mau

governo, é uma necessidade para as relações de classes do capitalismo privado, o qual, caso um movimento revolucionário lhe não ponha fim, evolui inexoravelmente para um capitalismo tecnocrático de Estado. É neste contexto geral da economia mundial, que se mantém não dominada, que devemos inserir a história das lutas alienadas da nossa época.

A destruição das velhas estruturas «asiáticas» através da penetração colonial levou, por um lado, ao surgimento duma nova camada urbana, e, por outro, à pauperização crescente de largas fracções do campesinato sobreexplorado. Foi a junção destas duas forças sociais que constituiu o motor principal de todo o movimento vietnamita. Entre as camadas urbanas — pequeno-burguesas e até burguesas — formaram-se, com efeito, os primeiros núcleos nacionalistas, bem como o contexto do que seria, a partir de 1930, o Partido Comunista Indochinês. A adesão à ideologia bolchevique (na sua versão stalinista) acrescentou ao programa puramente nacionalista um programa essencialmente agrário, permitindo que o P.C.I. se tornasse o principal dirigente da luta anticolonial e enquadrasse a grande massa dos camponeses espontaneamente insurgidos. Os «soviets camponeses» de 1931 foram a primeira manifestação deste movimento. Mas ao ligar o seu destino ao da III Internacional, o P.C.I. submeteu-se a todas as vicissitudes da diplomacia stalinista e às flutuações dos interesses nacionais e estatais da burocracia russa. A partir do 7.º Congresso do Komintern (Agosto de 1935) «a luta contra o imperialismo francês» desapareceu do programa e foi a breve trecho substituída pela luta contra o poderoso partido trotskista. «No respeitante aos trotskistas, nenhuma aliança nem concessões; têm de ser desmascarados, para se ver o que de facto são: agentes do fascismo». (Relatório de Ho Chi Minh ao Komintern, Julho de 1939.) O tratado germano-soviético e a proibição dos P.C. de França e do Ultramar permitiram ao P.C.I. mudar de direcção: «O nosso partido considera que é uma questão de vida ou de morte [...] lutar contra a guerra imperialista e a política de pirataria e de massacre do imperialismo francês (*leia-se: contra a Alemanha nazi*) [...] mas lutaremos,

ao mesmo tempo, contra os objectivos agressivos do imperialismo japonês».

Pelo final da segunda guerra mundial, com a ajuda efectiva dos norte-americanos, a Vietmin¹ controlava a maior parte do território e era reconhecida pela França como única representante da Indochina. Foi nesta altura que Ho Chi Minh preferiu «cheirar um pouco a côdea francesa de preferência a comer toda a vida a dos chineses», assinando, para facilitar a tarefa dos seus camaradas-senhores, o monstruoso compromisso de Março de 1946, que reconheceu o Vietname simultaneamente como «Estado livre» e como «parte constitutiva da Federação Indochinesa da União Francesa». Este compromisso permitiu à França reconquistar uma parte do país e encetar, ao mesmo tempo que os stalinistas perdiam a sua parte do poder burguês em França, uma guerra de oito anos ao fim da qual a Vietmin entregava o Sul às camadas mais retrógradas da sociedade vietnamita e aos seus protectores, os norte-americanos, e conquistava definitivamente o Norte. Após ter procedido à eliminação sistemática dos elementos revolucionários que restavam (o último líder trotskista, Ta Tu Thau, fora assassinado em 1946), a burocracia vietmin instalou o seu poder totalitário sobre o campesinato, iniciando a industrialização do país no quadro dum capitalismo de Estado. O melhoramento da condição dos camponeses, decorrente das suas conquistas durante a longa luta de libertação, tinha, na lógica burocrática, de ser posto ao serviço do novel Estado, no sentido duma maior produtividade de que este ficava senhor incontestado. A aplicação autoritária da reforma agrária suscitou, em 1956, violentas insurreições e uma sangrenta repressão (sobretudo na própria província de Ho Chi Min). Os camponeses que tinham posto a burocracia no poder tornavam-se assim as suas primeiras vítimas. Uma «orgia de autocriticas» tentou, durante anos seguidos, fazer esquecer este «erro grave».

¹ Frente para a Independência do Vietname, organizada em 1941 graças à união do Partido Comunista Indochinês com elementos nacionalistas.

Mas os mesmos acordos de Genebra permitiram aos Diem¹ instalar a sul do 17.º paralelo um Estado burocrático, feudal e teocrático ao serviço dos grandes proprietários de terras e da burguesia ligada aos interesses estrangeiros. Este Estado, em poucos anos, irá liquidar todas as conquistas do campesinato, graças a algumas «reformas agrárias» apropriadas, ficando os camponeses do Sul, entre os quais uma parte nunca tinha deposto as armas, de novo submetidos à opressão e a uma intensa exploração. Foi a segunda guerra do Vietname. Também nesta ocasião a massa dos camponeses insurrectos, pegando de novo em armas contra os mesmos inimigos, encontram os mesmos chefes. A Frente Nacional de Libertação sucede à Vietmin, herdando as suas qualidades e os seus grandes defeitos. Ao assumir-se como campeão da luta nacional e da guerra camponesa, a F.N.L., desde o início, conquistou os campos, neles estabelecendo a base principal da resistência armada. São as suas vitórias sucessivas contra o exército oficial que provocam a intervenção cada vez mais maciça dos americanos, até reduzirem o conflito a uma declarada guerra colonial em que os vietnamitas se vêem em oposição a um exército invasor. A sua resolução na luta, o seu programa nitidamente antifeudal e as suas perspectivas unitárias são as principais qualidades do movimento. A luta da F.N.L. não sai, de modo nenhum, do quadro clássico das lutas de libertação nacional, mantendo-se o seu programa baseado

¹ Alusão a Ngô Dinh Diem (1901-1963), chefe do governo no Vietname do Sul (capital Saigão) de 1955 a 1963, ano em que foi executado durante um golpe de Estado. Na sequência dos acordos de Genebra de 1954, estabelecidos entre a França e a República Democrática do Vietname do Norte (capital Hanoi), Diem, líder dos nacionalistas de direita e apoiado pelo governo dos Estados Unidos, impõe condições drásticas: nenhuma conversação com «os comunistas», estabelecimento no Sul dum bastião capaz de bloquear qualquer novo avanço dos partidários de Ho Chi Min. Esta orientação consolidou-se em 1956, preparando o terreno para a intervenção estadunidense, encetada em Fevereiro de 1965 com bombardeamentos intensivos do Vietname do Norte pela aviação americana. A guerra do Vietname só terminará em Abril de 1975, com a vitória do Norte, dando-se a reunificação em 1976, com o nome de República Socialista do Vietname. A guerra anticolonial durara trinta anos.

num compromisso duma vasta coligação de classes, dominada pelo único objectivo de liquidar a agressão norte-americana (não é por acaso que ela rejeita a denominação de *Vietcong* — ou seja, comunistas vietnamitas —, insistindo no seu carácter nacional). As suas estruturas são as dum Estado em formação, visto nas zonas que domina recolher impostos e instituir o serviço militar obrigatório.

★

Estas qualidades mínimas na luta, os objectivos e os interesses sociais que exprimem, estão totalmente ausentes no confronto que opõe Israel aos Árabes. As contradições específicas do sionismo, bem como as da sociedade árabe retalhada, acrescentam-se a uma confusão geral.

Desde as suas origens, o movimento sionista representava o oposto duma solução revolucionária daquilo a que se chamava a *questão judaica*. Produto directo dum capitalismo europeu, o que ele visava não era a subversão duma sociedade que tinha necessidade de perseguir os Judeus, era a criação duma entidade nacional judaica qui ficasse protegida das aberrações anti-semitas do capitalismo decadente; não era a abolição da injustiça, era a sua transferência. O que constitui o pecado original do sionismo é ter raciocinado sempre como se a Palestina fosse uma ilha deserta. O movimento operário revolucionário via a solução da questão judaica na comunidade proletária, ou seja, na destruição do capitalismo e da «sua religião, o judaísmo», não podendo a emancipação do Judeu fazer-se fora da emancipação do homem. O sionismo partia da hipótese inversa. É certo que o desenvolvimento contra-revolucionário deste meio século lhe deu razão, mas fê-lo da mesma maneira que o desenvolvimento do capitalismo deu razão às teses reformistas de Bernstein¹. O êxito do sionismo, e corolariamente a criação

¹ Referência a Eduard Bernstein (1850-1932), socialista alemão de origem judaica. Secretário de Engels e seu executor testamentário, Bernstein será o criador da corrente chamada *revisionismo*, pondo em causa a teoria marxista no que esta tem de revolucio-

do Estado de Israel, é um mero avatar do triunfo da contra-revolução mundial. Ao «socialismo num só país» correspondia a «justiça para um só povo» e a «igualdade num só kibutz». A colonização da Palestina foi organizada com os capitais de Rothschild, e os primeiros kibutzes foram lançados graças à mais-valia europeia. Os judeus recriavam assim *para si mesmos* tudo de quanto haviam sido vítimas: o fanatismo e a segregação. Os que sofriam por serem tolerados na sua sociedade, iam lutar para se tornarem, *noutro espaço*, proprietários podendo dispor do direito de tolerar os outros. O kibutz não era uma superação revolucionária da «feudalidade» palestina, era uma fórmula mutualista de autodefesa dos trabalhadores-colonos judeus *contra as tendências de exploração capitalista da Agência Judaica*. Porque era o principal proprietário judeu da Palestina, a Organização Sionista definia-se como o único representante dos interesses superiores da «Nação Judaica». Se acabou por reconhecer o direito a uma certa autogestão, foi por ter a certeza que esta estaria assente na expulsão sistemática do camponês árabe.

Quanto à Histadrut¹, esta, desde a sua criação em 1920, ficou submetida à autoridade do sionismo mundial, ou seja, o exacto oposto da emancipação dos trabalhadores. Os trabalhadores árabes estavam estatutariamente dela excluídos, consistindo com frequência a actividade desta organização em proibir as empresas judaicas de os empregar.

nário. A partir do seu livro de 1899, *Socialismo Teórico e Social-Democracia Prática*, Bernstein irá articular uma nova estratégia reformista: o socialismo não se baseia na expropriação dos capitalistas, o proletariado tem de saber gerir as empresas. A esquerda do movimento socialista alemão, nomeadamente Rosa Luxemburg, opor-se-á com veemência a esta «teorização» das tendências colaboracionistas.

¹ Central sindical israelita. A sua originalidade consiste em ter exercido um quase monopólio de todo o movimento sindical (ainda nos anos 80, mais de 75% da população laboriosa estava nela filiada) e de, ao mesmo tempo, ser o maior empregador do país, ao ter organizado, em sessenta anos, o maior cartel de empresas, e controlando, directa ou indirectamente, uns 50% da economia. O seu papel político decorria da sua importância económica integradora.

O desenvolvimento da luta triangular entre árabes, sionistas e ingleses irá evoluir com vantagem para os segundos; graças à paternidade activa dos norte-americanos (a partir da segunda guerra mundial) e à bênção de Stálin (que via em Israel a constituição do primeiro bastião «socialista» no Médio Oriente, mas ao mesmo tempo queria livrar-se de certos judeus incómodos), o sonho herzliano¹ rapidamente se concretizou, sendo o Estado judaico arbitrariamente proclamado. A recuperação de todas as formas «progressistas» de organização social e a sua integração no ideal sionista tomou desde logo possível que os mais «revolucionários» trabalhassem, de consciência tranquila, para a edificação do Estado burguês, militarista e rabínico em que se tornou o Israel moderno. O sono prolongado do internacionalismo proletário voltou a engendrar um monstro. A injustiça fundamental cometida contra os árabes da Palestina virou-se de imediato contra os próprios judeus: o Estado do povo eleito não passava dum vulgar sociedade de classes onde se tinham reconstituído todas as anomalias das velhas sociedades (divisões hierárquicas, oposições étnicas entre asquenazes e sefarditas, perseguições racistas contra a minoria árabe, etc.). A central sindical voltou a deparar ali com a sua função normal de integrar os operários numa economia capitalista, de que aliás se tornou o principal proprietário, empregando mais assala-

¹ Apesar de judeu «assimilado», Theodor Herzl (1860-1904), advogado e jornalista, nascido em Budapeste e criado em Viena, foi o verdadeiro *conceptor* do Estado de Israel. O seu livro, *O Estado Judaico — Para uma Solução Moderna da Questão Judaica*, publicado em alemão em 1896, ao apresentar uma utopia racionalista que exaltava o êxodo organizado dos Judeus de todos os países com vista a edificarem, em terra virgem, um modelo de sociedade socialista, expunha pela primeira vez uma solução praticável. A partir do I Congresso Judaico Internacional, convocado por Herzl e realizado em Basileia, em 1897, a Organização Sionista Mundial passou a constituir-se como um governo em potência. Herzl, porém, não propunha ainda a Palestina como pátria ancestral, nem sequer o hebreu como língua colectiva; Israel esteve para ser implantado no Uganda, então colónia britânica, ou noutras regiões, porque Herzl se opunha a uma ocupação ilegal. Foi a mais forte tendência do sionismo, a russa, promotora da infiltração na Palestina iniciada desde há décadas pelos «Amantes de Sião» e difusora do hebraísmo, que acabou por levar a melhor.

riados do que aqueles que tem o próprio Estado. A Histadrut constitui actualmente a vanguarda da expansão imperialista do jovem capitalismo israelita (Solel Boneh, uma importante sucursal da Histadrut no ramo da construção civil, investiu em 1960-66 180 milhões de dólares em África e na Ásia e emprega 12 mil operários africanos).

E como o Estado nunca poderia ter nascido sem a intervenção directa do imperialismo anglo-americano e a ajuda maciça do capitalismo financeiro judaico, só pode agora equilibrar a sua *economia artificial* com a ajuda das mesmas forças que o criaram (o défice da balança de pagamentos é igual a 600 milhões de dólares, ou seja, mais do que o rendimento médio dum trabalhador árabe para cada habitante israelita). A partir da instalação das primeiras colónias de imigrados, os judeus constituíram, paralelamente à sociedade árabe económica e socialmente atrasada, uma sociedade moderna de tipo europeu; a proclamação do Estado permitiu concluir este processo com a expulsão pura e simples dos elementos do atraso. A particularidade de Israel reside em ser o bastião da Europa no âmago dum mundo afro-asiático. E deste modo se tornou duplamente *estrangeiro*: à população árabe, reduzida ao estado permanente de refugiados ou de minoria colonizada, e à população judaica que por um momento nele viu a realização terrena de todas as ideologias igualitárias.

Isto, porém, não se deve apenas às contradições da sociedade israelita; desde o princípio, a situação agravou-se constantemente, alimentada como foi pelo ambiente árabe, incapaz, até agora, de pôr nisto um começo de solução real.

Desde o início do mandato britânico, a resistência árabe na Palestina foi inteiramente dominada pela classe possidente, ou seja, pelas classes dirigentes árabes e seus protectores britânicos. O acordo Sykes-Picot pôs fim a todas as esperanças do nascente nacionalismo árabe, submetendo a região, sabiamente retalhada, a uma dominação estrangeira que está longe de ter acabado. As mesmas camadas que asseguravam a servidão das massas ao Império Otomano puseram-se ao serviço da ocupação britânica, tornando-se cúmplices da colonização sionista (pela venda, a preços muito elevados, das suas terras).

O atraso da sociedade árabe ainda não permitia a emergência de novas direcções mais avançadas, acabando os levantamentos populares espontâneos por deparar com os mesmos recuperadores: os caciquismos «feudais-burgueses» e a sua mercadoria, a união nacional.

A insurreição armada de 1936-39 e a greve geral de seis meses (a mais longa da História) foram decididas e executadas apesar da oposição de todas as direcções dos partidos «nacionalistas» árabes. Espontaneamente organizadas, tiveram uma vasta amplidão, obrigando a classe dirigente a aderir ao movimento e, desse jeito, a tomar a sua direcção. Mas esta, se o fazia, era para o refrear, levando-o à mesa das negociações e aos compromissos reaccionários. Só a vitória deste levantamento, nas suas derradeiras consequências, teria ao mesmo tempo podido liquidar o mandato britânico e o projecto sionista de constituir um Estado judaico. O seu revés anunciava, *a contrario*, as futuras catástrofes e, de modo terminante, a derrota de 1948.

Esta representou o toque de finados da «burguesia feudal» como classe dirigente do movimento árabe. Foi também a oportunidade de a pequena-burguesia chegar ao poder e constituir, com os quadros do exército desfeito, o motor do movimento actual. O seu programa era simples: a unidade, uma certa ideologia socialista e a libertação da Palestina (o Regresso). A tripla agressão de 1956 proporcionou-lhe a melhor ocasião de se consolidar como classe dominante e de descobrir um líder-programa na pessoa de Nasser, exposto à admiração colectiva das massas árabes desapossadas de tudo. Era agora ele a sua religião e o seu ópio. Mas a nova classe exploradora tinha os seus próprios interesses e os seus objectivos autónomos. As palavras de ordem que tornaram popular o regime burocrático militar do Egipto eram em si mesmas deficientes, sendo este regime incapaz de as realizar. A unidade árabe e a destruição de Israel (umas vezes invocada como liquidação do Estado usurpador e outras como expulsão pura e simples até ao mar) estavam no centro desta ideologia-propaganda.

O que inaugurou a decadência da pequena-burguesia árabe e do seu poder burocrático foram antes de mais nada as suas próprias contradições internas, bem como a superficialidade das suas opções (Nasser, o Baas,¹ Kassem e os partidos ditos comunistas nunca deixaram de lutar uns contra os outros, através de compromissos e alianças com as forças mais duvidosas).

Vinte anos após a primeira guerra da Palestina, esta nova camada acaba de provar a sua total incapacidade para resolver o problema palestiniano. Sobreviveu graças às suas promessas dementes, porque só a alimentação permanente do pretexto israelita lhe permitia sobreviver, impotente como se via para dar uma qualquer solução radical aos inúmeros problemas interiores: a questão palestina continua a ser a chave das grandes transformações árabes. É à volta dela que os conflitos rodam e nela que toda a gente comunga. É ela a base da solidariedade objectiva de *todos* os regimes árabes. É ela que concretiza a «união sagrada» entre Nasser e Hussein, Faiçal e Boumediene, o Baas e Aref.

A última guerra veio dissipar todas as ilusões. A absoluta rigidez da «ideologia árabe» viu-se pulverizada em contacto com a realidade efectiva igualmente dura, mas permanente. Os que falavam de fazer a guerra não a queriam nem a preparavam; e os que só falavam de se defenderem, estavam de facto a preparar a ofensiva. Cada um destes campos seguia a sua própria inclinação: a burocracia árabe, a da mentira e da demagogia, os senhores de Isarel, a da expansão imperialista. Foi como elemento negativo que a Guerra dos Seis Dias teve uma importância capital, visto ter revelado todas as fraquezas e as taras secretas daquilo que se pretendeu apresentar como «a revolução árabe». A «poderosa» burocracia militar egípcia desfez-se em dois dias, desvendando de chofre a *verdade* das suas realizações: o pólo em redor do qual se operaram todas as transformações socioe-

¹ Baas («Ressurreição»), ou Partido Socialista do Renascimento Árabe, organização síria e iraquiana de esquerda, apoiante e rival de Nasser no contexto da constituição, em 1958, da República Árabe Unida (Egipto e Síria).

conómicas, o exército, fundamentalmente não mudara. Por um lado, pretendia transformar tudo no Egipto (e até em toda a zona árabe), e por outro fazia quanto podia para nada mudar no seu seio, nos seus valores e hábitos. O Egipto de Nasser é ainda dominado pelas forças pré-nasserianas, a sua «burocracia» é um magma sem coerência nem consciência de classe, apenas cimentado pela exploração e a partilha da mais-valia social.

Quanto ao aparelho político-militar que governa a Síria baasista, este encerra-se cada vez mais no extremismo da sua ideologia. A diferença é que a sua fraseologia já não enganava ninguém (excepto Pablo!); toda a gente sabe que ele não fez a guerra, que entregou a frente de combate sem resistência, visto ter preferido ficar com as melhores tropas em Damas para a sua própria defesa. Os que consumiam 65% do orçamento sírio para defender o território desvendaram definitivamente o seu cínico embuste.

Em suma, ela mostrou mais uma vez, aos que ainda precisavam disso, que a União Sagrada com os Hussein só podia levar à catástrofe. A Legião Árabe retirou-se logo no primeiro dia, e a população palestina, que teve de suportar durante vinte anos o terror policial dos seus verdugos, viu-se desarmada e desorganizada perante as forças de ocupação. O trono hachemita partilhara, desde 1948, a colonização dos palestinos com o Estado sionista. Ao abandonar a Cisjordânia, entregava a este último os processos instaurados pela polícia sobre todos os elementos revolucionários palestinos. Mas os palestinos sempre souberam que havia pouca diferença entre as duas colonizações, sentindo-se hoje mais à vontade na resistência à nova ocupação.

¹ Alusão a Michel Raptis, conhecido com o pseudónimo de Pablo. Dirigente da IV Internacional, Pablo foi um dos responsáveis pela chamada táctica do «entrismo», elaborada em 1951, que recomendava a entrada dos militantes trotskistas nas organizações operárias, stalinistas ou reformistas, na eventualidade duma nova guerra mundial. Esta concepção, rejeitada pela maioria da secção francesa da IV Internacional, levava com frequência os seus seguidores a uma grande falta de lucidez, como no caso aqui referente ao partido Baas.

Do outro lado, Israel tornou-se o que os árabes, antes da guerra, lhe censuravam: um Estado imperialista, comportando-se como as mais clássicas forças de ocupação (terror policial, dinamitagem das casas, lei marcial permanente, etc.). E no interior desenvolve-se um delírio colectivo dirigido pelos rabinos em prol do «direito imprescritível de Israel às fronteiras bíblicas». A guerra veio suspender todo o movimento de contestação que as contradições desta sociedade artificial engendrava (em 1966, houve várias dezenas de motins e não menos de 277 greves só em 1965), provocando também uma adesão unânime em torno dos objectivos da classe dominante e da sua ideologia mais extremista. Por outro lado, serviu para reforçar todos os regimes árabes não implicados no confronto armado. Boumediene pôde assim, a 5000 km, participar sossegadamente no redobrar de promessas e pôr a aplaudir-lhe o nome a multidão argelina diante da qual não se atrevia a apresentar-se na véspera. E serviu ainda, finalmente, para obter o apoio duma Organização de Resistência Palestiniana completamente stalinizada («devido à sua política anti-imperialista»). Faiçal, em troca de alguns milhões de dólares, obtém o abandono do Iémene Republicano e a consolidação do seu trono — e por aí fora.

Como sempre, a guerra, quando não é civil, só pode congelar o processo da revolução social; no Vietname do Norte, provoca a adesão, nunca obtida, das massas camponesas à burocracia que a explora. Em Israel, liquida durante um longo período qualquer oposição ao sionismo; dando-se nos países árabes o reforço — momentâneo — das camadas mais reaccionárias. As correntes revolucionárias não podem de modo algum identificar-se com tais coisas. A sua tarefa está na outra ponta do movimento actual, porque tem de ser a sua negação absoluta.

É evidentemente impossível, agora, obter uma solução revolucionária para a guerra do Vietname. Trata-se antes de mais nada de pôr fim à agressão norte-americana para deixar desenvolver-se, de forma

natural, a verdadeira luta social do Vietname, ou seja, permitir aos trabalhadores vietnamitas dar de novo de caras com os seus inimigos internos: a burocracia do Norte e todas as camadas possidentes e dirigentes do Sul. A retirada dos americanos significa de imediato o domínio de todo o país pela direcção stalinista; é a solução inelutável. Porque os invasores não podem prolongar indefinidamente a sua agressão; sabe-se desde Talleyrand que se pode fazer tudo com as baionetas, excepto uma coisa: usá-las como assento. Não se trata pois de apoiar incondicionalmente (ou de modo crítico) o Vietcong, mas de lutar consequentemente e sem concessões contra o imperialismo norte-americano. O papel mais eficaz é agora o dos revolucionários americanos que promovem e praticam a deserção em larga escala (perante a qual a resistência à guerra da Argélia, em França, foi uma brincadeira de crianças). Porque a raiz da guerra do Vietname encontra-se nos Estados Unidos, e é ali que se impõe extirpá-la.

Ao contrário da guerra norte-americana, a questão palestina não tem de imediato uma solução perceptível. Não é praticável nenhuma solução a curto prazo. Os regimes árabes só podem desabar sob o peso das suas contradições, e Israel ficará cada vez mais prisioneiro da sua lógica colonial. Todos os compromissos que as grandes potências e os seus aliados respectivos procuram arranjar, só podem ser contra-revolucionários. O *status quo* bastardo — nem paz, nem guerra — vai provavelmente predominar durante um longo período, durante o qual os regimes árabes terão o destino dos seus antecessores de 1948 (e provavelmente, num primeiro tempo, em proveito das forças declaradamente reaccionárias). A sociedade árabe que segregou toda a espécie de classes dominantes, caricaturas de todas as classes historicamente conhecidas, tem agora de segregar as forças que não-de exprimir a sua subversão total. A burguesia dita nacional e a burocracia árabe herdaram todas as taras destas duas classes, sem nunca terem conhecido as suas realizações históricas nas outras sociedades. As futuras forças revolucionárias árabes, que deverão nascer dos escombros da derrota de Junho de 1967, saberão que nada têm em comum com qualquer dos regimes árabes existentes, nem

nada a respeitar nos poderes constituídos que dominam o mundo actual. É em si mesmas e nas experiências recalcadas da história revolucionária que não-de encontrar o seu modelo. A questão palestina é séria demais para ser entregue aos Estados, ou seja, aos coronéis. Toca de muito perto as duas questões fundamentais da revolução moderna, a saber, o *internacionalismo* e o *Estado*, para que alguma força existente lhe possa dar a solução adequada. Só um movimento revolucionário árabe decididamente internacionalista e anti-estatal pode simultaneamente dissolver o Estado de Israel e ter por si a massa dos seus explorados. No mesmo processo social, só ele poderá dissolver todos os Estados árabes existentes e criar a unificação árabe através do poder dos Conselhos de Trabalhadores.

I. S. n.º 11, Outubro de 1967



Os nossos objectivos e os nossos métodos no escândalo de Estrasburgo

As diversas manifestações de assombro e indignação a que deu azo a brochura situacionista *Da Miséria no Meio Estudantil*, publicada à custa da secção de Estrasburgo da U.N.E.F.,¹ embora tenham tido o efeito oportuno de difundir amplamente as teses con-

¹ União Nacional dos Estudantes de França, criada em 1946, com base na «Carta de Grenoble», que sublinhava «a tomada de consciência política da colectividade estudantil» e a sua «solidariedade com o conjunto dos trabalhadores», definindo o estudante como um jovem trabalhador. A A.F.G.E.S. (Associação Federativa Geral dos Estudantes de Estrasburgo) era a sua secção local.

tidas nesse texto, não podiam deixar de acumular contra-sensos na enunciação e no comentário do que foi a actividade da I.S. nessa ocorrência. Perante as ilusões de toda a espécie alimentadas por jornais, autoridades universitárias e bom número de estudantes irreflectidos, impõe-se que precisemos quais foram exactamente as condições da nossa intervenção, lembrando que objectivos tínhamos em vista e que meios nos pareceram apropriados para os realizar.

Mais errada ainda que os exageros da imprensa ou de certos advogados hostis, a propósito das finanças que a I.S. teria aproveitado para pilhar nos cofres do infeliz sindicato de estudantes, há uma informação aberrante, amiúde referida nas narrações jornalísticas, segundo a qual a I.S. teria podido rebaixar-se fazendo campanha junto dos estudantes de Estrasburgo para os persuadir da validade das suas perspectivas e para eleger um secretariado com base num tal programa. Tão-pouco empreendemos uma qualquer infiltração na U.N.E.F., fazendo secretamente entrar para lá partidários nossos. Basta alguém ler-nos para perceber que os nossos interesses não residem em coisas dessas e que os nossos métodos não se lhes aplicam. O que de facto se passou foi que alguns estudantes de Estrasburgo vieram ter connosco, no Verão de 1966, informando-nos que seis dos seus amigos — e não eles próprios — haviam sido há pouco eleitos para a direcção da associação de estudantes local (a A.F.G.E.S.), sem programa nenhum e apesar de serem notoriamente conhecidos na U.N.E.F. como extremistas em total desacordo com todas as variantes da sua decomposição — e além disso dispostos a partir a loiça toda. A sua eleição, de resto perfeitamente regular, manifestava portanto, óbvia e simultaneamente, o desinteresse absoluto da base e a confissão de definitiva impotência dos burocratas ainda existentes nesta organização. Estes, sem dúvida, calculavam que o secretariado «extremista» seria incapaz de dar uma qualquer expressão às suas intenções negativas. Inversamente, era também este o receio dos estudantes que vieram falar connosco; tendo sido sobretudo por este motivo que eles próprios acharam não dever participar pessoalmente nesta «direcção». Porque só um golpe de certa amplitude, e não uma

qualquer justificação humorística, podia salvar os seus membros do ar comprometido que de imediato comporta um tão pobre papel dirigente. Para rematar a complexidade do problema, os estudantes que se nos dirigiam conheciam as posições da I.S. e declaravam aprová-las em geral, ao passo que os membros do secretariado pareciam ignorá-las, contando com os nossos interlocutores para melhor definirem a actividade capaz de corresponder à sua boa vontade subversiva.

Neste estádio, limitámo-nos a aconselhar a redacção e a publicação, por todos eles, dum texto de crítica geral do movimento estudantil e da sociedade, tendo esse trabalho, pelo menos para eles, a utilidade de os fazer clarificar em comum o que ainda viam confusamente. Sublinhámos, além disso, que o facto de disporem de dinheiro e de crédito era o ponto essencial a utilizar na irrisória autoridade que tão imprudentemente lhes fora concedida; e que uma utilização não conformista destes recursos teria com certeza a vantagem de chocar muita gente, mostrando melhor, deste jeito, o que eles poderiam pôr de não conformista no conteúdo. Estes camaradas aprovaram então as nossas opiniões, ficando em contacto com a I.S., em especial por intermédio de Mustapha Khayati, para o desenvolvimento deste projecto.

A discussão e os primeiros esboços de redacção, feitos colectivamente pelos que nos tinham encontrado e pelos membros do secretariado da A.F.G.E.S., — todos eles decididos a levar a cabo esta iniciativa — introduziram no plano uma importante modificação. Todos estavam de acordo quanto ao fundo da crítica a formular, e precisamente segundo as grandes linhas evocadas por Khayati, verificando porém que se viam incapazes de chegar a uma formulação satisfatória, sobretudo no curto prazo que lhes impunha a data de reabertura da universidade. Esta incapacidade não deverá ser encarada como resultante duma grave falta de talento ou da inexperiência, mas sim, muito simplesmente, da extrema *heterogeneidade* deste grupo, no próprio secretariado e fora dele. A sua prévia congregação com base num acordo bastante vago tornava-os muito pouco aptos a

redigir em conjunto a expressão duma teoria que verdadeiramente não tinham reconhecido em conjunto. Conforme o projecto se ia ampliando, surgiam entre eles oposições e desconfianças pessoais; a sua única e efectiva vontade comum residia na adesão à variante mais ampla e mais séria que podia conceber-se para este golpe. Em tais condições, Mustapha Khayati viu-se na obrigação de assumir quase sozinho o essencial da redacção do texto, que foi sendo discutido e aprovado em Estrasburgo por este grupo de estudantes e também pelos situacionistas em Paris — tendo-se estes limitado a fazer acrescentamentos de pouca importância, de resto em número limitado.

Diversas iniciativas preliminares anunciaram a publicação da brochura. A 26 de Outubro [de 1966], o cibernético Moles (cf. *I.S.* 9, p. 44),¹ por fim empoleirado numa cátedra de psico-sociologia para nela se entregar à programação dos jovens quadros, foi dali escorraçado, logo nos primeiros minutos da sua aula inaugural, pelos tomates que uma dúzia de estudantes lhe lançaram (em Paris, Moles teve o mesmo tratamento, em Março, no Museu das Artes Decorativas, onde este aplicado robô deveria discorrer sobre o controle das populações graças aos métodos urbanísticos; esta última refutação foi-lhe administrada por uma trintena de jovens anarquistas, membros de grupos que querem pôr a crítica revolucionária em todas as questões modernas). Pouco depois desta aula inaugural, por certo tão insólita como o próprio Moles nos anais da Universidade, a A.F.G.E.S. levou a cabo a colagem, à laia de publicidade da brochura, duma banda desenhada feita por André Bertrand, *O Regresso da Coluna Durruti*, documento este que teve o mérito de expor da mais clara forma aquilo que os seus camaradas pensavam fazer das suas funções «directivas»: «A crise geral dos velhos aparelhos sindicais e das burocracias esquerdistas sentia-se por todo o lado, mas sobretudo

¹ Abraham Moles, sociólogo n. em 1920. A sua correspondência com a I.S. aqui referida é instrutiva: definindo-se na sua longa carta como «cibernético tecnocrático», propõe aos situacionistas um reformismo da vida quotidiana... Debord respondeu-lhe chamando-lhe «rústico robô».

entre os estudantes, onde a única mola que desde há muito o activismo possuía era a mais sórdida devoção às ideologias murchas e à menos realista das ambições. O último batalhão de profissionais que elegeu os nossos heróis nem sequer tinha a desculpa duma mistificação. Depositaram as suas esperanças duma renovação num grupo que não escondia as intenções que o animavam de sem tardança pôr a pique todo este militantismo arcaico».

A brochura foi distribuída, à queima-roupa, às personalidades oficiais, na abertura solene da Universidade. Simultaneamente, o secretariado da A.F.G.E.S. tornava público que o seu único programa «estudantil» consistia na dissolução imediata desta associação, convocando para o efeito uma assembleia geral extraordinária. Como se sabe, a perspectiva horrorizou de imediato muita gente. «Seria a primeira manifestação concreta duma revolta que pura e simplesmente visa destruir a sociedade», avisava um jornal local (*Dernières Nouvelles*, 4-12-66), podendo ler-se em Paris, no *L'Aurore* de 26-11: «A Internacional Situacionista, organização que tem alguns aderentes nas principais capitais da Europa — Estes anarquistas afirmam-se revolucionários e pretendem “tomar o poder”. Tomá-lo, não para o conservarem, mas para semearem a desordem e destruírem até a sua própria autoridade». Mesmo em Turim a *Gazetta del Popolo* desse



Edições em Inglaterra, Suécia, Estados Unidos, Espanha e França (1967)

dia manifestava desmesuradas inquietações: «Dever-se-á no entanto ver se eventuais represálias [...] não irão provocar desordens [...] Em Paris e noutras cidades universitárias de França, a Internacional Situacionista, electrizada pelo triunfo dos seus adeptos em Estrasburgo, prepara-se para desencadear uma ofensiva de grande estilo para obter o controle dos organismos estudantis». Impunha-se-nos, nesta altura, um novo factor decisivo: os situacionistas tinham de defender-se duma *recuperação* no noticiário jornalístico ou na moda intelectual. A brochura acabara por transformar-se num texto da I.S.; não tínhamos negado ajuda àqueles camaradas com vontade de assustarem um golpe no sistema, e esta ajuda, infelizmente, não pudera *ser menor*. O empenhamento da I.S. atribuíra-nos, durante o tempo da operação, a direcção *de facto*, que de modo algum queríamos prolongar para além desta limitada acção comum; pouco nos interessa, como toda a gente pode perceber, o lastimável *meio estudantil*. Tínhamos simplesmente de agir, neste caso e como sempre, com vista a fazer reaparecer, no suporte exclusivo que é uma prática sem concessões, a nova crítica social agora em constituição. Foi o carácter inorganizado do grupo de estudantes de Estrasburgo que ao mesmo tempo criou a necessidade da intervenção situacionista directa e impediu um diálogo ordenado, o único que teria podido garantir um mínimo de igualdade na decisão. O debate que normalmente define a acção comum entre grupos independentes não tinha realidade nenhuma no caso dum agrupamento de indivíduos que cada vez mais revelavam estar associados na aprovação da I.S. e separados a respeito do resto.

É evidente que uma tal carência não constituía para nós uma recomendação no tocante a *todo* este grupo de estudantes, na medida em que ele parecia, mais ou menos, desejar integrar-se na I.S., de certo modo para economizar a sua própria afirmação. A sua falta de homogeneidade surgira também, num grau que não podíamos prever, a respeito duma questão inesperada: vários dentre eles tinham de súbito hesitado perante a distribuição ferina do texto na cerimónia de abertura da Universidade. Khayati tivera de mostrar a estes estudan-

tes que os escândalos não devem ser feitos por metade e que num acto desta natureza, após ter optado pelo empenhamento, ninguém pode esperar ver-se menos comprometido não levando longe demais a ressonância do golpe — tanto mais que o êxito dum escândalo constitui, pelo contrário, a única relativa salvaguarda dos que cientemente o desencadeiam. Ainda mais inaceitável que a tardia hesitação a respeito duma tão sumária questão táctica era para nós a eventualidade de algumas destas pessoas tão pouco seguras umas das outras virem a fazer declarações em nosso nome. Mustapha Khayati foi então encarregado pela I.S. de informar os membros do secretariado da A.F.G.E.S. que deveriam tornar público o facto de nenhum deles ser situacionista. Coisa que eles fizeram no seu comunicado de 29 de Novembro [de 1966]: «Nenhum dos membros do nosso secretariado faz parte da Internacional Situacionista, movimento que publica desde há algum tempo a revista com o mesmo nome; mas declaramos inteiramente solidários das suas análises e perspectivas.» Com base nesta *autonomia* afirmada, a I.S. enviou então uma carta a André Schneider, presidente da A.F.G.E.S., e a Vayr-Piova, vice-presidente, para afirmar a sua total solidariedade com o que tinham feito. Esta solidariedade da I.S. manteve-se sempre depois, quer pela nossa recusa imediata de estabelecermos um diálogo com os que tentaram abordar-nos mostrando uma certa hostilidade invejosa pelos responsáveis do secretariado (ou tendo até a tolice de denunciar a sua acção junto da I.S. como sendo de natureza «espectacular»!), quer pela ajuda financeira e o apoio público na subsequente repressão (cf. uma declaração assinada por 79 estudantes de Estrasburgo, no início de Abril [de 1967], solidarizando-se com Vayr-Piova, excluído da Universidade, sanção esta revogada meses depois). Schneider e Vayr-Piova mantiveram perante as sanções e as ameaças uma atitude muito firme; mas esta firmeza foi menos evidente na sua atitude para com a I.S.

A repressão judiciária logo encetada em Estrasburgo — prosseguida depois com uma série, ainda inacabada, de processos que confirmam este começo — concentrou-se na pretensa ilegalidade do



Banda desenhada O Regresso da Coluna Durruti

«Tais movimentos revolucionários distinguem-se dos outros pelo carácter ilimitado dos seus objectivos e das suas promessas ... Seja qual for a sua história individual, eles representavam colectivamente uma camada social distinta, uma intelectualidade frustrada e de segunda ordem ... Nesta altura constituiu-se um grupo duma espécie particular ... impiedoso e em constante fermentação, obcecado por quimeras apocalípticas e convencido da sua própria infalibilidade; este grupo sentia-se muito acima do resto da humanidade, rejeitando qualquer outra pretensão que não fosse a inerente à sua pretensa missão ... A origem deste fanatismo subterrâneo, segundo parece, reside em promessas milenares e ilimitadas, exprimidas com uma convicção ilimitada e profética perante um certo número de homens desenraizados e desesperados, no contexto duma sociedade cujas normas e elos tradicionais estão em vias de desintegração ...»
— Norman Corbin, *Les Fanatiques de l'Apocalypse*

secretariado da A.F.G.E.S., subitamente considerado, desde a publicação da brochura situacionista, como um «comité de facto» que teria usurpado a representação sindical dos estudantes. Esta repressão era tanto mais necessária quanto a união sagrada dos burgueses, stalinistas e padres, feita contra a A.F.G.E.S., visivelmente dispunha, entre os 18 000 estudantes da cidade, duma «força» ainda menos importante que a do secretariado. A repressão tornou-se declarada com a ordem

do tribunal de primeira instância, datada de 13 de Dezembro, que mandava pôr sob sequestro as instalações e a gestão da Associação e proibia a assembleia geral convocada pelo secretariado para o dia 16, promovida com o objectivo de nela fazer votar a dissolução da A.F.G.E.S. Este julgamento, que implicitamente reconhecia (erradamente) que a maioria dos estudantes assim impedida de votar podia aprovar a posição do secretariado, ao suspender a evolução dos acontecimentos obrigou os nossos camaradas — cuja única perspectiva consistia em liquidar desde já a sua própria posição dirigente — a prolongarem a resistência até ao fim de Janeiro. A melhor prática do secretariado, até então, fora o tratamento reservado a muitos jornalistas que haviam accorrido para solicitar entrevistas, negando-se a falar com a maioria deles e boicotando de modo insultuoso os que representavam as piores instituições (Televisão Francesa, revista *Planète*); uma parte da imprensa foi assim levada a transmitir uma versão mais exacta do escândalo e a reproduzir menos infielmente os comunicados da A.F.G.E.S. Visto que a Universidade optara pelas medidas administrativas, e visto o secretariado *in paribus* da A.F.G.E.S. ter conservado o controle da secção local da Mutualidade Nacional dos Estudantes, este ripostou, decidindo a 11 de Janeiro (decisão aplicada logo no dia seguinte) o encerramento do «Serviço de Apoio Psicológico Universitário» que dela dependia, «considerando que os S.A.P.U. são a concretização, no meio estudantil, do controle parapolicial exercido por uma psiquiatria repressiva, cuja clara função consiste em manter [...] a passividade de todas as categorias de explorados [...], considerando que a existência de um S.A.P.U. em Estrasburgo é uma vergonha e uma ameaça para todos os estudantes desta universidade decididos a pensar livremente». No plano nacional, a U.N.E.F., obrigada pela revolta da sua secção estrasburguesa — tida até então como exemplar — a reconhecer a sua falência geral, e obviamente sem ir ao cúmulo de defender as velhas ilusões de liberdade sindical que tão declaradamente as autoridades recusavam, não podia apesar de tudo dar um aval à exclusão judiciária do secretariado de Estrasburgo. Uma delegação estrasburguesa deslocou-se, por

consequente, à assembleia geral da União Nacional, realizada em Paris a 14 de Janeiro, exigindo logo na sessão de abertura a votação prévia da sua moção de *dissolução de toda a U.N.E.F.*, «considerando que a afirmação da U.N.E.F. como sindicato que congrega a vanguarda da juventude (Constituição de Grenoble, 1946) coincide com um período em que o sindicalismo operário está desde há muito vencido e se tornou um aparelho de auto-regulação do capitalismo moderno, agindo em prol da integração da classe operária no sistema mercantil [...] considerando que a pretensão vanguardista da U.N.E.F. é constantemente desmentida pelas suas palavras de ordem e a sua prática sub-reformistas [...] considerando que o sindicalismo estudantil é uma impostura pura e simples, impõe-se como tarefa urgente pôr-lhe fim». Esta moção terminava apelando «todos os estudantes revolucionários do mundo [...] a prepararem com os explorados dos seus países uma luta impiedosa contra todos os aspectos do velho mundo, com vista a contribuirem para o advento do poder internacional dos Conselhos Operários». Como só duas outras associações, a de Nantes e a dos «Estudantes em Casas de Repouso», votaram com a de Estrasburgo para que este ponto prévio fosse apresentado antes da leitura do relatório de gestão da direcção nacional (convém porém notar que nas semanas anteriores os jovens burocratas da U.N.E.F. tinham conseguido derrubar dois outros secretariados espontaneamente favoráveis à posição da A.F.G.E.S., em Bordéus e Clermont-Ferrand), a delegação de Estrasburgo abandonou imediatamente um debate onde nada mais tinha a dizer.

A saída final do secretariado da A.F.G.E.S. não irá porém mostrar-se tão digna. Nesta altura foram excluídos da I.S. três dos seus membros¹, por terem cometido em equipa — e por se terem visto obrigados a confessá-las perante a I.S. — várias mentiras caluniosas contra Khayati, contando, graças a esta manobra, pô-lo a ele de fora (cf. o panfleto da I.S., com data de 3 de Janeiro de 1967, *Atenção!*

¹ Referência a Théo Frey, Jean Garnault e Herbert Holl (todos da secção francesa), excluídos em 15 de Janeiro de 1967 após uma confrontação com Mustapha Khayati.

Três provocadores). A exclusão daqueles três membros não tinha relação nenhuma com o escândalo de Estrasburgo — nisto, como em tudo, tinham eles ostensivamente aprovado as conclusões dos debates da I.S. —, mas dois deles eram alsacianos. Por outro lado, como dissemos atrás, alguns dos estudantes de Estrasburgo tinham começado a achar desagradável que a I.S. não recompensasse as suas insuficiências *recrutando-os*. Os embusteiros excluídos procuraram junto deles um público pouco exigente, julgando poderem tapar com uma nova inflação de imposturas, neste círculo, as suas mentiras anteriores, bem como as suas confissões. Deste modo, todos os *repe- lidos* se uniram na pretensão mística de ultrapassarem a *prática* que os condenava. Começaram a acreditar nos jornais; e até a aumentar o que estes diziam. Imaginaram-se massas que tinham mesmo «tomado o poder» numa espécie de Comuna de Estrasburgo. A si mesmos disseram que não tinham sido tratados como um proletariado revolucionário merece. Convenceram-se de que a sua acção histórica superara toda a teoria anterior; e esquecendo que a única «acção» discernível num incidente deste género era, no máximo, a *redacção dum texto*, compensaram colectivamente com uma inflação de ilusionismo a sua deficiência a tal respeito. Não se tratava de nada mais ambicioso do que sonhar juntos durante umas semanas, aumentando sempre a droga dos ardis, reiterados com precipitação. A dúzia de estudantes de Estrasburgo que efectivamente tinha apoiado o escândalo, dividiu-se em duas partes iguais. O problema suplementar *agiu* portanto como *revelador*. Aos que se mantiveram «partidários da I.S.», obviamente *nada tínhamos a prometer* para o futuro, e claramente dissemos que o não fazíamos; bastava-lhes ser, incondicionalmente, partidários da verdade. Vayr-Piova e outros tornaram-se partidários da mentira com os excluídos «garnautianos» (embora, por certo, sem terem conhecimento de várias excessivas inépcias nas invenções recentes de Frey e Garnault, mas a par de muitas delas). André Schneider, cujo apoio os impostores desejavam obter pelo facto de ser ele o detentor do título de presidente da A.F.G.E.S., ensopado por todos eles com falsas informações, teve a fraqueza de

acreditar sem mais exame, assinando uma das suas declarações. Mas poucos dias depois, ao dar-se conta sozinho de algumas das indiscutíveis mentiras que estas pessoas achavam natural evocar entre iniciados, com vista ao salvamento da sua fraca causa, Schneider não duvidou que precisava de afirmar publicamente o erro do seu primeiro impulso, denunciando, com o panfleto intitulado *Recordações da Casa dos Mortos*, os que o tinham iludido fazendo-o partilhar a responsabilidade dum falso testemunho contra a I.S. A mudança de Schneider, cujo carácter os impostores haviam subestimado e que fora assim testemunha privilegiada da última fase duma manipulação colectiva dos factos incómodos, atingiu definitivamente, em Estrasburgo, os excluídos e seus cúmplices, já desacreditados em toda a parte. No seu despeito, os infelizes que tanto haviam dispendido, uma semana antes, para obterem a caução de Schneider, proclamaram então que a fama dele era a de pobre de espírito e apenas se prostrava ante o «prestígio da I.S.» (curioso fenómeno, que se reproduz desde há tempos com maior frequência, este de nos mais diversos debates o «prestígio da I.S.» ser inabilmente identificado, por impostores, com o simples facto de dizer a verdade; amálgama esta que sem dúvida nos honra). De resto, mal tinham passado três meses, a associação de Frey e consortes com Vayr-Piova mais todos quantos aceitavam apoiá-los, após uma adesão avidamente requerida (chegaram a 8 ou 9), teve também de exhibir a sua triste realidade; baseada em mentiras infantis de indivíduos que reciprocamente se consideram inábeis aldrabões, foi a demonstração exacta, involuntariamente paródica, dum género de «acção colectiva» que em caso algum se deve cometer; e com pessoas que nem por sombras convém frequentar! Vimo-los levarem a cabo, todos juntos, uma irrisória campanha eleitoral junto dos estudantes de Estrasburgo. Uns pedantes restos dumas pseudolembanças de ideias e frases situacionistas foram assim utilizados, em dezenas de páginas e numa total inconsciência do ridículo, com o único fim de *manterem o «poder» na secção estrasburguesa da M.N.E.F.*, coutada micro-burocrática de Vayr-Piova, reelegível a 13 de Abril [de 1967]. Tão ditosos neste caso

como nas manobras anteriores, viram-se além disso vencidos por tão tolos como eles, stalinistas e cristãos naturalmente mais gulosos de eleitoralismo — e que até se deram ao luxo de denunciar os seus deploráveis rivais como «falsos situacionistas». No panfleto *A I.S. Bem Vos Tinha Avisado*, publicado no dia seguinte, André Schneider e os seus camaradas mostraram facilmente a que ponto esta falhada tentativa de exploração publicitária dos restos do escândalo ocorrido cinco meses antes se escancarou como a completa renegação do espírito e das perspectivas então afirmadas. Vayr-Piova, num comunicado difundido a 20 de Abril, declarava, a concluir: «Acho divertido ver-me por fim denunciado como “não situacionista” — coisa que sempre proclamei abertamente desde que a I.S. se instituiu como força oficial». Temos nisto a amostra suficiente duma vasta literatura já esquecida. Que a I.S. se tenha tornado *uma força oficial*, é uma das teses típicas de Vayr-Piova ou Frey, que qualquer pessoa interessada pode examinar; segundo as conclusões que adopte, saberá também o que pensar da inteligência de semelhantes teóricos. Ao lado disto, porém, o facto de Vayr-Piova proclamar — «abertamente», ou se calhar «secretamente», numa «proclamação» reservada, por exemplo, aos mais discretos cúmplices das suas mentiras? — que desde então não faz parte da I.S., seja qual for a data que ponha nisto, o dia da nossa transformação em «força oficial» é exactamente *uma mentira manifesta*. Todos os que o conhecem sabem que Vayr-Piova nunca teve oportunidade de se declarar outra coisa excepto «não situacionista» (cf. o que atrás notámos sobre o comunicado da A.F.G.E.S. com data de 29-11-66).

Bem entendido, os mais propícios resultados deste conjunto de incidentes estão para além deste novo exemplo, oportunamente muito sublinhado, da nossa recusa de recrutarmos tudo o que o neomilitantismo em busca de subordinação gloriosa pode pôr no nosso caminho. Sobeja importância terá o resultado que assinalou a decomposição irremediável da U.N.E.F., ainda mais desfeita do que a sua lastimosa aparência induzia; o golpe de misericórdia ressoava ainda em Julho, em Lião, no seu 56.º Congresso, quando o triste

presidente Vandenburg teve de confessar: «A unidade da U.N.E.F. acabou há muito. Cada associação vive (*nota da I.S.*: este termo mantém-se pretensiosamente inadequado) de forma autónoma, sem se referir de maneira nenhuma às palavras de ordem do secretariado nacional. O desequilíbrio crescente entre a base e os organismos da direcção atingiu um estado de degradação importantê. A história das instâncias da U.N.E.F. não passa duma sequência de crises [...] A reorganização e o relançamento da acção não foram possíveis». Igual comicidade possuem os turbilhões registados entre os universitários que se viram no dever de pôr a circular mais uns abaixo-assinados sobre este fenómeno da actualidade; é fácil perceber que considerámos mais lógica e socialmente mais racional (como aliás os considerandos da sentença do juiz Llabador)¹ a posição dada a público pelos 40 professores e assistentes da Faculdade de Letras de Estrasburgo, denunciando os *falsos estudantes* na origem desta «agitação em circuito fechado», em torno de falsos problemas «sem sombra de solução», do que a adúladora tentativa de aprovação incompetente que em Fevereiro fizeram circular uns quantos restos modernistas-institucionalistas agrupados à volta duma magra còdea a roer nas cátedras de «Ciências Humanas» de Nanterre (o destemido Touraine, o leal Lefebvre, o pró-chinês Baudrillard, o subtil Lourau).

Na realidade, o que pretendemos é que as ideias voltem a ser perigosas. Não poderão dar-se ao luxo de nos suportarem, entre a massa mole do fingido interesse eclético, como uns Sartre, uns Althusser, uns Aragon, uns Godard quaisquer. Registemos a frase cheia de sentido dum professor universitário chamado Lhuillier, noticiada pelo *Nouvel Observateur* de 21-12-66: «Eu sou pela liberdade de pensamento. Mas se há situacionistas nesta sala, que saiam.» Sem

¹ A sentença do acusador público, relativa aos cinco responsáveis do secretariado da A.F.G.E.S., era bastante lúcida: condenava-os por terem utilizado os fundos da associação estudantil para mandarem imprimir milhares de brochuras de inspiração situacionista, cuja «ampla difusão [...] representa uma ameaça à moralidade, aos estudos, à reputação e bem assim ao próprio futuro dos estudantes da Universidade de Estrasburgo».

descurarmos por completo a utilidade que a difusão de certas verdades sumárias pôde ter para acelerar muito ligeiramente o movimento que conduz a juventude retardatária francesa à tomada de consciência duma próxima crise social mais ampla, cremos ser atribuível uma importância muito mais clara à difusão deste texto, como factor de clarificação, nalguns outros países onde o processo já se encontra bastante mais manifesto. Escreveram os situacionistas ingleses na apresentação da sua edição do texto de Khayati: «A mais elevada crítica da vida moderna surgiu num dos menos desenvolvidos dentre os países modernos, num país que não atingiu ainda o ponto em que a desintegração completa de todos os valores se torna patente e óbvia, engendrando as correspondentes forças de rejeição social. No contexto francês, a teoria situacionista constituiu uma antecipação das forças sociais que deverão levar a cabo essa desintegração.» As teses da *Miséria no Meio Estudantil* foram muito mais efectivamente entendidas nos Estados Unidos ou na Inglaterra (em Março [de 1967]), a greve da London School of Economics causou uma certa impressão, descobrindo o comentador do *Times*, com tristeza, um regresso da luta de classes, que ele julgava já não existir). O mesmo acontece, em menor grau, na Holanda — onde a crítica da I.S., coincidindo com uma crítica mais cruel exercida pelos próprios acontecimentos, teve algum efeito na recente dissolução do movimento «Provo» — e nos países escandinavos. As lutas dos estudantes de Berlim Ocidental ocorridas este ano também retiveram alguma coisa desta crítica, embora ainda com um sentido muito confuso.

Mas, obviamente, a juventude revolucionária não dispõe de outra via que não seja a fusão com a massa dos trabalhadores, que, a partir da experiência das novas condições de exploração, vão retomar a luta pelo domínio do seu próprio mundo, pela supressão do trabalho. Quando a juventude começa a conhecer a presente forma teórica deste movimento real, que espontaneamente ressurgiu, por todo o lado, do solo da sociedade moderna, isso não passa de um momento no caminho através do qual esta crítica teórica unificada, que se identifica com uma *unificação prática* adequada, trata de romper o

silêncio e a organização geral da separação. É unicamente neste sentido que achamos o resultado satisfatório. Excluímos desta juventude, como é evidente, a fracção alienada aos semiprivilégios da formação universitária, onde se encontra a base natural pronta a um consumo admirativo duma suposta teoria situacionista sinónimo de última moda espectacular. Ainda não deixámos de decepcionar e desmentir este género de aprovação. Há-de ver-se, e bem, que a I.S. não deve ser julgada pelos aspectos superficialmente escandalosos de certas manifestações em que surge, mas pela sua verdade central, *essencialmente escandalosa*.

I. S. n.º 11, Outubro de 1967



Contribuições para rectificar a opinião do público a respeito da revolução nos países subdesenvolvidos

1

O papel eminentemente revolucionário da burguesia consistiu em ter introduzido a economia na História, de modo decisivo e irreversível. Detentora fiel desta economia, ela é, desde que surgiu, a detentora efectiva — embora por vezes inconsciente — da «História Universal». Pela primeira vez, esta deixou de ser um fantasma metafísico ou um acto do *Weltgeist*¹ para se tornar um facto material, tão concreto como a existência trivial de cada indivíduo. Desde o advento da

¹ Espírito do mundo.

produção mercantil, nada no mundo escapa ao desenvolvimento implacável deste neo-*fatum*¹ que é a invisível racionalidade económica: a *lógica da mercadoria*. Totalitária e imperialista por essência, esta reclama como terreno de acção o planeta inteiro e como servidores os homens na sua totalidade. Onde houver *mercadoria*, só pode haver escravos.

2

À coerência opressiva duma classe particular com vista a manter a humanidade na *pré-história*, o movimento revolucionário — produto directo e involuntário da dominação capitalista burguesa — opôs desde há mais de um século o projecto duma coerência libertadora, obra de todos e de cada qual, a intervenção livre e consciente na criação da *História*: a abolição real de toda a divisão em classes e a supressão da Economia.

3

Onde quer que tenha penetrado — ou seja, quase em todo o lado no mundo inteiro — o vírus da mercadoria altera sem cessar as formações socioeconómicas mais esclerosadas, levando milhões de seres humanos a descobrir na miséria e na violência o tempo histórico da economia. Onde quer que penetre, propaga o seu princípio destruidor, dissolve os vestígios do passado e leva ao extremo todos os antagonismos. Apressa, em suma, a revolução social. Todas as muralhas da China desabam à sua passagem, e mal se instala na Índia, tudo em seu redor se dissolve, eclodindo revoluções agrárias em Bombaim, no Bengala e em Madrasta: as zonas pré-capitalistas do mundo acedem à modernidade burguesa, mas sem a base material desta última. Tal como no caso do proletariado, também aqui as forças que a burguesia contribuiu para libertar, ou até para criar, vão agora virar-se contra ela e contra os seus servidores autóctones:

¹ Nova fatalidade.

a revolução dos subdesenvolvidos torna-se um dos principais capítulos da história moderna.

4

Se o problema da revolução nos países subdesenvolvidos se põe de modo particular, isto deve-se ao próprio desenvolvimento da História. Foi porque nestes países o atraso económico geral — mantido pela dominação colonial e pelas camadas que a sustentam —, bem como o subdesenvolvimento das forças produtivas, impediram o desenvolvimento de formações socioeconómicas que deveriam tornar imediatamente exequível a teoria revolucionária, elaborada, desde há mais de um século, a partir das sociedades capitalistas avançadas. A totalidade destes países, na altura em que entram em luta, ignoram a grande indústria, estando o proletariado longe de ser aí a classe maioritária. É o campesinato pobre que assume esta função.

5

Os diversos movimentos de libertação nacional surgiram muito depois da derrota do movimento operário, consecutiva à derrota da revolução russa, transformada logo no seu início em contra-revolução ao serviço duma burocracia pretensamente comunista. Esses movimentos ficaram pois sujeitos, quer conscientemente, quer por via duma falsa consciência, a todos os defeitos e fraquezas desta contra-revolução generalizada, não podendo ultrapassar, por força do atraso geral, nenhum dos limites impostos ao movimento revolucionário vencido. E foi justamente por causa da derrota deste último que os países colonizados ou semicolonizados tiveram de combater sozinhos o imperialismo. Mas combatendo-o só a ele, apenas numa parte do terreno revolucionário total, só o desalojaram *parcialmente*. Os regimes opressivos que se instalaram em todo o lado onde a revolução de libertação nacional julgou triunfar, constituem simplesmente uma das formas em que se opera *o regresso do recalcado*.

6

Sejam quais forem as forças que neles tenham participado, e seja qual for o radicalismo das suas direcções políticas, os movimentos de libertação nacional tiveram *sempre* como resultado o acesso das sociedades ex-colonizadas a *formas modernas do Estado* e a pretensões à modernidade na economia. Na China, *imago pater* dos revolucionários subdesenvolvidos, a luta dos camponeses contra o imperialismo norte-americano, europeu e japonês, tendo em conta a derrota do movimento operário chinês nos anos de 1925-1927, acabou por instalar no poder uma burocracia talhada segundo o modelo russo. O dogmatismo stalino-leninista com que doira a sua ideologia — recentemente reduzida ao catecismo vermelho de Mao — não passa da mentira e, no melhor dos casos, da falsa consciência que acompanham a sua prática contra-revolucionária.

7

O fanonismo¹ e o castro-guevarismo são a falsa consciência através da qual o campesinato realiza a imensa tarefa de livrar a sociedade pré-capitalista das suas sequelas semifeudais e coloniais e de aceder à dignidade nacional espezinhada pelos colonos e classes dominantes retrógradas. O ben-bellismo, o nasserismo, o titismo ou o maoísmo são as ideologias que anunciam o fim destes movimentos e a sua apropriação privada pelas camadas urbanas pequeno-burguesas ou militares; que anunciam a recomposição da sociedade de exploração, mas desta vez com novos donos e senhores e assentes em novas estruturas socioeconómicas. Em toda a parte onde o campesinato

¹ Referência a Frantz Fanon (1925-1961), psicanalista nascido na Martinica. Fanon põe em prática na Argélia técnicas de terapia social, escrevendo a partir dessas investigações um grande número de artigos e ensaios, na sequência de *Pele Negra, Máscaras Brancas*, de 1952, livro em que analisa o comportamento nevrótico do colonizado. Participa activamente nas lutas pela independência da Argélia (é um dos animadores do *El Moudjahid* clandestino), sendo depois embaixador em África do Governo Provisório argelino. O seu livro mais célebre, *Os Condenados da Terra*, exerceu grande influência na intelectualidade do Terceiro Mundo.

lutou vitoriosamente, pondo no poder as camadas que enquadraram e dirigiram a sua luta, foi ele o primeiro a suportar as suas violências e a pagar os enormes custos da sua dominação. A burocracia moderna, tal como a mais antiga (na China, por exemplo), edifica o seu poder e prosperidade com base na sobreexploração dos camponeses; a ideologia nada altera nisto. Na China ou em Cuba, no Egipto ou na Argélia, a burocracia exerce o mesmo papel e assume as mesmas funções.

8

No processo de acumulação do capital, a burocracia é a realização daquilo de que a burguesia era apenas o conceito. O que a burguesia fez durante séculos «no sangue e na lama», a burocracia quer realizá-lo consciente e «racionalmente» em algumas décadas. Mas a burocracia não pode acumular o capital sem acumular as imposturas: o que constituía o *pecado original* da riqueza capitalista é sinistramente baptizado «acumulação primitiva socialista». Tudo o que as burocracias subdesenvolvidas dizem, concebem e imaginam que é o socialismo, não passa, na realidade, do *neomercantilismo* acabado. «O Estado burguês sem burguesia» (Lénin) não pode ultrapassar as tarefas históricas da burguesia; e o país industrial mais desenvolvido mostra ao país menos desenvolvido a *imagem* do seu próprio desenvolvimento futuro. A burocracia bolchevique no poder não tinha nada de melhor a propor ao proletariado revolucionário russo do que «seguir a escola do capitalismo de Estado alemão». Todos estes poderes pretensamente socialistas são, no máximo, uma imitação subdesenvolvida da burocracia que dominou e venceu o movimento revolucionário na Europa. O que a burocracia pode ou é obrigada a fazer não emancipará a massa dos trabalhadores, nem melhorará substancialmente a sua condição social, porque isto não depende apenas das forças produtivas, depende da *sua apropriação pelos produtores*. O que ela todavia não deixará de fazer, é criar as condições materiais para realizar ambas as coisas. Ora terá a burguesia feito menos?

9

Nas revoluções burocrático-camponesas, só a burocracia visa consciente e lucidamente o poder. A tomada do poder corresponde ao momento histórico em que a burocracia se apodera do Estado e declara a sua independência perante as massas revolucionárias, antes mesmo da eliminação das sequelas coloniais e antes de ser efectivamente independente do estrangeiro. Ao entrar no Estado, a nova classe refugia-se na heteronímia militante, opondo-se a toda a autonomia das massas. Proprietária exclusiva da sociedade, declara-se a única representante dos seus interesses superiores. O Estado burocrático é nisto o Estado hegeliano realizado. A sua separação da sociedade consagra ao mesmo tempo a separação em classes antagónicas: a união momentânea da burocracia e do campesinato é apenas a fantástica ilusão com base na qual ambas realizam as imensas tarefas históricas da burguesia decaída. O poder burocrático edificado sobre as ruínas da sociedade colonial pré-capitalista não constitui a abolição dos antagonismos de classes; às antigas classes apenas substitui novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta.

10

Só é subdesenvolvido aquele que reconhece o valor positivo do poder dos seus senhores. A corrida para se chegar à reificação capitalista continua a ser a melhor via para o subdesenvolvimento reforçado. A questão do desenvolvimento económico é inseparável da questão do proprietário verídico da economia, do real dono e senhor da força de trabalho; o resto não passa de palavreado de especialistas.

11

Até aqui, de diversas maneiras, as revoluções dos países subdesenvolvidos apenas tentaram imitar o bolchevismo; trata-se doravante de o dissolver no *Poder dos Sovietes*.

O começo duma época

«Viveremos nós bastante para ver uma revolução política? nós, os contemporâneos destes alemães? Meu amigo, você acredita naquilo que deseja» — escrevia Arnold Ruge a Marx, em Março de 1844; e quatro anos depois a revolução lá estava. Como exemplo divertido duma inconsciência histórica que produz intemporalmente os mesmos efeitos, sustentada com maior substância por causas similares, a infeliz frase de Ruge foi citada em epígrafe n'*A Sociedade do Espectáculo*, livro publicado em Dezembro de 1967; seis meses depois aconteceu o movimento das ocupações, o maior movimento revolucionário que houve em França desde a Comuna de Paris.

A maior greve geral que paralisou a economia dum país industrial avançado, a primeira *greve geral e selvagem* da História; as ocupações revolucionárias e os esboços de democracia directa; o apagamento cada vez mais completo do poder estatal durante quase duas semanas; a verificação de toda a teoria revolucionária do nosso tempo, e até, aqui e ali, o começo da sua realização parcial; a mais importante experiência do movimento proletário moderno em vias de se constituir em todos os países na sua forma *acabada*, bem como o modelo que este doravante tem de superar — eis o que essencialmente foi o movimento francês de Maio de 1968, sendo esta *desde já* a sua vitória.

Mais adiante abordaremos as fraquezas e as falhas do movimento, naturais consequências da ignorância e da improvisação, bem como do peso morto do passado, mesmo onde o movimento pôde afirmar-se da melhor maneira; consequências, sobretudo, das *separações* que conseguiram defender, à justa, todas as forças congregadas para a manutenção da ordem capitalista, tendo-se os enquadramentos burocráticos político-sindicais dedicado a essa tarefa melhor do que a polícia na altura em que o conflito se tornou, para o sistema, uma

questão de vida ou de morte. Enumeremos porém, desde já, as indoles do movimento das ocupações no seu lugar *central*, onde se mostrou mais livre para traduzir, em palavras e actos, o seu conteúdo. Nesse lugar proclamou os seus objectivos *muito mais explicitamente* que qualquer outro espontâneo movimento revolucionário da História; objectivos esses muito mais radicais e presentes do que os enunciados, nos seus programas, pelas organizações revolucionárias do passado, mesmo nos seus melhores momentos.

O movimento das ocupações foi o súbito retorno do proletariado como classe histórica, *alargado* a uma maioria dos assalariados da sociedade moderna e tendendo sempre à abolição efectiva das classes e do salariado. Este movimento representou a redescoberta da história, ao mesmo tempo colectiva e individual, tornou patente o sentido da intervenção possível sobre a história e do acontecimento irreversível, com a percepção de que «nada seria como dantes»; as pessoas encravavam, divertidas, a existência *estranha* que levavam oito dias antes, aquela sua sobrevivência ultrapassada. Era a *crítica generalizada* de todas as alienações, de todas as ideologias e do conjunto da antiga organização da vida real, a paixão da generalização e da unificação. Num tal processo, a propriedade foi negada, vendo-se cada pessoa em casa fosse onde fosse. O *desejo desconhecido* do diálogo, da palavra integralmente livre, o apreço pela comunidade verdadeira, tinham encontrado o seu terreno nos edifícios abertos aos encontros e na luta comum; os telefones, que figuravam entre os raros meios técnicos ainda em funcionamento, e as andanças erráticas de tantos emissários e viajantes, em Paris e pelo país fora, entre as instalações ocupadas, as fábricas e as assembleias, mostravam o emprego real da comunicação. O movimento das ocupações foi evidentemente a rejeição do trabalho alienado; e foi por isso a festa, o jogo, a presença real dos homens e do tempo. Foi igualmente a rejeição de qualquer autoridade e especialização, de qualquer desapossamento hierárquico; foi a rejeição do Estado e, por isso mesmo, dos partidos e sindicatos, bem como dos sociólogos e dos professores, da moral repressiva e da

medicina. Todos quantos o movimento, num encadeamento fulminante — «Depressa», dizia apenas talvez um dos mais belos lemas escritos nas paredes —, tinha despertado, desprezavam radicalmente as suas antigas condições de existência, desprezando por isso os indivíduos que tinham trabalhado para nisso os manterem; desde as vedetas da televisão aos urbanistas. Conforme as ilusões stalinistas de muitos deles se iam dilacerando, nas suas formas diversamente adoçadas, de Castro a Sartre, iam também caindo em ruínas as rivais e solidárias imposturas de toda uma época. A solidariedade internacional ressurgiu espontaneamente, lançando-se para a luta em grande número os trabalhadores estrangeiros e acorrendo a França muitos revolucionários da Europa. A importância da participação das mulheres em todas as formas de luta foi um sinal decisivo da profundidade revolucionária do movimento das ocupações. A libertação dos costumes deu um grande passo. O movimento foi também a crítica, ainda parcialmente ilusória, da mercadoria (no seu inepto disfarce sociológico de «sociedade do consumo»), e foi já uma *rejeição* da arte, rejeição esta que ainda não se afirmara como *negação* histórica (embora na pobre fórmula abstracta de «imaginação ao poder», sem meios para pôr em prática este poder de tudo reinventar, e que, por falta de poder, mostrou falta de imaginação). O ódio afirmado em toda a parte pelos *recuperadores* ainda não possuía o saber teórico-prático de como eliminar os neo-artistas e neodirectores políticos, os neo-espectadores do próprio movimento que os desmentia. Se a crítica em actos do espectáculo da não-vida não pôde chegar à sua superação revolucionária, foi porque a tendência «espontaneamente conselhistas» do levantamento de Maio se mostrou desfasada em relação a todos os meios concretos, entre os quais a consciência teórica e organizativa que hão-de permitir-lhe traduzir-se em poder, sendo ela o único poder.

Escarremos de passagem nos comentários redutores e aviltantes e nos falsos testemunhos dos sociólogos, dos reformados do marxismo e de todos os doutrinários do velho ultra-esquerdismo em conserva ou

do ultramodernismo servil da sociedade espectacular; porque ninguém, entre os que *viveram* este movimento, poderá dizer que ele não continha tudo o que aqui registamos.

Escrevíamos nós, em Março de 1966, no n.º 10 da *Internationale Situationniste*: «Aquilo que em várias das nossas asserções parece ousado, são coisas que enunciamos com a certeza de as vermos confirmadas por uma demonstração histórica de inegável peso.» Não podíamos ter sido mais eloquentes.

Naturalmente, nada tínhamos profetizado. Disséramos o que *estava presente*: as condições materiais duma nova sociedade tinham desde há muito sido produzidas, a velha sociedade mantivera-se *em toda a parte* modernizando consideravelmente a sua opressão, e, ao desenvolver as suas contradições com uma *abundância* cada vez maior, o movimento proletário vencido voltava para um segundo assalto, mais consciente e total. Bem entendido, tudo isto que a História e o presente mostravam com evidência, muitos o pensavam e alguns até o diziam, mas abstractamente, e por isso no vazio, sem eco, sem possibilidade de intervenção. O mérito dos situacionistas consistiu simplesmente em reconhecer e designar os novos pontos de aplicação da revolta na sociedade moderna (pontos estes que não excluem os antigos, mas, pelo contrário, os repõem): urbanismo, espectáculo, ideologia, etc. Na medida em que esta tarefa foi realizada radicalmente, pôde por vezes suscitar, e em todo o caso reforçou grandemente, certas circunstâncias de revolta prática. Esta não perdeu eco, porque a crítica *sem concessões* tivera muito poucos portadores nos esquerdismos da época precedente. Se muitas pessoas *fizeram* aquilo que nós *escrevemos*, foi por termos registado essencialmente o negativo vivido por tantos outros antes de nós e também por nós mesmos. O que assim alcançou a consciência, na Primavera de 1968, foi simplesmente o que estava adormecido na noite da «sociedade espectacular», cujas *Feiras e Circos* alardeavam apenas um eterno cenário positivo. Quanto a nós, «coabitámos com o nega-



A Sorbonne ocupada

«Assembleias populares absolutamente livres no interior das universidades, ao mesmo tempo que na rua prossegue o reino ilimitado de Trépvov: eis um dos mais espantosos paradoxos da evolução política e revolucionária no Outono de 1905. ... "O povo" encheia os corredores, os anfiteatros e as salas. Os operários acorriam directamente da fábrica à universidade. As autoridades tinham perdido a cabeça. ... Não era porém qualquer doutrina que esta multidão inspirada absorvia. Teríamos gostado de ver discursar diante dela esses espertalhões reaccionários que afirmam não haver a mínima solidariedade entre os partidos extremistas e as massas. Mas não se atreveram. Ficaram metidos nas suas tocas, à espera duma trégua para caluniarem o passado.» — Trotsky, 1905

tivo», segundo o programa que em 1962 havíamos formulado (cf. «Geopolítica da hibernação», p. 85). E se referimos estes nossos «méritos», não é para nos aplaudirem, é tão-só para esclarecer, tanto quanto possível, outros que irão agir do mesmo modo.

Todos os que fechavam os olhos a esta «crítica em pleno combate» só podiam contemplar, na força inabalável da dominação moderna, a sua própria renúncia. O seu «realismo» anti-utópico não era sinónimo de realidade, da mesma maneira que uma esquadra da polícia ou a Sorbonne não são mais reais que estes mesmos edifícios incendiados ou ocupados. Quando os fantasmas subterrâneos da revolução total se ergueram, estendendo a sua força por todo o país, foram as autorida-

des do velho mundo que pareceram ilusões fantasmáticas sumindo-se à luz do dia. Muito simplesmente, após trinta anos de miséria, que na história das revoluções não contaram mais do que um mês, chegou este Maio que em si resume trinta anos.

Transformar os nossos desejos em realidade é um trabalho histórico preciso, exactamente oposto ao da prostituição intelectual que enxerta, em qualquer realidade existente, as suas ilusões de permanência. É o caso, por exemplo, do Lefebvre já citado no número anterior desta revista (Outubro de 1967), aventurando-se no seu livro *Posições Contra os Tecnocratas* (Gonthier) para chegar a uma conclusão categórica cuja pretensão científica não durou seis meses: «Os situacionistas [...] não propõem uma utopia concreta, propõem uma utopia abstracta. Imaginam eles que um belo dia as pessoas vão pôr-se a olhar umas para as outras e dizer "Basta! Já chega de labor e tédio! Acabemos com isto!", entrando assim na Festa Imortal, na criação das situações? O que aconteceu uma vez, na madrugada de 18 de Março de 1871, foi uma conjuntura que não voltará a ocorrer.» Deste jeito, Lefebvre via ser-lhe atribuída uma certa influência intelectual quando apenas copiava sub-repticiamente algumas teses radicais da I.S. (ver a reedição do nosso panfleto de 1963, *Para o caixote do lixo da História!*)¹, relegando para o passado a verdade duma

¹ Em 1963, no último número da revista *Arguments*, que «ignorava» a I.S. ao ponto de nunca a citar, apesar de se servir dela, Henri Lefebvre publicou um texto sobre a Comuna de Paris retomando os temas desenvolvidos pelos situacionistas num ensaio intitulado «Teses sobre a Comuna», em que estes expunham a perspectiva da revolução como uma festa, resultante da espontaneidade popular. Em resposta ao plágio, a I.S. difundiu nessa altura o citado panfleto, denunciando o «respeitável pensador» Lefebvre e a cumplicidade activa da *Arguments*. Em 1969, no n.º 12 da I.S. como comentário à fama de pensador original de que Lefebvre passara a gozar na imprensa na sequência de Maio 68, a I.S. reproduziu em *fac-simile* esse panfleto. Com efeito, um livro de Lefebvre editado em 1965, *La Proclamation de la Commune*, passara a ser apresentado como a obra que mais teria influenciado os estudantes em revolta, a partir, justamente, da noção da revolução como festa... Houve entre Lefebvre e os situacionistas influências mútuas,

crítica que na realidade provinha mais do *presente* do que da reflexão historicista do nosso autor. Alertava os seus leitores para a ilusão de uma luta presente poder voltar a deparar com tais resultados. Não se julgue que Henri Lefebvre é o único pensador que os actos ridicularizaram definitivamente; os que evitavam ter expressões tão cómicas como as suas pensavam da mesma maneira. Sob aquela sua emoção sentida em Maio, todos os *investigadores do nada histórico* admitiram ninguém ter previsto o que aconteceria. Convém todavia registarmos à parte todas as seitas de «bolcheviques ressuscitados», a respeito das quais é justo dizer-se que durante os últimos trinta anos jamais tinham cessado de prever a iminência da revolução de 1917. Mas também estes se enganaram, e muito: aquilo não era 1917 e eles nem sequer eram precisamente Lénin. Quanto aos restos do velho ultra-esquerdismo não trotskista, estes precisavam, pelo menos, duma crise económica de grande envergadura. Subordinavam todo e qualquer momento revolucionário ao regresso desta crise; e não lhes cheirava a nada. Agora que reconheceram a existência duma crise revolucionária em Maio, precisam de provar que nela estava presente, durante a Primavera de 68, a tal crise económica *invisível*. A isso se aplicam sem medo do ridículo, produzindo esquemas sobre o aumento do desemprego e dos preços. Deste modo, para eles a crise económica deixou de ser a realidade objectiva, terrivelmente visível, tão descrita e vivida até 1929, transformando-se numa espécie de presença eucarística que lhes vai sustentando a religião.

Da mesma maneira que seria necessário reeditar toda a colecção da *I.S.* para mostrar a que ponto estas pessoas se enganaram *antes*, seria também necessário escrever um grosso volume para percorrer as parvoíces e as meias confissões que desde Maio produziram. Limitemo-nos a citar o pitoresco jornalista Gausсен, que julgava poder sossegar os leitores do *Le Monde*, a 9 de Dezembro de 1966,

mas este exemplo é revelador da censura *especializada* exercida sobre a *I.S.* pelos comentadores profissionais.

escrevendo, a respeito da meia dúzia de doidos situacionistas, autores do escândalo de Estrasburgo, que estes depositavam «uma confiança messiânica na capacidade revolucionária das massas e na sua aptidão à liberdade». Hoje, bem entendido, a aptidão à liberdade de Frédéric Gausсен não progrediu um milímetro, mas cá o temos de novo, no mesmo jornal, a 29 de Janeiro de 1969, perturbadíssimo ao deparar por todo o lado com «o sentimento de que o sopro revolucionário é universal». «Alunos do ensino secundário em Roma, estudantes universitários em Berlim, “revoltosos” em Madrid, “órfãos” de Lénin em Praga, contestatários em Belgrado, todos se lançam ao ataque do mesmo mundo, o Velho Mundo...» E Gausсен, empregando quase as mesmas palavras de antes, atribui agora a todas estas multidões revolucionárias a mesma «crença quase mística na espontaneidade criadora das massas».

Não queremos estender-nos triunfalmente sobre os destroços de todos os nossos adversários intelectuais; não é porque este «trunfo», na realidade simplesmente o triunfo do movimento revolucionário moderno, não tenha um significado importante, é por causa da monotonia do assunto e da estrepitosa evidência da sentença pronunciada sobre todo o período que culminou em Maio: o reaparecimento da luta de classes directa, o reconhecimento de objectivos revolucionários *actuais*, o ressurgimento da História (antes, era a subversão da sociedade existente que parecia inverosímil; agora é a sua manutenção). Em vez de sublinharmos o que já foi verificado, o mais importante, a partir daqui, reside em enunciar os novos problemas; *criticar o movimento de Maio* e inaugurar a prática da nova época.

Em todos os outros países, a busca recente, de resto até agora confusa, duma crítica radical do capitalismo moderno (privado ou burocrático) não tinha ainda saído da base estreita que ela adquirira num sector do meio estudantil. Bem pelo contrário, e apesar do que simulam crer o governo e os jornais, bem como os ideólogos da sociologia modernista, *o movimento de Maio não foi um movimento de estudantes*. Foi um movimento revolucionário proletário, ressur-

gido de meio século de esmagamento, e, normalmente, *desapossado* de tudo; o seu desgraçado paradoxo consistiu em só poder falar e ganhar figura, de modo concreto, no *terreno* eminentemente desfavorável duma revolta de estudantes: nas ruas de que se apoderaram os amotinados do Bairro Latino em Paris e nos edifícios ocupados nesta zona, em geral dependentes da Educação Nacional. Em vez de perdermos tempo com a paródia histórica, efectivamente ridícula, dos estudantes leninistas ou stalinistas pró-chineses que se disfarçavam de proletários e se viam, do mesmo passo, como vanguarda dirigente do proletariado, o que convém retermos, pelo contrário, é que a fracção mais avançada dos trabalhadores, inorganizados e separados por toda a espécie de repressões, foi *disfarçada de estudantes* pelo imaginário tranquilizador dos sindicatos e da informação espectacular. O movimento de Maio não foi uma qualquer teoria política em busca dos seus executores operários: foi o proletariado activo em busca da sua consciência teórica.

O facto de a *sabotagem* da Universidade, por alguns grupos de jovens revolucionários que na realidade eram notórios *anti-estudantes*, tanto em Nantes como em Nanterre (referimo-nos aos «Enragés», e não, obviamente, à maioria do «22 de Março»,¹ que revezou tardia-

¹ Os *Enragés* foi o grupo que começou a agitação na Universidade de Nanterre e que depois aderiu à I.S. O Movimento do 22 de Março, com base no seu mais mediático membro, o então anarquista Daniel Cohn-Bendit, virá a ser o agrupamento oficialmente protagonista de Maio 68, que figura nos manuais. O situacionista René Viénet, no seu livro *Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations* (redigido em Bruxelas, onde os situacionistas mais comprometidos se tinham exilado, e publicado em Outubro de 1968 na Gallimard), define-o assim: «Todos eles consideravam ser-lhes impossível porem-se de acordo com base num qualquer elemento teórico, contando com a "acção colectiva" para ultrapassarem essa deficiência. [...] Todo o alarido sociológico e jornalístico sobre a "originalidade" do Movimento do 22 de Março esconde o simples facto de que o seu amálgama esquerdista, embora novo em França, era uma cópia directa do S.D.S. [Students for Democratic Society] norte-americano, também ele eclético e democrático e amiúde infiltrado pelas diversas e antigas seitas esquerdistas.»

mente a actividade dos primeiros), ter dado *ocasião* de desenvolver formas de luta directa pelas quais o descontentamento dos operários, sobretudo o dos jovens, já tinha optado nos primeiros meses de 1968 (em Caen e Redon, por exemplo), não foi uma circunstância nada fundamental; esta, aliás, em nada podia prejudicar o movimento. Nocivo foi que a greve, lançada como *greve selvagem*, contra todas as vontades e manobras dos sindicatos, tenha depois sido controlada pelos sindicatos. Estes aceitaram a greve que não tinham conseguido evitar, segundo a prática habitual de qualquer sindicato perante uma greve selvagem; com a diferença de a terem agora de aceitar em todo o país. E ao aceitarem esta greve geral «não oficial», viram-se aceites por ela. Ficaram por isso de posse das entradas das fábricas, *isolando do movimento real*, ao mesmo tempo, a imensa maioria dos operários como um todo e cada uma das empresas relativamente às restantes. De modo que a acção mais unitária e mais *radical* na sua crítica, e até então nunca vista, foi em simultâneo uma soma de isolamentos e um festival de banalidades nas reivindicações oficialmente mantidas.

Da mesma maneira que se viram obrigados a deixar a greve geral afirmar-se *em fragmentos* cujo desenlace foi uma quase unanimidade, os sindicatos trataram de liquidar a greve fragmentariamente, fazendo aceitar em cada ramo, pelo terrorismo da chantagem e as ligações monopolizadas, as migalhas que a 27 de Maio tinham justamente sido rejeitadas *por todos*. A greve revolucionária foi assim reduzida a um equilíbrio de *guerra fria* entre as burocracias sindicais e os trabalhadores. Os sindicatos *reconheceram* a greve com a condição de a greve reconhecer tacitamente, pela sua passividade na prática, *que não serviria para nada*. Os sindicatos não «perderam uma oportunidade» de ser revolucionários, pela simples razão de em nada o serem, dos stalinistas aos reformistas emburguesados. E não perderam uma oportunidade de ser *reformistas com grandes resultados* porque a situação era revolucionariamente perigosa demais para correrem o risco de brincar com ela — para se dedicarem, até, a tirar partido dela. O que eles muito visivelmente queriam, era que aquilo acabasse

com toda a urgência, fosse a que preço fosse. Neste capítulo, a hipocrisia stalinista, a que os sociólogos semi-esquerdistas se juntaram de forma admirável (cf. Coudray,¹ *La Brèche*, Seuil, 1968), fingiu, para utilização em momentos tão excepcionais, um extraordinário respeito pela competência dos operários, pela sua experiente «decisão», partindo do princípio, com o mais fantástico cinismo, que esta fora claramente debatida, adoptada com conhecimento de causa e identificada de maneira absolutamente unívoca — porque, finalmente, os operários sabiam na ponta da unha o que queriam, visto «não quererem a revolução!» Mas os obstáculos e as mordanças que os burocratas tiveram de acumular, suando angústia e mentira, perante a pretensa *não vontade* revolucionária dos operários, constituem a melhor prova da sua vontade real, desarmada e temível. Só esquecendo a totalidade histórica do movimento da sociedade moderna alguém se pode deleitar com o positivismo circular que julga ver a ordem existente como coisa racional, por elevar a sua «ciência» ao ponto de considerar esta ordem sucessivamente do lado da pergunta e da resposta. É assim que o mesmo Coudray assinala o seguinte: «se temos estes sindicatos, só podemos obter 5%, e se são 5% que queremos obter, para isto estes sindicatos bastam». Pondo de parte a questão de saber o que serão as suas intenções na vida real e nos interesses pessoais, o que pelo menos falta a todos estes cavalheiros é a dialéctica.

Os operários, que naturalmente tinham — como sempre e em toda a parte — excelentes motivos de descontentamento, encetaram a greve selvagem porque sentiram a *situação revolucionária* criada pelas novas formas de sabotagem na Universidade e pelos sucessivos erros do governo nas suas reacções. Os operários eram obviamente tão indiferentes como nós às formas ou reformas da instituição universitária; mas não o eram, com certeza, à crítica da cultura, da pai-

¹ Um dos pseudónimos de Cornelius Castoriadis (1922-1997), que teve vários outros (Chaulieu, Cardan, Delvaux), na época da revista *Socialisme ou Barbarie* (1949-1965). As relações desta revista com a I.S., embora conflituosas e quase sempre indirectas, foram importantes.

sagem e da vida quotidiana do capitalismo avançado, crítica esta que se propagou logo a partir do primeiro rasgão no véu universitário.

Os operários, ao fazerem a greve selvagem, *desmentiram os impostores* que falavam em seu nome. Na generalidade das empresas, não souberam tomar a palavra veridicamente por sua própria conta, *dizendo o que queriam*. Mas para dizerem o que querem, é antes de mais nada necessário que os trabalhadores criem, pela sua acção autónoma, as condições concretas, *em toda a parte inexistentes*, que lhes permitam falar e agir. A falta, quase em toda a parte, deste diálogo e desta ligação, bem como do conhecimento teórico dos objectivos autónomos da luta de classe proletária (duas categorias de factores que só podem desenvolver-se em conjunto), impediu os trabalhadores *de expropriarem os expropriadores da sua vida real*. Deste modo, o núcleo avançado dos trabalhadores, em torno do qual se há-de formar a próxima organização revolucionária proletária, apareceu no Bairro Latino na qualidade de *parente pobre* do «reformismo estudantil», ele próprio, em grande medida, produto artificial da pseudo-informação ou do ilusionismo grupuscular. Eram jovens operários; empregados; trabalhadores de escritórios ocupados; blusões negros e desempregados; alunos revoltados do ensino secundário, muitos deles filhos de operários que o capitalismo moderno recruta para um ensino à pressão destinado a preparar o funcionamento da indústria desenvolvida («*Stalinistas, os vossos filhos estão connosco!*»); «intelectuais perdidos» e «catangueses»¹.

É um facto evidente que uma proporção não negligenciável dos estudantes franceses, e sobretudo parisienses, participou no movimento; mas isto não pode servir para o caracterizar fundamentalmente, nem sequer ser aceite como um dos seus elementos principais. Em 150 000 *estudantes* parisienses, 10 a 20 000, no máximo, estiveram presentes nas horas menos duras das manifestações, e só alguns

¹ «Catangueses» foi o nome dado a ex-mercenários e outros «duros de roer» que participaram nos combates de Maio 68.

milhares nos violentos confrontos de rua. O único momento da crise que dependeu apenas dos estudantes — aliás um dos momentos decisivos da sua extensão — foi o motim espontâneo do Bairro Latino, a 3 de Maio, após a detenção pela polícia dos responsáveis esquerdistas da Sorbonne. No dia seguinte à ocupação da Sorbonne, cerca de metade dos participantes nas assembleias gerais, quando estas já tinham adquirido uma função insurreccional, eram ainda estudantes preocupados com as modalidades dos exames e desejosos duma qualquer reforma da Universidade que lhes fosse favorável. Sem dúvida, um número um pouco superior dos participantes *estudantes* admitia que a questão do poder estava na ordem do dia; mas admitiam-no, em



O fim da tranquilidade

«— Por que razão estavam misturados com os estudantes?», pergunta o presidente. «Havia também movimentos operários que ocupavam a faculdade. Estávamos lá a esse título.» Mas essa não é a opinião do presidente, que pensa tratar-se de acções de malfeitores de direito comum, aproveitando os acontecimentos para cometerem roubos.» — *Le Monde*, 14-9-68

«O general De Gaulle tomou o partido de transformar as estruturas, no mínimo cansadas, do nosso país ... É a via das reformas. É tarefa para uma geração, e é a única que pode evitar as revoluções de que Maio de 1968 constitui as primícias.» — Alain Griotteray, declaração citada no *Le Monde* de 12-4-69

geral, como ingénua clientela dos pequenos partidos esquerdistas, na qualidade de espectadores dos velhos esquemas leninistas ou até do exotismo extremo-oriental do stalinismo maoísta. Estes grupúsculos, com efeito, tinham a sua base quase exclusiva no meio estudantil; e a *miséria* que neste se tinha conservado era claramente legível na quase totalidade dos panfletos oriundos deste meio: o nada dos Kravetz, a parvoíce dos Péninou. As melhores intervenções dos operários que ali tinham ocorrido, nas primeiras jornadas da Sorbonne, foram amiúde acolhidas pela pedante e orgulhosa tolice destes estudantes que se imaginavam doutores especialistas das revoluções, embora se mostrassem sempre prontos a salivar, aplaudindo o estímulo do mais desajeitado manipulador que se saísse com qualquer inépcia citando «a classe operária». No entanto, o próprio facto de estes grupos recrutarem uma certa quantidade de estudantes é já um indício do mal-estar que vigora na sociedade actual: os grupúsculos são a expressão teatral duma revolta real e vaga que busca as suas razões nos saldos das ideias. Por fim, o facto de uma pequena fracção dos estudantes ter aderido autenticamente a todas as exigências radicais de Maio constitui mais um testemunho da profundidade deste movimento; e honra-os, naturalmente.

Embora vários milhares de estudantes tenham podido, como indivíduos, através da sua experiência de 1968, sair mais ou menos completamente do lugar que lhes está destinado na sociedade, a massa dos estudantes não foi transformada por essa experiência. Esta conclusão não decorre duma qualquer banalidade pseudomarxista que considera determinante a *origem* social dos estudantes, em grande maioria burguesa ou pequeno-burguesa, mas sim do destino social que define o estudante; porque *o devir* do estudante é já a realidade da sua natureza, sendo como é maciçamente fabricado e condicionado para o alto, médio e pequeno enquadramento da produção industrial moderna. O estudante, aliás, é desonesto quando se escandaliza ao «descobrir» esta lógica da sua formação — visto esta ter sido sempre francamente declarada. É evidente que as incertezas económicas quanto ao seu emprego ideal, e sobretudo a contestação

do carácter verdadeiramente desejável dos «privilégios» que a presente sociedade pode oferecer-lhe, tiveram um papel na sua perturbação e na sua revolta. Mas é nisto justamente que o estudante fornece o gado ávido de encontrar a sua marca de qualidade na ideologia dum qualquer grupúsculo burocrático. O estudante que sonha ser um bolchevique ou um stalinista conquistador (ou seja, maoísta), joga duas cartadas: espera vir a gerir um qualquer fragmento da sociedade na qualidade de quadro do capitalismo, graças ao simples resultado dos seus estudos escolares, caso a transformação do poder não corresponda às suas aspirações. E no caso de o seu sonho se realizar, imagina-se gerindo-a mais gloriosamente, com mais bela patente, na qualidade de quadro político «cientificamente» garantido. Os sonhos de dominação dos grupúsculos traduzem-se amiúde de modo desajeitado na expressão de desprezo que os seus fanáticos julgam poderem permitir-se em relação a alguns aspectos das reivindicações operárias, que frequentemente classificaram como «alimentares». Já nisto se vê despontar, na impotência que faria melhor calar-se, o desdém que estes esquerdistas gostariam de poder opor ao descontentamento futuro destes mesmos trabalhadores no dia em que eles, especialistas autopatentados dos interesses gerais do proletariado, pudessem segurar «nas suas frágeis mãos», oportunamente reforçadas, o poder estatal e a polícia, como em Cronstadt ou em Pequim. Uma vez posta de lado esta perspectiva dos que são os portadores de gérmens de burocracias soberanas, não se pode reconhecer nada de sério nas oposições sociológico-jornalísticas entre os estudantes rebeldes, que recusariam «a sociedade de consumo», e os operários, que estariam ávidos por a ela acederem. O consumo em questão é apenas o de mercadorias. É um consumo hierárquico, que aumenta para todos, mas hierarquizando-se mais. A redução e a falsificação do valor de uso existem para todos, embora desigualmente, na mercadoria moderna. Toda a gente vive este consumo das mercadorias espectaculares e reais numa pobreza fundamental, «porque o consumo não está para além da privação, constitui a privação enriquecida» (*A Sociedade do Espectáculo*). Os operários também passam a vida

a consumir o espectáculo, a passividade, a impostura ideológica e mercantil. Mas têm menos ilusões que os demais sobre as condições concretas que lhes impõe e sobre o que lhes custa, em todos os momentos da vida, a *produção* de tudo isto.

Por todas estas razões, os estudantes, como camada social também ela em crise, foram simplesmente, em Maio de 1968, a *retaguarda* de todo o movimento.

A deficiência quase geral da fracção dos estudantes que afirmava intenções revolucionárias foi sem dúvida lamentável, relativamente ao tempo livre que estes *teriam podido* dedicar à elucidação dos problemas da revolução; mas foi muito secundária. Pelo contrário, a deficiência da grande massa dos trabalhadores, dominada e amordaçada, embora muito desculpável, foi decisiva. A definição e a análise dos situacionistas quanto aos *momentos principais* da crise foram expostas no livro de René Viénet, *Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations*. Limitamo-nos aqui a resumir os pontos assinalados neste livro, redigido em Bruxelas, nas três últimas semanas de Julho [de 1969], com os documentos então disponíveis mas sem que uma única conclusão nos pareça dever ser modificada. De Janeiro a Março, o grupo dos Enragés de Nanterre (revezado tardiamente em Abril pelo Movimento do 22 de Março) levou a cabo com êxito a sabotagem das aulas e das instalações na Faculdade [de Letras] de Nanterre. A repressão pelo Conselho da Universidade, muito tardia e bastante desajeitada, completada com dois encerramentos sucessivos da Faculdade de Nanterre, levou ao motim espontâneo dos estudantes, ocorrido no dia 3 de Maio no Bairro Latino. A Universidade ficou paralisada pela polícia e pela greve. Uma semana de luta nas ruas deu ensejo aos jovens operários de se juntarem aos motins; aos stalinistas de se desacreditarem todos os dias graças às suas incríveis calúnias; aos dirigentes esquerdistas do S.N.E. Sup.¹ e dos grupúsculos de evidenciarem a sua falta de ima-

¹ Sindicato Nacional do Ensino Superior.

ginação e de rigor; ao governo, de empregar a força sempre fora de tempo, fazendo desastradas concessões.

Na noite de 10 para 11 de Maio, a sublevação que durante mais de oito horas se apoderou de toda a zona em redor da Rua Gay Lussac, resistindo ao longo de sessenta barricadas, despertou o país inteiro e levou o governo a uma capitulação de monta, retirando do Bairro Latino as forças de manutenção da ordem e reabrindo a Sorbonne, que ele já não podia pôr a funcionar. O período de 13 a 17 de Maio foi o da ascensão irresistível do movimento, tornando-se uma crise revolucionária geral; o dia 16 foi sem dúvida a jornada decisiva, quando as fábricas começaram a declarar-se pela greve selvagem. A 13, a simples jornada de greve geral, decretada pelas grandes organizações burocráticas para acabar em três tempos com o movimento (obtendo com ele, se possível, algumas vantagens laborais), na realidade não passou de um começo; foi quando os operários e os estudantes de Nantes atacaram o Governo Civil e quando os que voltaram a entrar na Sorbonne como ocupantes a abriram aos trabalhadores. A Sorbonne tornou-se de imediato um «clube popular»; em comparação com este, a linguagem e as reivindicações dos clubes de 1848 já parecem coisas tímidas. A 14, os operários de Nantes da Sud-Aviation ocuparam a fábrica, sequestrando os gestores. A 15, o seu exemplo foi seguido por duas ou três outras, mas a partir do dia 16, altura em que a base impôs a greve nas fábricas Renault de Billancourt,¹ já houve mais empresas a tomar a mesma iniciativa.

A quase totalidade das empresas irá seguir este exemplo e nos dias seguintes a contestação atingirá a quase totalidade das instituições, das ideias e dos hábitos. O governo e os stalinistas trataram febrilmente de travar a crise, apostando na dissolução da força principal que a activava, concedendo salários susceptíveis de fazer retomar o

¹ A aglomeração de Boulogne-Billancourt, na periferia imediata de Paris, a sudoeste, integrada na circunscrição administrativa de Nanterre, constituía na altura um bastião da classe operária (indústrias automóvel, aeronáutica, eléctrica), com um notável passado de lutas, adquirindo de imediato a eclosão da greve naquela zona uma dimensão política.

trabalho imediatamente. Mas no dia 27 a base rejeitou por toda a parte os «acordos de Grenelle».¹

O regime, que um mês de devoção stalinista não pudera salvar, viu-se perdido. Os próprios stalinistas encararam, no dia 29, o desmoronamento do gaullismo, preparando-se, a contragosto, para herdar com a restante esquerda o que ele lhes deixava: uma revolução social a desarmar ou a esmagar. Se perante o pânico da burguesia e o rápido desgaste do freio stalinista De Gaulle se tivesse retirado, o novo poder não teria passado da precedente aliança enfraquecida, mas *oficializada*: os stalinistas teriam defendido um governo, por exemplo, Mendès-France—Waldeck Rochet,² com milícias burguesas, activistas do partido e fragmentos do exército. Teriam tentado fazer, não uma coisa à Kerenski, mas à Noske. De Gaulle, mais firme que os quadros da sua administração, aliviou os stalinistas, anunciando, no dia 30, que tentaria manter-se por todos os meios, ou seja, chamando o exército para iniciar a guerra civil, para conter ou reconquistar Paris. «Os stalinistas, encantados, abstiveram-se cuidadosamente de apelar à continuação da greve até à queda do regime, apressando-se a aderir às eleições gaullistas, fosse qual fosse o preço a pagar. Em tais condições, a alternativa punha-se de imediato entre a afirmação autónoma do proletariado ou a derrota completa do movimento; entre a revolução dos Conselhos e os acordos de Grenelle. O movimento revolucionário não podia acabar com o P.C.F. sem primeiro ter apeado De Gaulle. Vendo-se simultaneamente bloqueada pelo velho Estado reafirmado e pelo P.C.F., a forma do poder dos trabalhadores

¹ As aceleradas negociações entre o governo e os sindicatos foram realizadas na Rua de Grenelle, em Paris, em 25-27 de Maio; daí o nome.

² Pierre Mendès-France, político socialista candidato às funções de primeiro-ministro num gorado governo da «esquerda unida» em Maio 68; Waldeck Rochet, secretário-geral do P.C.F. nessa altura. — O governo provisório do socialista Alexander Kerenski (Julho—Outubro de 1917), no início da Revolução Russa, foi tragado pelas contradições sociais antes mesmo de ser derrubado pelos bolcheviques. Pelo contrário, Noske, dirigente socialista alemão, foi o chefe militar, em Berlim, do sanguinário esmagamento da Revolução Alemã, em 1919.

que teria podido desenvolver-se na fase pós-gaullista da crise já não conseguiu ultrapassar a sua derrota em marcha.» (Viénet, *op. cit.*). O refluxo começou, embora os trabalhadores tenham prosseguido obstinadamente, durante uma ou várias semanas, a greve que todos os sindicatos, com insistência, queriam que eles acabassem. Naturalmente, a burguesia não tinha desaparecido em França; apenas se via muda de terror. E a 30 de Maio reapareceu, aliada à pequena-burguesia conformista, para apoiar o Estado. Mas este Estado, já tão bem defendido pela esquerda burocrática, só podia cair se quisesse — enquanto os trabalhadores não eliminassem a base do poder destes burocratas, impondo a forma do seu próprio poder autónomo. Os trabalhadores deixaram-lhe esta liberdade, sofrendo as normais consequências disso. Na sua maioria, não tinham identificado o sentido total do seu próprio movimento; e ninguém o podia fazer em seu lugar.

Se numa só grande fábrica, entre 16 e 30 de Maio, uma assembleia geral se tivesse constituído em *Conselho* detentor de todos os poderes de decisão e execução, expulsando os burocratas, organizando a autodefesa e apelando os grevistas de todas as empresas a estabelecer ligação com ela, este último passo qualitativo teria podido conduzir de imediato o movimento para a *luta final* de que traçou historicamente todas as directivas. Um grande número de empresas teria seguido a via assim descoberta. Imediatamente, esta fábrica teria podido substituir-se à incerta e, de todos os pontos de vista, excêntrica Sorbonne dos primeiros dias, para se tornar o centro efectivo do movimento das ocupações; e teriam aderido a esta base comum verdadeiros *delegados* dos numerosos conselhos já virtualmente existentes em certos edifícios ocupados, bem como dos outros que podiam impor-se em todos os ramos da indústria. Uma tal assembleia poderia então proclamar a expropriação de todo o capital, *incluindo o estatal*; anunciar que todos os meios de produção do país eram doravante propriedade colectiva do proletariado, organizado em democracia directa; e desafiar directamente — por exemplo, apoderando-se por

fim de alguns dos meios técnicos das telecomunicações — os trabalhadores do mundo inteiro a apoiarem esta revolução. Dirão alguns que esta hipótese é utópica. Por nós, respondemos: foi porque o movimento das ocupações esteve objectivamente, em vários momentos, a *uma hora* de semelhante resultado, que ele transmitiu um tal pavor, visível por toda a gente, naquela altura, na impotência do Estado e na inquietação do partido dito comunista, e ainda visível, desde então, na conspiração do silêncio instituída acerca da sua gravidade. Ao ponto de milhões de testemunhas, de novo presas à «organização social da aparência» que lhes apresenta esta época como uma loucura passageira da juventude — quiçá até unicamente universitária —, a si mesmas perguntarem se não será louca uma sociedade que pôde *deixar passar* tão assombrosa aberração.

Naturalmente, nesta perspectiva a guerra civil era inevitável. Se o confronto armado só tivesse dependido daquilo que o governo temia ou fingia temer nas eventuais más intenções do partido dito comunista, temor este que muito objectivamente residia na consolidação dum poder proletário directo, assente na sua base industrial (um poder obviamente total, e não um qualquer «poder operário» limitado a um pseudocontrole da produção da sua própria alienação), a contra-revolução armada, sem dúvida nenhuma, teria sido desencadeada num ápice. Mas esta não tinha a certeza de ganhar. Uma parte das tropas ter-se-ia evidentemente amotinado; os operários teriam sabido encontrar armas, deixando naturalmente de construir barricadas — boas, é claro, como forma de expressão *política* no início do movimento, mas irrisórias *estrategicamente* (todos os Malraux clamando *a posteriori* que os tanques se teriam apoderado da Rua Gay Lussac muito mais depressa que a polícia de intervenção, têm por certo razão neste pormenor; mas estariam eles então em condições de cobrir *politicamente* os dispêndios de semelhante vitória? Seja como for, a isso não se arriscaram, preferindo ficar quedos e mudos; e não foi seguramente por humanismo que digeriram esta humilhação). Uma invasão estrangeira teria sido o resultado inevitável dessa decisão,

tenham o que pensarem certos ideólogos (pode-se muito bem ter lido Hegel e Clausewitz e não se passar dum Glucksmann)¹, sem dúvida a partir das forças da N.A.T.O. mas com o apoio indirecto ou directo do «Pacto de Varsóvia». Nesse caso, porém, ter-se-ia de imediato arriscado tudo nesta nova jogada ante o proletariado da Europa.

Desde a derrota do movimento das ocupações, os que nele participaram, e também os que tiveram de o suportar, puseram com frequência esta questão: «Terá sido uma revolução?» A espalhada utilização, na imprensa e na vida quotidiana, duma expressão vilmente neutra — «os acontecimentos» —, assinala precisamente o recuo perante a resposta; e perante até a formulação da pergunta. É necessário situarmos esta questão à luz da sua verdade histórica. O «êxito» ou o «revés» duma revolução, referência trivial de jornalistas e governos, não significam neste caso coisa nenhuma, porque desde as revoluções burguesas *nenhuma revolução teve êxito*: nenhuma aboliu as classes. A revolução proletária, até hoje, não venceu em parte alguma; mas o processo prático através do qual o seu projecto se manifesta já criou uma dezena, pelo menos, de momentos revolucionários de extrema importância histórica, a que se convencionou dar o nome de revolução. Nunca o *conteúdo total* da revolução proletária neles se manifestou; mas tratou-se sempre duma interrupção essencial da ordem socioeconómica dominante e do aparecimento de novas formas e concepções da vida real, fenómenos variados que só podem ser compreendidos e avaliados na sua significação global, ela própria não separável do futuro histórico que pode conter. De todos os critérios parciais usados para atribuir ou não o título de revolução a determinado período de alterações no poder estatal, o pior é com certeza aquele que atribui importância ao facto de o específico regime governamental até então vigente ter mudado ou sobrevivido. Este critério, abundantemente invocado depois de

¹ Alusão a André Glucksmann, então dirigente maoísta, anos depois reciclado numa outra empresa confusionista, a corrente chamada «Nova Filosofia», lançada nos anos 80, publicitariamente, no quadro de mais uma renegação social-democrata do marxismo.

Maio 68 pelos pensadores do gaullismo, é o mesmo que permite à informação do dia a dia qualificar como revolução qualquer *putsch* militar que durante o ano tenha mudado o regime do Brasil, do Gana, do Iraque, e por aí fora. Mas a revolução de 1905 não abateu o poder tsarista, que apenas fez algumas concessões provisórias. A revolução espanhola de 1936 não suprimiu formalmente o poder político existente; surgiu aliás dum levantamento proletário iniciado para manter a República contra Franco. E a revolução húngara de 1956 não aboliu o governo burocrático-liberal de Nagy. Tendo em conta, além disso, outras limitações lamentáveis, o movimento húngaro revestiu muitos aspectos duma insurreição nacional contra a dominação estrangeira; e este carácter de resistência nacional, embora menos importante na Comuna de Paris, teve apesar de tudo um certo papel nas suas origens. Esta só suplantou o poder de Thiers no território de Paris. Em 1905, o soviete de São Petersburgo nunca chegou a dominar a capital. Todas as crises aqui citadas como exemplos, embora incompletas nas suas realizações práticas e até nos seus conteúdos, contribuíram apesar disso com bastantes novidades radicais e puseram bastante gravemente em xeque as sociedades que afectavam, podendo por isso ser legitimamente qualificadas como revoluções. Quanto a pretender-se avaliar as revoluções pela amplitude das carnificinas que provocam, esta é uma visão romântica que não merece ser discutida. Revoluções incontestáveis afirmaram-se em confrontos muito pouco sangrentos, foi esse até o caso da Comuna de Paris, que acabou num massacre; e muitos afrontamentos civis acumularam mortos aos milhares sem em nada serem revoluções. Em geral, não são as revoluções que são sangrentas, são-no a reacção e a repressão que numa segunda fase se lhes opõem. É sabido que a questão do número de mortos no movimento de Maio suscitou uma polémica a que os defensores da ordem, provisoriamente sossegados, voltam sem cessar. A verdade oficial reza que só houve cinco mortos, abatidos logo, entre os quais um único polícia. Todos os que o afirmam acrescentam ter sido uma sorte incrível. Mas o que muito sublinha a improbabilidade científica, é o facto de nunca ter sido admitido que algum dos muitos feridos graves

tenha morrido nos dias a seguir; e no entanto esta sorte singular não ficou a dever-se a uma rápida assistência médico-cirúrgica, sobretudo na noite da Rua Gay Lussac. Por outro lado, se uma vulgar falsificação para subestimar o número de mortos foi, *na altura*, muito útil a um governo encurralado, *depois*, por motivos diferentes, essa subestimação continuou a ser muito útil. Mas em geral as provas retrospectivas do carácter revolucionário do movimento das ocupações são tão evidentes como as que ele lançou à face do mundo *por existir*; a prova de que esboçara uma legitimidade nova reside no facto de o regime restabelecido em Junho nunca ter considerado que podia perseguir, para alcançar a mesma segurança interna do Estado, os responsáveis por acções manifestamente ilegais que parcialmente o tinham despojado da sua autoridade ou até dos seus edifícios. Mas o mais evidente, para quem conheça a história do nosso século, é o seguinte: tudo o que os stalinistas fizeram sem descanso, em todas as fases, para combater o movimento, prova que a revolução estava presente.

Ao passo que os stalinistas representaram, como sempre, por assim dizer o ideal da burocracia anti-operária na sua forma pura, os embriões burocráticos dos esquerdismos encontravam-se numa situação de desequilíbrio. Todos poupavam ostensivamente as burocracias de facto, tanto por cálculo como por ideologia (com excepção do «22 de Março», que poupava as infiltrações da J.C.R.,¹ dos maoístas, etc.). De modo que só lhes restava «empurrar para a esquerda» — mas apenas em função dos seus próprios cálculos deficientes — simultaneamente um movimento espontâneo muito mais extremista do que eles e aparelhos políticos que não podiam, de maneira nenhuma, fazer concessões ao esquerdismo numa situação tão manifestamente revolucionária. Por isso floresceram com abundância as ilusões pseudo-estratégicas: julgando certos esquerdistas que a ocupação dum qualquer ministério na noite de 24 de Maio teria asse-

¹ Juventude Comunista Revolucionária, organização trotskista.

gurado a vitória do movimento, enquanto outros manobravam nessa altura para evitarem um «excesso» que não entrava na sua própria planificação da vitória. Outros ainda, aguardando a concretização do sonho mais modesto de conservarem a gestão «responsável» e limpa da Universidade para nesta organizarem uma «Universidade de Verão», imaginaram que as faculdades se tornariam bases da guerrilha urbana (todas caíram, após a greve operária, sem se defenderem, e até a Sorbonne, quando ainda era o centro momentâneo do movimento em expansão, de portas abertas e quase despovoada ao fim da noite crítica de 16 a 17 de Maio, teria podido ser reconquistada em menos duma hora por um raide dos C.R.S.¹). Incapazes de ver que o movimento já ultrapassara a questão duma simples mudança política no Estado, e em que termos se punha o desafio real (uma consciencialização *coerente*, total, nas empresas), os grupúsculos agiram sem dúvida nenhuma contra esta perspectiva, espalhando com profusão as ilusões carcomidas e dando por todo o lado o mau exemplo do comportamento burocrático detestado por todos os trabalhadores revolucionários; arremedando, em suma, da maneira mais desastrada, todas as formas das revoluções do passado, tanto o parlamentarismo como a guerrilha de estilo zapatista, sem que esta pobre comédia correspondesse à mínima realidade. Os ideólogos atrasados dos pequenos partidos esquerdistas, adoradores dos erros dum passado revolucionário desaparecido, encontravam-se naturalmente muito desarmados para compreenderem um movimento *moderno*. Numa combinação da sümula eclética destes grupos, enriquecida com uma atamancada incoerência modernista, o Movimento do 22 de Março sintetizava quase todos os defeitos do confucionismo ingénuo. Os recuperadores estavam instalados nos órgãos dirigentes dos que receavam a «recuperação», de resto encarada vagamente como um perigo de natureza algo mística, devido ao desconhecimento das verdades elementares sobre a recuperação e a organização; sobre o que é um

¹ Companhias Republicanas de Segurança. Polícia de intervenção móvel especializada na repressão urbana.

delegado e sobre o que é um «porta-voz» irresponsável, detentor, por isso mesmo, da direcção, visto o principal poder efectivo do «22 de Março» ter consistido em falar aos jornalistas. As suas irrisórias vedetas iam declarar à imprensa, sob todos os projectores, que tinham o cuidado de não se tornarem vedetas.

Os «Comités de Acção», que se tinham formado espontaneamente um pouco por todo o lado, situaram-se na fronteira ambígua entre a democracia directa e a incoerência infiltrada e recuperada. Esta contradição dividia por dentro quase todos os comités. Mas a divisão era ainda mais clara entre os dois tipos principais de organização que o mesmo rótulo designava. Por um lado, houve comités constituídos numa base *local* (Comités de Acção de bairro ou de empresa, de ocupação de certos edifícios de que o movimento revolucionário se apoderou), ou formados para desempenharem certas tarefas especializadas cuja necessidade prática era óbvia, nomeadamente a extensão internacionalista do movimento (Comités de Acção italiano, magrebino, etc.). Por outro lado, multiplicaram-se os comités *profissionais*, tentativa de restauração do velho sindicalismo as mais das vezes para uso de semiprivilegiados e por isso de carácter nitidamente corporativo, tribuna dos especialistas separados que pretendiam, como tais, aderir ao movimento, sobreviver nele e obter certas vantagens graças à notoriedade adquirida («Estados Gerais do Cinema», União dos Escritores, C.A. do Instituto de Inglês, e por aí fora). A oposição dos métodos de uns e outros comités era ainda mais notória que a dos seus objectivos. Nos primeiros comités, as decisões eram executórias; nos segundos, não passavam de intenções abstractas. Nos primeiros, prefiguravam o poder revolucionário dos Conselhos; nos segundos, arremedavam os grupos de pressão do poder estatal.

Os edifícios ocupados, quando não ficaram sob a autoridade dos «leais gerentes» sindicalistas e na medida em que não se viram isolados como possessão pseudofeudal da assembleia dos seus habituais

utentes universitários (por exemplo, a Sorbonne dos primeiros dias, os edifícios abertos aos trabalhadores e aos vadios pelos «estudantes» de Nantes, o I.N.S.A. onde se instalaram operários revolucionários de Lião, o Instituto Pedagógico Nacional), constituíam um dos sinais mais fortes do movimento. A lógica própria a estas ocupações podia conduzir aos melhores aperfeiçoamentos; convirá notar, aliás, a que ponto este movimento, que se manteve paradoxalmente tímido ante a perspectiva da *requisição* das mercadorias, não mostrou a mais leve inquietação pelo facto de já se ter apropriado duma parte do capital imobiliário do Estado.

Se é verdade que a adopção deste exemplo acabou por ser impedida nas fábricas, convém dizer também que o estilo criado por muitas destas ocupações deixava muito a desejar. Quase em todo o lado, as rotinas conservadas impediram que se visse o alcance da situação, os instrumentos que ela facultava à acção em curso. Por exemplo, o n.º 77 de *Informations Correspondance Ouvrières* (Janeiro de 1969) objecta ao livro de Viénet — que referia a sua presença em Censier — o facto de os trabalhadores desde há muito em contacto através deste boletim «não “terem assento”, na Sorbonne, em Censier ou fosse lá onde fosse; que todos se encontravam empenhados na greve nos seus locais de trabalho», bem como «nas assembleias e na rua». «Nunca pensaram ter, fosse de que género fosse, uma “permanência” nas faculdades, e ainda menos pensaram organizar-se como “ligação operária” ou “conselho”, mesmo com vista à “manutenção das ocupações”». Tudo coisas que declaram considerar como «uma participação em organismos paralelos cuja finalidade consistiria em substituírem-se ao trabalhador». Mais à frente, *I.C.O.* acrescenta que mesmo assim o seu grupo tinha feito em Censier «duas reuniões por semana», porque «as faculdades, e Censier, nomeadamente, por ser mais calma, dispunham de salas gratuitas». Deste modo, os escrúpulos dos trabalhadores do boletim *I.C.O.* (que temos de imaginar como trabalhadores tão eficazes como modestos nos sítios onde se empenham na greve, nos seus locais

precisos de trabalho e nas ruas circunvizinhas) levaram-nos a ver num dos aspectos mais originais da crise tão-só a possibilidade de substituírem o seu café habitual por salas gratuitas numa faculdade calma. Admitem também, mas de modo igualmente satisfeito, que muitos dos seus camaradas «deixaram rapidamente de assistir às reuniões do *I.C.O.* por nelas não encontrarem resposta ao desejo de “fazer qualquer coisa”». Por conseguinte, «fazer qualquer coisa» tornou-se automaticamente, para estes trabalhadores, a vergonhosa tendência de uma pessoa se substituir «ao trabalhador», por assim dizer ao ser do trabalhador em si, que só existiria, por definição, na fábrica onde trabalha, onde por exemplo os stalinistas o hão-de obrigar a calar-se e onde o grupo *I.C.O.* deveria, como é natural, esperar que todos os trabalhadores se libertassem puramente *in loco* (de contrário, não correremos nós o risco de nos substituímos a este verdadeiro trabalhador ainda mudo?). Uma tal opção ideológica pela dispersão representa um desafio à necessidade cuja urgência vital tantos trabalhadores sentiram em Maio: a coordenação e a comunicação das lutas e das ideias a partir de bases de encontro livres, exteriormente às suas fábricas submetidas à polícia sindical. O grupo *I.C.O.*, no entanto, nem antes nem depois de Maio levou até ao fim o seu raciocínio metafísico. *I.C.O.* existe como publicação policopiada graças à qual algumas dezenas de trabalhadores se resignam a «substituir» as suas análises às que podem fazer espontaneamente algumas centenas de outros trabalhadores que não o redigiram. O n.º 78, de Fevereiro [de 1969], informa-nos até que «num ano, a tiragem de *I.C.O.* passou de 600 a 1000 exemplares». Mas o Conselho para a Manutenção das Ocupações, por exemplo, que parece chocar a virtude do colectivo *I.C.O.*, só ao ocupar o Instituto Pedagógico Nacional, e sem contar as suas outras actividades ou publicações do momento, pôde fazer imprimir gratuitamente, numa tiragem de 100 000 exemplares, graças a um acordo estabelecido de imediato com os grevistas da tipografia do I.P.N. de Montrouge [periferia sul de Paris], textos cuja tiragem foi distribuída, na sua grande maioria, entre outros trabalhadores em greve e a respeito dos quais ninguém até à data se lembrou de dizer

que o conteúdo tinha em vista, no mínimo que fosse, substituir-se às decisões de qualquer trabalhador. A participação nas ligações asseguradas pelo C.M.D.O., em Paris e na província, nunca foi contraditória com a presença de grevistas nos seus locais de trabalho (nem, bem entendido, nas ruas). Além disso, alguns tipógrafos grevistas do C.M.D.O. acharam óptimo trabalhar nas máquinas disponíveis, fosse lá onde fosse, de preferência a manterem-se passivamente na «sua» empresa.

Os puristas da inacção operária perderam assim, em tais oportunidades, a ocasião de tomar a palavra, em resposta a todas as vezes em que foram obrigados a um silêncio transformado entre eles numa espécie de hábito orgulhoso; mas a presença duma multidão de infiltrados neobolcheviques mostrou-se muito mais nociva. O pior ainda foi a enorme *falta de homogeneidade* da assembleia que, nos primeiros dias da Sorbonne, se tornou, sem o ter desejado nem sequer claramente compreendido, o centro exemplar dum movimento que arrastou as fábricas. Esta falta de homogeneidade social decorria, antes de mais, do esmagador peso numérico dos estudantes, apesar da boa vontade de muitos deles, peso esse agravado ainda por uma bastante forte proporção de visitantes cujas motivações eram meramente turísticas; foi uma tal base objectiva que permitiu as mais grosseiras manobras dos Péninou ou dos Krivine. A ambiguidade dos participantes juntava-se à ambiguidade essencial dos actos duma assembleia improvisada que, por força das circunstâncias, acabava por *representar* (em todos os sentidos da palavra e por isso também no pior) a perspectiva conselheira para todo o país. Esta assembleia tomava simultaneamente decisões para a Sorbonne — mal, de resto, de maneira mistificada: nunca conseguiu sequer dominar o seu próprio funcionamento — e para a sociedade em crise: queria e proclamava, em termos desajeitados mas sinceros, a união com os trabalhadores, a negação do velho mundo. Ao lembrarmos os seus erros, não devemos esquecer quanto foi *ouvida*. O mesmo n.º 77 de *I.C.O.* censura os situacionistas por terem então procurado nesta assembleia o

acto exemplar capaz de «entrar na lenda»; de nela terem colocado algumas cabeças «no pódio da História». Quanto a nós, cremos não ter atribuído a ninguém o papel de vedeta numa tribuna histórica, mas pensamos também que vem muito a despropósito a afectação de superior ironia destas «belas almas» operárias. Porque aquilo *foi mesmo* uma tribuna histórica.

Visto a revolução haver perdido, os mecanismos sociotécnicos da falsa consciência tinham naturalmente de se restabelecer, no essencial intactos; ao confrontar-se o espectáculo com a sua pura negação, nenhum reformismo pode vir depois avaliar acima do seu valor, nem que seja com 7%, as concessões que faz à realidade. Aos menos informados, bastaria mostrar uma análise dos cerca de *trezentos livros* publicados, só em França, no ano a seguir ao movimento das ocupações. Não é o número de livros que deve ridicularizar-se ou condenar-se, como acharam necessário certos obcecados pelo perigo da recuperação; estes, de resto, não precisam de se inquietar, visto em geral não terem grande coisa capaz de provocar a cupidez dos recuperadores. O facto de tantos livros terem sido publicados significa sobretudo que a importância histórica do movimento foi profundamente sentida, apesar das incompreensões e das denegações interesseiras. O que é criticável, muito mais simplesmente, é o facto de em trezentos livros não haver mais de dez que mereçam ser lidos, quer se trate de narrativas ou análises exteriores a ideologias risíveis ou de colectâneas de documentos não falsificados. A subinformação ou a falsificação, que nestas obras dominam em absoluto, tiveram uma aplicação específica no modo como quase todos os seus autores escreveram sobre a actividade dos situacionistas. Sem falar dos livros que se limitam a silenciar este ponto e sem referir as imputações absurdas, seleccionámos três estilos de inverdade, em conformidade com os mesmos três tipos de obras. O primeiro modelo consiste em limitar a acção da I.S. a Estrasburgo, dezoito meses antes, como primeiro desencadeamento longínquo duma crise de que ela depois teria desaparecido (é esta também a posição do livro dos

Cohn-Bendit¹, que chega ao cúmulo de não dizer uma palavra sobre a existência do grupo dos «Enragés» em Nanterre). O segundo modelo, mentira desta feita positiva e já não por omissão, afirma contra todas as evidências que os situacionistas aceitaram estabelecer um contacto qualquer com o Movimento do 22 de Março; e muitos até nos metem por completo neste grupo. O terceiro e último modelo apresenta-nos como um grupo autónomo de irresponsáveis e furiosos, surgindo de surpresa, ou até à mão armada, na Sorbonne ou noutros sítios, para semear uma desordem monstruosa; e proferindo as mais extravagantes exigências.

É no entanto difícil negar uma certa continuidade na acção dos situacionistas em 1967-1968. Tudo indica até que esta continuidade tenha precisamente sido vista como coisa desagradável pelos que pretendem, estribados em grandes entrevistas ou no recrutamento de adeptos, que lhes atribuam um papel de líder do movimento, papel que a I.S., quanto a ela, sempre rejeitou; a estúpida ambição desta gente leva alguns a esconder o que justamente sabem um pouco melhor do que outros. A teoria situacionista, para muitos, esteve na origem desta crítica generalizada que produziu os primeiros incidentes da crise de Maio e prodigamente se manifestou com esta crise. Isto não decorria apenas da nossa intervenção contra a Universidade de Estrasburgo. Os livros de Vaneigem e Debord, por exemplo, nos meses anteriores a Maio, já tinham sido divulgados a 2 ou 3000 exemplares cada um, sobretudo em Paris, tendo uma proporção invulgar dessas tiragens sido lida por trabalhadores revolucionários (segundo certos indícios, estes dois livros terão sido, pelo menos relativamente à sua tiragem, *os mais roubados* nas livrarias no ano de 1968). Através do grupo dos Enragés, a I.S. pode gabar-se de ter tido influência na origem exacta da agitação em Nanterre, que tão longe levou. E cremos não ter ficado muito aquém do grande movimento espontâneo das massas que dominou o país em Maio de 1968, tanto

¹ Referência ao livro dos irmãos Cohn-Bendit, Daniel e Gabriel, *Le Gauchisme, remède à la maladie sénile du communisme*, de 1968.

pelo que fizemos na Sorbonne como pelas diversas formas de acção que depois o Conselho para a Manutenção das Ocupações pôde levar a cabo. Além da I.S. propriamente dita, ou dum grande número de pessoas que perfilhavam as suas teses e agiram em consequência, muitas outras defenderam perspectivas situacionistas, quer por influência directa, quer inconscientemente, pelo facto de tais perspectivas serem em grande medida as que esta época de crise revolucionária continha de modo objectivo. Os que duvidarem podem *ler as paredes* (citamos, no entanto, para quem não tenha tido esta experiência directa, a colectânea de fotografias publicada por Walter Lewino, *L'imagination au pouvoir*, Losfeld, 1968).

Podemos pois afirmar que a minimização sistemática da I.S. é apenas um pormenor semelhante à minimização actual, e normal na óptica dominante, de todo o movimento das ocupações. A espécie de inveja sentida por certos esquerdistas, e que muito contribui para esta depreciação, é aliás absurda. Os grupúsculos mais esquerdistas não têm motivo nenhum para se apresentarem como rivais da I.S., porque a I.S. não é um grupo como eles; não lhes faz concorrência no terreno do militantismo nem pretende, como eles, dirigir o movimento revolucionário em nome duma interpretação pretensamente «correcta» desta ou daquela verdade petrificada extraída do marxismo ou do anarquismo. Ver a questão como uma concorrência é esquecer algo de essencial: contrariamente a estas repetições abstractas em que antigas conclusões sempre actuais nas lutas de classes são inextricavelmente misturadas num monte de erros ou imposturas que entre si se dilaceram, a I.S. trouxe sobretudo um *espírito novo* aos debates teóricos sobre a sociedade, a cultura e a vida. Este espírito era sem dúvida revolucionário e pôde ligar-se, em certa medida, ao efectivo movimento revolucionário que recomeçava. E foi porque este movimento também possuía um carácter novo que ele teve *semelhanças* com a I.S. e parcialmente adoptou, por sua própria conta, as teses situacionistas; essa relação não ocorreu segundo o tradicional processo político da adesão ou do seguidismo. O carácter em grande medida inédito deste movimento prático é precisamente visível nesta *influência*,

de todo estranha a um qualquer papel directivo, que a I.S. veio a exercer. Todas as tendências esquerdistas — incluindo o «22 de Março», que na sua misturada continha leninismo, stalinismo à chinesa, anarquismo e até umas pitadas de «situacionismo» não percebido — se baseavam muito explicitamente num longo passado de lutas, doutrinas e exemplos publicados e discutidos vezes sem conta. Essas lutas e publicações tinham sem dúvida sido amordaçadas pela reacção stalinista e descuradas pelos intelectuais burgueses. Mas eram, apesar disso, infinitamente mais acessíveis que as posições inéditas da I.S., que só tinham sido divulgadas pelas nossas próprias publicações e actividades recentes. Se os raros documentos conhecidos da I.S. depararam com uma tal audiência, foi obviamente porque uma parte da crítica prática mais avançada se reconhecia nesta linguagem. Por isso nos vemos agora em boa posição para expor a essência do que Maio 68 foi, mesmo na sua feição apenas latente; para tornar conscientes as tendências inconscientes do movimento das ocupações. Outros, que mentem, dizem nada haver a entender neste desencadeamento absurdo; ou só descrevem como um todo, no ecrã da ideologia, os seus aspectos reais mais antigos e menos importantes; ou então prosseguem o «argumentismo»¹, agora através de novos temas do «questionamento», auto-alimentado por este «questionamento». Têm a seu favor os grandes jornais e as pequenas amizades, a sociologia e as grandes tiragens. Nós nada disso possuímos, e o nosso direito à palavra só de nós provém. No entanto, o que eles dizem de Maio sumir-se-á na indiferença e será esquecido; e aquilo que nós dizemos irá permanecer, acabando por ser entendido e retomado.

A influência da teoria situacionista lê-se, tanto como nas paredes, nas acções dos revolucionários de Nantes e nas dos Enragés em Nanterre, diversamente exemplares. Na imprensa do início de 1968, é visível a indignação que respondeu às novas formas de acção inauguradas ou sistematizadas pelos Enragés. Nanterre-na-Lama transfor-

¹ Alusão à revista *Arguments* e à tendência que alimentou. Ver nota da p. 263.

mava-se, nessa imprensa, em «Nanterre-da-Loucura», porque um belo dia uns quantos «vadios da universidade» concluíram que «tudo o que é discutível é para ser discutido» e quiseram «que isso se soubesse».

Na realidade, os que então se encontraram e formaram o *Grupo dos Enragés* não tinham uma ideia preconcebida de agitação. Estes «estudantes» só frequentavam a universidade para salvar as aparências e *para sacar as bolsas*. O que aconteceu foi que as rotinas e os bairros da lata lhes pareceram coisas menos odiosas que os edifícios em cimento armado, a pacóvia presunção estudantil e o fingimento dos professores modernistas. Tinham imaginado naquilo um resto de humanidade, e só viram miséria, chatice ou impostura no caldo de cultura onde de parceria patinhavam Lefebvre e a sua honestidade, Touraine e o fim da luta de classes, Bourricaud e os seus duros de roer, Lourau e o seu futuro. Estes, ainda por cima, conheciam as teses situacionistas, sabiam que as cabeças pensantes do gueto as conheciam, pensavam nisso muitas vezes e daí extraíam o seu modernismo. Os Enragés, por conseguinte, decidiram que toda a gente o havia de ficar a saber e trataram de desmascarar a fraude, reservando para mais tarde a busca de outros terrenos de jogo; bem sabiam que pondo a desandar os impostores e os estudantes e destruindo a Faculdade a sorte lhes reservaria outros encontros, a outra escala, e que então «ventura e desgraça forma ganhariam».

O seu passado, que não escondiam (origem maioritariamente anarquista, mas também surrealista e, num caso, trotskista), inquietou logo aqueles com quem de início tropeçaram: os velhos grupúsculos esquerdistas, trotskistas do C.L.E.R.¹ ou estudantes anarquistas, incluindo Daniel Cohn-Bendit, todos em disputa sobre a falta de futuro da U.N.E.F. e da função de psicólogo. A opção que os Enragés tomaram, levando-os a muitas exclusões sem indulgências inúteis, garantiu-os contra o êxito que depressa tiveram junto duma vintena

¹ Comité de Ligação dos Estudantes Revolucionários.

de *estudantes*; essa opção livrava-os também dos aderentes frouxos, de todos os que espreitavam um situacionismo sem situacionistas onde pudessem instalar as suas obsessões e misérias. Nestas condições, o grupo, que chegou às vezes a ter quinze membros, foi a mais das vezes constituído por meia dúzia de agitadores. Era quanto bastava.

Os métodos que os Enragés utilizaram, em especial a sabotagem das aulas, hoje banais nas faculdades e nos liceus, escandalizaram profundamente, tanto os esquerdistas como os bons estudantes, chegando os primeiros a organizar serviços de ordem para protegerem os professores duma chuva de injúrias e de laranjas podres. A generalização do insulto merecido e do grafito, a promoção do boicote incondicional dos exames, a distribuição de panfletos nas instalações universitárias e, em suma, o escândalo diário da sua existência, lançaram contra os Enragés a primeira tentativa de repressão. A 25 de Janeiro [de 1968], Riesel e Bigorgne são convocados à reitoria; no início de Fevereiro, Cheval é expulso da residência universitária; no final de Fevereiro, Bigorgne é proibido de frequentar a faculdade (sendo depois expulso da Universidade francesa, por cinco anos, no início de Abril). Alimentada pelos grupúsculos, uma agitação mais estreitamente política começara a desenvolver-se paralelamente.

Entretanto, os velhos macacos da Reserva Universitária, perdidos no imbróglia da encenação do seu «pensamento», só tardiamente se inquietaram. Foi por isso necessário forçá-los a fazer caretas, como Morin exclamando, verde de despeito, sob os aplausos dos estudantes: «No outro dia mandaram-me para o caixote do lixo da História...» — Interrupção: «Como terás tu conseguido sair de lá?» — «Prefiro estar do lado dos caixotes do lixo do que do lado dos que os manuseiam, e seja como for prefiro estar do lado dos caixotes do lixo do que do lado dos crematórios!» Ou como Touraine, babado de raiva e aos berros: «Estou farto dos anarquistas, e ainda mais dos situacionistas! Por enquanto sou eu quem manda aqui, e se um dia fossem

vocês, punha-me a andar daqui pra fora e ia para onde reconhecem o meu trabalho.» Só um ano mais tarde as descobertas destes precursores tiveram aplicação, nos artigos de Raymond Aron e Etiemble protestando contra a impossibilidade de trabalharem e contra a ascensão do totalitarismo esquerdista e do fascismo vermelho. A partir de 26 de Janeiro, e até 22 de Março, as interrupções violentas das aulas foram quase diárias, alimentando uma agitação permanente com vista à realização de vários projectos que abortaram: previu-se, para o início de Maio, a publicação duma brochura, e para o início de Março a invasão e pilhagem do edifício administrativo da faculdade com a ajuda dos revolucionários de Nantes. Mas antes mesmo de ver tais coisas, o reitor Grappin denunciou na sua conferência de imprensa de 28 de Março «um grupo de estudantes irresponsáveis que desde há meses perturbam as aulas e os exames e praticam na faculdade métodos de guerrilha [...] Estes estudantes não fazem parte de nenhuma organização política conhecida. Constituem um elemento explosivo num meio muito sensível.» Quanto à brochura, a tipografia dos Enragés andou menos depressa que a revolução; e depois da crise renunciaram a publicar um texto que teria parecido mostrar-se profético após o acontecimento.

Tudo isto explica o interesse que os Enragés mostraram pela sessão nocturna de 22 de Março, apesar da desconfiança que o conjunto dos outros protestatários lhes inspirava. Enquanto Cohn-Bendit, já uma *star* no firmamento de Nanterre, parlamentava com os menos decididos, dez Enragés instalaram-se sozinhos no sala do Conselho da Faculdade, juntando-se-lhes apenas 22 minutos depois... o futuro «Movimento do 22 de Março». É sabido (cf. o livro de Viénet) como e por que razão os Enragés se retiraram desta farsa. Além disso, viam que a polícia não aparecia e que não poderiam, com aquela gente, concretizar o único objectivo que se tinham fixado para a noite: destruir por completo os ficheiros dos exames. Às primeiras horas do dia 23, decidiam excluir cinco de entre eles que tinham recusado abandonar a sala com receio de «se separarem das massas» estudantis!

É picante, sem dúvida, verificarmos que nas origens do movimento de Maio se dá um ajuste de contas com os dúplices pensadores do bando argumentista. Mas ao atacarem a disforme coorte dos pensadores subversivos a soldo do Estado, os Enragés faziam mais do que despejar uma querela antiga: agiam já como *movimento das ocupações* em luta pela ocupação real, por todos os homens, de todos os sectores da vida social regidos pela mentira. Da mesma maneira, ao escreverem nas paredes de betão «tomem os vossos desejos pela realidade», destruíam a ideologia recuperadora da «imaginação ao poder», pretensiosamente lançada pelo «22 de Março». É que eles tinham desejos, e os outros não tinham imaginação.

Os Enragés quase não voltaram a Nanterre em Abril. As veleidades de democracia directa alardeadas pelo Movimento do 22 de Março eram obviamente irrealizáveis em tão má companhia e eles recusavam de antemão o lugarzinho que de boa vontade lhes destinavam na qualidade de jocosos extremistas, à esquerda da irrisória «Comissão de Cultura e Criatividade». Em contrapartida, a adopção pelos estudantes de Nanterre, embora com um confuso objectivo anti-imperialista, de algumas das técnicas de agitação dos Enragés, significava que o debate começava a ser posto no terreno que estes tinham querido definir. Os estudantes de Paris que atacaram a polícia no dia 3 de Maio, em resposta à última das inépcias da administração universitária, provaram-no também: o violento panfleto de advertência dos Enragés, *A Raiva nas Entranhas*, distribuído a 6 de Maio, só pôde indignar os leninistas que o texto denunciava, de tal modo correspondia exactamente ao movimento real: em dois dias de combates de rua, os amotinados tinham encontrado o seu modo de usar. A actividade autónoma dos Enragés terminou de maneira tão consequente como tinha começado. Visto os recuperadores esquerdistas se terem inspirado neles, trataram-nos *de situacionistas* antes até de estarem na I.S., julgando poderem ocultá-los graças ao alarde com que se mostravam aos jornalistas que os Enragés tinham evidentemente rechaçado. O próprio termo de «Enragés», com que Riesel deixou uma marca

inesquecível no movimento das ocupações, adquiriu tardiamente e durante certo tempo um significado publicitário «cohn-bendista».¹

A rápida sucessão das lutas de rua, nos primeiros dez dias de Maio, congregara de imediato os membros da I.S., os Enragés e alguns outros camaradas. Este acordo foi formalizado logo a seguir à ocupação da Sorbonne, a 14 de Maio, quando se federaram num «Comité Enragés-I.S.», que nesse dia começou a publicar alguns documentos com esta assinatura. Disso resultou uma mais ampla expressão autónoma das teses situacionistas no interior do movimento, mas não se tratava de estabelecer princípios particulares a partir dos quais pretendéssemos modelar o movimento real; ao dizer o que pensávamos, dizíamos *quem* éramos, quando tantos se disfarçavam para explicar que se impunha seguir a política correcta do seu comité central. Nessa noite de 14 de Maio, a assembleia geral da Sorbonne, efectivamente aberta aos trabalhadores, decidiu organizar ali o seu poder, e René Riesel, que nela tinha sustentado as posições mais radicais a respeito da própria organização da Sorbonne e da extensão total da luta encetada, foi eleito para o primeiro Comité de Ocupação. No dia 15, os situacionistas presentes em Paris enviaram para a província e para o estrangeiro uma circular, intitulada *Aos membros da I.S., aos camaradas que se declararam de acordo com as nossas teses*. Este texto analisava sucintamente o processo em curso e a sua evolução possível, por ordem decrescente de probabilidades — esgotamento do movimento caso ficasse limitado «aos estudantes antes de a agitação antiburocrática ter penetrado mais no meio operário»; repressão; «revolução social?». Continha ainda um relatório da nossa actividade até então e lançava um apelo com vista à mais ampla acção imediata «para dar a conhecer, apoiar e alargar a agitação». Propúnhamos os seguintes temas imediatos em

¹ O termo *Enragés* (à letra: Arrebatados, Enraivecidos) tem em francês uma ressonância política precisa. Os Enragés foram uma das fracções mais radicais da Revolução Francesa de 1789; reivindicando a democracia directa, eram representantes autênticos e veementes das aspirações populares, deles fazendo parte muitos jovens e mulheres.

França: «a ocupação das fábricas» (soubera-se da ocupação da Sud-Aviation, ocorrida na véspera à noite); «constituição de Conselhos Operários; encerramento definitivo da Universidade, crítica completa de todas as alienações». Convém notar que era a primeira vez, desde que a I.S. existia, que pedíamos a alguém, incluindo aos mais próximos das nossas posições, que fizesse alguma coisa. Por isso a nossa circular teve eco, e nomeadamente nalgumas das cidades onde o movimento de Maio se impôs com mais vigor. No dia 16 à noite, a I.S. lançou uma segunda circular, expondo a evolução do dia e prevendo «um confronto de grande amplitude». A greve geral interrompeu esta série de circulares, retomada, com outra forma, após o 20 de Maio, pelos emissários que o C.M.D.O. enviava à província e ao estrangeiro.

O livro de Viénet descreveu em pormenor a maneira como o Comité de Ocupação da Sorbonne, reeleito em bloco pela assembleia geral do dia 15 à noite, viu desaparecer na ponta dos pés a maioria dos seus membros, que cediam perante as manobras e tentativas de intimidação dum burocracia informal que tratava de se assenhorar de novo da Sorbonne (U.N.E.F., M.A.U., J.C.R., etc.). Os Enragés e os situacionistas viram-se assim na necessidade de assumir a responsabilidade do Comité de Ocupação nos dias 16 e 17 de Maio. Não tendo depois a assembleia geral aprovado os actos com que este Comité exercera o seu mandato, e não os tendo tão-pouco desaprovado (os manipuladores impediram qualquer votação da assembleia), decláramos imediatamente que saíamos desta Sorbonne debilitada, saindo então connosco todos quantos se tinham reunido em torno deste Comité; deste modo se constituiu o Conselho para a Manutenção das Ocupações. É necessário sublinhar que o segundo Comité de Ocupação, eleito depois da nossa saída, se manteve em funções, igual a si mesmo da gloriosa maneira que se sabe, até ao regresso da polícia em Junho. *Nunca mais tratou de fazer reeleger todos os dias pela assembleia os seus delegados revogáveis*. Este Comité de profissionais acabou até muito depressa, depois disso, por suprimir as

assembleias gerais, que a seu ver só davam azo a perturbações e eram uma perda de tempo. Os situacionistas, pelo contrário, podem resumir a sua acção na Sorbonne nesta única fórmula: «todo o poder à assembleia geral». Tem por isso muita piada ouvir falar agora do *poder situacionista* na Sorbonne, quando a realidade deste «poder» consistiu em lembrar constantemente o princípio da democracia directa ali e em toda a parte, em denunciar incessantemente recuperadores e burocratas, em exigir da assembleia geral que assumisse as suas responsabilidades *tomando decisões* e tornando executórias todas as suas decisões.

O nosso Comité de Ocupação, devido à sua atitude consequente, provocara a indignação geral dos manipuladores e burocratas esquerdistas. Se defendemos na Sorbonne os princípios e os métodos da democracia directa, nem por isso alimentávamos ilusões sobre a composição social e o nível geral de consciência desta assembleia; tínhamos presente o paradoxo duma delegação mais firme que os seus mandantes nesta vontade de democracia directa e víamos que isto não podia durar muito. Mas tínhamos sobretudo tratado de pôr ao serviço da greve selvagem, que então começava, os meios, nada desprezíveis, que a posse da Sorbonne nos facultava. Foi assim que o Comité de Ocupação tomou pública a 16 de Maio, pelas 15 horas, uma breve declaração apelando «à ocupação imediata de todas as fábricas de França e à formação de Conselhos Operários». O resto do que nos foi censurado era quase nada em comparação com o escândalo que causou em todo o lado — excepto no seio dos «ocupantes de base» — este «temerário» empenhamento da Sorbonne. No entanto, nesse momento, duas ou três fábricas estavam ocupadas, uma parte dos transportadores das N.M.P.P.¹ tentava bloquear a distribuição dos jornais e várias oficinas da Renault, como se soube duas horas depois, começavam com êxito a paralisação do trabalho. É caso para pergun-

¹ Nouvelles Messageries de la Presse Parisienne, distribuidora nacional de livros e publicações.

tar como podiam indivíduos sem título pretender gerir a Sorbonne não sendo partidários do sequestro pelos trabalhadores de todas as propriedades do país. A nosso ver, ao pronunciar-se daquela maneira, a Sorbonne forneceu uma última resposta ainda em sintonia com o movimento a que as fábricas em boa hora davam seguimento, ou seja, em sintonia com a resposta que as fábricas davam às primeiras e limitadas lutas do Bairro Latino. Este apelo não ia certamente contra as intenções da maioria das pessoas que então se encontravam na Sorbonne e que tanto fizeram para o propagar. De resto, ao alastrarem as ocupações de fábricas, até os burocratas esquerdistas se tornaram partidários de um facto a respeito do qual não tinham ousado comprometer-se na véspera, continuando embora a hostilizarem os Conselhos. O movimento das ocupações não tinha, é claro, necessidade duma aprovação da Sorbonne para se estender a outras empresas. Mas, além de que nesse momento cada hora contava para pôr todas as fábricas em ligação com a acção encetada por algumas, ao mesmo tempo que os sindicatos tentavam por todo o lado ganhar tempo para impedirem a paralisação do trabalho, e de que um tal apelo, a partir da Sorbonne, obteve logo grande difusão, incluindo radiofónica, com a luta que começava parecia-nos muito importante apontar para o *máximo* a que ela devia tender imediatamente. As fábricas, porém, não chegaram a formar Conselhos, e os grevistas que começaram a ocorrer à Sorbonne não puderam descobrir ali o seu modelo.

Podemos muito bem pensar que este apelo contribuiu para abrir, aqui e ali, algumas perspectivas de luta radical. Em todo o caso, figura certamente entre os factos desse dia que mais temores inspiraram. É sabido que o primeiro-ministro, às 19 horas, fez difundir um comunicado afirmando que o governo, «perante diversas tentativas anunciadas ou estimuladas por grupos extremistas com vista a provocarem uma agitação generalizada», faria tudo para manter «a paz civil» e a ordem republicana «caso a reforma universitária não fosse mais que um pretexto para lançar o país na desordem». Ao mesmo tempo, foram chamados 10 000 reservistas da polícia de segurança

pública. De facto, a «reforma universitária» não passava dum pretexto, mesmo para o governo, que escondia debaixo desta honrosa necessidade, por ele tão bruscamente descoberta, o recuo a que se vira obrigado ante a sublevação no Bairro Latino.

O Conselho para a Manutenção das Ocupações, ocupando primeiramente o Instituto Pedagógico Nacional, na Rua d'Ulm, agiu o melhor que pôde durante a crise, para a qual, de resto, logo que a greve se tornou geral e se imobilizou na defensiva, nenhum grupo revolucionário organizado então existente podia contribuir de modo notável. Congregando os situacionistas, os Enragés e uns trinta a sessenta outros revolucionários conselhistas (menos de um décimo eram estudantes), o C.M.D.O. assegurou um grande número de ligações em França e no exterior, tratando especialmente, já para o fim do movimento, de dar a conhecer o seu significado aos revolucionários de outros países que podiam inspirar-se nele. Publicou um certo número de cartazes e documentos, sendo os principais o *Relatório sobre a Ocupação da Sorbonne*, de 19 de Maio; *Pelo poder dos Conselhos Operários*, de 22; e a *Mensagem a Todos os Trabalhadores*, de 30 de Maio; os mais importantes tiveram tiragens de uns 200 000 exemplares. O C.M.D.O., que não fora dirigido nem recrutado por ninguém com vista a um qualquer futuro, «decidiu dissolver-se no dia 15 de Junho [...] O C.M.D.O. não procurou obter nada para si, nem procedeu a um qualquer recrutamento de participantes com vista a uma existência permanente. Os seus participantes não separaram os objectivos pessoais dos objectivos gerais do movimento. Eram indivíduos independentes, associados para uma luta, em bases concretas, num momento preciso; e voltaram a ser independentes após essa luta.» (Viénet, *op. cit.*). O Conselho para a Manutenção das Ocupações fora assim «um elo, não um poder».

Houve quem nos censurasse, em Maio e desde então, por termos criticado toda a gente, apresentando a actividade dos situacionistas como a única aceitável. É inexacto. Aprovámos o movimento das

massas, em toda a sua profundidade, bem como as notáveis iniciativas de dezenas de milhares de pessoas. Aprovámos o comportamento de alguns grupos revolucionários que tivemos oportunidade de conhecer, em Nantes e Lião, bem como os actos de todos os que estiveram em contacto com o C.M.D.O. Os documentos citados por Viénet mostram com toda a evidência que além disso aprovámos *parcialmente* muitas declarações emanadas de Comitês de Acção. E com certeza teríamos também concordado com muitos grupos ou comitês que não pudemos conhecer durante a crise, caso tivéssemos tido ocasião de ser informados a seu respeito — sendo ainda mais patente que, ignorando-os, não pudemos de maneira nenhuma criticá-los. Dito isto, porém, quando se trata dos pequenos partidos esquerdistas e do «22 de Março», de Barjonet ou de Lapassade,¹ muito surpreendente seria esperarem de nós uma aprovação polida, conhecendo as nossas posições prévias e sabendo qual foi neste período a actividade das pessoas em questão.

Também nunca pretendemos que certas formas de acção ocorridas no movimento das ocupações — com excepção talvez das bandas desenhadas críticas — tiveram origem, directamente, nos situacionistas. Pelo contrário, a origem de todas essas formas encontra-se nas *lutas operárias* «selvagens»; desde há anos, têmo-las citado em vários números da nossa revista, especificando a sua proveniência. Foram os operários os primeiros a atacar a sede dum jornal, protestando contra a falsificação das informações publicadas a seu respeito (em Liège, em 1961); que incendiaram automóveis (em Merlebach [Leste da França], em 1962); que começaram a escrever nas paredes as fórmulas da nova revolução («Aqui acaba a liberdade», numa parede da fábrica Rhodiaceta, em 1967). Podemos em contrapartida assinalar, como evidente prelúdio à actividade dos Enragés em Nanterre, que em Estrasburgo, a 26 de Outubro de 1966, pela primeira vez, um professor da Universidade foi atacado e posto fora da

¹ André Barjonet, dirigente da C.G.T., central sindical na órbita do P.C.F.; Georges Lapassade, sociólogo, colaborador da revista *Arguments*.

sua cátedra; foi o destino a que os situacionistas expuseram o cibemético Abraham Moles quando da sua lição inaugural.

Todos os nossos textos publicados durante o movimento das ocupações mostram que os situacionistas nunca nessa altura propagaram ilusões sobre as possibilidades dum êxito completo do movimento. Sabíamos que este movimento revolucionário, objectivamente possível e necessário, partira subjectivamente de muito baixo: espontâneo e disperso, ignorando o seu próprio passado e a totalidade dos seus objectivos, surgia após meio século de esmagamento e tinha pela frente todos os seus vencedores ainda bem instalados, burocratas e burgueses. Uma vitória duradoura da revolução era apenas, a nosso ver, uma ínfima possibilidade, entre 17 e 30 de Maio. Mas visto essa possibilidade existir, apresentámo-la como o *máximo* em jogo, a partir dum certo ponto que a crise atingira, no qual, sem dúvida, valia a pena arriscar. Nessa altura, independentemente do seu dever, o movimento constituía já uma grande vitória histórica e, pensando isso, pensávamos também que *só metade* do que já acontecera teria sido um resultado muito significativo.

Ninguém pode negar que a I.S., nisto oposta por igual a todos os grupúsculos, se recusou a fazer toda e qualquer propaganda a seu favor. Nem o C.M.D.O. empunhou a «bandeira situacionista», nem nenhum dos nossos textos desse período falou da I.S., excepto para responder ao impudente convite para uma frente comum lançado por Barjonet¹ logo a seguir ao comício de Charléty. E entre as múltiplas siglas publicitárias dos grupos com vocação dirigente, não se viu, nas paredes de Paris, uma só inscrição evocando a I.S.; apesar de os nossos partidários serem sem dúvida os mais notórios mestres nessas inscrições murais.

¹ O comício no estádio de Charléty, em Paris, onde também estiveram representados esquerdistas, brandindo a bandeira «unitária» pretendeu ser uma plataforma para um eventual governo da «esquerda unida».

Parece-nos, e apresentamos esta conclusão antes de mais aos nossos camaradas de outros países que venham a enfrentar uma crise desta natureza, que estes exemplos mostram aquilo que podem fazer, no primeiro estágio de reaparecimento do movimento revolucionário proletário, uns quantos indivíduos, coerentes no essencial. Em Maio, só se encontravam em Paris uns dez situacionistas e Enragés, e nem um na província. Mas a favorável conjunção do improvisado revolucionário espontâneo e duma espécie de aura de simpatia que rodeava a I.S. tornaram possível coordenar uma acção bastante vasta, não só em Paris mas em várias grandes cidades, como se se tratasse duma organização preexistente de âmbito nacional. Mais amplamente até do que esta organização espontânea, uma espécie de vaga e misteriosa



Barricada spartaquista

«Noske dispara com a artilharia — Spártacus só tem infantaria — As granadas já caem nas nossas fileiras — Os cães de Noske sobre Büxenstein se lançam.» — *Canção dos operários, soldados e marinheiros de Berlim, 1919*, citada em Georges Glaser, *Secret et Violence*

«Na Rua Gay Lussac os rebeldes — só têm carros pra incendiar [...] Como granizo nos lançam — granadas, gases de cloro — E nós, as armas que temos — só pás e facas a esmo» — *Canção do C.M.D.O.*

ameaça situacionista foi sentida e denunciada em muitos lados; dela eram portadores umas centenas ou quiçá uns milhares de indivíduos que os burocratas e os moderados qualificavam como situacionistas e, mais amiúde, segundo a abreviatura popular surgida nesta época, como *situs*. É para nós uma honra que este termo de «situ», cuja origem pejorativa parece situar-se na linguagem de certos meios estudiantis da província, não só servisse para designar os participantes mais extremistas do movimento das ocupações como também incluísse conotações evocadoras de vândalo, ladrão, vadio.

Não pensamos que evitámos cometer erros. É também para instrução de camaradas que possam ver-se ulteriormente em circunstâncias semelhantes que aqui os enumeramos.

Na Rua Gay-Lussac, onde nos juntávamos em pequenos grupos reunidos espontaneamente, cada um destes grupos encontrou várias dezenas de pessoas conhecidas ou que nos conheciam apenas de vista e vinham falar connosco. E depois cada qual, na admirável desordem que este «bairro libertado» apresentava, muito antes até do inevitável ataque dos polícias, se afastava em direcção a uma ou outra «frenteira» ou a um ou outro preparativo de defesa. De modo que, não só todos esses grupos acabaram por ficar mais ou menos isolados, mas também os nossos próprios grupos não puderam juntar-se, as mais das vezes. Foi da nossa parte um grande erro não termos pedido imediatamente a todos os grupos que se mantivessem juntos. Em menos duma hora, um grupo a agir dessa maneira ter-se-ia inevitavelmente multiplicado, congregando toda a gente que conhecêssemos entre os das barricadas — onde cada um de nós dava com mais amigos que num ano inteiro vagueando por Paris. Poderíamos assim ter formado um bando de duzentas a trezentas pessoas conhecidas entre si, capazes de agir em conjunto, coisa que justamente mais falta fez nesta luta dispersa. Sem dúvida, a nossa relação numérica com as forças que cercavam todo o bairro, com efectivos três vezes superiores aos amotinados, e isto sem falar da superioridade do seu armamento, condenava à partida esta luta. Mas o tal grupo a que aludimos

teria permitido uma certa liberdade de manobra, quer graças a um contra-assalto num ponto do perímetro atacado, quer avançando com as barricadas para leste da Rua Mouffetard, zona bastante mal defendida pela polícia até horas tardias, de modo a abrir uma via de retirada para todos os que foram apanhados na rede (só por sorte escaparam algumas centenas, graças ao precário refúgio da Escola Normal Superior).

No Comité de Ocupação da Sorbonne, fizemos mais ou menos tudo o que podíamos, dadas as condições e a precipitação do momento. Não nos podem censurar por não termos feito mais para modificar a arquitectura deste lúgubre edifício, que não tivemos tempo de percorrer. É verdade que ali subsistia uma capela fechada; mas nós tínhamos lançado, através de cartazes, um apelo aos ocupantes — e Riesel, também, na sua intervenção na assembleia geral de 14 de Maio — para a destruímos rapidamente. Por outro lado, a «Rádio Sorbonne» não existe como aparelho *emissor*; e ninguém nos pode censurar por não a termos utilizado. É evidente que não encarámos nem preparámos o incêndio do edifício, no dia 17 de Maio, apesar de ter corrido esse boato na sequência de certas calúnias obscuras dos grupúsculos; mas esta data é quanto basta para mostrar a que ponto um tal projecto teria sido impolítico. Tão-pouco nos dispersámos nas minudências, seja qual for a utilidade que lhes atribuíamos; é pois pura fantasia o que Jean Maitron adianta, ao escrever que «o restaurante e a cozinha da Sorbonne [...] ficaram até Junho controlados pelos "situacionistas". Muito poucos estudantes entre eles. Muitos jovens sem trabalho.» (*La Sorbonne par elle-même*, p. 114, Éditions Ouvrières, 1968). Devemos, todavia, criticar-nos pelo seguinte erro: os camaradas encarregados de enviar para a impressão os panfletos e declarações emanados do Comité de Ocupação a partir das 17 horas do dia 16 de Maio, substituíram a assinatura «Comité de Ocupação da Sorbonne» por «Comité de Ocupação da Universidade Autónoma e Popular da Sorbonne», sem ninguém ter ponderado essa alteração. É evidente que isto constituía um retro-

cesso com alguma importância, porque o único interesse que a Sorbonne tinha para nós era ela constituir *um edifício de que o movimento revolucionário se apoderara*, levando aquela assinatura a crer que reconhecíamos a este lugar físico a sua pretensão a ser ainda uma *universidade*, embora «autónoma e popular»; coisa esta que desprezamos, e tanto mais deplorável por parecermos aceitá-la naquela altura. Um erro de inatenção, menos importante, foi cometido a 17 de Maio quando um panfleto, emanado de operários da base vindos da Renault, foi difundido com a assinatura «Comité de Ocupação». O C.O. agira muito bem ao fornecer meios de expressão, sem censura nenhuma, a estes trabalhadores, mas era necessário explicitar que o texto era redigido por eles, sendo apenas *editado* pelo Comité de Ocupação; e isto tanto mais quanto estes operários, apelando a continuarem-se as «marchas até à Renault», naquela altura ainda admitiam o argumento mistificador dos sindicatos sobre a necessidade de se manterem encerrados os portões da fábrica, para que a sua abertura não pudesse dar pretexto a um ataque da polícia e constituir, para esta, uma vantagem.

O C.M.D.O. esqueceu-se de fazer registar em cada uma das suas publicações a menção «impresso por operários em greve», que certamente teria sido exemplar, em perfeita sintonia com as teorias que os textos evocavam e dando uma excelente réplica à habitual marca sindical das tipografias que laboram para a imprensa. Erro mais grave ainda: ao mesmo tempo que se fazia uma excelente utilização do telefone, descurámos por completo o uso do telex, que tornava possível contactarmos muitos edifícios e fábricas ocupados em França e transmitirmos informações para toda a Europa. Singularmente, descurámos o circuito utilizável dos observatórios astronómicos, que nos era acessível pelo menos a partir do ocupado Observatório de Meudon [região parisiense].

Dito isto, porém, e porque se trata de formular um juízo sobre o essencial, reunindo e considerando todas estas iniciativas da I.S., não vemos em que deveria ela ser alvo de censura.

Vejamos os principais *resultados*, até agora, do movimento das ocupações. Apesar de vencido, este movimento não foi de modo nenhum *esmagado*. Tal é, sem dúvida, o ponto mais notável e de maior interesse prático. Aparentemente, nunca uma crise social de tamanha gravidade pudera acabar sem que a repressão viesse enfraquecer, por um período mais ou menos longo, a corrente revolucionária, numa espécie de contrapartida com que esta tem de pagar a experiência histórica concretizada. Como se sabe, o poder não manteve nenhuma repressão propriamente política, embora, como é óbvio, além dos muitos estrangeiros expulsos por via administrativa, várias centenas de revoltosos tinham sido condenados, nos meses a seguir, por delitos considerados «de direito comum». (Apesar de mais de um terço dos efectivos do Comité para a Manutenção das Ocupações ter sido preso nos diversos afrontamentos, nenhum dos seus membros foi alvo de tais medidas, pelo facto de a retirada do C.M.D.O., em fim de Junho, ter sido muito bem conduzida.) Todos os responsáveis políticos que não souberam, no fim da crise, escapar à detenção, foram libertados após algumas semanas de prisão, não sendo nenhum deles levado a tribunal. O governo teve de se decidir a este novo recuo apenas para obter uma aparência de calma na reabertura das aulas e uma *aparência de exames* no Outono de 1968; logo no fim de Agosto, bastou a pressão do Comité dos Estudantes de Medicina para obter esta importante concessão.

A amplitude da crise revolucionária desequilibrou com gravidade «aquilo que foi atacado frontalmente [...] a economia capitalista *a funcionar bem*» (Viénet), não por causa do aumento, perfeitamente suportável, concedido sobre os salários, nem sequer por causa da paralisação total da produção durante várias semanas, mas sobretudo porque a burguesia francesa *perdeu a confiança na estabilidade do país*; coisa que — juntando-se aos outros aspectos da actual crise monetária nas trocas internacionais — levou à evasão maciça dos capitais e à crise do franco, surgida logo em Novembro (as reservas nacionais em divisas passaram de 30 biliões de francos em Maio de 1968 para 18 biliões em

ano depois). Após a desvalorização *atrasada* de 8 de Agosto de 1969, o *Le Monde* do dia seguinte começava a aperceber-se de que «o franco, como o general [De Gaulle], tinha “morrido” em Maio».¹

O regime «gaullista» não passava de um ínfimo pormenor nesta contestação geral do capitalismo moderno. Mas o poder de De Gaulle foi, também ele, atingido em Maio com um golpe mortal. Apesar do seu restabelecimento em Junho — objectivamente fácil, como dissemos, visto a luta verdadeira ter sido perdida noutra domínio —, De Gaulle não podia apagar, como responsável do Estado que *sobrevivera* ao movimento das ocupações, o defeito de ter sido responsável pelo Estado que *suportara* o escândalo da existência deste movimento. De Gaulle, que se limitava a dar cobertura, no seu estilo pessoal, a tudo o que ocorria — constituindo estas ocorrências tão-só a modernização normal da sociedade capitalista —, pretendia reinar com base no prestígio. Ora o seu prestígio sofreu em Maio uma humilhação definitiva, subjectivamente sentida por ele próprio tal como foi objectivamente verificada pela classe dominante e pelos eleitores que a plebiscitam indefinidamente. A burguesia francesa procura encontrar uma forma mais racional de poder político, menos caprichosa e distraída; mais inteligente para a defender das novas ameaças cujo surgimento constatou com assombro. De Gaulle queria apagar o persistente pesadelo, «os últimos fantasmas de Maio», saindo vitorioso, a 27 de Abril [de 1969], do referendo anunciado a 24 de Maio [de 1968] — e que a sublevação, nessa altura, logo anulara. O «poder estável» que então estrebuchou sentia muito bem que já não tinha equilíbrio, fazendo por isso questão, imprudentemente, de ser tranquilizado com o ritual duma nova adesão factícia. Mas os lemas dos manifestantes de 13 de Maio de 68 justificaram-se: De Gaulle não chegou ao seu 11.º aniversário². Não por causa da oposição buro-

¹ A desvalorização do franco é vetada por De Gaulle em 23-11-68; este demite-se das funções de Presidente da República em 28-4-69, vindo a falecer em 9-11-70.

² De Gaulle estava no poder desde 1 de Junho de 1958, altura em que foi designado primeiro-ministro pela Assembleia Nacional. Na imensa manifestação proletária que



Ocupação da reitoria na Sorbonne

«Ó prodígio! Quantas belas criaturas aqui vejo reunidas! Como é admirável a humanidade! Ó esplêndido novo mundo que tais habitantes tem!» — Shakespeare, *A Tempestade*

crática ou pseudo-reformista, mas porque se tornou notório, no dia seguinte, que a Rua Gay Lussac ia dar directamente a todas as fábricas de França.

Uma desordem generalizada, pondo em causa, pela raiz, todas as instituições, instalou-se na maior parte das faculdades e sobretudo nos liceus. Se é verdade que, acudindo ao mais urgente, o Estado safou mais ou menos o nível do ensino nas disciplinas científicas e nos poucos grandes institutos do ensino superior, fora destes o ano universitário de 1968-69 ficou perdido por completo — desvalorizando-se assim os diplomas quando a massa estudantil está ainda longe de os desprezar. Uma tal situação, a longo prazo, é incompatível com o funcionamento normal dum país industrial avançado, encetando-se uma queda no subdesenvolvimento ao criar-se um «estrangulamento» qualitativo no ensino secundário. Embora a corrente extremista não tenha de facto mantido uma verdadeira base no

percorre Paris a 13 de Maio, em sintonia com a declaração duma greve geral de 24 horas, uma das palavras de ordem clamava: «Dez anos, já chega!».

meio estudantil, ela aparentemente dispõe de força suficiente para promover um processo de degradação contínua: no final de Janeiro [de 1969], a ocupação e o saque da reitoria na Sorbonne, e, depois disso, muitos outros incidentes bastante graves, mostraram que a simples continuidade dum pseudo-ensino constitui importante motivo de inquietação para as forças da ordem.

A agitação esporádica das fábricas, que aprenderam a praticar a greve selvagem e onde se implantaram grupos radicais mais ou menos inimigos conscientes dos sindicatos, conduz, apesar dos esforços dos burocratas, a muitas greves parciais que facilmente paralisam empresas cada vez mais concentradas e nas quais aumenta sem cessar a interdependência das diversas operações. Estes abalos não permitem esquecer que nas empresas o chão continua instável e que as formas modernas de exploração revelaram em Maio, simultaneamente, todos os meios de que dispõem e a sua nova fragilidade.

Após a erosão do velho stalinismo ortodoxo (visível até nas perdas da C.G.T. nas recentes eleições profissionais), é agora a vez de os pequenos partidos esquerdistas se gastarem em manobras desgraçadas; quase todos teriam gostado de recomeçar *mecanicamente* o processo de Maio, para nele recomeçarem os seus erros. Infiltraram facilmente o que restava dos Comitês de Acção, e estes não tardaram a sumir-se. Os próprios pequenos partidos esquerdistas se fendem em numerosos cambiantes hostis, cada qual firmemente cimentado numa tolice que com glória exclui todos os rivais. Os elementos extremistas, numerosos desde Maio, estão sem dúvida ainda dispersos — e antes de mais nas fábricas. A coerência que têm de adquirir ainda anda alterada, por várias razões: por não terem sabido organizar uma verdadeira prática autónoma; por ilusões antigas ou palavreado; ou até, às vezes, por uma nada sadia e unilateral admiração «pró-situacionista». A sua única via está no entanto traçada, obviamente difícil e longa: a formação de organizações *conselhistas* de trabalhadores revolucionários, federadas numa base exclusiva de democracia total e crítica total. A sua primeira tarefa teórica consistirá em combater,

desmentindo-a na prática, a última forma de ideologia que o velho mundo lhes há-de opor: a *ideologia conselhista*, tal como foi exprimida, numa primeira e grosseira forma, já no fim da crise, por um grupo chamado «Revolução Internacional», implantado em Toulouse, que muito simplesmente propunha — não se sabe aliás a quem — *que se elegessem* Conselhos Operários por cima das assembleias gerais, as quais, deste modo, se limitariam a ratificar os actos desta sábia neodirecção revolucionária. Este monstro leninista-jugoslavo, adoptado depois pela «Organização Trotskista» de Lambert¹, é hoje quase tão estranho como o emprego da expressão «democracia directa» pelos gaullistas quando estes andavam cegamente embeaçados pelo «diálogo» referendário². A próxima revolução só reconhecerá como Conselhos as soberanas assembleias gerais da base, nas empresas e nos bairros; dependendo dessas assembleias, inteiramente, os seus delegados sempre revogáveis. Uma organização conselhista nunca defenderá outro objectivo: tem de traduzir em actos uma dialéctica que ultrapasse a oposição congelada e unilateral entre espontaneísmo e organização clara ou manhosamente burocratizada. Tem de ser uma organização que avance *revolucionariamente* para a revolução dos Conselhos; uma organização que não se disperse após o momento da luta declarada, e que não se institucionalize.

¹ Alusão à O.C.I. (Organização Comunista Internacionalista), facção trotskista cujos membros são por vezes chamados lambertistas, do nome do seu líder. Durante a crise de Maio 68, a O.C.I. denunciou como «aventureirismo» a edificação das barricadas em Paris, o que a isolou. Tal como as outras organizações de extrema-esquerda, foi nessa altura provisoriamente ilegalizada pelo governo.

² Alusão ao referendo sobre a «participação» dos trabalhadores (nos benefícios das empresas, por exemplo), tema caro a De Gaulle, que lançou a vasta iniciativa filantrópica a 24 de Maio de 1968, na sequência das primeiras ocupações de fábricas. Participação é aqui sinónimo de co-gestão, ou seja, duma mais eficaz integração dos trabalhadores na gestão da sua própria miséria; segundo o modelo alemão, a co-gestão implica o dever de *pacificação* imediata dos conflitos de trabalho.



Programa que antecede o movimento situacionista

«Como vamos nós lançar para a falência a cultura dominante? De duas maneiras: primeiro, gradualmente; e depois, bruscamente.» — *Internationale Situationniste* n.º 8, Janeiro de 1963

«Muitos transeuntes, entre os quais operárias dum estaleiro vizinho, copiam aplicadamente citações afixadas nas paredes da faculdade, situada à beira do rio Vltava! ... "Que terrível época, esta em que os imbecis dirigem os cegos" (Shakespeare)». — *Le Monde*, 20-11-68

«Todos lemos estes grafitos: feitos no início de Janeiro de 1969, desapareceram depois da primeira volta das eleições presidenciais. Tiveram existência efémera, mas provocaram tantos comentários que os responsáveis pela publicidade no metropolitano, para evitarem uma qualquer "nova vaga", decidiram afixar em todas as estações do metro um cartaz lembrando aos autores de grafitos "que incorrem numa multa de 400 a 1000 francos, acompanhada de uma pena que vai de dois a trinta dias" ... Um especialista da publicidade resumia a acção dos autores de grafitos com a seguinte fórmula: "Combateram a publicidade no seu próprio terreno e com as suas próprias

¹ Alusão às lutas contra a burguesia vermelha em Praga.

armas" ... Responsáveis: um pequeno grupo de estudantes revolucionários. Meio-letristas, meio-situacionistas ...». *France-Soir*, 6-8-69

Esta perspectiva não se limita à França, é internacional. Impõe-se compreender em toda a parte o sentido total do movimento das ocupações, tal como o seu exemplo em 1968 desencadeou ou levou a um grau superior graves tumultos na Europa, nas Américas e no Japão. Das sequências imediatas, as mais assinaláveis foram a sangrenta revolta dos estudantes mexicanos, reprimida num relativo isolamento, e o movimento dos estudantes jugoslavos contra a burocracia e em prol da autogestão proletária, que arrastou consigo uma parte do operariado, pondo o regime de Tito em grande perigo; mas neste último caso, mais do que as concessões proclamadas pela classe dominante, a intervenção russa na Checoslováquia veio poderosamente socorrer o regime, permitindo-lhe «unir» o país ao fazê-lo temer a eventualidade duma invasão por uma burocracia estrangeira. A mão da nova Internacional começa a ser denunciada pelas polícias de diversos países, que julgam descobrir as directivas de revolucionários franceses na Cidade do México no Verão de 1968 ou em Praga na manifestação anti-russa de 28 de Março de 1969; e o governo franquista, no princípio do ano corrente, justificou explicitamente o recurso ao estado de excepção com o risco duma evolução da agitação universitária conducente a uma crise geral de tipo francês. Há muito tempo que a Inglaterra conhecia as greves selvagens, sendo evidentemente um dos principais objectivos do governo trabalhista conseguir proibi-las; mas está fora de dúvida que foi a primeira experiência duma greve geral selvagem que levou Wilson¹ a pôr tanta pressa e pertinácia na obtenção, este ano, duma legislação repressiva

¹ Referência a Harold Wilson, primeiro-ministro do governo trabalhista entre 1964-70. A partir de 1967, Wilson, para incrementar a taxa de lucro do capitalismo inglês, que decaí a partir de 1950, tenta reformar as relações industriais, estabelecendo, nomeadamente, uma legislação antigreve. Esta iniciativa, encarnada pela ministra do Trabalho, Barbara Castle, suscita uma violenta oposição entre o governo e as bases operárias.

contra este tipo de greve. Este arrivista não hesitou arriscar a carreira no «projecto Castle», nem a própria unidade da burocracia político-sindical trabalhista, porque, se os sindicatos são os inimigos directos da greve selvagem, também têm medo de perder toda a sua importância ao perderem o controle que exercem sobre os trabalhadores, caso fosse entregue ao Estado o direito de intervir, sem passar pela sua mediação, contra as formas reais da luta de classes. No 1.º de Maio [de 1969], a greve anti-sindical de cem mil estivadores, tipógrafos e metalúrgicos contra a lei com que os ameaçavam, mostrou pela primeira vez desde 1926 uma greve política em Inglaterra; bem entendido, foi contra um governo trabalhista que esta forma de luta ressurgiu.

Wilson teve de se desconsiderar, renunciando ao projecto que levava mais a peito e passando para a polícia sindical a função de reprimir as paralisações do trabalho, que passaram a ser, na Inglaterra, 95% de greves selvagens. Em Agosto, a greve selvagem, vitoriosa após oito semanas, dos fundidores das fábricas de aço de Port-Talbot, «provou que a direcção do T.U.C. [Trade Unions Congress, central sindical trabalhista] não está armada para desempenhar este papel» (*Le Monde*, 30-8-69).

Reconhecemos facilmente este novo tom com que doravante, pelo mundo fora, a crítica radical pronuncia a sua declaração de guerra à velha sociedade, do grupo extremista mexicano *Caos*, que no Verão de 1968 lançou um apelo à sabotagem dos Jogos Olímpicos e da «sociedade de consumo espectacular», às inscrições nas paredes da Grã-Bretanha e de Itália; do grito numa manifestação em Wall Street, relatado pela A.F.P. de 12 de Abril — STOP THE SHOW —, nesta sociedade norte-americana cujo «declínio e queda» assinalámos em 1965 e que os seus próprios responsáveis designam agora como uma «uma sociedade doente», às publicações e actos dos *Acratas* de Madrid.

Na Itália, a I.S. pôde prestar uma certa ajuda à corrente revolucionária, desde finais de 1967, altura em que a ocupação da Universidade de Turim deu o sinal de partida a um vasto movimento; quer graças a algumas edições, deficientes mas rapidamente esgotadas, de

textos de base (nas editoras Feltrinelli e De Donato), quer devido à acção radical de alguns indivíduos, embora a actual secção italiana da I.S. só em Janeiro de 1969 tenha sido formalmente constituída. A lenta evolução, desde há vinte e dois meses, da crise italiana — a que se chamou «o Maio rastejante» —, começara por enterrar-se, em 1968, nas areias movediças dum «Movimento Estudantil» muito mais atrasado ainda do que em França, e isolado — com a excepção exemplar da ocupação da Câmara Municipal de Orgosolo, na Sardenha, por estudantes, pastores e operários unidos. Mas também as lutas operárias começaram lentamente, agravando-se em 1969 apesar dos esforços do partido stalinista e dos sindicatos, que se dedicam sem descanso a fragmentar a ameaça decretando greves nacionais de um dia, por categorias profissionais, ou greves gerais de um dia, por província. No início de Abril, a insurreição de Battipaglia [província de Salerno, no Sul], seguida da amotinação das prisões de Turim, Milão e Génova, levaram a crise a um nível superior, reduzindo ainda mais a margem de manobra dos burocratas. Em Battipaglia, os trabalhadores, reagindo aos disparos da polícia, ficaram senhores da cidade durante mais de vinte e quatro horas, apoderando-se das armas, cercando os polícias refugiados nas casernas e intimando-os a renderem-se, cortando as estradas e as vias férreas. Ao mesmo tempo que os maciços reforços de carabineiros conseguiam de novo controlar a cidade e as vias de comunicação, um esboço de Conselho existia já em Battipaglia, pretendendo substituir a municipalidade e exercer o poder directo dos moradores sobre os seus próprios assuntos. Se é verdade que as manifestações de apoio, em toda a Itália, enquadradas pelos burocratas, não passaram de platónicas, pelo menos os elementos revolucionários de Milão conseguiram atacar violentamente estes burocratas e devastar o centro da cidade, confrontando-se rijamente com a polícia. Nesta ocasião, os situacionistas italianos retomaram os métodos franceses da maneira mais adequada.

Nos meses seguintes, os movimentos «selvagens» na Fiat e entre os operários do Norte, mais do que a decomposição acabada do

governo, mostraram a que ponto a Itália está próxima dum crise revolucionária *moderna*. A feição que em Agosto tomaram as greves selvagens da Pirelli em Milão e da Fiat em Turim assinala a iminência dum confronto total.

Compreende-se facilmente a principal razão que nos levou a tratar aqui a questão do sentido geral dos novos movimentos revolucionários e das suas relações com as teses da I.S. Não há muito, os que aceitavam reconhecer algum interesse em certos pontos da nossa teoria, lamentavam que nós próprios fizéssemos depender toda a verdade de um retorno da revolução social, considerando-a como uma «hipótese» inconcebível. Em contrapartida, diversos activistas à roda no vazio, mas tirando vaidade de se manterem alérgicos a toda e qualquer teoria actual, punham a propósito da I.S. uma questão estúpida: «que acção prática terá ela?» Por não compreenderem minimamente o processo dialéctico da junção entre o movimento real e «a sua própria teoria desconhecida», todos queriam descurar o que julgavam ser *uma crítica desarmada*. O «erguer do sol que, numa centelha, esboça dum só vez a forma do novo mundo», vimo-lo nós no Maio de França, naquele entrelaçar das bandeiras vermelhas e negras da democracia operária. A sequência virá de toda a parte. E se nós, em certa medida, escrevemos o nosso nome no regresso deste movimento, não é para dele conservarmos um qualquer momento ou disso extrairmos qualquer autoridade. Estamos doravante seguros dum desenlace satisfatório das nossas actividades: a I.S. será superada.

I.S. n.º 12, Setembro de 1969

a n e x o





Teses sobre a Internacional Situacionista e o seu tempo

EXCERTOS

11. A linguagem do poder tornou-se furiosamente reformista. Dantes, por todo o lado, nas suas montras, só expunha a felicidade, vendida pelo melhor preço em toda a parte; agora denuncia os omnipresentes defeitos do seu próprio sistema. Os possuidores da sociedade descobriram de súbito que se impõe mudar tudo sem tardança, tanto o ensino como o urbanismo, a maneira de encarar o trabalho ou as orientações da tecnologia. Em suma, esta gente perdeu a confiança em todos os seus governos; propõe-se portanto dissolvê-lo e constituir um outro. Sublinham apenas, estes reformadores, que são mais qualificados que os revolucionários para empreenderem tamanha transformação, que exige tanta experiência e tão avultados meios; os quais, justamente, eles possuem e bem conhecem. Cá temos portanto, de mão no coração, os computadores assumindo o compromisso de programarem o qualitativo, e os gestores da poluição destinando a si mesmos a prioritária tarefa de dirigirem a luta contra a sua própria poluição. O capitalismo moderno, porém, já anteriormente se apresentava, perante os antigos malogros da revolução, como um reformismo *que vencera na vida*. Gabava-se de ter transformado a mercadoria nesta liberdade e nesta ventura. Um dia acabaria até por libertar os seus escravos, senão do salariado, pelo menos dos abundantes resíduos de privações e excessivas desigualdades herdadas do seu período de formação — ou, mais exactamente, das

privações que ele próprio achava por bem reconhecer como tais. Hoje promete libertá-los, além disso, de todos os novos perigos e dissabores que precisamente agora está produzindo maciçamente, como característica essencial da mercadoria *mais moderna* globalmente encarada; e é a mesma produção em expansão, tão celebrada até agora como o último correctivo de tudo quanto há, que vai ter ela própria de se corrigir, ainda e sempre sob o controle exclusivo dos mesmíssimos patrões. A insolvência do velho mundo exhibe-se por completo na ridícula linguagem *da dominação decomposta*.

15. A sociedade que possui todos os meios técnicos para alterar as bases biológicas da existência na Terra inteira, é igualmente uma sociedade, através do mesmo desenvolvimento técnico-científico separado, que dispõe de todos os meios de controle e previsão matematicamente indubitável para avaliar de modo exacto e por antecipação a que grau de decomposição do meio ambiente humano pode chegar — e em que datas, segundo um prolongamento mais ou menos favorável — o crescimento das forças produtivas alienadas da sociedade de classes. Quer se trate da poluição química do ar respirável ou da falsificação dos alimentos, da acumulação irreversível da radioactividade devido à utilização industrial da energia nuclear ou da deterioração do ciclo da água desde os lençóis freáticos até aos oceanos, da lepra urbanística exposta cada vez mais onde antes havia cidades e campos; quer se trate, ainda, da «explosão demográfica», da progressão do suicídio e das doenças mentais ou do limiar atingido pela nocividade do ruído — em toda a parte os conhecimentos *parciais* sobre a impossibilidade, mais ou menos urgente ou mortal conforme os casos, de ir mais longe, constituem, como conclusões científicas especializadas apenas mantidas em justaposição, um quadro da degradação geral e da *impotência geral*. Este deplorável resumo do mapa em que se estende o território da alienação, pouco antes de ser submerso, é efectuado, naturalmente, tal como foi construído o próprio território: por sectores separados. Doravante, tais conhecimentos do parcelar são sem dúvida obrigados a saber, pela desgraçada con-

cordância de todas as suas observações, que cada modificação eficaz e rendível a curto prazo num determinado ponto, se repercute na totalidade das forças em jogo, podendo ulteriormente levar a uma perda mais decisiva. Uma tal ciência, todavia, serve do modo de produção e das aporias *do pensamento* que ele produziu, não pode conceber uma verdadeira inversão do andamento das coisas. Esta ciência não sabe *pensar estrategicamente*, coisa, aliás, que ninguém lhe pede; e também não detém os meios práticos de nisso intervir. Pode portanto discutir sobre o *prazo* e os melhores paliativos que, sendo aplicados com firmeza, recuariam esse prazo. Esta ciência mostra assim, no grau mais caricatural, a inutilidade do conhecimento sem emprego e o zero absoluto do pensamento não dialéctico numa época arrastada pelo movimento do tempo histórico. Deste modo, o velho lema «a revolução ou a morte» já não é a expressão lírica da consciência revoltada, é *a última palavra do pensamento científico* do nosso século. Mas este lema só por outros pode ser pronunciado, não pelo velho pensamento científico *da mercadoria*, que revela as bases insuficientemente racionais do seu desenvolvimento na altura em que todas as suas aplicações se alastram, segundo o vigor da prática social plenamente irracional. É este o pensamento *da separação*, que só através dos meios metodológicos da separação pôde incrementar o domínio material que exercemos, voltando no fim a deparar com esta separação, plenamente realizada na sociedade do espectáculo e na sua autodestruição.

17. A poluição e o proletariado são hoje as duas faces concretas da *crítica da economia política*. O desenvolvimento universal da mercadoria verificou-se inteiramente como realização plena da economia política, ou seja, como «renúncia à vida». No momento em que tudo entrou na esfera dos bens económicos, tudo, incluindo a água das fontes e o ar das cidades, se tornou *o mal económico*. A simples sensação imediata das «nocividades» e dos perigos, mais sufocantes em cada novo trimestre, que antes de mais e principalmente agridem a grande maioria, ou seja, os pobres, constitui já um imenso factor de

revolta, uma exigência vital dos explorados, tão *materialista* como o foi a luta dos operários do século XIX para poderem comer. Os remédios para todas as doenças criadas pela produção, neste estágio da sua riqueza mercantil, já são caros demais para ela. As relações de produção e as forças produtivas atingiram por fim um ponto de incompatibilidade radical, porque o sistema social existente ligou o seu destino ao prosseguimento duma deterioração literalmente insuportável de todas as condições de vida.

18. Com a nova época surge esta coincidência admirável: a revolução é desejada numa forma total no próprio momento em que só pode ser plenamente realizada numa forma total, e em que todo o funcionamento da sociedade se torna absurdo e impossível fora desta realização completa. O facto fundamental já não é propriamente que todos os meios materiais existem para a construção da vida livre duma sociedade sem classes; é antes que a cega subutilização destes meios pela sociedade de classes não pode interromper-se nem ir mais longe. Nunca uma tal conjunção existiu na história do mundo.

19. A maior força produtiva é a própria classe revolucionária. O maior desenvolvimento das forças produtivas hoje possível consiste muito simplesmente na utilização que disso possa fazer a *classe da consciência* histórica, na produção da história como campo do desenvolvimento humano, a si mesma destinando os meios práticos desta consciência: os futuros conselhos revolucionários em que a totalidade dos proletários terá de decidir sobre tudo. A definição necessária e suficiente do Conselho *moderno* — para o distinguir das suas débeis tentativas primitivas, sempre esmagadas antes de poder seguir a lógica do seu próprio poder e conhecê-lo — é a *plena realização das suas tarefas mínimas*; mínimas tarefas essas que consistem na definitiva regularização prática de *todos* os problemas que a sociedade de classes é agora incapaz de resolver. A queda brutal da produção *pré-histórica*, como só pode consegui-la a revolução social de que falamos, constitui a condição necessária e suficiente para o

começo duma era da grande produção histórica; o novo prosseguimento indispensável e urgente da produção do homem por si mesmo. A amplitude das presentes tarefas da revolução proletária exprime-se justamente na dificuldade que esta tem para conquistar os primeiros elementos práticos da formulação e comunicação do seu projecto: para se organizar de maneira autónoma e, graças a esta destemida organização, compreender e formular explicitamente a totalidade do seu projecto nas lutas que já leva a cabo. É que neste ponto central, que há-de soçobrar em último lugar, do monopólio espectacular do diálogo social e da explicação social, o mundo inteiro assemelha-se à Polónia: quando os trabalhadores podem associar-se livremente e sem intermediários, para discutirem os seus problemas reais, o Estado começa a dissolver-se.¹ Podemos também decifrar a força da subversão proletária, que cresce por todo o lado desde há quatro anos, no seguinte facto negativo: ela mantém-se muito abaixo das reivindicações explícitas que outrora puderam afirmar movimentos proletários *que iam menos longe*; e que *julgavam* conhecer os seus programas, conhecendo-os todavia como programas *menores*. O proletariado de modo nenhum é levado a ser «a classe da consciência» por um qualquer talento intelectualista ou uma qualquer vocação ética, nem sequer pelo prazer de realizar a filosofia; isso acontece, mais simplesmente, porque ele, no fim de contas, não tem outro remédio senão apoderar-se da história na época em que os homens se vêem «forçados a encarar sem ilusões as condições da sua existência e as suas relações recíprocas» (*Manifesto Comunista*). O que há-de tornar *dialécticos* os operários é a revolução que desta vez vão ter de conduzir eles próprios.

22. Uma parte inevitável do êxito histórico da I.S. levava-a por seu turno a ser *contemplada*; numa tal contemplação, a crítica sem concessões de tudo quanto existe acabara por ser *apreciada positivamente*.

¹ Alusão ao movimento revolucionário que ocorreu na Polónia em 1980-82, durante o qual o poder de Estado foi dissolvido pelas lutas sociais.

mente por um sector cada vez mais alargado da própria impotência, que se tornara pró-revolucionária. A força do negativo posta em jogo contra o espectáculo via-se assim *também ela* servilmente admirada por espectadores. O passado comportamento da I.S. fora inteiramente dominado pela necessidade de agir numa época que ao princípio *nem queria ouvir falar de tal coisa*. Rodeada pelo silêncio, a I.S. não dispunha de nenhum apoio, sendo muitos elementos da sua actividade *recuperados* contra ela conforme iam surgindo. Precisava por isso de atingir o momento em que pudesse ser julgada, não «com base nos aspectos superficialmente escandalosos de certas manifestações em que se revela, mas sim com base na sua verdade central *essencialmente escandalosa*» (I.S. n.º 11, Outubro de 1967). A tranquila afirmação do extremismo *mais geral*, bem como as muitas exclusões dos situacionistas ineficazes ou indulgentes, foram as armas da I.S. para *este* combate; e não para se tornar uma autoridade ou um poder. Mostrava-se pois legítimo o tom de categórica altivez bastante empregue nalgumas formas da expressão situacionista; tanto por força da imensidade da tarefa, como também, sobretudo, porque esse tom cumpriu a sua função, permitindo que a tarefa fosse continuada com êxito. Deixou porém de convir quando a I.S. se viu reconhecida por uma época que já não considera inverosímil o seu projecto¹; e foi justamente porque a I.S. conseguira tal coisa que este tom se tornou então, para nós e porventura até para os espectadores, *fora de moda*. A vitória da I.S. é sem dúvida aparentemente tão discutível como a que o movimento proletário já alcançou só por ter recomeçado a guerra de classes — a parte visível da crise que emerge no espectáculo não se equipara nada à sua profundidade —, e tal como esta vitória, ficará sempre *em suspenso* até chegarem ao fim os tempos pré-históricos; mas para quem sabe «ouvir a erva a crescer», essa

¹ «Quando lemos ou relemos os números da I.S., é de facto surpreendente constatar-mos a que ponto e quantas vezes estes *energúmenos* exprimiram juízos ou expuseram pontos de vista que a seguir, concretamente, foram verificados.» — Claude Roy, «Les Desesperados de l'espoir» (*Le Nouvel Observateur*; 8-2-71). (N. dos A.)

vitória é também *indiscutível*. A teoria da I.S. transmitiu-se às massas. Já não pode ser liquidada na sua primitiva solidão. É óbvio que pode ainda ser falsificada, mas em condições muito diferentes. Nenhum pensamento histórico pode imaginar-se antecipadamente garantido contra toda e qualquer incompreensão ou falsificação. Como esta teoria nem sequer pretende contribuir com um sistema definitivamente coerente e realizado, ainda menos pensaria apresentar-se de maneira tão perfeitamente rigorosa que a estupidez e a má fé ficassem vedadas a quem lidasse com ela por no seu texto se impor invariavelmente uma leitura verdadeira. Semelhante pretensão idealista só se apoia a um dogmatismo, sempre condenado a fracassar, apresentando-se logo o dogmatismo como a falência inaugural de quejando pensamento. As lutas históricas, que corrigem e melhoram qualquer teoria deste género, são igualmente o terreno dos redutores erros de interpretação, tal como o são, com frequência, das recusas interesseiras de se aceitar o sentido mais unívoco. A verdade, num caso destes, só pode impor-se ao tornar-se força prática. Só manifesta que é verdade por apenas precisar das mais ínfimas forças práticas para destroçar outras bem maiores. De modo que, se a teoria da I.S., doravante, for ainda incompreendida ou abusivamente traduzida, como por vezes aconteceu às de Marx ou Hegel, ela há-de saber ressurgir em toda a sua autenticidade, sempre que historicamente soe a sua hora, a começar por hoje mesmo. Saímos da época em que podíamos *irremediavelmente* ser falsificados ou apagados, porque a nossa teoria beneficia doravante, para bem e para mal, da *colaboração* das massas.

GUY DEBORD e GIANFRANCO SANGUINETTI



textos de crítica da cultura: a publicar

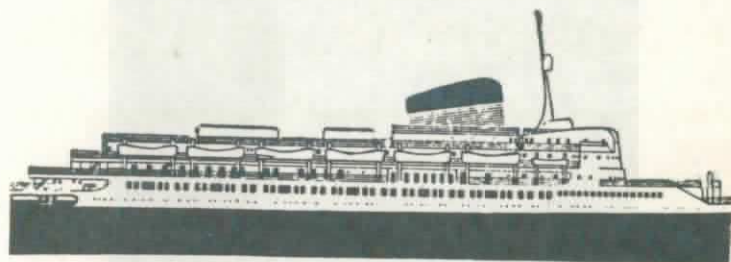
estética e política de cobra à internacional situacionista

antologia organizada e traduzida por júlio henriques



a subversão dadá de berlim a nova iorque

antologia organizada e traduzida por josé m. justo



autores e obras afins já publicados

jules-françois dupuis (pseudónimo de raoul vaneigem)

história desvolta do surrealismo

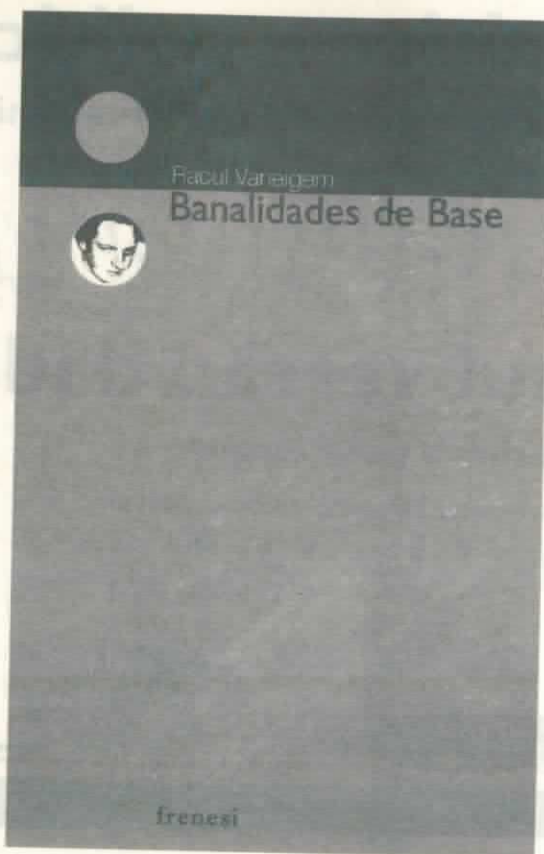
raoul vaneigem isidore ducasse e o conde de
lautréamont nas poesias (esgotado) - as heresias

- aviso aos alunos do básico e do secundário

gianfranco sanguinetti do terrorismo e do estado

jaime semprun a nuclearização do mundo

guy debord panegírico



um clássico da subversão moderna
disponível nas edições frenesi
apartado 50258 • 1708 lisboa codex

ANTÍGONA últimos títulos

Ministros da Noite
Ana Barradas
(reed.)

Panegírico
Guy Debord

Uma Ilha na Lua
William Blake

Esopo Emendado
& outras Fábulas Fantásticas
Ambrose Bierce

Mortos ou Coisa Melhor
Violeta Hermado

Aviso aos Alunos do Básico e do Secundário
Raoul Vaneigem

Narração da Inquisição de Goa
Charles Dellon

Brevíssima Relação da Destruição de África
Bartolomé de Las Casas

Poemas do Manuscrito Pickering
seguidos d'Os Portões do Paraíso
William Blake

Vagabundos Cruzando a Noite
Jack London

Pela Vida
Alexandra David-Néel

Recordando a Guerra Espanhola
George Orwell
(reed.)

Discurso sobre a Servidão Voluntária
Étienne de La Boétie
(reed.)

Hiroshima
John Hersey

A Vida e Opiniões de Tristram Shandy
Laurence Sterne

Portugal de Relance
Maria Rattazzi

Dicionário Incompleto de Mulheres Rebeldes
Ana Barradas

«O espectáculo é uma droga para escravos.»

Guy Debord, I.S. nº 9, Agosto de 1964

Paradoxalmente, a Internacional Situacionista terá sido a última «vanguarda artística» do século xx ao formular, em teoria e na prática, a impossibilidade histórica de qualquer vanguarda artística. Dadaísmo em positivo, a I.S. forjou as bases duma crítica estratégica das ficções eficazes em que se alicerça a sociedade contemporânea, na época em que o capital, maximizando o seu grau de acumulação, se tornou espectáculo: imagem ideal de relações sociais que *efectivamente* são despóticas.

Os piedosos ícones do espectáculo, pedagogicamente difundidos junto das massas de «cidadãos» que acreditam no Estado e na Economia como antes se acreditava em Deus e na Virgem Maria, legitimam a separação totalitária entre o vivido e a sua representação, entre o trabalho e a moderna miséria que dele resulta.